

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLÁVIA HELENA DE FARIA FONSECA

**AS PRODUTORAS DA GELEIA DE PIMENTA BIQUINHO:
O lugar e o tempo rompidos**

Mariana, Minas Gerais

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLÁVIA HELENA DE FARIA FONSECA

AS PRODUTORAS DA GELEIA DE PIMENTA BIQUINHO:

O lugar e o tempo rompidos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de doutora em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Miranda Mollo

Linha de Pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Mariana, Minas Gerais

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F224a Faria, Flavia Helena De.
As produtoras da geleia de pimenta biquinho [manuscrito]: o lugar e o tempo rompidos. / Flavia Helena De Faria. - 2023.
215 f.: il.: color., gráf..

Orientadora: Profa. Dra. Helena Miranda Mollo.
Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: História.

1. História oral. 2. Memória coletiva - Minas Gerais. 3. Mulheres - História - Minas Gerais. 4. Territorialidade humana. 5. Trabalho - Bento Rodrigues (Mariana, MG). 6. Vítimas de desastres - Minas Gerais. 7. Fundão, Barragem do (MG). I. Mollo, Helena Miranda. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93/94

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Flávia Helena de Faria Fonseca

As produtoras da geleia de pimenta biquinho: o lugar e o tempo rompidos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 11 de outubro de 2023

Membros da banca

Professora Doutora Helena Miranda Mollo - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Professora Doutora Camilla Cristina Silva (Universidade de Brasília)
Professora Doutora Karina Gomes Barbosa da Silva (Universidade Federal de Ouro Preto)
Professora Doutora Patrícia Vargas Lopes de Araújo (Universidade Federal de Viçosa)
Professora Doutora Tatiana Ribeiro de Souza (Universidade Federal de Ouro Preto)

Helena Miranda Mollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 20/11/2023



Documento assinado eletronicamente por **Helena Miranda Mollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/11/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0626935** e o código CRC **366D29AB**.

AGRADECIMENTOS

As memórias da minha infância são, com certeza, pano de fundo de todo o percurso que caminhei até aqui. Elas que se fizeram suporte durante estes quatro anos dedicados a esta pesquisa. Todas as vezes que me lembrava da menina negra, cheia de inseguranças na infância e adolescência, sentia-me forte o suficiente para seguir e alcançar a realização deste sonho.

Por meio destas lembranças vêm também as de meu pai Antônio, nosso eterno “Filhinho”. A você, paizinho obrigada por todo incentivo para não desistir dos meus estudos. Sempre foi assim. Você sempre sonhou os meus sonhos. Perder você no meio do caminho foi dilacerador. Foi o pior momento vivido até hoje. Eu sinto muito não ter você aqui, juntinho de mim, para o nosso abraço no dia da minha defesa e realização desta conquista. Você é a razão primeira do meu agradecimento, da minha admiração, da minha gratidão por tudo que fez por mim em vida e pelo que certamente intercede por mim neste outro plano em que vive hoje.

Agradeço, na mesma proporção, à minha mãezinha, por acreditar nos meus sonhos e, na mesma medida em que eu confio, acredita também e não me deixa um só dia esquecer que vai dar certo, independente dos desafios encontrados no caminho da realização desta pesquisa. Agradecimento especial à senhora, minha mãe, pelas orações diárias, porque é por meio delas que eu me sinto forte e protegida para seguir.

Reginaldo, Naldinho, meu amor! Você é dono de um agradecimento muito especial. Em todos os momentos estive disponível para cuidar de mim e da nossa casa, compreendendo os desafios e os momentos de renúncia que precisei viver. Você nunca questionou a minha ausência, os momentos de tensão e o choro, normal de quase todos que vivem esta experiência, quando me recolhia no cantinho da casa. Te conhecendo, não esperava outra atitude você.

Agradeço, também, à Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, instituição à qual dedico meu trabalho como servidora pública como TAE e que, com muita atenção, me permitiu me ausentar por algumas horas diárias para cursar o doutorado. Sinto-me grata, também, pela concessão da bolsa de incentivo à qualificação que foi muito importante para a execução deste trabalho.

Agradecimento especial para a minha orientadora, Helena, que me aceitou como orientanda, acreditou em meu projeto de pesquisa e caminhou comigo neste desafio, digamos que ousado. Helena dedicou o tempo que pode em todas as etapas do doutorado. Ao longo desse percurso, sua presença muitas vezes se fez de forma rigorosa, mas estou certa que esta era realmente a única forma desta pesquisa se concretizar. A você, Helena, muito obrigada e receba o meu respeito, a minha admiração e o meu afeto. Agradeço também às professoras que

participaram da banca de qualificação deste estudo, Tatiana, Iracélli e Patrícia, que com suas orientações contribuíram com informações tão importantes, para retirar o que era preciso e reorganizar o texto de uma forma melhor, com maior coerência.

Deixo os meus sinceros agradecimentos aos amigos que torceram por mim para que este dia chegasse. Não poderia deixar de mencionar Virginia, minha amiga da UFOP/PROF que me acompanhou desde o início, trocou informações, conhecimentos e me ajudou a perceber que, por mais que estivesse difícil, eu conseguiria. Obrigada por nossos cafés da manhã sempre fortalecedores. Agradeço à Geisiane e também à Jianne por toda força e ensinamentos, aos amigos de Mariana, de Ouro Branco e de Conselheiro Lafaiete que entenderam a minha ausência nos inúmeros momentos em que foi preciso recuar e me dedicar, e ainda assim, estão comigo. Nada mudou. Amo vocês.

Por fim, mas de prioridade maior, agradeço a Deus a quem busco diariamente. Ele me manteve de pé e sustentou tudo, desde o princípio. Sem me abrir para sua graça, para que fosse feito sua vontade e não a minha, nada seria possível. Por meio da minha entrega e também ao pedido de intercessão à N. Senhora, que é o meio para chegar ao PAI Celeste, eu sou vitoriosa. É um sonho se tornando realidade.

“As mulheres pertencem a todos os lugares onde decisões estão sendo tomadas”.

Ruth Bader Ginsburg¹

¹ Ruth Bader Ginsburg era juíza integrante da Suprema Corte dos Estados Unidos e lutadora pela igualdade de gênero, ela morreu aos 87 anos, em setembro de 2020 e deixou um legado à causa das mulheres.

“A vizinhança mudou, a morada também. O caminho que eu faço para sair e voltar pra casa é o mesmo que preciso aprender e reaprender todos os dias. O quarto tem uma outra cama e o cobertor não me aquece da mesma forma. A varanda não fica mais cheia, nem a horta do quintal de casa. A igreja está mais longe e meus animais, que viviam soltos, não têm a mesma liberdade. As noites escurecem de um outro jeito e, da janela, a paisagem está diferente. Hoje, o espaço mudou, mas todos os dias, nós somos os mesmos”.

(Gilma Honorato, de Bento Rodrigues, atingida pelo desastre da barragem de Fundão)²

² A Sirene. Aprender a ser atingido. **Jornal A Sirene:** para não esquecer. Ed. 12. maio de 2018. p. 11.

RESUMO

A presente tese compreende a História das Mulheres, notadamente aquela apreendida através da oralidade a partir das mulheres produtoras e associadas da AHOBERO, Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues, que desenvolve como atividade principal a produção da geleia de pimenta biquinho. Mulheres que foram atingidas pela barragem de rejeitos de Fundão e que tiveram suas vidas marcadas e modificadas pelo desastre sócio-técnico ocorrido em 5 de novembro de 2015. O desastre foi um evento físico que interrompeu de forma súbita a continuidade da normalidade da vida da comunidade. Esta tese pretende, a partir da história de vida das mulheres, da história oral, dos impactos sofridos na sua relação com o trabalho, das questões referentes à territorialidade, memória e identidade, compreender as várias camadas na história das mulheres da AHOBERO.

Palavras-Chave: História das Mulheres; História Oral; Trabalho; Desastre sócio-técnico da barragem de Fundão; Territorialidade; Memória e Identidade.

ABSTRACT

This thesis comprises the History of Women, nodding to that apprehended through orality from women producers and associates of AHOBERO, Association of Hortigranjeiros of Bento Rodrigues, which develops as its main activity the production of pepper jelly. Women who were affected by the Fundão tailings dam and who had their lives marked and modified by the environmental disaster that occurred on November 5, 2015. The disaster was a physical event that suddenly interrupted the continuity of the normality of community life. This thesis aims, from the women's life history, oral history, the impacts suffered on their relationship with work, issues related to territoriality, memory and identity, to understand the various layers in the history of women of AHOBERO.

Keywords: Women's History; Work; Sociotechnical disaster of Fundão dam; Territoriality; Memory and identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem aérea da região atingida pelo rompimento da barragem de Fundão	36
Figura 2 – Caminho percorrido pelos rejeitos da barragem de Fundão.....	41
Figura 3 – Localização de Bento Rodrigues.....	44
Figura 4 – Escola Municipal de Bento Rodrigues após 5 de novembro de 2015.....	46
Figura 5 – Rua e casas de Bento Rodrigues após 5 de novembro de 2015	60
Figura 6 – Produtora e associada Sônia, 43 anos	63
Figura 7 – Movimento dos Atingidos por Barragens	67
Figura 8 – Manifestações da população marianense para o retorno das atividades mineradoras	81
Figura 9 – Keila, presidente da AHOBERO e geleia de pimenta biquinho	154
Figura 10 – Geleia de pimenta biquinho produzida pela AHOBERO	161
Figura 11 – Painel Coronavírus. Atualizado em: 07/08/2023	164
Figura 12 – Danos causados pelo rompimento de Fundão.....	167
Figura 13 – Imagem de Bento após o rompimento de Fundão.....	176
Figura 14 – Images da AHOBERO no novo Bento	192

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHOBERO	Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRIA	Centro em Rede de Investimentos em Antropologia
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GESTA/UFMG	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCOP	Incubadora de Empreendedores Sociais e Solidários
IRD	Instituto de Recherche pour le Développement
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPE/MG	Ministério Público Estadual
NEHO/USP	Núcleo de Estudos em História Oral
NEMGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher
NUGAAL-CNPq	Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentos
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PLCI	Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados
PNAB	Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens
RBF	Rejeitos da Barragem do Fundão
RBR	Rompimento da Barragem de Rejeitos
SCN	Sistema de Contas Nacionais
T.D.R.	Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização
TTAC	Termo de Transação e de Ajustes de Conduta
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM-RS	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
Usiminas	Usina Siderúrgica de Minas Gerais S.A.
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A PESQUISA E PRODUZINDO SENTIDOS	11
1 TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: O CASO DE BENTO RODRIGUES	35
1.1 Bento Rodrigues: 5 de Novembro de 2015	35
1.1.1 Sobre Bento antes do desastre.....	45
1.2 Territórios e os conflitos ambientais promovidos pela atividade minerária	46
1.3 Temporalidades, territorialidades	59
1.3.1 A Intensificação do sofrimento social das Mulheres da AHOBERO	64
1.4 Bento Rodrigues, um lugar, várias memórias – a partir das associadas da AHOBERO...	71
1.5 De atingidos a estigmatizados	79
2 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES: DA CATEGORIA HISTORIOGRÁFICA ÀS MULHERES DA AHOBERO	91
2.1 A história da História das mulheres.....	94
2.2 As mulheres da AHOBERO: a história oral para entender o seu tempo presente	108
2.3 As mulheres e a Associação de Hortigranjeiro de Bento Rodrigues.....	113
2.4 Sujeitas trabalhadoras ou trabalhadoras invisíveis?	122
3 A AHOBERO, SUAS ASSOCIADAS E BENTO: AS RUPTURAS DO TEMPO	145
3.1 A AHOBERO em Bento	145
3.2 Os trabalhos da AHOBERO	150
3.2.1 2002 a 2006 – O início	156
3.2.2 2006-2015 – A nova gestão	159
3.2.3 A pandemia de Covid-19	164
3.3 A memória do desastre sócio técnico: o passado que ainda é	165
3.4 Território e memórias: efeitos e reflexos identitários.....	173
NOSSAS REFLEXÕES PARA EFEITO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS: AHOBERO e produção da pimenta biquinho em imagens.....	208

INTRODUÇÃO: APRESENTANDO A PESQUISA E PRODUZINDO SENTIDOS

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?³.

“As mulheres sempre trabalharam”⁴. Esta afirmação feita por Perrot em *As mulheres ou os silêncios da história* (2005) revela a concepção de que as mulheres não só têm uma história, mas são agentes históricos e possuem sua própria historicidade.

O silêncio surge na História como um atributo feminino a elas destinado em segmentos como na divisão do trabalho, nas tarefas do corpo como a reprodução, nos afazeres da casa e na esfera privada. É necessário, desta forma, rever seu lugar e pensar os espaços de silêncio no qual as mulheres foram dispostas, resultado de um poder simbólico em que a elas foram impostos papéis e identidade específicos. A escrita acadêmica da construção da História de Mulheres é ação de autonomia, de retomada e resgate das histórias passadas e também do presente.

É nesse ponto que surge o interesse que impulsionou este trabalho de pesquisa. A preocupação pela busca das histórias e memórias das mulheres de Bento Rodrigues em Minas Gerais e como elas vêm enfrentando o processo de desterritorialização e reterritorialização. Tendo o caminho percorrido por esse trabalho se revelado com desafios comuns a todos que se propõem a trabalhar com o contemporâneo ao lidar com processos de assimetria de poder e das relações sociais que se reproduzem ao longo do tempo, a escrita da História das Mulheres se abre como espaço pertinente para tratarmos da história vivida por um grupo de mulheres, unidas por várias razões e circunstâncias dentro da Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues, a AHOBERO. Esta Associação iniciou suas atividades em 2002 e é composta, atualmente, por oito mulheres produtoras da geleia de pimenta biquinho, produto este de grande reconhecimento.

A história dessas mulheres é marcada pela presença secular da mineração na região central de Minas Gerais, no território de Mariana. Em 2015, essa relação teve um momento de ruptura. A lama de rejeitos, consequência do rompimento da barragem de minério de ferro de Fundão, no complexo minerário de Germano, sob a responsabilidade da Samarco e de suas parceiras, Vale do Rio Doce e BHP Billiton, soterrou vidas, casas, espaços de encontro, hortas

³ PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Ed. Universidade do Sagrado Coração. 2005.

⁴ PERROT, M. *Mulheres Públicas*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998, p. 97.

e ruas, plantas e animais, memórias, projeções de futuro, se transformando num desastre de enormes proporções na história do extrativismo no Brasil⁵.

Assim, a partir da perspectiva da história das mulheres, as trajetórias determinadas para o estudo desta tese são as histórias das produtoras da AHOBERO, Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues, pertencente à localidade de Bento Rodrigues⁶, subdistrito de Santa Rita Durão, em Mariana, Minas Gerais, que foi devastado pela lama de rejeitos de minério de ferro como consequência do maior desastre ambiental, no Brasil, ocorrido em 5 de novembro de 2015⁷.

A Associação desenvolve, como atividade principal, o plantio de hortaliças para venda e autoconsumo das famílias, e, dentre as escolhas para o cultivo, está a pimenta biquinho, utilizada para a produção da geleia, produto bem aceito no comércio de Mariana, na Região dos Inconfidentes e de Belo Horizonte, e que se tornou reconhecido nacionalmente.

O presente estudo observa, essencialmente como estas mulheres se reorganizaram para retomar seus trabalhos diante da fragmentação de seus espaços e tempo, isto é, como se deu a reestruturação produtiva para a vida laboral logo após o desastre ambiental e como suas memórias se organizam no fenômeno da desterritorialização. O objetivo, neste sentido, permaneceu nos desafios de olhar o lugar que as trabalhadoras da AHOBERO produzem para si, para os seus e para a Associação, bem como perceber como elas se organizaram diante das suas histórias e se reestruturaram a partir do crime socioambiental que experienciaram e, acima de tudo, quais suas projeções e expectativas para o futuro.

A AHOBERO e o mundo do trabalho formam o lugar através do qual conhecemos “as mulheres da Associação”, “as mulheres da geleia de pimenta”, “as mulheres de Bento”: Keila, Neuza, Marlene, Marinalva, Rosângela, Sônia, Dona Geralda e Nayure são as mulheres da AHOBERO que se transformaram em atingidas no dia 5 de novembro de 2015.

⁵ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/profundidade-da-lama/>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

⁶ Localizada a 24 quilômetros de Mariana, em Minas Gerais, Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, teve seu povoamento com o início das atividades minerárias, no início do século XVIII, cujo caminho da Estrada Real, usado para desbravar o interior brasileiro e ligá-lo ao litoral carioca, atravessava o seu centro urbano. Bento Rodrigues foi o primeiro local atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015. DOSSIÊ de Tombamento de Bento Rodrigues. Patrimônio Cultural. Belo Horizonte. Maio 2019. Disponível em: <<https://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021.

⁷ A atividade de extração de minério de ferro consiste em separar o material valioso, que se vende, do que não tem valor comercial. Nessa separação, o material que não vai ser utilizado, chama-se rejeito, tem que ser, em acordo com as leis ambientais, armazenado em reservatório para não causar danos. As estruturas que servem de reservatórios são feitas de terra compactada e recebem o nome de barragem. CASO Samarco MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Brasília, 9 novembro de 2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 30 out. 2021.

Durante a escrita da tese, procuramos compreender o processo de fragmentação da vida desse grupo, por meio do desastre, que, conforme Norma Valencio em *A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre* (2017) “estão associados a eventos físicos que deflagram a normalidade da vida social”⁸. Ocorrido em 2015, o desastre promoveu todos os impactos que os empreendimentos minerários projetam sobre as vidas dos indivíduos e tornou-se o maior desastre ambiental ocorrido como consequência da exploração mineral no país. A rotina e o cotidiano destas mulheres foram marcados e fragmentados pela lama de rejeitos. Tal rompimento teve como grave consequência, além das perdas de vidas, a destruição do território de Bento Rodrigues, a primeira localidade a ser destruída em sua totalidade pela lama.

As mulheres de Bento Rodrigues, notadamente as associadas da AHOBERO, seguem suas vidas, hoje, em outros espaços. Ao desenvolver a escrita deste trabalho nos deparamos com o fato de que para conhecer as formas de reestruturação encontradas pelas mulheres da AHOBERO para continuidade de seus trabalhos na Associação, precisávamos seguir a partir da compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização sofridos por elas. A desterritorialização, conforme Haesbaert e Bruce em *A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari* (2002) se dá pela “destruição de territórios humanos”⁹. Concomitantemente à desterritorialização, as produtoras da AHOBERO vivem o processo de reterritorialização “a recriação do território destruído”¹⁰.

Esta concepção é bem definida em *Reterritorialização e identidade territorial*, apresentada por Chelotti (2010) em que o autor procura discutir a importância da representação do conceito de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR) em que os conceitos se completam.

Para o antropólogo Paul Little, autor de *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade* (2003), o território está para além de uma perspectiva de delimitação geográfica, física e estática, por este ser envolvido por relações sociais, históricas e afetivas. A territorialização acontece pela construção de identificação do ambiente físico e as particularidades socioculturais. As mulheres produtoras da geleia de

⁸ VALENCIO, N. A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre. In: **Anpocs**, v. 41, 2017, Caxambu. Anais. São Paulo: ANPOCS, 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/vK3saR>>. Acesso em: 8 maio 2023.

⁹ HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002, p. 8.

¹⁰ CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

pimenta biquinho da AHOBERO foram escolhidas como personagens centrais para este estudo também pensando nessa perspectiva, pois elas que tinham Bento Rodrigues como local-sede de trabalho, compulsoriamente passam a ver e ter o município de Mariana como novo espaço para viver e trabalhar, e enfrentam, hoje, 2023, mais de sete anos após a tragédia, o processo de desterritorialização-reterritorialização de forma complexa, com os prejuízos das suas relações afetivas, bem como a difícil reconstrução das suas identidades e dos significados sociais e culturais pós-desastre. Os danos causados pelo colapso de Fundão fragmentaram as histórias de vida da população de Bento. Permanece vivo para eles o pertencimento àquele lugar, àquele espaço.

Para as mulheres da AHOBERO, o centro urbano de Mariana passou a ser o novo espaço domiciliar, e diante das novas condições de vida, as vítimas passaram a experienciar, imediatamente ao acontecido, os sentimentos de choque, tristeza, e, sobretudo, passaram a percorrer um caminho desconhecido. As novas formas de trabalho e de relação em sociedade estão carregadas de incertezas. Para Little, a chamada territorialização é um produto histórico de processos sociais que possui papel fundamental nas comunidades e é parte integrante dos grupos sociais¹¹:

O interesse é mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos grupos – semelhanças que ficam ocultas quando se empregam outras categorias – vincular essas semelhanças a suas reivindicações e lutas¹².

Vimos que a relação das produtoras da AHOBERO com o mundo foi rompida por intensos traumas e, para entender a amplitude da reestruturação enfrentada por elas, ouvimos suas memórias e as lemos através da noção de território concebida por Little e Chelotti. Nesta conjuntura, nos aprofundamos nas questões territoriais, da memória e da identidade que vão acontecendo nas falas, na apresentação dos seus sentimentos em relação ao território, ao trauma e do que é passado, presente e futuro para elas. É na perspectiva territorial, aprofundada em *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*, de Paul Little, que nos debruçamos e percebemos que, primeiramente, “para um entendimento mais profundo desses processos territoriais, precisa ser contextualizada com respeito ao momento histórico no qual acontece”¹³.

¹¹ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

¹² *Ibidem*, p. 253.

¹³ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003, p. 255.

A noção de pertencimento a um lugar incorpora os grupos que surgiram historicamente. Para o antropólogo Little, “as condutas territoriais que sustentam podem mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele”¹⁴. E, para esta compreensão, precisamos entender as questões da relação identidade-território, dos meios em que o território diz quem você é. Segundo Little, são criadas relações que justificam a sua existência naquele espaço, naquele lugar, naquele território e a noção de lugar também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui às particularidades de seu ambiente¹⁵.

Em Bento Rodrigues, as mulheres da Associação tinham família, *compadres e comadres*, amigos e tinham a AHOBERO, ou seja, grupos e relações que permitiam a identificação ligada a Bento Rodrigues. Isso foi perdido, o acesso foi rompido e a única alternativa foi reorganizar, mental e sentimentalmente, o que foi vivido no passado com as possibilidades do que resta no tempo presente.

A desterritorialização necessita ser compreendida para além do espaço material, pois adentra a conjuntura dos processos econômicos, culturais, sociais e também políticos. Marcelo Lopes de Souza em *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (2013) sobre a produção do espaço social e suas aproximações com o território e os contextos de territorialidade e reterritorialidade, esclarece: “a ideia de espaço deve ser entendida como algo mais amplo, portanto importante as qualificações do espaço social”¹⁶.

Neuza é uma das produtoras e associadas da AHOBERO que vive hoje em Bandeirantes, distrito de Mariana-MG. Ela afirma que não se adaptou à cidade de Mariana e que viveu lá por dois anos, mas não se adaptou ao centro urbano.

Eu morei em Bento desde pequena. Então morar na cidade (Mariana) não é fácil pra adaptar não. Preferimos (ela e o marido) ir para um lugar menor. Aqui em Bandeirantes é bem melhor (Neuza, produtora e associada, 46 anos).

Em seu relato, quando perguntada sobre sua vida hoje, depois do desastre de Fundão, demonstra sentimentos de angústia e incerteza desde a fragmentação de sua vida pela barragem de Fundão. Quando eu pergunto sobre as diferenças percebidas entre Bento Rodrigues e

¹⁴ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003, p. 256.

¹⁵ *Ibidem*, p. 255.

¹⁶ SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013, p. 25.

Mariana e a possível forma de reestruturação, ela prontamente declara o desconforto ao se ver longe das outras associadas, dos outros moradores de Bento Rodrigues.

Porque antes ela era perto né... e a gente morava todo mundo perto um do outro e agora lá em Mariana, tava cada um num bairro e agora eu mais Keila, a gente veio pra cá, pra Ribeirão. Ficou mais longe ainda e não sei como que vai ser isso... (riso tímido). Fico tensa e preocupada. Mas, lá no Bento era... era muito perto (Neuza, produtora e associada, 46 anos).

As produtoras não acessam mais o território físico de Bento Rodrigues como antes. Nessa conjuntura, de acordo com Little, “[...] a expressão dessa territorialidade, então, se mantém viva nos bastidores da memória coletiva”¹⁷ e é isto que “incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território”¹⁸. Já Marlene, também produtora e associada da AHOBERO, expõe não só as perdas físicas:

A gente capinava, a gente cuidava. Tinha foto da Júlia colhendo a pimenta, com um chapelão. Tinha. Foi tudo embora com a lama. Não sobrou nada (Marlene, produtora e associada da AHOBERO, 60 anos).

Ao nos depararmos com as histórias de vida das mulheres da AHOBERO surge, também, a importância de se conhecer os fatores que foram responsáveis pela ruptura de suas vidas devido ao desastre de Fundão e, dessa forma, aprender sobre os efeitos que os grandes projetos minerários causam ao território, os impactos ao meio ambiente e os riscos que sofrem as pessoas que vivem nas localidades adjacentes.

Os empreendimentos minerários participam das políticas de desenvolvimento voltadas para o crescimento econômico, muitas vezes com ênfase na exportação e se tornam responsáveis pela formação de novas fronteiras minerárias, originadas pelos processos das economias globais recentes. Estes, atuam em esferas locais, invadem territórios tradicionalmente ocupados por comunidades e geram conflitos de ordem social e ambiental.

Ao se pensar em questões territoriais no Brasil, é indispensável retomar aos primeiros atingidos por processos traumáticos de perda territorial: os povos originários brasileiros. Após passar por Bento Rodrigues e outras comunidades, a lama da barragem de Fundão foi em direção ao rio Doce e diversos grupos ribeirinhos foram afetados. É nas margens desse mesmo rio que encontramos a Terra Indígena Krenak, no município de Resplendor (MG). Flávia

¹⁷ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003, p. 262.

¹⁸ LITTLE, *loc. cit.*

Xakriabá, em texto do projeto “Um outro céu”¹⁹ (UFBA), permite entender como isso repercutiu na vida na TI²⁰:

Consegui ter contato com alguns Krenak no período da pesquisa e todos compartilham o mesmo sentimento de perda. O professor Itamar Krenak, de 38 anos, comenta: “O rio sempre correu na terra como o sangue corre nas nossas veias. É como perder um parente”. Itamar contou ainda sobre a relação do povo com o rio: “O rio tem um espírito que faz parte da nossa cultura, do nosso povo. Uatú hoon (o rio que fala), que fala com nossos espíritos e que nos traz a força. Quando tiraram esse espírito, ficamos vulneráveis”²¹.

É mais uma perda para o povo Krenak, mais um ataque ao seu território atual. A infinitude que atinge os moradores de Bento os atinge há séculos e mantem-se a característica de desterritorializados a cada nova reafirmação do projeto colonial de extermínio.

Andréa Zhouri, fundadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG), em *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social* (2016) traz reflexões fundamentais para este estudo. Para a autora, a reestruturação econômica neoliberal nos anos de 1990 se consolida por meio de lutas por direitos e de uma sociedade plural²² e a operacionalização movida, principalmente, pelo consumo e avanço tecnológico promove um mundo sem fronteiras em favor dos fluxos financeiros mundiais, em que os sujeitos que são atingidos pelos empreendimentos minerários se tornam indivíduos submetidos a dinâmicas definidas pelos mercados mundiais. Segundo Zhouri e Bolados em *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (2016) essa perspectiva requer análise da relação entre a degradação do ambiente e as injustiças sociais²³.

A exploração minerária, no modelo neoextrativista, é desenvolvida em diversas regiões do Brasil em que os países latino-americanos estão reconhecidos como concentradores de espaço/território ambiental para a exploração/extração de minério, gerando, assim, conflitos

¹⁹ XAKRIABÁ, F. Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. **Projeto Um Outro Céu**. Disponível em: <<https://umoutroceu.ufba.br/o-projeto/>>. Acesso em: 6 ago. 2022.

²⁰ XAKRIABÁ, F. Rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana. **Projeto Um Outro Céu**. Disponível em: <<https://umoutroceu.ufba.br/conflitos/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana/>>. Acesso em: 6 ago. 2022.

²¹ XAKRIABÁ, F. Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. **Projeto Um Outro Céu**. Disponível em: <<https://umoutroceu.ufba.br/conflitos/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana/>>. Acesso em: 6 ago. 2022.

²² Os movimentos sociais que proporcionaram a reestruturação econômica são as mobilizações de libertação, as revoltas estudantis e os movimentos socialistas. Fatores que intensificaram as revoluções e evoluções tecnológicas facilitando o acesso e a livre circulação de mercadorias, dos bens de consumo e desta forma, reafirmaram o capitalismo.

²³ ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

sociais. Isto é, a América Latina vem adotando, desde a colonização europeia, um modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais, que é aprofundado devido a demanda internacional, intensificando conflitos e impactos ambientais e territoriais graves.

O trabalho foi realizado a partir de entrevistas sob a perspectiva de histórias de vidas. Lígia Maria Leite Pereira, em *Reflexões sobre histórias de vidas, biografias e autobiografias* (2000), reflete a respeito do estudo das trajetórias individuais, a partir da perspectiva de Contardo Calligaris: “se é certo que sempre se escreveram histórias de vida, a ideia de que a vida é uma história surgiu com a era moderna”²⁴. A história de vida, segundo a autora, une Literatura, História e Política e refaz um caminho em direção à história oral, método que utilizamos nessa pesquisa. Segundo Lígia Maria Leite Pereira: “Biografias, histórias de vida, autobiografias. Três gêneros distintos que em comum têm o fato de serem baseados na sequência de vida individual, a sequência biográfica”²⁵, sendo, então, a história de vida “um relato de um narrador sobre sua existência através do tempo com a intermediação de um pesquisador”²⁶.

Os Desastres podem até ser esquecidos por pessoas que não o vivenciaram ou serem revistos de formas esporádicas pela mídia ou por pessoas que estão, de alguma forma, distantes do acontecimento²⁷. Entretanto, eles não somem das memórias dos indivíduos que vivenciaram os fatos e cujas feridas não cicatrizam. Essa dimensão do não esquecimento é importante para compreender como estes indivíduos seguem a vida.

No decorrer deste trabalho, a expressão *crime ambiental* é utilizada para se referir ao desastre de Fundão, porque observou-se os fundamentos amparados pelas legislações como está estabelecido na seguinte reflexão trazida por Fabrício Marinho: o desastre ambiental de Fundão é considerado crime ambiental por ser o meio ambiente *um bem* essencialmente necessário que precisa da atenção estatal, e assim, o Direito Penal, como instrumento de proteção dos bens, iniciou a sua devida proteção. Desde as últimas décadas, mais precisamente em 12 de fevereiro de 1998, o Brasil sancionou a Lei 9.605, a Lei dos Crimes Ambientais, que satisfaz as normatizações ambientalistas e penalistas. Esta lei reprime condutas e impõe penalidades, e, dessa forma, se tornou uma progressão do ordenamento jurídico, pois trata dos crimes contra o

²⁴ PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2000, p. 117.

²⁵ PEREIRA, *loc. cit.*

²⁶ PEREIRA, *op. cit.*, p. 118.

²⁷ ZHOURI, A. *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

meio ambiente, mas também contra a Administração Pública e contra o Patrimônio Cultural, no que se relaciona à questão ambiental.

Neste diapasão a poluição em níveis superior aos limites determinados por lei é considerada crime ambiental, assim como, a poluição que provoque ou possa provocar danos à saúde humana, mortandade de animais e destruição significativa da flora, e, também, a poluição que torne locais impróprios para uso ou ocupação humana, também, a poluição hídrica, que torne obrigatória a suspensão do abastecimento público e a não adoção de medidas preventivas em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível. Igualmente as condutas ambientais, como a pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização ou em desacordo com a obtida e a não-recuperação da área explorada é uma ação criminosa²⁸.

Nesta tese, o termo crime ambiental se consolidou, também, quando nos baseamos nas pesquisas realizadas pelos professores Bruno Milanez, da Universidade Federal de Juiz de Fora e Cristiana Losekann, da Universidade Federal do Espírito Santo, quando em 2016 se debruçaram sobre o desastre do rio Doce. Milanez e Losekann confirmam as informações apresentadas pelo Diário de Advogados do Brasil de que os fatos ocorridos levaram a evidências e levantamentos realizados pela Polícia Federal e pela Polícia Civil, caracterizando o evento de Fundão como crime ambiental, deixando de ser reconhecido apenas como desastre. Neste sentido, adotamos o termo *crime ambiental* quando nos referirmos ao desastre sócio-técnico no decorrer da escrita desta tese porque consideramos pertinentes as reflexões trazidas por Milanez e Losekann.

É necessário, ainda, que o conceito de crime reconheça que para determinada ação ou omissão seja considerada criminosa, ela tem que ser típica, ilícita e culpável. É necessário, também, que não existam fatos a amparar o agente de qualquer ilicitude ou culpabilidade (respectivamente, artigos 23 e 22 do Código Penal), devendo ser reconhecida sua culpabilidade penal²⁹.

Aspectos Metodológicos

O meio pelo qual desenvolvemos a tese, isto é, o método escolhido para organizar a elaboração da pesquisa é a História Oral, a partir da perspectiva da História de Vida, já que a história de vida nos proporciona observar como elas se veem. Este reconhecimento está amparado pelas lembranças que por elas são narradas. A memória, conforme as afirmações de Maria Luísa Magalhães Nogueira *et al.* em *O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração* (2017), é sempre instável. Para as autoras, ela “é construída,

²⁸ MARINHO, F. Rompimento da Barragem de Mariana. **Jusbrasil**. Belo Horizonte. jul. 2017. Disponível em: <<https://fabricionascimento2007.jusbrasil.com.br/artigos/816323214/rompimento-da-barragem-de-mariana>>. Acesso em: 30 out. 2021.

²⁹ MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016, p. 70.

inventada, podemos dizer. ela não é feita de virtudes impecáveis, é criada, cultivada, transformada, sempre”³⁰. Pereira corrobora e afirma que as histórias de vida constituem “o gênero mais promissor, do ponto de vista do conhecimento histórico e social”³¹.

A escolha pela história oral reafirma a relevância da qualificação dos testemunhos diretos que, também, são formadores do campo de estudo definidos pela história recente. A história do tempo presente é produzida por eventos muito próximos e permitem a validação para que os testemunhos se tornem fontes. Conforme M. Rovai, os testemunhos são experiências vividas e que “a memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa”³². Esta pesquisa segue com as questões a serem desenvolvidas com a certeza de que estas mulheres após o desastre sociotécnico de fundão, além de terem perdido não só a materialidade de seus endereços, perderam também seus elos físicos e sentimentais com sua territorialidade, e vendo se ausentarem de suas vidas aspectos essenciais para seu pertencimento e identificação, ou seja, o processo inerente à desterritorialização.

Durante a escrita da pesquisa foram necessárias outras fontes para elaborar o contexto do desastre sociotécnico e compreender as questões que envolvem este crime. Para isso, sentimos a necessidade de conhecer como este acontecimento é visto pela mídia. Consideramos que a imprensa, seja na sua diversidade de veículos e, por serem locais, regionais, de grande acesso, noticiários correntes e/ou comentários, fontes essenciais e destacamos, *A Sirene*, *A Jornada*, *Carta Capital*, *revista Piauí*, os jornais *Estado de Minas* e *O Globo*. A organização destas fontes foi elaborada pelas escolhas das matérias do ano de 2015 e no decorrer dos anos seguintes, especialmente próximo à data de aniversário, de quando ocorreu o desastre sócio técnico de Fundão.

Como foram pensadas e realizadas as entrevistas

Primeiramente, foram realizadas entrevistas durante o ano de 2021 e 2022, seguidas de encontros na AHOBERO em dia de trabalho da geleia nestes períodos. As entrevistas foram

³⁰ NOGUEIRA, M. L. M. *et al.* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017, p. 472.

³¹ PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2000, p. 118.

³² ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013, p. 110.

colhidas de forma individual com as produtoras da AHOBERO, durante o mês de março (2021) em suas casas, mediante permissão da presidente da Associação, Keila Vardele Fialho dos Santos, e também com os outros agentes da Associação, a fim de complementar a história da AHOBERO. Em seguida, foram realizados sete encontros com o grupo das produtoras em dias de trabalho na Associação, durante os anos de 2021 e 2022, no intuito de entender as formas de reestruturação laboral encontradas por elas e a maneira como o trabalho está se desenvolvendo neste novo espaço.

A coleta das fontes desta pesquisa segue as premissas detalhadas por Marieta de Moraes Ferreira, na obra *História Oral: um inventário das diferenças*, em que a autora esclarece as definições da História Oral que permeiam a História do tempo presente e “condiciona como objeto de trabalho do historiador, a coleta dos dados por meio das narrativas de experiências vividas em um tempo remoto através dos testemunhos vivos”³³.

A aproximação com objeto/sujeito é feita com respeito. Esclareço que as experiências da comunidade e as suas expectativas para o futuro foram analisadas com ponderação, pois permitem a construção dos processos que se utilizam das lembranças e da essência do pensamento das pessoas entrevistadas. Para Marcos Cristiano Zucarelli, o momento de aproximação do pesquisador com as pessoas atingidas é uma tarefa difícil durante a escrita da pesquisa. “A forma de se apresentar, as trocas de conversas alheias e as perguntas respeitam o tempo do interlocutor, às voltas para entender o contexto e o universo das situações sociais”³⁴.

É importante observar que durante a pesquisa surgiram limitações. Entre elas, está o fato de enfrentarmos a pandemia de Covid-19, o que dificultou a realização das entrevistas, e, devido ao distanciamento social, tivemos de organizar e respeitar a restrição para encontros em dias de trabalho na AHOBERO nas entrevistas individuais. A apresentação da pesquisa e posterior realização da coleta de dados com as produtoras da Associação foi realizada cumprindo todos os protocolos orientados pelo Ministério da Saúde vigentes naquele momento. Sendo a pandemia um evento trágico que acometeu milhões de pessoas no mundo, deixa nos indivíduos um contexto desafiador e contínuo com efeitos para além dos impactos negativos do capital humano. É neste ponto que a Covid-19 se aproxima do desastre sociotécnico de Fundão. Ambos os eventos provocaram uma ruptura abrupta na vida das pessoas e consequências irreparáveis, pois a reparação desses danos está num tempo infinito em cada sujeito e possui particularidades

³³ FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

³⁴ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 11.

na relação entre evento e sujeito atingindo. Neste sentido, surgiu como propósito, também, perceber como as produtoras da AHOBERO sentiram os efeitos no trabalho, na produção e venda da geleia de pimenta neste período de pandemia. Percebemos como foi se reestruturar novamente, já que em 2015 o contexto de gestão já havia sido alterado. Diante desse cenário traumático, voltamos o nosso olhar para entender o lugar que as mulheres da AHOBERO foram inseridas após o desastre sociotécnico.

No processo de elaboração da tese, partimos da percepção da seguinte questão:

As mulheres da Associação de Hortigranjeiros viveram transformações como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em 5 de novembro de 2015. Esta era uma barragem ativa na produção minerária da empresa Samarco Mineração S/A.

O centro do nosso trabalho está em entender os movimentos de vida das mulheres produtoras da geleia de pimenta biquinho associadas da AHOBERO, após o desastre sociotécnico de Fundão, por meio, principalmente, do testemunho das mesmas e de outros atingidos. As questões concernentes aos processos relativos à questão da mulher, da territorialidade, do mundo do trabalho e como elas se identificam nesses espaços.

Partimos do pós 5 de novembro como um evento inconcluso e, portanto, ainda acontecendo e sem data para se fechar no tempo. Entendemos que as associadas da AHOBERO permanecem vivenciando o trauma da desterritorialização que fez desaparecer de suas vidas aspectos importantes em sua autoidentificação como mulheres (filhas, mães, avós, irmãs, amigas, produtoras), como pertencentes a uma comunidade, a um espaço de trabalho, a uma história e a um futuro não mais possível. Dessa forma, chegamos a refletir sobre as camadas de temporalidades vividas pelas mulheres da AHOBERO e, este fato é essencial para a pesquisa. Para Roberto Cardoso de Oliveira, *O trabalho do antropólogo: Olhar. Ouvir. Escrever* (1996) o pesquisador sempre rememora a inteligibilidade por meio dos dados alcançados a partir do acesso à memória. “A memória constitui o elemento mais rico na redação de um texto”³⁵. Este pensamento se relaciona, também, com a elaboração dos dados obtidos quando o pesquisador vai a campo, e, na presente pesquisa, é através da memória das Mulheres da Associação que trouxemos de volta vários passados e suas elaborações, reestruturações, do espaço de Bento Rodrigues e das mulheres da pimenta biquinho.

³⁵ OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996, p. 12.

Conhecendo as mulheres da AHOBERO

As produtoras da Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO) são as mulheres, as sujeitas que se tornaram protagonistas do estudo. Impulsionadas pela ideia de compreender suas histórias de vidas antes e depois da barragem de Fundão, decidimos observar, conhecer e narrar suas histórias e as relações de aproximação com os seus lugares de vivências, suas casas e lugar de trabalho, e com seus afetos para chegarmos às suas lembranças.

Essas mulheres são trabalhadoras que se dedicam ao trabalho de gestão e preservação da associação, realizando as atividades principais e secundárias que vão desde o plantio, colheita, produção e venda da pimenta, bem como das responsabilidades de manutenção da AHOBERO, como o pagamento do aluguel, da energia elétrica e da compra dos insumos para a produção da geleia. Hoje, a atividade de plantio da pimenta está suspensa, pois o espaço de localização da associação não possui terreno para plantar.

Quanto às tarefas de cada associada, em nosso primeiro encontro, a associada Sônia Souza esclarece que as atividades desempenhadas por elas na associação possuem o mesmo valor e todas desempenham quase todas as tarefas de forma igualitária. A exceção fica para partes burocráticas que cabem à presidência e compra dos insumos que ficam à priori com D. Geralda:

É igual, porque a gente é assim, não tem aquele negócio “Ah, fulano vai fazer isso...”. Não tem, sabe! Se for preciso eu espremer, eu vou lá e espremo. Se for preciso eu ir lavar a pimenta eu vou lá e lavo. Sabe... Não tem esse negócio assim de, de... dar a tarefa pra um e a outra só aquela tarefa não (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Passo a apresentar, aqui, brevemente, as mulheres que compõem a AHOBERO.

Keila Vardeli F. do Santos, 38 anos, é uma mulher de pele parda e estatura média, tem cabelos ondulados e escuros. Ela é mãe de dois filhos, Pablo (casado) e Jennyfer (solteira e mora com os pais). Keila passou a fazer parte da AHOBERO em 2006 quando começou suas atividades como produtora. Pouco tempo depois foi indicada para a presidência da Associação como ela mesma informa:

Olha, eu entrei na Associação, foi em 2006. Desde 2006 eu sou presidente da Associação. Eu já conhecia a Associação porque eu era vizinha da Rosângela, que o marido dela trabalhava na Associação. Aí eu ia direto com ela lá na horta pra poder levar almoço, buscar verdura, aí eu já conhecia o trabalho da Associação, desde 2002. E em 2006, eles queriam trocar de presidência, reformular a Associação. Aí, foi quando eu resolvi entrar, porque eu gostava do trabalho deles e por eu ter menino pequeno, ele já tinha, era... Tinha mais de dois anos, né... Pablo era pequeno. Pra trabalhar fora não dava, porque o Bento era pequeno e pra trabalhar, tinha que ser fora. Aí eles me propuseram de ser a presidente. Falei assim “eu não tenho experiência, nunca trabalhei assim, mas se *ocês* me ajudarem, eu posso tentar”. Aí, desde então,

aceitei o desafio e desde então eu tô à frente da Associação (Keila Vardeli, 39 anos. Produtora e associada da AHOBERO).

Neuza da Silva Santos, 46 anos, nasceu em casa, no subdistrito de Bento Rodrigues. Seus pais vieram de Valadares, aproximadamente seis anos antes do seu nascimento. De pele negra, cabelos ondulados e estatura mediana, Neuza é casada, cunhada de Keila (também associada e produtora da AHOBERO) e mãe de uma menina chamada Ana Vitória de 3 anos e, hoje, está afastada das atividades laborais da Associação para cuidar de sua filha que ainda é pequenina, como ela fala em nosso primeiro encontro:

Olha, eu entrei na Associação, foi justamente em 2006. Mas, é... pra ter né, mais uma fontezinha de renda, porque só o meu marido trabalhava na época e eu queria ter uma renda pra mim. Aí eu... o pessoal me chamou pra entrar, ser sócia, associada lá na Associação e eu fui. Só que na época a gente ainda não sabia ainda o que que ia fazer. O que que ia plantar, o que que ia fazer... aí foi mais pra limpar o terreno, lá né... preparar... aí depois eu fiquei afastada. Mais uns... ah, eu devo ter ficado afastada da Associação uns três anos.

Geralda C. Gonçalves Alves, ou Nenzica, como é chamada pelas amigas-produtoras, tem 61 anos, estatura mediana e pele parda, é casada com Raimundo (sócio e fundador da AHOBERO) e não tem filhos. Ela desempenha, além das outras atividades desenvolvidas pelas produtoras, a de contatar os fornecedores e negociar a compra da pimenta *in-natura*. Despretensiosa de ser uma das produtoras quando iniciou os trabalhos na Associação, D. Geralda gostava de ajudar as amigas na associação até que aceitou o convite e se reconheceu como uma produtora da AHOBERO.

Então, eu comecei porque teve uma época lá, eles resolveram vender geleia pra fazer... [senta aí e arrasta a mesa, senta aqui]. Eles foram vender geleia pra prefeitura. O prefeito encomendou acho que sete mil e tantos vidro de geleia. Então, eles tavam muito apertado, muito mesmo! Foi na semana já de entregar que eles resolveram encomendar. Então, assim, eles tavam muito apertado, tava trabalhando 48 hora, 24 hora por dia! Aí, então, eu fui ajudar eles. E aí as menina... eu fui ajudar, assim, pra ajudar. Não tinha intenção de trabaiar na Associação. Aí eles gostaram, me convidaram pra ficar com eles. Eu não queria, no início eu não queria. “Ah, não gente, eu venho ajudar no dia que precisar, mas ficar com cês eu num vou não”. Aí depois eu fui acostumando a trabalhar junto com as menina e resolvi ficar aqui com elas.

Rosângela Maria da Silva Sobreira, 51 anos, é de Santa Rita Durão, casada com Sidney (Vice-presidente da AHOBERO) e mudou-se para Bento Rodrigues há 2 anos. Rosângela tem a pele parda e cabelos lisos. Ela é mãe de duas filhas, tem uma neta e é comadre de Keila (produtora e presidente da associação). Em sua narrativa ela explica o início do processo de plantio e a produção da geleia.

Aí meu cunhado tinha um terreno lá embaixo, antes de chegar no Bento, bem no centro, ele tinha um terreno. Aí a gente conversou com ele e veio a Emater e deu pra gente umas opções lá do que a gente queria, né... Aí a gente foi e optou pela pimenta.

Aí veio a mulher do... do Leonardo e foi fazendo os negócio da pimenta e deu certo. E a gente foi e optou por plantar e fazer a geleia. Nessa época.

Marinalva dos Santos Salgado, 49 anos, tem estatura mediana, pele clara e cabelos lisos e ruivos. É natural de Bento Rodrigues, viúva, tem 6 filhos e 9 netos e é cunhada de Neuza (produtora e associada da AHOBERO). Em sua história, ela fala da importância da Associação. Marinalva, em sua narrativa, diz que devido ao falecimento do seu marido, que aconteceu há doze anos, depois de sofrer um infarto, a AHOBERO e os trabalhos que ela desenvolveu lá foram fundamentais nos momentos de luto.

Sempre quando eu ia lá, lá passear, porque eu morei fora um tempo, sempre eu ia, trabalhava com as menina lá, aí, eu fiquei viúva. Aí quando meu marido morreu, eles começaram a me levar pro serviço, pra mim ficar assim, mais calma, pra mim... né... pra me ajudar a superar tudo o que aconteceu. Eu com meus menino tudo pequeno, tinha uma de maior, o resto tudo era de menor. [...] Aí me levaram, foi me levando, me levando e... eu comecei a trabalhar com eles. Mas, pra me ajudar a aliviar minha mente. [...] Naquele momento foi emocional.

Sônia Xisto dos Santos de Souza, 43 anos, estatura baixa e cabelos lisos e escuros, é casada e tem um filho. Ela iniciou seus trabalhos na associação quando a AHOBERO já era presidida por Keila e considera o trabalho fora de casa na associação bom para a vida dela e nos relata:

Trabalhar na associação é muito bom. Porque... bom para meu emocional porque, quando a gente vai, a gente... Nossa! Eu esqueço de tudo! [...] Quando eu entrei, já... já existia né, a Associação já existia. Então, quando eu entrei, já tava a Keila, já tava o Sidney, a Rosângela... E... aí pra mim foi muito bom, porque, cê sabe, serviço de casa é assim, a gente faz serviço de casa... acaba ali, né... sempre tem, mas, é aquela coisa cê trabaia fora, cê mexer com a horta, mexer com... né... com o produto ali é bem melhor.

Marlene Zaquiel Serra, 60 anos, estatura baixa, pele clara e cabelos lisos, tem 3 filhos e 4 netos e foi casada por duas vezes. Ficou viúva em 2019 e mora com sua mãe, D. Maria. Sobre os seus trabalhos na associação, Marlene conta que ficou afastada por um tempo desde que seu marido adoeceu. O início das atividades foi em 2006-2007,

Eu entrei na Associação em... pra frente um pouquinho... não sei se foi em 2006 ou 2007. [...] Eu não sei ao certo quando eu entrei mesmo, porque eu fazia assim: tava apertado, eu ia e ajudava. Aí, até que as meninas chegaram e me convidaram. Eu era doida pra entrar mesmo! Mas... eu pensava assim “eu não posso chegar e falar nada né...”.

Nayure Gabriela O. Silva, 20 anos, é estudante de Economia na Universidade Federal de Ouro Preto e a produtora mais recente da associação. De estatura alta, cabelos claros e pele parda, é neta de Marlene (produtora da AHOBERO), Nayure considera sua entrada na associação relevante para sua vida e continuação de um ciclo. A entrada de Nayure na Associação é para ela e para as outras mulheres da associação e certeza de que a associação terá

vida longa e que as novas gerações darão continuidade aos trabalhos. Ela se inspira nas mulheres da AHOBERO ao se inserir no trabalho.

Então, a AHOBERO é mais do que uma Associação, é uma família né. Então, tá hoje fazendo parte junto com as meninas, é assim, admirável, é inspirador! Porque são pessoas que me viram crescer, confiam no meu trabalho, conhecem o meu caráter e dão valor a isso! É tão diferente quando você, às vezes, vai pra um mercado normal, de empresas onde as pessoas não conhecem a sua história. Elas conhecem a minha, valorizam isso, e eu, por saber todos os processos e o quanto elas batalharam pra isso, eu me sinto muito inspirada, sabe... a fazer as coisas mais além! (Nayure, produtora da AHOBERO, 20 anos).

O encontro: a AHOBERO e os caminhos que me trouxeram até aqui

As experiências vividas pelas mulheres da AHOBERO e os caminhos acessados para realizar esta pesquisa me fazem pensar sobre minha própria trajetória e as direções que segui até aqui. Neste inevitável olhar para dentro, ao refletir sobre as questões das quais me dediquei ao longo desta produção, vejo-me aproximar da minha própria história de vida, do meu passado. Fui impulsionada a conhecê-las quando me percebi atraída por suas histórias a partir da minha.

As minhas memórias, me vêm da minha infância, de quando eu era só uma criança, moradora da cidade de Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais, onde vivi até meus 29 anos de idade. Em Lafaiete, fui criada e educada por meus pais e, aqui, recebe um lugar especial o meu saudoso pai, Antônio Geraldo de Faria (falecido em 2021), que trabalhou durante toda sua vida em uma mineradora, chamada Ferteco Mineração S/A., que no início deste século foi incorporada pela Vale S/A. e, desde então passou a ser reconhecida pela denominação de *Mina de Fábrica*.

Não só meu pai, mas praticamente todos os homens da minha família, como o meu irmão, tios, maridos das minhas tias e os meus primos fizeram ou fazem parte da atividade minerária como trabalhadores formais.

Revelando, brevemente, parte desta minha história, início esta narrativa pela lembrança de quando meu pai, durante toda minha infância, saía para trabalhar no meio da tarde e chegava em casa no meio da madrugada e por isso quase não nos víamos o suficiente e não tínhamos tempo para os nossos momentos. Muitas vezes, eu saía logo cedo para escola enquanto ele dormia. Tão logo eu retornava para casa, tínhamos um tempo curto para fazermos a nossa refeição e ele já estava de partida novamente. Quando ele estava em outro horário de trabalho, precisava dormir durante o dia, para, então, trabalhar a noite inteira, horário conhecido como zero hora. Esta era a exaustiva rotina de trabalho do meu pai.

Lembro-me, também, que mesmo tendo pouco tempo para passar conosco, meu pai mostrava-se alegre ao vestir o seu uniforme e sair de casa. Quando retornava cansado, ele chegava sempre feliz e dizia ter o seu dever cumprido. Quando indagado sobre a sua realização profissional, sua resposta era convicta: “esta empresa, minha filha, é muito boa. Ela me proporciona a dar para você, sua mãe e seu irmão, um plano de saúde, uma cesta (alimentação) e o salário para a gente comer dignamente e assim, eu manter os estudos de vocês” (que apesar de ser em escola pública, existiam os gastos com uniformes, material escolar, transporte etc.). Este mesmo discurso eu reconhecia dentro da casa dos meus familiares e das minhas amigas mais próximas, que também viviam experiências similares.

É incontestável que o primeiro elemento que me aproxima das histórias de vida das mulheres da AHOBERO é o fato de ser, eu, mulher. Mas, para além disso, sobrelevo o de ter sido criada por uma mulher, minha mãe Maria Helena, que nunca se permitiu trabalhar fora do ambiente do nosso lar, devido às suas convicções, que são vindas das construções patriarcais que ressaltaram, de forma efetiva no país, no início de seu matrimônio (1972) e, dessa forma, se dedicou ao marido, aos filhos e às tarefas domésticas.

Eu afirmo, com convicção, que nunca me foi verbalizado por minha mãe o desejo de querer uma vida contrária à dela para mim. Entretanto, percebi nela o desejo de que eu vivesse um futuro diferente, já que ela sempre teve a conduta de me incentivar para os estudos e introduzir em mim a prioridade de trabalhar fora de casa e ser remunerada ao desempenhar atividades que possuíssem o valor financeiro reconhecido por esta atuação.

Tanto por minha mãe quanto por meu pai fui encorajada a entrar no mundo acadêmico. E, assim, logo após o término do Ensino Médio (2000) ingressei na Faculdade de Ciências Econômicas de Conselheiro Lafaiete, no curso de graduação em Ciências Contábeis. Em 2002, já na metade do curso em que me tornaria Contadora, fui aprovada no processo seletivo para realizar estágio na empresa mineradora Ferteco Mineração S/A., a mesma que empregou meu pai e meu irmão por toda vida. Na ocasião, senti alegria em dar este orgulho para os meus pais. Afinal, a partir daquele momento eu também fazia parte daquele universo que sempre fora admirado por toda família e, desta forma, eu poderia vestir aquele uniforme da empresa que garantiu nosso sustento, já que permitiu estruturar nossas vidas.

Em 2003, a empresa mineradora Vale S/A. incorporou a Ferteco e modificou todas as áreas e as formas de trabalho. Imediatamente à incorporação, a mineradora despediu todos os estagiários, muitos trabalhadores e, foi a partir de então que surgiu em mim o desapontamento pela atividade minerária, quando percebi que é uma das suas prioridades aspectos capitalistas e menos humanitários. Muitos pais de família foram dispensados pelo fato de a empresa ter como

interesse as remoções dos trabalhadores vindos de outras minas e não valorizar muitos que já ocupavam cargos lá há anos. Percebia que a mesma empresa que foi o nosso sustento e fez parte da minha trajetória até que eu chegasse ali, também não mediu as consequências ao despedir parte do pessoal que participava da sua operação e que este fato poderia ter acontecido em momento anterior à aposentadoria do meu pai e, desta forma, interromper o seu trabalho e os estímulos para seguir com os seus objetivos de vida.

Assim, fui me preenchendo ao longo da vida destas vivências e que hoje se fazem memórias e lembranças da relação da mineração com a minha história.

Aos 29 anos, quando me casei e vim morar na cidade de Mariana, já como servidora da Universidade Federal de Ouro Preto, conservava em mim a inquietação de compreender as relações existentes entre as empresas mineradoras da região e as pessoas que viviam em torno das atividades desempenhadas por estas empresas. Já em 2015, em 5 de novembro, o desastre sociotécnico que destruiu Bento Rodrigues permitiu-me perceber que era o momento de voltar o olhar para as consequências que a atividade minerária causa diretamente às pessoas. Era interesse compreender de forma mais profunda e evoluir o conhecimento de como a extração de minério ao mesmo tempo em que admite trabalhadores, paga seus salários e, assim proporciona estrutura melhor às famílias, pode ser omissa das suas responsabilidades, coloca em risco comunidades inteiras, destrói o meio ambiente e por meio do rompimento de uma barragem, mata pessoas.

Acompanhando pelas mídias e também em Mariana de forma próxima o processo de desterritorialização e reterritorialização das pessoas de Bento Rodrigues, me vi diante da inquietação de me aproximar das histórias das mulheres da AHOBERO e da necessidade de compreender a reestruturação dos seus trabalhos. O lugar que elas ocupavam no mundo naquele momento foi interrompido e o tempo foi infinitamente ágil diante do desastre. O fato de seus trabalhos serem interrompidos por um desastre sociotécnico promovido pela empresa mineradora Samarco colocou-me de volta no passado, no lugar da Flávia, estagiária, que desempenhava tarefas para a atividade minerária e que os trabalhos também foram interrompidos por ações e decisões da mineradora. O rompimento da barragem, fato ocorrido em grandes proporções e inúmeras consequências, permitiu intensificar os desejos de colocar-me em posição de pesquisadora para ouvir, compreender e publicizar, no tempo presente, as histórias das mulheres da AHOBERO por meio das suas narrativas.

A escolha pela pesquisa sobre a História das Mulheres no mundo do trabalho surgiu, também, com o interesse pelos estudos das Ciências Humanas e Sociais. A definição pelo tema e local de estudo também perpassa pela minha atuação no curso do PPGHIS, Programa de Pós-

Graduação em História, ao qual estou vinculada, tem buscado dar visibilidade aos seus elementos sociais e culturais por meio de estudos científicos produzidos por diferentes linhas de pesquisas. Assim, este estudo contribui também, para a compreensão dos aspectos sociais, culturais da cidade onde resido, e da Instituição na qual estudo e trabalho. Neste sentido, a pesquisa colabora, também, para se pensar em uma gestão mais eficiente dos recursos destinados ao reassentamento dessas mulheres, integrando-as a uma nova realidade que seja coerente com seu passado, sua identidade pessoal e coletiva e que, assim, consiga minimizar não só as destruições materiais sofridas, mas também os danos emocionais vividos por elas.

O corpus documental

Para a construção da tese, apoiamo-nos nas fontes abaixo indicadas. Elas passam por testemunhos colhidos em primeira pessoa e seguem para os colhidos a partir de documentários e da imprensa.

As edições do *Jornal A Sirene*³⁶: *para não esquecer*, jornal de circulação na cidade de Mariana e distritos locais, também apresentados pela versão eletrônica em <<https://jornalasurene.com.br>> constituem fontes para esta tese. São produzidas, mensalmente, por atingidos do crime de Fundão, desde dezembro de 2015, e trazem histórias sobre o efeito do desastre ambiental na vida dos atingidos, com destaque para o resgate de patrimônio, preconceito vivido por eles e atualização da comunidade sobre o processo de reparação dos danos. As edições que compõem a série do jornal *A Sirene, Memória e Cultura, A Cura do Rio Doce*, são contribuições relevantes para a pesquisa porque abordam o sofrimento social, os estigmas e os protestos realizados na busca pelos direitos dos atingidos. Já as edições produzidas pela série *A Sirene, Em nome do Mar, do Rio e do Espírito Santo*, apresentam as abordagens de gênero, trabalho e identidade dos atingidos do Espírito Santo e contribuem para a perspectiva da história das mulheres e seu desempenho como trabalhadoras ribeirinhas. Elas, como todos os envolvidos pela depreciação do rio Doce, foram afetadas em suas atribuições

³⁶ O Jornal A Sirene é produzido pelas pessoas atingidas. O veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os(as) atingidos(as), o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. No dia 5 de cada mês (data que marca a tragédia que matou 19 pessoas e destruiu diversas comunidades), é lançada uma nova edição do Jornal. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos. Publicado desde fevereiro de 2016, o jornal A SIRENE produziu histórias grandiosas sobre os efeitos da tragédia na vida de centenas de famílias. São destaques o resgate de patrimônios soterrados pela lama em Bento Rodrigues e o preconceito vivido por atingidos(as) que decidem clamar por seus direitos em uma cidade dividida pelos rumos da mineração. Com o apoio de grupos técnicos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de assessorias direcionadas aos atingidos, movimentos sociais e coletivos. Jornal A Sirene: a voz dos atingidos pela barragem.

laborativas e ainda sofrem o preconceito e discriminação de gênero em relação ao trabalho desenvolvido. Mesmo não sendo o objeto central deste estudo, as ribeirinhas do Espírito Santo exemplificam a realidade das mulheres atingidas e suas histórias complementam os fundamentos acerca do mundo do trabalho.

O documentário *Barbárie, ganância, violência, catástrofe* (2019), realizado em Bento Rodrigues pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) que realiza estudos sobre processos de apropriação de territórios tornou-se relevante para a descrições detalhadas sobre a caracterização atual do território de Bento³⁷. Para refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território, no tocante à capacitação político-participativa de populações afetadas por lógicas excludentes de exploração da natureza³⁸, o grupo GESTA disponibiliza textos analíticos de conflitos ambientais, relatórios e pareceres técnicos, obras, artigos e cartilhas que contemplam conhecimentos construídos para a vida dos atingidos e para a comunidade acadêmica sobre as relações de poder intrínsecas à implantação de projetos minerários. Estas fontes estão disponíveis no *site* Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais³⁹.

Os boletins *A Jornada* são informativos bimestrais, impressos, que têm o propósito de informar e prestar contas sobre a atuação da Fundação Renova nos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Atualmente, desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a publicação é disponibilizada por meio digital, cujo *link* é enviado pela Fundação quando a população solicita. As localidades para as quais a Fundação encaminha as edições do jornal foram as que foram atingidas pelos rejeitos de Fundão e abrangem as cidades de:

Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Córrego Novo, Dionísio, Fernandes Tourinho, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Marliéria, Pingo D'Água, Raul Soares, Rio Casca, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sobrália, Timóteo, Governador Valadares, Conselheiro Pena, Galileia, Tumiritinga, Naque, Periquito, Belo Oriente, Resplendor, Itueta e Aimorés, em Minas Gerais e os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares, no Espírito Santo⁴⁰.

³⁷ Disponível em: <<https://gestaprod.lcc.ufmg.br/>>. Acesso em: 5 maio 2023.

³⁸ Disponível em: <<https://gestaprod.lcc.ufmg.br/>>. Acesso em: 5 maio 2023.

³⁹ Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/>>. Acesso em: 7 maio 2023.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/mg-ar-atsdr-1902-306_02-01-10>. Acesso em: 7 maio 2023.

Os boletins de número 1, 2, 8 e 13 são relevantes para este estudo porque atualizam as pessoas atingidas sobre a reparação dos danos ocasionados pelo crime de Fundão. A Edição 2 esclarece os andamentos das obras de reassentamento de Bento Rodrigues.

As informações encontradas na grande imprensa também são fontes desta pesquisa e mostram-se importantes para elaboração da tese por assumirem o papel de informar à sociedade e aos interessados ações e acontecimentos que envolvem o desastre sociotécnico, bem como intermediar a voz dos atingidos e as empresas agentes na mineração. As edições dos boletins *Carta Capital* e revista *Piauí* são conteúdos considerados relevantes no processo, por associarem o acontecimento de 5 de novembro aos posicionamentos políticos e sociais de forma conveniente.

No periódico *Carta Capital*⁴¹, encontramos informações sobre as ações imediatas pós desastre, bem como ao longo destes anos, desde 2015 até 2023, por meios dos acessos às imagens e informações sobre as ações judiciais, do governo, da empresa Samarco e as manifestações dos atingidos. Encontramos também informativos com pareceres técnicos de especialistas em meio ambiente e os conflitos de interesse existentes entre atingidos e empresas e como são os reflexos da atividade minerária para o estado de Minas Gerais.

A revista *Piauí*⁴², em 2016, traz matérias em detalhes que aprofundam as informações que consideraram a ruptura de Fundão uma catástrofe ambiental⁴³. A reportagem *A Onda*, de 5 de julho 2016, feita por Consuelo Dieguez, trouxe detalhes do desastre em 5 de novembro de 2015, pontuando a história dos responsáveis, as ações das irresponsabilidades da mineradora Samarco, os sentimentos de atingidos, a trajetória da lama e determinações dos órgãos ambientais que foram descumpridas. A relevância desta edição está nas particularidades produzidas pela matéria, inclusive do momento político que vivíamos e os seus reflexos. Há partes do texto que se voltam para as questões emocionais e sociais das pessoas atingidas. Utilizamos esse material para elaborar os capítulos 3 e 4.

O jornal Estado de Minas destacou as manifestações realizadas pela população de Mariana quando a mineradora Samarco teve a interrupção das suas atividades, na edição *Desastre na barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego*. Em outra edição, de 2 de novembro de 2016, denominada *Tragédia de Mariana completa um ano e EM refaz caminho do desastre*, o jornal revela por meio das narrativas de dez atingidos pelo desastre

⁴¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/?s=barragem+de>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

⁴² Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/?s=barragem+de+fund%C3%A3o>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

⁴³ Disponível em : <<https://piaui.folha.uol.com.br/?s=barragem+de+fund%C3%A3o>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

sociotécnico que as marcas da lama estão vivas e possuem características de infinitude. O tempo de reparação não chegará ao fim, pois os laços comunitários foram rompidos juntamente com a cultura dos atingidos. Restando memórias e diante das mortes e da devastação do sistema ambiental. Compreender o caminho do desastre proporcionará a aproximação das vivências dos atingidos diante do rompimento da barragem de Fundão.

O documentário *Loucos por Bento Rodrigues* mostra a resistência, memória e cultura da comunidade de Bento Rodrigues. No ano de 2016, um ano após o desastre de Mariana, ex-moradores se reconhecem como os “Loucos por Bento” na festa do padroeiro da comunidade em honra a São Bento e retornam às ruínas do distrito para celebrar a data religiosa. Nesta data, fiéis saem em procissão sobre as ruínas do subdistrito arrasadas pela lama. A origem do grupo surgiu por meio da saudade sentida de uma vida compulsoriamente deixada para trás. O objetivo do grupo é resistir e fazer viver pela memória a história do local onde nasceram⁴⁴. Nesse sentido, eles insistem em voltar às ruínas quase todos os finais de semana para celebrar festividades como as datas religiosas, festas de final de ano e até mesmo o Carnaval. Acima de tudo, celebram a vida que não perderam. Como grito de resistência, eles, unidos, ressaltam: “Não vamos desistir daqui”. Este documentário tornou-se importante para a pesquisa porque mostra a resistência dos atingidos quando se viram no processo de desterritorialização. Algumas das produtoras da AHOBERO participaram do encontro na festividade de São Bento e consideram indispensável continuar a luta pela reparação dos danos⁴⁵.

O caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa

Pensando, então, na história das mulheres da AHOBERO e em todas as camadas presentes em suas narrativas sobre suas vivências, notamos a necessidade fundamental de já adentrarmos em discussões sobre o território, sobre a memória e a relação de ambos com a identidade a partir da noção de pertencimento a um lugar. Para pensar a questão da territorialidade utilizamos Paul Little, principalmente seu texto *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*, para adentrar nas reflexões sobre as distintas formas de se entender o território. Os autores e as autoras que destacamos neste trabalho são Little, Marcelo Souza, Andréa Zhouri e Marcos Zucarelli que se mostraram essenciais para a compreensão da dinâmica desterritorialização/reterritorialização, enfrentada

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lv35lqVwD7o>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1932790-loucos-por-bento-tentam-dar-vida-a-vila-destruida-por-lama-de-barragem.shtml>>.

pelas trabalhadoras da AHOBERO. Seus estudos vêm apontando para reflexões socioambientais, riscos e impactos operantes no “interior da racionalidade econômica instrumental”⁴⁶, ao falarem das consequências na mineração, sua violência e sua relação com as pessoas envolvidas de forma direta ou indireta com ela. Trouxemos Marcelo Lopes de Souza (2013) em *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* para compreender os conflitos pela luz do conceito de território, como um instrumento do poder. De acordo com os apontamentos de Souza, o território não cabe no conceito de substrato material. Ele incide, é definido e delimitado a partir das relações de poder, observando o território, assim como a desterritorialização no sentido de compreender o cotidiano dos lugares e suas possibilidades.

Os textos de Maristella Svampa em *El Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina*, Eduardo Gudynas em *Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame* e Bruno Milanez e Cristiana Losekann em *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição* são fundamentais para que as memórias das mulheres atingidas sejam lidas.

No segundo capítulo procuramos entender a relação das mulheres com seu trabalho e as consequências disto: o reconhecimento de si, sua organização social, sua noção de pertencimento a uma comunidade, sua representação e sua ação no mundo. Para isso, iniciamos nossa reflexão a partir do texto clássico de Louise Tilly, em *Gênero, história das mulheres e história social*, para pensar uma nova forma de ver a história através da mulher, a partir de sua vivência e do sentido que elabora a partir de sua apreensão do mundo. Trabalhamos a relação da mulher no espaço público e no mundo do trabalho, e, conseqüentemente, no Capitalismo, a partir de Michelle Perrot e Silvia Federici. Joan Scott ao trabalhar o feminismo e suas contribuições para a História das Mulheres e para questões relacionadas à consciência de gênero é importante para entender como as mulheres se veem no mundo do trabalho em relação aos seus maridos e outras funções laborativas.

Especificamente sobre o Brasil, trabalhamos as questões relacionadas ao feminino e sua relação com os espaços público e privado, dentre outros, de interesse da história social, a partir de Rachel Soihet e de Margareth Rago que discutem este feminino surgindo a partir de suas lutas políticas. Rago, também seguida de Carla Bassanezi Pinsky, avança para o espaço do trabalho da mulher, seu reconhecimento e pelas violências sofridas de formas amplas ou sutis. Beatriz Nascimento em *A mulher negra no mercado de trabalho* e Sueli Carneiro em *Mulher*

⁴⁶ OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. Rio de Janeiro: **I Encontro Ciências Sociais e Barragens. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura**, p.1-17. 2005, p. 5.

negra: Política governamental e a mulher e Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil, discorrem sobre o lugar da mulher, principalmente da mulher negra, na sociedade brasileira e em sua hierarquia, questionando o seu lugar na pirâmide social, sua presença no espaço do trabalho e sua ausência em cargos de destaque. Consideramos relevantes os princípios teóricos trazidos por Nascimento e Carneiro sobre as mulheres negras por acreditarmos ser essencial perceber a mulher negra e seu lugar de trabalho na sociedade permeado por diferenças entre os homens e elas. As mulheres da AHOBERO confirmam o sentimento de apreensão e receio de passar por discriminação caso desenvolvessem seus trabalhos fora da Associação por serem negras, como percebemos no relato de Neuza, a seguir:

Trabalhar fora da Associação em outro lugar pode acontecer sim, racismo porque sou mulher e porque não sou branca (Neuza Santos, produtora e associada da AHOBERO, 46 anos).

No terceiro capítulo, voltamo-nos mais especificamente para a AHOBERO e suas estruturas de trabalho desde sua origem 2002 até os dias atuais (2023). Nesta direção, cabe-nos pontuar o início da gestão assumida pelas Mulheres da geleia de pimenta biquinho em 2006, na sequência passamos por evidenciar os eventos do desastre sócio técnico de Fundão em 2015 e da Covid-19 em 2020. Para finalizar o capítulo, antes de seguir para as considerações finais da pesquisa, aprofundamos a relação território e desastre, bem como memória e os reflexos identitários dos atingidos, mais especificamente das mulheres da AHOBERO com os conceitos de Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2021) e *A identidade em questão* (2002) seguindo para as reflexões sobre os efeitos derrames dispostos por Eduardo Gudynas, considerando ser necessário discutir as noções da temporalidade exposta pelas mulheres da AHOBERO, definimos por um aprofundamento dos conceitos da pesquisa a partir das noções de espacialidade mobilizadas por Little, Zhouri, Milanez, Losekann, Zucarelli e Marcelo de Souza. O capítulo retoma questões da memória e identidade. Com isso em mente, procuramos nos servir de textos importantes, entre eles *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 1984)* de Marta de Oliveira Gouveia Rovai, *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade* de Paul Little e *Quem precisa de identidade?* de Stuart Hall, para nossas reflexões.

É importante afirmar que, desde o início da escrita desta tese até às considerações finais, buscamos trabalhar o maior número narrativas para que assim fosse possível compreender uma parte da experiência das mulheres da geleia de pimenta biquinho, que são o objeto dessa pesquisa.

1 TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO: O CASO DE BENTO RODRIGUES

Para compreender a história de vida das produtoras da AHOBERO é necessário situar os acontecimentos do desastre sociotécnico de Fundão, apresentando seus efeitos tanto em sua forma imediata quanto naquela que perdura. Decidimos por desenvolver este objetivo a partir da compreensão das condições em que se realiza a atividade minerária, que gera riscos socioambientais e causa perdas às comunidades locais, já que as formações de novas fronteiras minerárias no Brasil invadem territórios ocupados e geram conflitos de ordem social e ambiental. Dessa maneira, consta neste capítulo a relação da territorialidade com o crime de Fundão e suas consequências, a fim de compreender as rupturas promovidas na vida das mulheres da AHOBERO.

1.1 Bento Rodrigues: 5 de novembro de 2015

Em 5 de novembro de 2015 ocorre o maior crime ambiental do Brasil que teve como responsável a mineradora Samarco Mineração S/A, cujas acionistas-controladoras e, portanto, vinculadas a ela, as empresas BHP Billiton e Vale, operando na extração de minério de ferro, no Município de Mariana, em Minas Gerais⁴⁷. Conforme o jornal *O Globo*, matéria *Barragem se rompe, e enxurrada de lama destrói o distrito de Mariana*, notícia no mesmo dia do desastre, na tarde desta data, a barragem estocava em torno de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos da extração de minério quando se rompeu, despejando aproximadamente 34 milhões de metros cúbicos de rejeito para o meio ambiente⁴⁸.

O anúncio do rompimento da barragem, que levou ao crime ambiental de Fundão, foi feito pela mineradora Samarco, após as primeiras horas para a mídia. Entretanto, no primeiro momento, a Samarco informou que seriam duas barragens, a de Fundão e a de Santarém. Mas, em 16 de novembro daquele mesmo ano, a notícia foi retificada pela empresa. A informação correta era de que apenas a barragem de Fundão entrou em colapso, passando por cima com seu rejeito sobre os de Santarém⁴⁹.

⁴⁷ PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

⁴⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

⁴⁹ PORTAL G1. Barragem Se rompe e destrói subdistrito de Mariana. **Globo Minas**. 21 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

No momento da fragmentação foram lançados para os cursos fluviais e para comunidades inteiras o rejeito com compostos de alto impacto negativo ao ambiente, como mercúrio, resíduos de ferro, alumínio, areia, manganês, água e cromo, além de ter provocado a morte de dezenove pessoas. Dentre os locais afetados, apresentam-se três comunidades que sofreram consequências imediatas desta tragédia: além do subdistrito de Bento Rodrigues, o distrito de Paracatu de Baixo e o município de Barra Longa (FIG. 1).

Figura 1 – Imagem aérea da região atingida pelo rompimento da barragem de Fundão



Fonte: Jornal Estado de Minas⁵⁰.

As localidades atingidas foram totalmente destruídas. Conforme o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o percurso hídrico daqueles rejeitos seguiu da seguinte forma:

Inicialmente, esse rejeito atingiu a barragem de Santarém (composta por água e sedimentos) logo a jusante, causando seu galgamento e forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo. Neste, os rejeitos percorreram outros 22 km até seu encontro com o rio Doce. Através do curso deste, foram carreados até a foz no Oceano Atlântico, chegando ao município

⁵⁰ CAMARGO, C. Negociação de acordo de Mariana é encerrada oficialmente. **Jornal Estado de Minas**. Edição Barragem de Fundão. Belo Horizonte, 9 de setembro, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/09/interna_gerais,1392455/negociacao-de-acordo-de-mariana-e-encerrada-oficialmente.shtml>. Acesso em: 19 set. 2022.

de Linhares, no estado do Espírito Santo, em 21/11/2015, totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados⁵¹.

Ao longo do caminho percorrido pelos rejeitos, diversos cursos fluviais foram degradados. Em poucos dias a lama chegou ao estado do Espírito Santo, em Linhares. Os efeitos maiores foram sentidos nos primeiros 77 km trilhados pela lama, em parte, na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves-UHE e em parte depositada no fundo do mar do litoral do Espírito Santo. Os rejeitos chegaram ao oceano Atlântico seis dias após o rompimento da barragem, no dia 21 de novembro⁵². No percurso da lama, os municípios tiveram o abastecimento de água interrompido para que os elementos tóxicos não afetassem ainda mais as populações⁵³.

Em laudo técnico, o IBAMA apresentou a quilometragem atingida pela lama que impactou diretamente áreas de preservação permanente, perfazendo 1469 hectares de vegetação, somando-se 663 km do rio Doce. Ao todo, 41 municípios integrados pela bacia do rio Doce foram impactados entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. As comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa foram afetadas em bens materiais como casas, instituições e equipamentos públicos, mas também em seus os laços de família, vizinhança, amigos e ainda com vidas perdidas⁵⁴.

Consuelo Dominguez na matéria *A Onda*, de 5 de julho de 2016 da Revista Piauí, convida os leitores em sua produção textual a resgatar momentos importantes do 5 de novembro de 2015 e lembra que naquela quinta-feira,

No momento do desastre, a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, participavam da inauguração do Canal do sertão, que levou as águas do rio São Francisco para alguns municípios de Alagoas. Quando souberam do ocorrido, a presidente imediatamente entrou em contato com Izabella Teixeira, naquele momento, ministra do meio ambiente, mas naquela altura não tinham dimensão sobre a tragédia⁵⁵.

⁵¹ IBAMA. Câmara técnica de reconstrução e recuperação de infraestrutura – CT INFRA. **Recuperação da Bacia do Rio Doce**. IBAMA, 2015. p. 3. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/relatorios/cif-rel-ctinfra-2016-2018.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

⁵² Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁵³ PARANAÍBA, G. Governador Valadares interrompe captação de água por conta da lama no Rio Doce. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 201. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,705897/governador-valadares-interrompe-captacao-de-agua-por-conta-da-lama-no.shtml>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁵⁴ PARANAÍBA, G. Governador Valadares interrompe captação de água por conta da lama no Rio Doce. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 201. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/09/interna_gerais,705897/governador-valadares-interrompe-captacao-de-agua-por-conta-da-lama-no.shtml>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁵⁵ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-onda/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Após 24h do ocorrido, na tarde de sexta-feira, o desastre repercutiu em todo o mundo.

No dia seguinte ao desastre, o jornal o Globo, *Tragédia em Mariana (MG) ganha destaque no mundo*, trouxe destaques das notícias dos principais jornais de repercussão no mundo. De acordo com o jornal, o *New York Times*, noticiou:

O jornal americano “The New York Times” informou em sua versão online que a barragem de um complexo de mineração a céu aberto explodiu na quinta-feira no sudeste do Brasil, inundando uma comunidade próxima e envolvendo casas e carros nas lamas.

Seguindo com as notícias, a edição acrescenta:

A versão para a América do espanhol “El País” também registrou o desastre em Minas Gerais. “O rompimento de uma barreira enterra um distrito no Brasil”, destaca o *site*. O jornal repercutiu que a avalanche de lama foi tão violenta que chegou a uma cidade a 70 quilômetros do distrito mineiro onde fica a barragem, inundou casas e arrastou carros e caminhões.

A tragédia em Minas também repercutiu em veículos da América Latina. “Mortos e desaparecidos no Brasil por uma avalanche de resíduos tóxicos”, diz o diário argentino “Clarín”. Ao menos 17 pessoas morreram, outras 50 ficaram feridas e dezenas permanecem desaparecidas após o rompimento de duas barragens que contêm resíduos tóxicos de uma empresa de mineração no estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, informa a publicação⁵⁶.

A assessoria de imprensa da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, disse não ser conveniente a ida dela para a cidade de Mariana para não parecer oportunismo⁵⁷.

O rompimento da barragem da mineradora Samarco entrou para a história como o maior acidente ambiental registrado no país envolvendo barragens. O Jornal Brasiliense publicou reportagem à época informando que Minas Gerais é o estado brasileiro que possui o maior número de barragens de mineração em todo Brasil e que registra rompimento de grandes dimensões⁵⁸.

O rompimento de uma barragem de rejeitos em Mariana, nesta quinta-feira (5/11), é mais um acidente em uma trágica história de desastres deste tipo em Minas Gerais. Nos últimos anos, foram muitos os eventos com danos ambientais sérios e mortes no estado⁵⁹.

⁵⁶ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/tragedia-em-mariana-mg-ganha-destaque-no-mundo-17983453>>. 6 novembro.2022. Acesso em: 10 dez. 2022.

⁵⁷ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-onda/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁵⁸ FARIA, M. Barragens de rejeito já causaram diversas mortes em Minas Gerais. **Jornal Brasiliense**. 5 de novembro. 2015. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/05/interna-brasil,505277/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-mg-relembre.shtml>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

⁵⁹ FARIA, M. Barragens de rejeito já causaram diversas mortes em Minas Gerais. **Jornal Brasiliense**. 5 de novembro. 2015. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/05/interna->

No contexto dos desastres ambientais em Minas Gerais são evidenciados os seguintes fatos: foram registrados cinco óbitos em Nova Lima, em 2001; no desastre da cidade de Mirai, em 2007, houve rompimento da barragem, mas nenhuma morte foi registrada. A empresa Mineradora Rio Pomba opera em Cataguases e também praticou ações que levaram ao rompimento da barragem de rejeitos que atingiu 1.200 casas, em 2007. A cidade de Itabirito registrou dois acidentes com proporções relevantes. O primeiro desastre foi a tragédia da barragem da Mina de Fernandinho, em 1986, que teve como consequências sete pessoas mortas. Outro desastre na cidade de Itabirito aconteceu com a barragem da empresa Herculano Mineração, em 2014, que também cedeu e levou a óbito três pessoas⁶⁰.

O historiador André Pereira em *Ambientalismo e a expansão da Samarco* (2019) esclarece fatos sobre o projeto que contempla o licenciamento ambiental referente à barragem de Fundão. Para Pereira, o início se deu em 2005, com a apresentação do Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) ao órgão ambiental de Minas Gerais. O preço supervalorizado do minério de ferro foi o principal motivador que levou a Samarco Mineração S/A a promover projetos de expansão da produção⁶¹. O Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), responsável pelo licenciamento, deferiu, em 2007, as prévias licenças ambientais. Já em 2008, a licença ambiental de operação foi efetivamente concedida e, em 2011, a Samarco solicitou renovar as licenças para operar e o deferimento concedeu prazo até 2013⁶².

O processo de saturação imatura⁶³ da barragem de Fundão já era apresentado, conforme salientam Cristiana Losekann e Bruno Milanez, em *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição* (2016). Segundo os pesquisadores: “[...] em

brasil,505277/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-mg-relembre.shtml>. Acesso em: 1 abr. 2021.

⁶⁰ CETEM. Rompimento de barragem da Mineradora Rio Pomba Cataguases afeta qualidade da água em MG e no RJ. **Centro de tecnologia mineral**. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/verbetes/exibeverbete.verid=107>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

⁶¹ PEREIRA, A. R. V. V. *Ambientalismo e a expansão da Samarco: Bases do crime ambiental de Mariana* (2015). **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.

⁶² CETEM. Rompimento de barragem da Mineradora Rio Pomba Cataguases afeta qualidade da água em MG e no RJ. **Centro de tecnologia mineral**. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/verbetes/exibeverbete.verid=107>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

⁶³ Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais deve ser devidamente armazenado. É muito importante que o rejeito não fique fofo e saturado de forma a comprometer a estabilidade de todo o maciço da barragem. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20720/20720_3.PDF>. Acesso em: 19 out. 2021.

2012 e 2013, novos estudos apresentados ao órgão ambiental mineiro, alegavam a saturação precoce da barragem de Fundão, ou seja, o sobrepeso e a perda de sua resistência e a necessidade de licenciamento para sua otimização”⁶⁴. As pesquisas desenvolvidas por Losekann e Milanez se voltaram para os antecedentes e impactos do desastre do rio Doce. Eles defendem ainda que outros novos estudos foram apresentados ao COPAM. Estes demonstram que a Samarco propunha elevar sua produção de minério e, desta forma, mostrava novos estudos de impacto ambiental, a fim de aperfeiçoar a barragem e assim poder aumentar sua capacidade de receber rejeitos. A empresa mineradora Samarco realizou novas obras de ampliação da área onde se alocam os rejeitos da extração de minério da barragem de Fundão com a possibilidade de aproveitamento do sistema existente, de forma mais rápida e barata⁶⁵.

A economia mundial interfere diretamente nas próximas ações da mineradora diante da queda expressiva dos preços de exportação do minério. A Samarco reorienta seus projetos de produção e reduz os custos de operação. Para Milanez e Losekann: “a partir da queda dos preços da exportação do minério em 2013, iniciou-se uma estratégia da empresa para a redução dos custos”⁶⁶. Este pensar e agir da mineradora levaram a atos desmedidos que afetaram a segurança das obras em questão.

Após o rompimento da barragem de Fundão, entre as 16h00 e 16h30, o rejeito seguiu para a barragem de Santarém, uma barragem de água. A junção dos rejeitos de Fundão com a água de Santarém, segundo relatório técnico do IBAMA, formou a lama que alcançou 55km no rio Gualaxo para, em seguida, desaguar no rio Ribeirão do Carmo. Mais 22 km foram percorridos até o rio Doce, para então desaguar no oceano Atlântico (FIG. 2). Neste caminho, oito milhões de toneladas de peixes foram mortos e as matas destruídas de forma a comprometer as atividades de pesca⁶⁷. Governador Valadares decretou calamidade pública, pois suas fontes foram afetadas pela lama. De acordo com o Laudo Técnico Preliminar do IBAMA Linhares, no

⁶⁴ MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016, p. 23.

⁶⁵ IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “**Laudo Técnico Preliminar Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**”. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

⁶⁶ MILANEZ; LOSEKANN, *op. cit.*

⁶⁷ IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “**Laudo Técnico Preliminar Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**”. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

Espírito Santo, foi extremamente afetada em suas atividades principais de subsistência como agricultura, pesca, turismo entre outras praticadas pelas comunidades afetadas⁶⁸.

Figura 2 – Caminho percorrido pelos rejeitos da barragem de Fundão



Fonte: G1.com.br

⁶⁸ IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “**Laudo Técnico Preliminar Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**”. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

No jornal O Globo (*online*), a matéria *Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido*, de 07 de novembro de 2015, edição atualizada em 15 de junho de 2016, traz detalhes do crime de Fundão e esclarece que as comunidades atingidas se manifestaram pleiteando condições dignas para as famílias por meio de soluções e atuações futuras. Dentre elas, destacou-se a caminhada que aconteceu uma semana após a tragédia, em 12 de novembro de 2015, denominada Caminhada pelo Direito à Vida. Em 18 de novembro de 2015, se reuniram o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Arquidiocese de Mariana, órgãos públicos, a Samarco e atingidos do subdistrito de Bento Rodrigues, do distrito de Paracatu, e dos municípios de Barra Longa, Governador Valadares e Periquito, em Minas Gerais. Esta reunião se deu pela convocação da “Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em Conflitos Socioambientais e Fundiários”⁶⁹. Criada no mesmo ano do rompimento, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, e que tinha como principal proposta mediar os embates urbanos relacionados à moradia em Minas Gerais, sob o Decreto Estadual NE n.º 203⁷⁰. Nesse contexto, os assuntos emergentes, como valores e a alocação das famílias em casas, a partir de 17 de novembro de 2015, foram tratados por reuniões semanais. Estas foram realizadas entre Ministério Público Estadual, MG (MPE/MG), a Comissão dos Moradores de Mariana e a mineradora.

Ainda conforme a atualização do jornal *O Globo*, em junho de 2016, questões relativas à responsabilização do crime ambiental quando informa que oito pessoas foram indiciadas com a finalização do inquérito realizado pela Polícia Federal de Minas Gerais como segue,

A Polícia Federal em Minas Gerais informou, nesta quinta-feira (9), que concluiu o inquérito sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, na Região Central do estado, e a consequente contaminação do Rio Doce e da área costeira, no Espírito Santo. Segundo a corporação, oito pessoas e a Samarco, a Vale e a consultoria VogBR foram indiciadas por crimes ambientais e danos contra o patrimônio histórico e cultural⁷¹.

Ainda nesta edição do jornal também foi apresentada, a lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG logo depois o seguinte trecho:

⁶⁹ PORTAL G1. Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido. **Globo Minas**, 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁷⁰ Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/mg/decreto-n-203-2022-minas-gerais-imprimir-documento>>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁷¹ PORTAL G1. Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido. **Globo Minas**, 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

A barragem de Fundão, na unidade industrial de Germano, da Samarco Mineração, cujas donas são a Vale a anglo-australiana BHP, se rompeu no dia 5 de novembro, provocando o despejo de cerca de mais de 35 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério e água, segundo a Samarco. Uma onda de lama se formou e devastou os locais por onde passou. O Rio Doce, que passa pelo Leste de Minas e desemboca no litoral do Espírito Santo, foi atingido e várias cidades tiveram o abastecimento de água suspenso. Segundo informações oficiais, até o dia 9 de março, havia um corpo desaparecido após o rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, no dia 5 de novembro. Dezoito corpos foram reconhecidos. Segue a lista de mortos e desaparecidos⁷².

O crime de Fundão causou impactos ambientais imensos devido às irregularidades na autorização ou licenciamento ambiental. E, nesse sentido, compreender de forma mais próxima os impactos causados permite pensar em ações de precaução para minimizar seus efeitos, para garantir a preservação dos ambientes naturais, bem como as vidas, que em grande quantidade já foram perdidas por consequência desta atividade.

Destacamos agora a reportagem realizada pela revista Carta Capital, *Rompimento de barragem pode impactar vida marinha por cem anos*, em 14 de novembro de 2015, por André Ruschi, de Aracruz, Santa Cruz - ES, em que o repórter afirma que o fluxo de nutrientes de toda a cadeia alimentar de um terço da região Sudeste e o eixo de meio do Oceano Atlântico Sul está comprometido e pouco funcional por no mínimo 100 anos por causa do crime de Fundão⁷³.

Entre 2015 e 2023, Bento Rodrigues⁷⁴ (FIG. 3), o lugar onde viviam os atingidos pela lama de Fundão, é visto em ruínas. A memória espacial⁷⁵, ou seja, a memória do lugar que fora antes a residência dos atingidos, nos permite conhecer como eles realizam o processo de identificação com a localidade. Para visualizar melhor trouxemos pelas reportagens e entrevistas, as narrativas que evocam o passado e acessam às lembranças que os indivíduos

⁷² PORTAL G1. Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido. **Globo Minas**, 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁷³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/rompimento-de-barragem-pode-impactar-vida-marinha-por-cem-anos-3615/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁷⁴ O subdistrito Bento Rodrigues situa-se na zona rural e pertence ao distrito de Santa Rita Durão, município de Mariana em Minas Gerais. Ele carrega em sua história vínculos com a extração de ouro e diamante no século XVIII. Fundado no século XVII, Bento contava com aproximadamente seiscentas pessoas, em 2015. Caracterizava-se pelo desenvolvimento das atividades econômicas artesanais, do turismo histórico e cultural e das atividades agrícolas de subsistência. As atividades do comércio eram pouco diversificadas, limitando-se a alguns bares, mercearias e restaurantes que atendiam às necessidades locais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Rodrigues>. Acesso em: 22 dez. 2023.

⁷⁵ A memória espacial é uma função cerebral relacionada a vários comportamentos que envolvem a codificação e a recuperação de informações sobre o ambiente e a orientação espacial de uma pessoa ou objeto. Esse tipo de memória é muito importante para preservação das informações a longo prazo, estando intimamente envolvida com os processos de consolidação e reconsolidação da memória. Disponível em: <<https://www.brainlatam.com/blog/memoria-espacial-e-atencao-4177/>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

atingidos por Fundão alcançam para retornar às suas histórias de vida. Elas resultam no passado de volta ao presente e permitem que parcelas deste passado não sejam perdidas.

Figura 3 – Localização de Bento Rodrigues



Fonte: *Google Earth*, 2021. Modificado pela autora.

O jornal *A Sirene*, na edição *Como era em Bento Rodrigues*, de 22 de dezembro de 2020, trouxe uma entrevista realizada com o senhor Filomeno da Silva, atingido de Bento Rodrigues. O Filomeno inicia o documentário narrando sobre a banda de música que atuava na comunidade. Segundo ele, aos sábados à tarde eles se juntavam para tocar. Ele disse que em muitas noites de bailes ele também tocava. Ele diz que aprendeu a nadar no córrego que veio da barragem de Santarém, também conhecido como Córrego da Fábrica Nova e que a grande diversão era nadar com o córrego cheio quando chovia. Apesar do perigo, nadar lá era uma grande diversão.

A gente nadava e não tinha medo. Nada era divertido. A gente era feliz. [...] Quando eu estava tocando na banda no sábado também era bom. Oh tempo bom... (Filomeno, atingido de Bento Rodrigues)⁷⁶.

Durante a sua infância e juventude, o Filomeno disse que passava dias na cidade Ouro Preto na casa da sua tia e que foi lá que conheceu sua esposa. Sobre a igreja de São Bento, ele diz que as imagens eram todas de madeira. Ele detalha sobre as imagens que eram do Senhor Morto, Senhor dos Passos, São Sebastião, São Bento e Nossa Senhora Aparecida, a única feita de concreto. Todos os outros foram feitos de madeira. Elas ficavam no altar do São Vicente, cuja parte debaixo era protegida com isopor para não entrar umidade e evitar que as imagens

⁷⁶ A SIRENE. Como era Bento Rodrigues. **Jornal A Sirene**: para não esquecer. ed. 25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p8mZjvlnAhE>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

estragassem. A lama de Fundão levou tudo embora⁷⁷. Enquanto o Filomeno narrava a história de São Bento, o jornal apresenta as imagens recolhidas pelos atingidos em pedaços, quebradas e aguardando restauração⁷⁸.

1.1.1 Sobre Bento antes do desastre

Bento Rodrigues foi um bandeirante que teve participação direta na fundação de assentamentos de garimpo no Ribeirão do Carmo. Assim, seu nome foi dado à localidade⁷⁹. A data certa de origem do povoado de Bento é desconhecida, mas atividades minerárias deram origem a seu povoamento no início do século XVII. O caminho percorrido pelos bandeirantes para explorar o interior brasileiro foi formado por 1.630 km de extensão, utilizado pelos tropeiros com a finalidade de escoar o produto da mineração realizado na América portuguesa. Os ex-moradores consideram como um lugar vivido em comunidade e composto por afetividade.

Cachoeiras escondidas na mata eram privilégios da comunidade, seu potencial turístico era pouco explorado. A cachoeira de Ouro Fino – uma queda d’água de 15 metros, no rio Gualaxo do Norte, era um dos principais pontos turísticos da região. O subdistrito era constituído por duas igrejas, a de Nossa Senhora das Mercês e a de São Bento, construídas no século XVIII e uma escola, a Escola Municipal de Bento Rodrigues (FIG. 4), que atendia desde crianças da pré-escola até pré-adolescentes do último ano do Ensino Fundamental. Muitos jovens quando concluíam o Ensino Médio permaneciam em Bento Rodrigues e passavam a laborar na agricultura de seus domicílios ou nas atividades minerárias da Samarco S/A. Além da escola, destaca-se pelos ex-moradores de Bento o time de futebol denominado União de São Bento, que tinha um campinho e sua sede. Os jogos, após o desastre ambiental, passaram a acontecer em um campo da cidade de Mariana.

⁷⁷ A SIRENE. Como era Bento Rodrigues. **Jornal A Sirene**: para não esquecer. ed. 25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p8mZjvlnAhE>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

⁷⁸ A SIRENE. Como era Bento Rodrigues. **Jornal A Sirene**: para não esquecer. ed. 25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p8mZjvlnAhE>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

⁷⁹ PATRIMÔNIO CULTURAL MPMG. **Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte. Maio de 2019. Disponível em: <<https://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Figura 4 – Escola Municipal de Bento Rodrigues após 5 de novembro de 2015



Fonte: Acervo pessoal de Jianne Coelho (2018)⁸⁰.

O subdistrito de Bento Rodrigues é tratado nesta pesquisa como *Bento*, forma comum usada por seus ex-moradores, uma forma bastante própria, intimista, de nomear o lugar por eles.

1.2 Territórios e os conflitos ambientais promovidos pela atividade minerária

Andréa Zhouri em *Introduction: Anthropology and Knowledge production in a 'minefield'* (2017) esclarece que as marcas de um desastre em curso se apresentam à medida que conhecemos de forma mais densa os fatores que originam e envolvem essa tragédia⁸¹. E para compreender a história da vida das produtoras da AHOBERO, faz-se necessário situar os acontecimentos do desastre de Fundão, interpelando tanto seus efeitos imediatos como os duradouros, a partir da compreensão das condições da realização da atividade minerária no país, que gera riscos socioambientais e causa perdas as comunidades locais.

As novas fronteiras minerárias no Brasil, originadas nos processos das economias globais recentes, atuam em esferas locais e invadem territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais. A mineração sempre esteve presente, desde o período colonial, nas dinâmicas dos processos sociais e históricos do Brasil, sobretudo no estado de Minas Gerais e tornou-se um dos pilares da nossa economia. De acordo com o geógrafo Anthony Bebbington,

⁸⁰ Jianne Coelho é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Ouro Preto. Em visita a Bento, acompanhando uma fotógrafa documental do estado de São Paulo, Jianne produziu algumas fotos sobre Bento Rodrigues que não seriam utilizadas por ela em conteúdo e que foram cedidas para esta tese.

⁸¹ ZHOURI, A. "Introduction: Anthropology and Knowledge production in a 'minefield'". **Vibrant** (Florianópolis), v. 14, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-14-n-2-05-082017/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

esse tipo de produção marca processos de apropriações territoriais e gera conflitos de territorialidade reproduzidos pela perseverança da colonialidade como modo de dominação política e econômica⁸². Para Bebbington, em *Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales* (2011), esta relação de poder se configura em um processo de submissão e dependência desses Estados-Nações da periferia global em relação aos países do Norte Global⁸³.

A colonialidade se insere nas discussões da atividade minerária quando envolve a aquisição de terras e a negociação das mesmas no mercado global. Neste sentido, Marcos Cristiano Zucarelli, em *A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco* (2018), sua tese de doutorado, afirma que

[...] envolve a aquisição de terras ou a inserção destas no mercado global o transcurso da colonização, mesmo que sob outras formas. Se anteriormente as colônias interessavam aos colonizadores para a pilhagem de suas riquezas naturais, hoje, o saque é transvestido na obrigatoriedade de inserção das “ex-colônias” em um mercado global regido pelos pressupostos da mundialização do capital⁸⁴.

Confirmando os pilares apresentados por Bebbington sobre a conservação da colonialidade, acima de tudo da relação colonialidade/territorialidade, Zucarelli acrescenta que

[...] faz-se imprescindível mencionar a questão territorial em uma discussão sobre colonialidade, principalmente porque o conflito dos usos das territorialidades diversas ainda se perpetua nos países que passaram e/ou se imaginam passando pelo processo de descolonização⁸⁵.

Na década de 1990, a exploração mineral, desenvolvida em diversas regiões do Brasil, foi fruto de investimentos financeiros que seguiam o modelo neoextrativista econômico. O neoextrativismo é conhecido como uma reprimarização da economia e tem como alguns exemplos as atividades de exploração do minério, o monocultivo para exportação e atividades de apropriação extensiva. Em *Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo*

⁸² BEBBINGTON, A. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. (Ed.). **Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP, CEPES, 2011, pp. 23-46.

⁸³ BEBBINGTON, *loc. cit.*

⁸⁴ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 36.

⁸⁵ ZUCARELLI, *loc. cit.*

marco legal da mineração (2013), Bruno Milanez e Rodrigo Salles Pereira dos Santos trazem o seguinte conceito:

O neoextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados⁸⁶.

Ainda, na década de 1990, a mercantilização de territórios alterou estruturas políticas e econômicas nos países latinos. Zucarelli explica que essas transformações passam por “ajustes fiscais, privatizações, flexibilização legislativa, dentre outras; que perpetuaram a localização dos países exportadores de produtos básicos na periferia da nova divisão internacional do trabalho”⁸⁷. Nesse sentido, o modelo econômico neoextrativista deixa os países latino-americanos subordinados à economia global e em situação de periferia (mas ricos em recursos naturais para exploração). A posição de submissão à economia internacional cria efeitos de ordens diversas, sobretudo nos espaços de poder e origina crises socioambientais⁸⁸.

Em uma análise sobre as estruturas da desregulação do mercado de trabalho, Bruno Gawryszewski e Vânia Mota pontuam que a instabilidade econômica causada pela submissão aos países desenvolvidos leva à posição periférica.

O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional, ou seja, um país que não tem influência na arena internacional, ao mesmo tempo em que se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. E, por fim, o modelo tem o capital financeiro e a lógica financeira como dominantes em sua dinâmica macroeconômica⁸⁹.

O neoextrativismo econômico é, desta forma, a reconfiguração do extrativismo, é um modelo econômico de extração definido na América Latina a partir do ano 2000 que marca a essência de reprimarização da economia, e, como aponta o ambientalista e sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas, é uma versão contemporânea do desenvolvimentismo e tem sua origem

⁸⁶ SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, p118-148. 2013, p. 119.

⁸⁷ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 36.

⁸⁸ SANTOS; MILANEZ, *op. cit.*, p. 120.

⁸⁹ GAWRYSZEWski, B.; MOTTA, V. A ofensiva conservadora-liberal na educação: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. *Revista Trabalho Necessário*, v. 15, n. 26, p. 6-29, 2017.

marcada pela elevação das demandas dos mercados internacionais⁹⁰. A reprimarização da economia é denominada por Victor Tarifa Lopes como o processo “no qual as exportações de produtos primários passaram a superar as de produtos manufaturados”⁹¹. Lopes aponta que esse processo teve origem nas últimas décadas do século XX e em *A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração* (2020), identificou as características históricas que esse fenômeno representa para o país:

[...] o comportamento das exportações brasileiras na longa duração, resgatando dados estatísticos do comércio internacional de 1808 até 2019, tendo como cenário a histórica inserção periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho desde o período colonial, condicionando a economia-política brasileira para a especialização em produtos primários de menor valor agregado. Com isso, constatou-se que a especialização em produtos primários nas exportações do Brasil tem sido a regra desde 1808, sendo a exceção o período de 1979 a 2009, quando o país exportou percentualmente mais produtos manufaturados, retornando para o padrão primário-exportador e permanecendo assim até a atualidade⁹².

Andréa Zhouri em *O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social* (2016), sociedade, território e poder, analisa a reestruturação econômica neoliberal nos anos de 1990 e considera que ela se consolida por meio em favor de uma sociedade plural⁹³. Contribuindo para este argumento, Giovanni Alves afirma que

Os movimentos sociais que proporcionaram a reestruturação econômica são as mobilizações de libertação e os movimentos socialistas. Fatores que intensificaram as revoluções e evoluções tecnológicas facilitando o acesso e a livre circulação de mercadorias, dos bens de consumo e desta forma, reafirmaram o capitalismo⁹⁴.

Zhouri acrescenta que a operacionalização movida pelo consumo e avanço tecnológico promoveu fluxos financeiros mundiais sem fronteiras em que os sujeitos atingidos pelos empreendimentos minerários são submetidos às dinâmicas definidas pelos mercados mundiais. O mercado global faculta aos países latino-americanos o fornecimento de insumos básicos para as regiões centrais. Para Zucarelli, “os financiamentos destinados à mineração na América do Sul provocaram uma série de mudanças políticas e econômicas, [...] a partir das atividades de

⁹⁰ GUDYNAS, E. **Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame**. Gobernanza local, pueblos indígenas e industrias extractivas, v. 13, 2016.

⁹¹ LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, p. 174-203. 2020. p. 174.

⁹² LOPES, *loc. cit.*

⁹³ ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: A. ZHOURI, P. BOLADOS e E. CASTRO (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 45-65, 2016.

⁹⁴ ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul./dez. 2009.

expansão da extração em larga escala de diversos minerais”⁹⁵. Zhouri corrobora com a reflexão trazida por Zucarelli quando avança que:

A retomada da exploração minerária no século XXI, após um longo período de extração em abundância sem a necessidade do uso de sofisticados equipamentos até o século IX, levou alguns autores a refletirem sobre os novos efeitos do processo de *reprimarização da economia*, no qual, países latino-americanos, apoiados na exploração da natureza, intensificaram as atividades extrativas primárias, com baixa transformação e valor agregado, com fins à exportação e ao crescimento do Produto Interno Bruto⁹⁶.

Em o desastre *Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce* (2019), Zhouri afirma que

A desregulação socioambiental em curso tem sido acompanhada por variadas formas de violência, que caminham lado a lado com processos que visam à despolitização e à criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos⁹⁷.

Ao desenvolver essa pesquisa, buscamos, também, análises sobre os conflitos ambientais e a representatividade da atividade minerária para a consolidação da economia mundial, sobretudo, nesse contexto, o poder que as indústrias minerárias possuem sobre os países latino-americanos. A socióloga argentina Maristela Svampa, em *Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina* (2013), trabalho sobre a valoração das *commodities* na América Latina, aponta que o período histórico da mineração no Brasil se concentra na extração e exportação do minério de ferro sustentado pelo *boom* dos preços internacionais e pelo interesse, principalmente chinês, pelos recursos minerais que são concentrados no minério de ferro. Svampa denomina o atendimento dos países periféricos às solicitações das potências emergentes como um “consenso de *comodities*”⁹⁸. Ela explica que este processo se desenvolve por múltiplas perspectivas: “*es un proceso complejo y vertiginoso que debe ser leído desde una perspectiva múltiple, a la vez económica y social, política e*

⁹⁵ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018, p. 36.

⁹⁶ ZHOURI, A. *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p.1-51, 2018.

⁹⁷ ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós Ciências Sociais**, 2019. v. 16, n. 32, p.56, 2019.

⁹⁸ SVAMPA, M. N. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

ideológica, cultural ambiental”⁹⁹. E complementa sobre a requisição de produtos de baixo preço, matérias-primas e produtos de consumo dos setores alimentício, de metais e minerais:

[...] utilizamos el concepto de commodities en un sentido amplio, como productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente, o como productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento. Ambas definiciones incluyen desde materias primas a granel hasta productos semielaborados o industriales. Para el caso de América Latina, la demanda de commodities está concentrada en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros)¹⁰⁰.

É profunda a relação existente entre território e poder, sendo, portanto, fundamental analisá-lo para além do substrato espacial material. A desterritorialização e reterritorialização são temas discutidos no âmbito das relações de poder sobre o espaço e vistos juntamente com o território como elementos analisáveis em diferentes escalas e situações¹⁰¹. Marcelo Lopes de Souza traz, em *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento* (1995) afirma ser o território, fundamentalmente, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”¹⁰². Para Souza, os aspectos da territorialidade incluem poder, violência, dominação, autoridade e competência sob todas as configurações de território¹⁰³. Desta forma, os grupos sociais ao se afirmarem por meio da sua representação espacial se confirmam também por meio das representações sociais e espaciais de si mesmos, o que os diferencia de outros grupos.

Confirmando os efeitos trágicos que a atividade minerária provoca, Andréa Zhouri, em *Mineração, violências e resistências* (2018), avança no debate sobre a gestão e os desdobramentos dos processos socioambientais que envolvem a mineração e provocam o crescimento de violência e resistências¹⁰⁴. Ela denomina essa experiência de pessoas impactadas pela realização das atividades de extração de recursos naturais como “violências

⁹⁹ SVAMPA, M. N. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

¹⁰⁰ SVAMPA, M. N. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

¹⁰¹ SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 102

¹⁰² SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná, E. de; Gomes, Paulo Cesar da C.; Corrêa, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116, p. 78.

¹⁰³ SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

¹⁰⁴ ZHOURI, A. *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p.1-51, 2018.

das afetações”. Para Zhouri, esta violência é consequência das reformas das economias locais que provocam conflitos ambientais e reproduzem o sofrimento social num contexto de repressão, silenciamentos e violência¹⁰⁵. Neste sentido, a autora afirma que “as experiências críticas revelam que os múltiplos processos das ‘violências das afetações’ promovidas pela mineração em larga escala fazem emergir contextos de lutas e de resistência”¹⁰⁶.

Corroborando o pensamento de Zhouri, Zucarelli afirma que o "processo das afetações" acontece porque

a percepção do empreendimento pela maioria da população acontece quando este já se encontra na fase de implantação da infraestrutura, com movimentação de maquinários, alterações físicas em terrenos e a chegada de um grande número de trabalhadores vindos dos mais diversos locais do país e seus consequentes impactos, tais como: aumento da criminalidade, da violência contra as mulheres, gravidez na adolescência, transmissão de doenças entre outros¹⁰⁷.

Essas transformações provocam incertezas, angústias e restrições chegando até ao ponto de inviabilizar a vida social. Em *E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco”* (2019), Junia Maria Ferrari de Lima *et al.*, afirma que “além dos registros profundos na história e nas cidades mineiras, o extrativismo mineral também deixou marcas na vida cotidiana e, conseqüentemente, na cultura, sendo tema recorrente”¹⁰⁸.

*

O maior desastre ambiental do Brasil aconteceu em 5 de novembro de 2015, como já exposto, e é o principal fator para a ruptura na vida das mulheres da AHOBERO. O efeito da lama de rejeitos provocou o deslocamento compulsório de centenas de famílias, a destruição de suas casas, acumulando perdas materiais e a devastação de seus territórios, afetando, sobretudo, as bases de sua reprodução social, cultural e econômica. As pessoas atingidas foram, inicialmente, acomodadas em ginásios no centro urbano de Mariana e, em seguida, transferidas para pousadas e hotéis da cidade. Atualmente, elas se encontram em casas alugadas pelos

¹⁰⁵ ZHOURI, A. *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p.1-51, 2018.

¹⁰⁶ ZHOURI, A. *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p.1-51, 2018.

¹⁰⁷ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018, p. 58.

¹⁰⁸ LIMA, J. M. F. *et al.* E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2020.

responsáveis pelo desastre, no centro urbano e em outros distritos de Mariana. Mais de sete anos após o crime ambiental, as pessoas da comunidade de Bento Rodrigues ainda vivem em condições de incerteza em relação ao reassentamento e retomada de suas vidas. Elas precisaram, então, aprender como lutar por seus direitos enquanto atingidos¹⁰⁹.

Nayure, com apenas 20 anos, é a mais nova produtora e associada da AHOBERO. Ela é neta da produtora Marlene e já em nossa primeira conversa numa entrevista individual, demonstra o que o rompimento da barragem de Fundão causou na vida da sua família.

Nossa! Mas... mudou tudo! Porque, assim, a casa da minha avó comportava a família toda. A minha bisa tem nove filhos! Esses filhos já têm filhos, né, assim, então, assim, é muita gente! E a casa comportava todo mundo! Então, eu sempre tava lá, todo final de semana! Eu já ia na sexta, voltava no domingo à noite. Aí, feriado eu tava lá. Ano Novo, eu tava lá. Natal, era lá! Então, a gente tava sempre junto. Em Mariana, nunca mais a família se reuniu da mesma forma. Eu não tinha um espaço pra mim brincar, pra mim distrair a cabeça. Cidade cê sabe como é, os meninos... se cê largar a criança aqui no passeio, ela vai ser atropelada, é carro pra todo lado (Nayure, produtora da AHOBERO, 20 anos).

A comunidade de Bento não existe mais da forma que existiu, este fato é inalterável. Os atingidos precisam reconstruir suas relações e reinventar suas noções de pertencimento e identidade em sua vivência cotidiana, enquanto estão envolvidos pela espera do reassentamento, um processo marcado por incertezas e instabilidades. Estas são características presentes no processo de desterritorialização e da consequente reterritorialização. Rogério Haesbaert e Glauco Bruce entendem da seguinte forma o conceito de desterritorialização:

[...] construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização. [...] precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte¹¹⁰.

Sendo a desterritorialização a destruição do território e a reterritorialização a chegada a um novo território, surge a denominação da tríade T-D-R (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização), pelo geógrafo suíço Claude Raffestin (1986). Para Raffestin, estes são processos simultâneos que ocorrem em distintos momentos e períodos históricos conforme cada situação e relação espaço-temporal¹¹¹. Os projetos industriais voltados

¹⁰⁹ ZHOURI, A. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, p. 45-66, 2016.

¹¹⁰ HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002, p. 7.

¹¹¹ RAFFESTIN, C. Ecogénèse territoriale. In: Auriac, E.; Brunet, R. **Espaços, jeux etenjeux**. Paris: Fayard: Diderot, 1986.

para o crescimento econômico (provocado por uma política desenvolvimentista que se concentra na exportação) são realizados em espaços ambientais, ou espaços geográficos, por grupos que acessam e exploram os recursos naturais.

As pesquisas de Paul Little foram fundamentais para a compreensão do processo de desterritorialização da população do subdistrito de Bento Rodrigues. A partir de suas perspectivas foi possível entender a problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial. Em *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil* (2003), Little aborda as distintas formas fundiárias do território nacional sobre a perspectiva da territorialidade a fim de “descobrir possíveis eixos de articulação social e política no contexto jurídico maior do Estado-nação brasileiro”¹¹². A territorialidade, na visão de Little, é definida “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*”¹¹³.

A identificação deste estudo com as abordagens feitas por Little surgiu pelo entendimento da multiplicidade de sentidos que o conceito de territorialidade carrega, pois o objeto da sua perspectiva está na compreensão das formas de relação de um grupo social com seu respectivo território¹¹⁴. Little busca focalizar os confrontos contemporâneos como o “desenvolvimentismo, o preservacionismo, o socioambientalismo”¹¹⁵, além de considerar relevante o elo existente entre lugar e memória. Para ele, o “elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos”¹¹⁶. A noção de pertencimento a um lugar abrange grupos que surgiram ou se assentaram historicamente numa localidade e que consideram este lugar como “verdadeiro e único *homeland*”¹¹⁷.

José Augusto Pádua em *Produção, Consumo e Sustentabilidade* (2000) considera que o espaço ambiental pode ter suas dimensões calculadas levando-se em conta os níveis de água, solos, energia e madeira e recursos não renováveis consumidos por determinado país ou

¹¹² LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. p. 252.

¹¹³ LITTLE, *loc. cit.*

¹¹⁴ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003, p. 255.

¹¹⁵ LITTLE, *loc. cit.*

¹¹⁶ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003, p. 261.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 256.

segmento social¹¹⁸. Pádua chama atenção para o potencial analítico que este elemento carrega na relação conflituosa entre grupos (empreendimentos) e o meio ambiente. Para ele, as assimetrias acontecem à medida que um território é utilizado por meio de uma política empreendedora que permite a vulnerabilidade para sociedades locais¹¹⁹.

Como ícones de uma determinada concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, símbolos de atitude e política empreendedora, as barragens já desalojaram mais de 200 mil famílias no Brasil, o equivalente a um milhão de pessoas. Inundaram 3,4 milhões de hectares de terras férteis e florestas, atingindo os segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira - minorias étnicas como indígenas e quilombolas, e as populações ribeirinhas. Nessa medida, entendemos que as barragens são geradoras de *injustiça ambiental*¹²⁰.

Desencadeia-se, desta forma, uma dinâmica social permeada por conflitos entre a ideologia desenvolvimentista anunciada pelo Estado e pelas indústrias por meio dos seus projetos industriais e os significados de valorização territorial das comunidades locais. Raquel Oliveira e Andréa Zhouri em *Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais* (2005) indicam “a luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, como uma luta pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados atribuídos ao território”¹²¹. Segundo suas reflexões, “o significado social e cultural da desterritorialização e da reterritorialização ultrapassa os valores monetários, notadamente, auferidos pelas indústrias minerárias¹²². Afirmam ainda que

[...] para a atualização de conflitos onde opõem-se tentativas de desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo Estado ou grandes empresas privadas e processos de reterritorialização distintos que visam à manutenção do território para os grupos locais, os quais constroem novas identidades e discursos para o reconhecimento e defesa de seus direitos territoriais¹²³.

Quando pensamos no processo de desterritorialização sofrido pelos atingidos do desastre sociotécnico de Fundão, principalmente aqueles que moravam em Bento, outra

¹¹⁸ PÁDUA, J. A. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate. Brasil Sustentável e Democrático**. n. 06. Rio de Janeiro: FASE, 2000, p. 11-47.

¹¹⁹ PÁDUA, J. A. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate. Brasil Sustentável e Democrático**. n. 06. Rio de Janeiro: FASE, 2000, p. 11-47.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 13.

¹²¹ OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura**, p.1-17. 2005, p. 9.

¹²² OLIVEIRA; ZHOURI, *loc. cit.*

¹²³ OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura**, p.1-17. 2005, p. 7.

comunidade nos vem à mente. Ao norte do rio Doce, que foi gravemente afetado pela lama de rejeitos, temos na margem esquerda a Terra Indígena Krenak¹²⁴, localizada no município de Resplendor. Esse trecho de quatro mil hectares é um espaço reterritorializado, onde a exemplo de todos os povos originários brasileiros, que com luta reconquistam o poder sobre sua terra, seu chão, o povo Krenak, *Borum*, vive a infinitude desse processo de retomada de um território. O Brasil não é em sua essência nosso, mas deles, dos grupos que sobreviveram e resistem a nós. São os povos originários em síntese nossos primeiros e *ad aeternum* desterritorializados.

Os impactos ocasionados pela tragédia de Mariana trouxeram prejuízos ambientais, sociais e culturais para as populações, municípios e TIs da bacia do Rio Doce, estragos que só serão revertidos com o tempo. Os Krenak foram um dos povos mais atingidos pelo desastre. Eles denominam o rio Doce de *Uatú*, que significa rio sagrado/rio grande/rio doce. Quando os rejeitos de mineração chegaram, transformaram o rio em um imenso rio de lama, matando uma enorme quantidade de peixes e de outros animais que faziam parte de uma cadeia extremamente importante para a segurança alimentar tradicional daquele povo. A principal fonte de alimentação do povo, a pesca, foi inviabilizada, deixando toda a população sem água potável e sem poder realizar seus plantios¹²⁵.

Muito antes da ferrovia que é responsável pelo transporte do minério extraído pela Vale e pela Samarco, os Krenak já habitavam a região do Vale do Rio Doce. A partir do crime de Fundão e do avanço da lama de rejeitos de minério eles já se viam conscientes das consequências graves daquilo que estavam vivenciando. Dentre elas, as mais importantes eram a morte dos peixes, o adocimento do rio Doce e alteração significativa dos seus modos de vida. Ailton Krenak, uma das lideranças indígenas de destaque no país, nascido na região em questão, em entrevista realizada em 2016 esclarece:

Para os krenaks, o rio Doce tem vida, é uma pessoa falar dele é como se referir a um antepassado. Ele tem o dom de curar as pessoas, de alimentar a imaginação e os sonhos, onde batizamos as crianças. Lógico que não é só um corpo d'água. São

¹²⁴ Os Krenak ou Borun constituem-se nos últimos Botocudos do Leste, nome atribuído pelos portugueses no final do século XVIII aos grupos que usavam botoques auriculares e labiais. São conhecidos também por Aimorés, denominação dada pelos Tupí, e por Grén ou Krén, sua autodenominação. Habitantes da região do Vale do Rio Doce, o povo indígena Krenak trava uma luta, desde o século XVI, pela defesa de seu território. Vários conflitos armados foram travados entre os Krenak e colonos que disputavam aquele território. Em 1808, o governo português autorizou a intitulada “Guerra Justa” contra os chamados índios Botocudos, dentre os quais se insere os Krenak. De acordo com site do Instituto Socioambiental, o governo declarou “a guerra ofensiva aos Botocudos de Minas Gerais por considerar que os mesmos eram irredutíveis à civilização e que a guerra de caráter defensivo não surtia os efeitos desejados no tocante a garantir a expansão da conquista naquela capitania [Minas Gerais].” Assim, os Krenak foram submetidos a um violento processo de perseguição e dizimação. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=184>>. Acesso em: 27 dez. 2023.

¹²⁵ Disponível em: <<https://umoutroceu.ufba.br/2020/12/11/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

paisagens e montanhas. É uma região inteira onde o povo Krenak construiu suas aldeias no começo do século XX, quando aí só tinha mata¹²⁶.

O território de Bento Rodrigues é percebido neste trabalho como espaço socialmente habitado e relacionado ao poder, ou seja, relacionado à empresa mineradora Samarco S/A., que por sua exploração minerária levou à desterritorialização da população local do subdistrito de Bento Rodrigues como consequência da sua exclusão socioespacial. De acordo com os geógrafos Rogério Haesbaert e Glauco Bruce, “os problemas sociais em sua origem se prolongarão e/ou aumentarão com o passar dos anos, evoluindo conjuntamente, [...] levando a população a sofrer maiores privações de natureza: econômica, política, social, cultural e espacial”¹²⁷.

O encontro com Marinalva, em sua casa, revelou como o desastre de Fundão acometeu a AHOBERO em fatores monetários e emocionais de difícil reconstrução.

Na verdade, né, a gente não tá tendo atividade direito né... porque só da gente... a parte da manhã a gente tava trabalhando, principalmente uma época dessa, que é época de a colheita tá fluindo. Numa época dessa se a gente tivesse com menos, uns 800 quilo a mil quilos. Já o estocado, porque já tá quase na hora de dar a parada com ela. Aí, a gente tava trabalhando de manhã, de tarde, todos. E agora, agora não, só... (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Em outro momento, Marinalva acrescenta que

vender pimenta ajuda e as vendas caíram e as despesas aumentaram, porque assim, a gente, ultimamente tá trabalhando pra poder não ficar no vermelho, pra comprar as coisa e tudo, mas quando gera um dinheiro, já ajuda muito a família (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Marinalva continua sua narrativa narrando como são difíceis seus dias desde 2015 e como o desastre sociotécnico fragmentou de tal modo sua vida que hoje é necessário a utilização de medicações controladas para amenizar os impactos que o rompimento de Fundão ocuparam em sua vida:

Tem dia que eu tomo remédio pra dormir, eu tomo remédio pra ansiedade... e tem dia que não adianta... não adianta (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Gudynas reconhece os efeitos nefastos da extração de minério na América do Sul. Ele afirma: “*sin embargo, los extractivismos despliegan efectos que van mucho más allá de la*

¹²⁶ KRENAK, A. As alianças afetivas. Entrevista a Pedro Cesarino. **Incerteza Viva: Dias de estudo**. São Paulo, p. 169-184, 2016, p. 171.

¹²⁷ HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002, p. 9.

*escala local, los cuales se ‘derraman’ sobre todo el país, en todo su territorio y en todos los sectores”*¹²⁸. Neste sentido, o sociólogo vê que os *efeitos derrames*, ou seja, os impactos que extrapolam os danos físicos e locais promovidos pela atividade extrativista e tocam esferas sociais, econômicas e culturais da vida. Para ele são as consequências da extração minerária e excedem os territórios e as áreas de exploração quando alcançam espaços e tempos ampliados¹²⁹. Em *Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame* (2016), Gudynas afirma que as atividades minerárias são projetadas de maneira violenta nos territórios das comunidades e se difundem além das fronteiras locais dos municípios. As práticas das mineradoras danificam não somente o território e o ambiente, mas, na conjuntura das afetações estão as sentimentais, físicas, emocionais e outras¹³⁰.

Já se passaram mais de sete anos do crime ambiental de Fundão (2015-2023) e com este passar do tempo, é possível analisar as condutas elaboradas pela sociedade local em relação à reterritorialização ainda provisória vivenciada pela população de Bento Rodrigues. Logo na sequência da tragédia, diante das primeiras audiências, os moradores de Mariana, assim como do país inteiro, foram solidários aos até então residentes de Bento. Entretanto, sobressaem comportamentos ambíguos e divergentes da experiência do desastre ao longo do tempo. Houve movimentos, como passeatas no centro da cidade realizadas por comerciantes que apoiaram a manutenção das atividades minerárias. Junto a esses comerciantes, organizaram-se empresários e prestadores de serviços utilizando de discursos em função do emprego e da economia¹³¹. Hoje, as mulheres da AHOBERO, atingidas, vivem no processo de reterritorialização os novos modos de vida impostos a elas. Elas reorganizaram seus afazeres na Associação por não possuírem mais a proximidade, nem entre si e nem com o espaço que os responsáveis pelo desastre disponibilizaram para a AHOBERO. Seus encontros ficaram mais espaçados desde que o plantio da pimenta não faz mais parte de suas tarefas, pois o novo local da Associação não possui horta. É uma casa sem espaço para plantação e cultivo. Elas esperam por seus novos espaços de trabalho e como todos os outros atingidos, esperam, também, por suas novas casas na expectativa de recuperar parte do que foi rompido em suas vidas. Suas propriedades, seus territórios, são elementos que permitem a retomada de suas vidas.

¹²⁸ GUDYNAS, E. Extractivismo en America Del Sur y sus efectos derrame. **La Revista, Sociedad Suiza Americanistas**. Boletín 76, p. 13-23, 2015, p. 14.

¹²⁹ GUDYNAS, *loc. cit.*

¹³⁰ GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. **Gobernanza local, pueblos indígenas e industrias extractivas**, v. 13, 2016.

¹³¹ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Aqui é diferente. A gente plantava a pimenta, a gente cuidava da pimenta, a gente colhia... e pra produzir a geleia... (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

vou te falar a pura verdade... minha esperança de Novo Bento, cada dia que passa tá morrendo mais ainda. Tenho muito medo de... que com essa demora né, a gente vai perdendo a esperança e cada dia que passa a gente vai perdendo a esperança. A gente, todas nós lá a gente tem muito medo, sim... (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Tenho tristeza, angústia, ansiedade. Querendo que termina tudo pra gente voltar logo, pra todo mundo que tem de voltar. Porque tem muita gente ficando doente, muita gente morrendo né. É muita ansiedade, é ansiedade demais né! E tristeza também. Se a gente for pensar, pensar, pensar, a gente chora! Aí, é difícil... (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

1.3 Temporalidades, territorialidades

“A situação dos atingidos é como se tivéssemos dado um pause nas nossas vidas e não conseguíssemos dar mais o play”

(Rosália, Jornal A Sirene, julho de 2016).

A enxurrada de lama de rejeitos é um marco na vida das pessoas atingidas em todos os seus aspectos. A relação tempo x espaço ou tempo x lugar, se faz presente quando o território dos atingidos é inteiramente devastado (FIG. 5) dentro de um tempo ágil e estes passaram a ser, imediatamente, desterritorializados. A temporalidade ganha relevância à medida que o tempo passa, as transformações nos territórios dos atingidos acontecem, mas as reparações não se realizam. Isto nos permite pensar que o tempo é ágil quando os atingidos vivenciaram as destruições, pois em poucas horas, a lama percorreu um caminho extenso e alcançou dois estados do país, Minas Gerais e Espírito Santo, causando destruição. Entretanto, o tempo torna-se lento para as pessoas atingidas ao vivenciarem a lentidão das soluções para reestruturação das suas vidas. Neste sentido, o tempo possui características distintas dentro do contexto do desastre.

A velocidade das perdas do dia do desastre não se compatibiliza com a vagarosidade das decisões sobre reparação dos danos e a retomada de vida dos atingidos. As perdas chegaram de forma abrupta, mas são tratadas com lentidão. Desta forma, vivenciar o desastre significou experienciar uma lógica do tempo, em que as lembranças estão vivas e não se localizam somente no passado. Assim, para os atingidos, os acontecimentos, mesmo que obedeçam a uma sequência lógica diante do desastre, não compreendem definições racionalizadas do tempo, pois estão disponibilizados por sentidos multitemporais.

Figura 5 – Rua e casas de Bento Rodrigues após 5 de novembro de 2015



Fonte: Acervo pessoal de Jianne Coelho (2018).

Ao pensar na relação tecida entre história e memória, Jacy Alves de Seixas, em *Os tempo da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?* (2012) traz a reflexão sobre a relação tempo x memória onde o tempo nem sempre é redutível ao tempo da história, a partir do caráter de continuidade que atualiza as experiências vividas. Assim, ainda para Seixas, a memória constrói um tempo envolvido por afetividade que articula ao seu modo o passado, o presente e o futuro e remete à dimensão espacial¹³².

Neste sentido, ao acessarmos as memórias das mulheres da Associação, nós compreendemos que as experiências vividas por elas são atravessadas pelo crime sociotécnico que faz com que, de forma recorrente, o pretérito de suas vidas se torne presente, em qualquer espaço que elas estejam. Seixas faz compreender que o tempo da memória designa lugares de memória: toda memória, individual ou coletiva, vale-se de lugares concretos ou simbólicos para se exprimir e materializar-se. Esse movimento é, portanto, intrínseco e não exterior como a noção de lugar de memória enquanto memória historicizada tem difundido¹³³. A espacialização do tempo é sem desconfortos, os lugares de memórias acoplam-se, formam encruzilhadas, retas, transversais. Uma vez desencadeada a memória pode levar a lugares diversos¹³⁴.

¹³² SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 24, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

¹³³ SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 24, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

¹³⁴ SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 24, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

Desta forma, percebemos que, com frequência, elas, as mulheres da geleia de pimenta biquinho, se colocam em lugares vividos por meio das suas lembranças como vemos na narrativa de Marinalva,

Eu gosto de lembrar de Bento, não gosto do dia da tragédia. Mas Bento eu gosto. Quando eu lembro parece que estou lá de novo. Lá em Bento (Marinalva, produtora da AHOBERO, 49 anos).

Em visita à AHOBERO, em um dos dias da produção da geleia de pimenta biquinho, uma das produtoras, Sônia, relatou revelou o significado das perdas devido à lama em sua vida. Ela mostrou a reprodução de uma foto armazenada em seu celular, de sua mãe que faleceu quando ela tinha dez anos de idade e disse que é a única foto que sobrou. Sônia destaca: “O resto a lama levou”. Esta apresentação de Sônia chama atenção para a perspectiva do entrelaçamento do material e imaterial. A foto não se limita a um pedaço de papel sobrevivente à lama de Fundão, ela carrega os significados de laços afetivos e a gratidão por ainda existir como parte da lembrança.

Ela faleceu eu tinha 10 anos, eu tô com 43 anos...Eu fecho o olho e lembro dela, do rosto dela direitinho...Na casa de pai tinha uma dela com pai. Uma pequena assim destas de foto de documento, sabe? E uma dela com uma amiga, *amigona* dela que ela tinha... Huhum. É, a única que eu tinha dela foi embora na lama... (Sônia, 43 anos, produtora da AHOBERO).

A discussão sobre a temporalidade e seus significados está presente na narrativa elaborada por Sônia. As lembranças foram produzidas simultaneamente ao desastre ambiental, numa velocidade que gera incompreensão da situação vivida e impressões de anormalidade sobre o acontecido. O ocorrido em 5 de novembro de 2015 é um marco de temporalidade para os atingidos e evidencia situações de vulnerabilidade para eles. Existe um elo condutor nesta data que possibilita o entrelaçamento entre passado, presente e o futuro para os sobreviventes ao desastre.

À medida que nos aprofundamos na relação temporalidade x territorialidade percebemos que a memória é quem associa esta relação, a partir do resgate seletivo de fatos que compõem o passado e esclarecem o presente das mulheres da AHOBERO. A ruptura da vida cotidiana experimentada por esses sujeitos foi violenta e quebrou, abruptamente, as rotinas, os caminhos, as vidas, que não poderão ser refeitas da mesma forma em outros tempos. De forma distinta das mudanças que foram rápidas, o tempo social do novo cotidiano em Mariana é marcado pela morosidade, ansiedade e desespero por um novo lugar. Neste mesmo encontro acompanhou-se o diálogo entre D. Geralda e Sônia. Ambas falam da expectativa do “Novo Bento”, da espera pela casa e da frustração que viviam diante da morosidade das construções:

Falaram que ia fazer uma reunião *online* com Raimundo né? Da Renova, pra mostrar como é que está a casa dele lá em Bento... o andamento da construção. Eu pensei, nosso Deus!!! Tá pronto!!!... Aí quando foi.... na quinta-feira às 9h ai que mandaram, mandou sabe, só o piso. A laje deles só que era a base da casa... Não tem tijolo nenhum. Entende? ... Mas eu chorei tanto. Sabe aqueles 3d, Sônia?... mandou aquela foto ali que a gente tava cansada de ver. Mandou as fotos toda do Bento por cima... (D. Geralda, 61 anos, produtora da AHOBERO).

Quando os empreendimentos minerários são autorizados para a viabilização do neoextrativismo, tornam-se necessárias ações de privatização dos recursos minerais e apropriação de territórios. À medida que são realizadas estas condutas, são gerados os conflitos espaciais que se caracterizam por capacidades diferentes de acesso e utilização dos recursos naturais. Os conflitos ambientais se fazem por disputas de empresas em relação aos espaços de indivíduos e acarretam na desterritorialização das populações locais¹³⁵. Segundo Zhouri e Laschefski, os conflitos ambientais são amplos, territoriais e proporcionam danos que extravasam os limites em que os empreendimentos estão localizados¹³⁶. No caso da localidade de Bento Rodrigues, o desastre alcançou outra dimensão, pois se normalmente os conflitos se referenciam pelas diferentes formas de apropriação e uso, nos espaços destruídos pela lama de rejeitos de Fundão já não existe a possibilidade de uso desses locais pela população. Desta forma, a população de Bento Rodrigues segue, para além da disputa, na busca de uma nova localidade, um novo território para o restabelecimento mínimo de suas vidas, pois os sujeitos atingidos se encontram em contexto de desterritorialização compulsória.

Sônia (FIG. 6), produtora da AHOBERO afirma que apesar de nada ser como antes e não ter a possibilidade de ter sua vida de volta como era, ela sente esperanças de que ao ter uma casa, como é a promessa da Fundação Renova, amenize o sofrimento em que ela se encontra hoje.

Esperança... esperança de ter... como quem diz... meu... meu lar né! Num vai ser igual era o meu, porque, lá era assim... lá meu marido é pedreiro, então, ele construiu a casa, eu ajudei ele a construir desde quando a gente namorava, que ele começou a construir a casa. Eu ajudava ele, carregava massa pra ele, carregava tijolo... e até o final ele tava reformando a casa... já tava tudo, praticamente pronto! Só faltava alguns detalhes no nosso quarto lá pra arrumar e pintar a casa... então, já tava praticamente toda reformada. Entendeu? Se... mas vai ser muito, muito bom! Muito! Nossa! Eu sonho muito com esse dia! Nossa! É meu sonho! (Sonia, 43 anos, produtora da AHOBERO).

As narrativas expostas nos possibilitam compreender como as consequências do desastre sociotécnico de Fundão são infinitas. Elas podem ser atenuadas com ações de

¹³⁵ ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM, 2010.

¹³⁶ ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM, 2010.

reparações que minimamente precisam ser realizadas para as pessoas atingidas, mas sabemos que nunca chegarão à sua plenitude. É necessário o cumprimento dos processos de mitigação, indenização, compensação, reparação e restauração. Estes, precisam ser acompanhados pelas pessoas atingidas porque foram firmados com os membros federativos desde 2 de março de 2016, por meio do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

Figura 6 – Produtora e associada Sônia, 43 anos



Fonte: Acervo pessoal (abril, 2021).

A territorialidade é um processo de uso do espaço geográfico e dos sentidos que são apropriados a ele¹³⁷. As pessoas atingidas pela lama, a partir da condição de desterritorializadas, vivem o processo de luta em Mariana e passam a ser elementos que compartilham da emergência de reparação que envolve o desejo pelo reassentamento.

¹³⁷ LAVALLE, A. G.; CARLOS, E. (Orgs.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce: atingidos, instituições e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. 436p.

1.3.1 A Intensificação do sofrimento social das Mulheres da AHOBERO

Tristeza, angústia, ansiedade. Querendo que termina tudo pra gente voltar logo, pra todo mundo que tem de voltar. Porque tem muita gente ficando doente, muita gente morrendo né. É muita ansiedade, é ansiedade demais né! E tristeza também. Se a gente for pensar, pensar, pensar, a gente chora! Aí, é difícil... (D. Geralda, produtora da AHOBERO, 61 anos).

A nova ordem econômica se sustenta pelos baixos preços colocados em prática pelo neoextrativismo, mais especificamente entre os anos 2000 e 2011, e está composta por dinâmicas definidas e interligadas por mercados internacionais que destinam a extração para fora da localidade. De acordo com Bruno Milanez e Rodrigo Salles, a desregulação ambiental está ligada a formas de violência que impõem violações das normas ambientais e têm como produtos impactos ao meio ambiente e às comunidades atingidas¹³⁸. Segundo os autores, os grupos envolvidos nas ações de resistência à mineração visam à despolitização e o enfrentamento às violências das afetações, pois estas atingem as economias locais e regionais e aos modos de ser e viver dos territorializados.

Corroborando as afirmações trazidas por Milanez e Sales, Chiara Pussetti e Micol Brazzabeni acrescentam que o sofrimento social está relacionado ao descontrole da vida¹³⁹. Para as autoras,

O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. [...] mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais. O sofrimento social é o resultado, em outras palavras, da limitação da capacidade de ação dos sujeitos e é através da análise das biografias dos sujeitos que podemos compreender o impacto da violência estrutural no âmbito da experiência cotidiana¹⁴⁰.

As mulheres da AHOBERO e todos os indivíduos atingidos pelos rejeitos da barragem foram condicionados às orientações e encaminhamentos institucionais da empresa Samarco Mineração S/A., da Fundação Renova e do Ministério Público, realizados por discussões sobre as perdas e danos, a fim de definirem suas vidas.

¹³⁸ SALLES, R.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a 'privatização' da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio doce. In: **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Andréa Zhouri (Org.); 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p. 111-154, 2018. p. 111.

¹³⁹ PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011. p. 5.

¹⁴⁰ PUSSETTI; BRAZZABENI, *loc. cit.*

As diferentes racionalidades da lógica capitalista dos dias atuais corroboram para o quadro de sofrimento social dos sujeitos, a partir dos silenciamentos, quando suas falas são desautorizadas, suas dores e sofrimentos são negados por meio de um discurso abstrato. Pussetti e Brazzabeni definem a necessidade do conhecimento social e afirmam:

As interpretações do sofrimento apelam a uma consciência da história do discurso que as elabora, cujo contexto é sempre o das relações de poder locais. Necessariamente, um olhar crítico sobre o sofrimento considera portanto as práticas e estratégias – produzidas e sustentadas dentro de um quadro de relações de poder¹⁴¹.

No caso das famílias das mulheres produtoras da AHOBERO, atingidas pela lama de rejeitos de minério, há queixa recorrente de não serem ouvidos e, desta forma, não receberem atenção, e suas trajetórias de vidas serem definidas por espaços burocráticos, tanto pelas instituições quanto pelo poder público. Contribuindo para os esclarecimentos das condutas para reparação dos danos causados aos atingidos, Israel Jesus Rocha em *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*, (2019) obra organizada por Zhouri apresenta as considerações do “ajustamento das condutas” de firmas e Estado, bem como da criação da Fundação Renova.

Dentro do contexto das relações entre a Samarco, as corporações transnacionais Vale e BHP Billiton que a controlam, e o Estado, um novo evento, em março de 2016, representou um ‘salto’ do paradigma da regulação fraca para a autorregulação. Por meio de “Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta” (TTAC) assinado entre as empresas, os governos estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo e o Governo Federal, foi criada a Fundação Renova, uma organização privada responsável pela recuperação, mitigação e compensação dos impactos socioeconômicos e socioambientais do rompimento da barragem do Fundão¹⁴².

Pussetti e Brazzabeni ao afirmarem que a “exclusão social é incorporada como fator de risco e patologia, recusando um relativismo extremo como resposta fácil a um universalismo problemático”¹⁴³, confirmam que não se pode desconsiderar diante do sofrimento social “as linguagens múltiplas do corpo e do sofrimento”¹⁴⁴. No relato de Nayure, produtora da AHOBERO, é exemplificado o descaso que sua família vivenciou diante de uma situação grave de saúde e o ressentimento que permanece em suas vidas:

¹⁴¹ PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011, p. 6.

¹⁴² ZHOURI, A. (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 1. Ed., 2018. Resenha de: ROCHA, I. J. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019, p. 35.

¹⁴³ PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011, p. 6.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 5.

A minha vó teve um companheiro, o Zezinho, ele já estava com o estado de saúde debilitado. Pós rompimento, eles vieram morar aqui em Mariana, e por... acho que ele sentiu a diferença do ambiente e ele piorou... hoje ele não tá mais aqui, ele morreu, faleceu e... faleceu tem pouco... pra mim é pouco tempo né... mas, ele nem sequer teve um auxílio sabe... de nada (Nayure, produtora da AHOBERO, 20 anos).

Essas narrativas, então, submetem o atingido ao silêncio e à aceitação submissa. A seguir, no relato de Marlene, também produtora da AHOBERO e avó de Nayure, vê-se a leitura dela como descaso das instituições responsáveis por gerir as reparações. O sofrimento se torna intenso à medida que suas reivindicações são desconsideradas e suas vozes silenciadas.

Eles são muito duros com a gente mesmo, mas não tem. Porque eu sempre levo meus filho e eles são altão, sabe. (riso). Então, do mesmo jeito que eles me tratam, eles tratam... eles. Só fala com a gente: Senta aí, é como se eles fosse inocente e a gente culpado (Marlene, 61 anos produtora da AHOBERO).

Ela continua esclarecendo a forma com que é tratada e como eles se comportaram diante da doença grave de seu marido. O descaso causa dor e revolta.

[...] eles nunca ligou muito não! Nunca deu muita confiança não. Tanto, que ele era doente e ele faleceu, pra eles não tem nada não. Tanto que precisa de uma época de CTI lá em Ouro Preto, precisava de entrar na justiça né [...] aí pedi à minha família pra pedir pra eles ir lá ver se podia fazer alguma coisa, nem resposta eles deram” (Marlene, produtora da AHOBERO, 60 anos).

O contexto do sofrimento social para os atingidos da Barragem de Fundão já estava sendo construído a partir das violências cotidianas a que as famílias foram submetidas ao longo dos anos, desde novembro de 2015. Quando chegaram em Mariana, imediatamente ao crime ambiental, a forma com que as vítimas foram tratadas pelas empresas e instituições que atuaram nesse período emergencial iniciou um processo de intensificação do sofrimento que ainda perdura. Sofrimento que quando pensado em sua relação como a categoria tempo, mostra-se infinito. É como algo que possui o ponto de partida, nascimento ou origem, mas não é capaz de se findar. A partir de 5 de novembro de 2015, o que acontece junto ao rompimento de Fundão é o se tornar atingido e não mais deixar de ser e de sofrer todas as consequências que se enlaçam a esta caracterização.

Os moradores de Bento Rodrigues foram alojados na Arena de Mariana, um ginásio poliesportivo, localizado no centro de Mariana, onde ficaram por dias, sendo assistidos, principalmente, pela empresa responsável pelo crime. Em 8 de novembro de 2015, o Movimento dos Atingidos por Barragens trouxe as últimas notícias e confirma que:

Os atingidos desabrigados foram levados à Arena Mariana, que se tornou um alojamento provisório. Ali as pessoas faziam um cadastro, recebiam atendimento

médico inicial e os casos graves foram enviados ao Hospital João XXIII em Belo Horizonte através de helicópteros. A presença e atuação da Samarco foi tardia¹⁴⁵.

Zhourí *et al.* em *O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social* (2016) corroboram sobre o sofrimento social sentido pelos afetados de Fundão ser uma experiência impositiva e sem expectativa de sua finitude. Os autores ampliam as reflexões e apresentam a necessidade recorrente de discutir “seus impactos mais gerais sobre a reconfiguração das relações entre Estado, mercado e sociedade civil”¹⁴⁶. Logo após a assistência aos indivíduos atingidos na Arena, estes foram alocados em hotéis da cidade. Logo em 9 de novembro de 2015, o MAB, trouxe a notícia de que a igreja Católica convocava todos os atingidos para se organizarem e lutarem por seus direitos¹⁴⁷.

Figura 7 – Movimento dos Atingidos por Barragens



Fonte: Acervo pessoal.

Eles (FIG. 7), os atingidos, que estavam habituados aos modos de vida de áreas rurais, se viram hospedados em quartos, impedidos de confirmar o prazo para deixar de experimentar aquela situação.

A gente coloca ali, coloca igual coloca no hotel né... aí você entra, tem tudo, tem guarda-roupa, tem roupa de cama... mas, o que você comprou? Quer dizer, saí, de repente eu não tenho nada! Então, pra eu ter alguma coisa, eu tenho que eu comprar! (Marlene, produtora da AHOBERO, 60 anos).

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://mab.org.br/2015/11/08/trag-dia-anunciada/>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

¹⁴⁶ ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: A. Zhourí, P. Bolados e E. Castro (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 45-65, 2016, p. 49.

¹⁴⁷ Disponível em: <<https://mab.org.br/2015/11/09/arcebispo-mariana-convoca-todos-os-atingidos-para-organiza-e-luta-popular/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

Os impactos de Fundão, também apresentados por Zhouri *et al.* como efeito derrame em relação aos processos vividos pelas famílias de Bento, apresentam o tema do sofrimento a partir de uma discussão multifacetada¹⁴⁸. Considerando que o estudo aborda as relações sociais e culturais das sociedades, a temática foi tratada por ser constitutiva do mundo social.

[...] a linha de pensamento segundo a qual o mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam. As interpretações do sofrimento apelam a uma consciência da história do discurso que as elabora, cujo contexto é sempre o das relações de poder locais”¹⁴⁹.

Nesse sentido, o sofrimento precisa ser entendido a partir da ótica em que esse processo ocorre. O sofrimento social dos indivíduos atingidos é resultante “daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como estas mesmas formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais”¹⁵⁰. O conceito de sofrimento social caracteriza aflições vivenciadas por grupos sociais que consistem em experiências distribuídas no interior da ordem social. No caso de Bento Rodrigues, trata-se de um evento socioambiental associado à reprodução dos conflitos ambientais de acordo com situações produzidas pelas diferentes relações de poder. São essas relações que definem as posições desiguais dos sujeitos sociais e que determinam a sujeição dos indivíduos aos processos de sofrimento.

Marinalva em sua narrativa afirma:

É. Nunca tive o sonho de sair pra fora. Meu sonho era ter meus neto brincando na terra, brincando, pulando... hoje, cê pode ver, brinquedo fica espalhando pra casa afora, porque não tem onde brincar... eu num vou deixar ele brincar ali na rua... (Marinalva, produtora da AHOBERO, 49 anos).

Durante as visitas às mulheres da AHOBERO, a insegurança, o medo e a preocupação foram assuntos constantes nas conversas. O assunto era trazido à tona pelos atingidos sem que se precisasse mencionar. As narrativas desses sujeitos eram realizadas com um semblante de preocupação e um timbre de voz angustiada. O conteúdo das narrativas expressava o medo recorrente.

¹⁴⁸ ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: A. ZHOURI, P. BOLADOS E. CASTRO (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 45-65, 2016, p. 49.

¹⁴⁹ PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011. p. 468.

¹⁵⁰ KLEINMAN, A.; HALL-CLIFFORD, R. “Stigma: a social, cultural and moral process”. **Journal of Epidemiology and Community Health**. v. 63. 2009.

As notícias após o desastre sociotécnico traziam informações de que as vítimas viveram em regime de internato, com horários controlados para a entrada e saída dos hotéis, assim como limite para visitas¹⁵¹. As tensões eram constantes. Os sujeitos atingidos de Bento Rodrigues necessitavam que seus direitos fossem respeitados e que suas vidas restabelecidas, mas tiveram dificuldades para lidar com as novas demandas, principalmente organizacionais. O fato de abrigar os desterritorializados em hotéis espalhados pela cidade e, posteriormente, em casas alugadas em Mariana e região, distantes umas das outras, dificultou a convivência, a articulação dos atingidos e alimentou os sentimentos de tristeza e angústia. A associada Marinalva se ressentente:

Hoje, minha família mora toda longe de mim, meus filho mora longe de mim. Fico num lugar que eu não tenho conhecido nenhum por perto e lá a gente conhecia todo mundo, via todo mundo todo dia... (Marinalva, produtora da AHOBERO).

É ela ainda que relaciona a ruptura de Fundão ao quadro de dependência de remédios por conta da insônia e ansiedade que a acometem.

Nó! Tem dia que eu tomo remédio pra dormir, eu tomo remédio pra ansiedade ... e tem dia que não adianta ... não adianta. E tudo isso veio com o rompimento da barragem e toda a tragédia né (Marinalva, produtora da AHOBERO, 49 anos).

Os conflitos desencadeados pelo desastre configuram a irresolução experienciada pelos afetados por meio da espera. Eles esperam pelas decisões, por testes, pelo monitoramento. A espera, então, constitui sentido de sujeição e crescente frustração, que afligem as vítimas. As disputas políticas e sociais se apresentam em torno do reconhecimento da denominação de atingido, pois, o dano passa a ser ponto de disputa sobre o qual são feitas as reivindicações dos afetados. Há no desastre de Fundão, tensões presentes pautadas por referências no processo dos atingidos em termos de emergência, bem como para o reconhecimento das demandas a serem atendidas a partir de uma classificação e hierarquização das reivindicações.

Retornando à narrativa de Marinalva, nota-se que sua condição de vida hoje a fez perder as esperanças de um dia voltar a viver junto da comunidade no Novo Bento.

[...] (suspiro) Te falar a verdade, a vida da gente acabou, não[...] tá acabando aos pouco. Porque cada dia que passa, a vida da gente tá só piorano, piorano [...]a gente não tem[...] tem vida mais não[...] tem vida mais não[...] (voz triste). É remédio em cima de remédio (Marinalva, produtora da AHOBERO, 49 anos).

¹⁵¹ DIP, J. **Proteste Já – Mariana:** Conheça os bastidores da tragédia. Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/cqc/2015/video/15679565/proteste-ja---mariana-conheca-os-bastidores-da-tragedia>>. Acesso em: 10 abr. 2020-2021.

A categoria de atingidos está condicionada a debates entre as pessoas afetadas e a empresa responsável pelo desastre. A mineradora contratou a empresa denominada Synergia, para realização dos cadastramentos e identificação dos atingidos. Zhouri em *Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI)* elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental apresenta o PLCI, *Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados*, instituído pela empresa contratada que escolheu a denominação de *impactados* em seus documentos emitidos¹⁵². Esta categoria deverá ser apontada quando se restringir aos aspectos econômicos, mas no caso de Fundão os direitos vão além do âmbito das perdas materiais

O reconhecimento como atingido é a finalidade das pessoas afetadas para estabelecer legitimação dos direitos. De acordo com as apresentações trazidas por Zhouri *et al.*, logo em seguida ao desastre, as primeiras medidas tomadas foram implantação de mesas de negociação que da mesma forma que denominavam as vítimas como parte mais interessada nas negociações, permitia a operação das empresas Samarco, Vale e PHP com participação equivalente a dos afetados pela lama de Fundão nesses espaços, ou seja, as empresas estavam condicionadas como mais parte interessada¹⁵³. A intensificação do sofrimento social acontece, a partir dos conflitos gerados por atitudes que deslegitimam as pessoas atingidas. Segundo Zhouri *et al.*¹⁵⁴, quando as empresas assumem um comportamento de violação da dignidade perante descompromissos, atrasos, geradores de medos e incertezas, os afetados passam à condição de subordinados e desta forma, compreendem o processo de desgaste que descompensa as suas vidas. As empresas tomam direções que instigam o sofrimento social quando impõe aos sujeitos a ocupação de espaços com tempo desconhecido por eles. Desta forma, o desastre ambiental de Fundão confirma o alcance dos conflitos territoriais proporcionados pelas lógicas de uso e apropriação dos territórios pelas disputas entre as empresas e os indivíduos.

¹⁵² Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/GESTA-UFGM-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2021.

¹⁵³ Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2017/02/GESTA-UFGM-Parecer-sobre-Cadastro-Integrado-do-PLCI-Samarco-Synergia.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2021.

¹⁵⁴ ZHOURI, A. *et al.*. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: A. Zhouri, P. Bolados e E. Castro (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 45-65, 2016. p. 49.

1.4 Bento Rodrigues, um lugar, várias memórias – a partir das associadas da AHOBERO

Jacy Alves de Seixas, em *Os tempo da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?* (2012) afirma que “Possuindo um centro representado pela atividade de percepção presente abrem-se círculos que percorrem o espaço da memória e se expandem”¹⁵⁵. Bento Rodrigues atinge as camadas profundas do que representa o lugar para seus ex-moradores e está envolvido por significados importantes para eles. Diante desta conjuntura, definimos ser essencial nos debruçar sobre a representação de Bento firmada pela memória através das narrativas das Mulheres da AHOBERO.

Paul Little afirma em *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade* (2003) que a expansão das fronteiras no Brasil colonial resultou em variedades de territórios sociais não reconhecidos, como as terras indígenas e as reservas extrativistas, e deram origem aos processos de resistência¹⁵⁶. A territorialização, de acordo com Little, é um produto histórico de processos sociais que possui papel fundamental nas comunidades e é parte integrante dos grupos sociais¹⁵⁷. É nesse sentido que podemos ouvir Rosângela e refletir sobre o sentido construído por ela e outras moradoras do Bento, a relação com esse local.

Rosângela explica em primeira entrevista o significado da perda do território onde viveu e criou sua família. Ela compreende, mesmo sem posse do conhecimento teórico da tríade T-D-R, o que a desterritorialização significa e sabe que a reterritorialização da sua família e dos que faziam parte do seu convívio diário, bem como de todas as pessoas que perderam seus espaços em Bento Rodrigues, ainda não aconteceu de fato, é algo depreciativo para todos.

É! E a gente, assim, criei minhas duas filhas lá, tinha gente assim que, eu sou até madrinha do Dieni... não saia lá de casa. Às vezes eu fecho o olho e eu vejo aquilo tudo! Eu mais Dieni indo pra lá e pra cá, Maria Fernanda nasceu lá também. Então, assim, não é a mesma coisa! Aqui em Mariana não é a mesma coisa (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

¹⁵⁵ SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.]**, v. 24, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

¹⁵⁶ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

¹⁵⁷ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. p. 10.

Para Little, “ a situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não”¹⁵⁸, e acontece pelo empenho destes grupos em participar e se identificar em seu ambiente físico e suas particularidades socioculturais. Nesse contexto, segundo Little:

Os regimes de propriedade comum, o pertencimento afetivo a lugares específicos e a memória coletiva desse pertencimento formam o cerne empírico do conceito de “povos tradicionais”, ao mesmo tempo em que se transforma em uma categoria política usada endogenamente por grupos para defender seus direitos territoriais¹⁵⁹.

Nesta mesma chave, a produtora da AHOBERO, Marinalva, também no nosso primeiro encontro em sua casa, lembra a luta que as associadas enfrentam para ter seus direitos reparados, desde a tragédia de Fundão.

A gente tá lutando pra a associação não acabar. Mas, eles (os representantes da Samarco) tão assim... nós tivemos que lutar muito pra eles continuar pagando o aluguel pra gente. É que eles queriam que a gente pagasse o aluguel do lugar, eles depositassem o dinheiro pra gente, pra gente ir pagando. A gente luta sempre pra reconhecer que a lama acabou com o nosso território, com a associação (Marinalva, produtora e associada, 49 anos).

Bento Rodrigues não é somente um nome dado a um espaço, um subdistrito da primeira capital do Estado de Minas Gerais. Bento Rodrigues dá nome a uma comunidade que se encontrava reunida naquele território conectada por laços familiares, pessoas com laços afetivos, de trabalho, conectadas por uma variedade de razões que unem pessoas que vivem e se identificam. A partir destes elementos é que ali as mulheres se uniram sobre o cunho da Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues, a AHOBERO.

A Associação foi fundada no ano de 2002 e teve seu funcionamento interrompido de maneira abrupta e traumática pelo crime da barragem de minério de ferro de Fundão, que ficava a 6 km de distância de Bento Rodrigues. O retorno da AHOBERO ocorreu em 2016. Algumas mulheres que se uniam não só para cozinhar e produzir a geleia, mas para manter parte da sua rede de apoio e afeição do antigo Bento, agora passaram a se reencontrar para reunir a partir de fragmentos de sua rede de afetos que trazem para elas suas identificações. A geleia lhes dá reconhecimento. Sua união as reintegra ao seu território afetivo.

As produtoras Rosângela e Sônia expõem em suas narrativas o quanto estão fragilizadas, depois que suas estruturas afetivas e de trabalho foram interrompidas pelo desastre de Fundão.

¹⁵⁸ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. p. 10.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 11.

Elas revelam o que o recomeço da AHOBERO, a reestruturação do trabalho e a proximidade entre elas representam. O território de Bento trazia uma configuração de vida que não será alcançada por elas novamente na cidade de Mariana.

Eu sinto falta das minhas amizade. Porque hoje aqui eu num tenho não. Eu moro aqui. Tipo assim, Keila, a sogra dela, Neuza, a gente era vizinho e morava tudo próximo um do outro né. Na casa de Keila eu entrava lá, precisava de um alho, eu pegava. E vice e versa. As menina dela não saia de casa. Hoje eu fico aqui né, tenho minha família, mas, assim... a gente sente falta dessas pessoas né, da convivência, de conversar... às vezes ocê sente falta de ir na casa do vizinho né... (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

A rede de apoio foi interrompida de forma abrupta pela lama de Fundão e causou danos irreparáveis. Rosângela evidencia, novamente, a falta que faz estar junto das pessoas que compõem seus laços afetivos e a sustentação para desenvolver o trabalho. Ela complementa:

Eu penso assim, eu tinha minha casa, meus amigos. Eu tenho vontade de conversar cas pessoa. Igual eu falei, num é vontade, eu tenho necessidade de conversar, de brincar cas pessoa. A gente só faz isso quando a gente se encontra na associação, mas não é mesma coisa não. A gente se encontra bem menos (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

Em outro momento, com semblante entristecido, Rosângela diz que fica muito tempo sem ver sua irmã e as suas amigas da AHOBERO.

E minha irmã, eu fico mais de uns três meses sem ver ela ou mais né? As menina eu vejo mais porque a gente vai na Associação. Igual nessa semana passada eu vi as menina, na Associação. Mas, também a gente ficou quase um ano sem se ver... (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

No encontro com Sônia, em sua casa, um dos poucos momentos que ela abre um sorriso demonstrando alegria, é quando narra sobre quando estão reunidas em dias de trabalho na Associação.

Quando a gente reúne é muito bom! A gente coloca os papos em dia! A gente ri, a gente brinca... e... é muito bom! Eu gosto muito! (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Sônia segue sua narrativa sobre as ausências trazidas pela lama de Fundão, dos espaços e das pessoas.

A gente sente saudade do cantinho da gente, né... Lá era assim, todo mundo conhecia todo mundo, né... então, a gente sente falta (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Em outro momento, Sônia diz, com desconforto, como se sente por não viver perto de seus familiares e não sentir que Mariana é sua casa e, de alguma forma, isso faz perder a liberdade de estar junto e mais próximo deles.

É difícil! Minha família tá toda espalhada! Eu vejo quando eu saio na rua, eu não tô indo na casa de ninguém. Eu fui na casa do meu tio agora, levar umas coisinha pra ele, nem entrei! (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Os danos causados pelo colapso de Fundão fragmentaram as histórias de vida do grupo, ou melhor, da comunidade de Bento, mas permanece vivo o pertencimento àquele lugar, àquele espaço. Conforme Little, “a expressão da territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias”¹⁶⁰.

As formulações identitárias que as pessoas atingidas fazem são estabelecidas por meio de percepções distantes porque elas não acessam mais o lugar, já que vivem em outra localidade. Para estimular as elaborações de reconhecimento e voltar para os seus significados, sentem a necessidade de estar de volta ao território. O esposo de Rosângela é um exemplo trazido pelas associadas e apesar de ser uma voz que não é exatamente a que queremos focar, cabe aqui como demonstrativo dessa necessidade de retorno. Vale esclarecer que enquanto ele quer permanecer no Bento que foi destruído pela lama, sua esposa Rosângela não deseja o mesmo.

Todo final de semana eu tô no Bento! Amanhã eu vou pro Bento! Eu vou, fico lá e só volto no domingo ou segunda. Fico no meu cantinho lá, fico na sede, na Associação. Usei o espaço, Rosângela foi comigo, nós prantou uma horta lá, prantamo um pomar, um pomarzinho de laranja. E tô zelando, que evite o fim de tudo que a gente empenhava lá (Sidney, vice-presidente da AHOBERO).

O antigo espaço físico onde funcionava a Associação como “o seu cantinho”. A sua identidade está construída, também, a partir do seu reconhecimento de pertencimento ao espaço físico, que, neste contexto, foi fragmentado pelo desastre.

Acho que mudou tudo, porque lá no Bento era uma coisa né. Aqui é diferente. Mas também não quero voltar lá (referindo-se ao antigo Bento). Porque... [breve interrupção de um terceiro solicitando algo] ... eu vejo sim... mas, meu marido é meio teimoso e ele fica querendo ir pra lá. Não quero ir. Ir lá trás é só mais sofrimento (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

Quando questionada sobre o sentimento que ela tem em relação ao Novo Bento, Rosângela ainda diz:

Sim, esperança sim! Mas, às vezes eu não me vejo lá. Eu tenho esperança, mas eu não me vejo morando lá e eu acho que as pessoas não vai ser igual era antes (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

¹⁶⁰ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. p. 11.

Percebemos a necessidade do marido de Rosângela de voltar à localidade do antigo Bento, já que ali está o espaço criado para seus signos de vida, que conforme P. Little, é “a distinção entre o ‘espaço’ abstrato e genérico e um ‘lugar’ concreto e habitado”. Bento Rodrigues está carregado de sentido pelos sentimentos e significados construídos por seus ex-moradores. Little acrescenta ainda que “a identificação de lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado”¹⁶¹.

Bruno Milanez e Cristiana Losekann, em *Desastre do Rio Doce, antecedentes, impactos e ações sobre a destruição* (2016), afirmam que as perdas materiais e ambientais são significativas, entretanto, ressaltam que a tragédia humana foi elemento mobilizador nos momentos imediatamente posteriores ao desastre¹⁶². Segundo Milanez e Losekann, nem o Estado e nem Samarco possuíam plano de ação que amparasse os afetados¹⁶³. Os autores discutem aspectos importantes sobre os impactos ambientais e humanos e citam a relevância do relatório de *Avaliação dos efeitos e desdobramentos da barragem de Fundão em Mariana-MG*, instituído por determinação do governador do estado de Minas Gerais, por meio do decreto N.º 46.892, de 20 de novembro de 2015, que trouxe “força-tarefa para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão no subdistrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana”¹⁶⁴. O relatório possui a funcionalidade de trazer dados sobre os fatos e apresentar propostas de medidas punitivas acerca dos danos materiais, ambientais e humanos originados pelo desastre. Entretanto, mesmo considerando relevante a instituição do Relatório supracitado, Milanez e Losekann se preocupam com as medidas reparatórias praticadas pelos responsáveis, logo após o crime ambiental, e destacam a imprudência do estado em permitir que as mineradoras Vale, PHP e Samarco tenham o protagonismo no processo de reparação das vítimas. Para eles este comportamento rejeita ações em favor dos povos afetados quando não consideram a participação das atingidas e dos atingidos no processo de reparação. A fala de

¹⁶¹ LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. p. 11.

¹⁶² MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

¹⁶³ MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

¹⁶⁴ BRASIL. **Decreto 46.892, de 20 de novembro de 2015**. Instalou a “Força-Tarefa Barragem do Fundão” para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/ato2015.htm>. Acesso em: 1 nov. 2021.

Luciara, atingida de Conceição da Barra, retrata a realidade vivida pelas pessoas atingidas, em manifestação realizada em 2018, três anos após o crime ambiental de Fundão:

Nós fechamos todos os escritórios da Renova no Espírito Santo. Essa manifestação é para que eles nos paguem, porque até hoje, em Conceição da Barra, ninguém nos chamou para ter uma conversa. Estamos aqui para reivindicar nossos direitos. Fomos reconhecidos, mas, na verdade, não fomos, porque até agora eles não fizeram nada para mudar essa realidade (Luciara, atingida de Conceição da Barra pelo desastre de Fundão, 2018).

Sobre o impacto do crime de Fundão, nas pessoas, nos cidadãos do subdistrito, partimos dos trabalhos e das discussões avançadas por Bruno Milanez, Cristiana Losekann, (2016), Ilklyn da Silva e Maryellen de Lima (2017), que qualificam os impactados pelo desastre de Fundão como atingidas e atingidos. Silva e Lima em *O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil*, artigo publicado em 2017, apresentam o contexto que caracteriza os modos de vida dos grupos afetados, suas rotinas por meio do trabalho, da produção de territorialidade e das estruturas entre as relações sociais em que suas vidas são apoiadas. O texto aborda a terceirização dos serviços e, conseqüentemente, a “precarização do trabalho como uma das estratégias das empresas do setor mineral, adotada pela Samarco no contexto do pós-boom”¹⁶⁵. Esses fatores são relevantes para perceber a lógica dos empreendimentos minerários que utilizam a barragem, identificando suas falhas e seus limites.

As autoras afirmam que a categoria de impactado ou afetado limita os direitos referentes às perdas e aos danos ao contexto da materialidade.

A identificação e cadastramentos dos atingidos pelo rompimento, atribuiu aos sujeitos em seus documentos sempre a categoria *impactado*. Tal categoria aponta para uma noção em que as perdas e danos geradas pelo desastre são caracterizadas como se pudessem ser imediatamente legíveis, restringindo-as a aspectos materiais¹⁶⁶.

Milanez e Losekann veem certa fragilidade na legislação brasileira em relação ao estabelecimento dessa identidade jurídica e esclarecem que as responsabilidades das medidas reparatórias e o reconhecimento das indenizações acabam permanecendo com as causadoras do dano¹⁶⁷. Para os autores, ser desabrigado não é uma caracterização isolada para ter reconhecimento dos direitos, é preciso considerar a perda dos modos de vida e da atividade

¹⁶⁵ SILVA, I. B.; LIMA, M. M. O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p. 56-65, 2017.

¹⁶⁶ SILVA, I. B.; LIMA, M. M. O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p. 56-65, 2017.

¹⁶⁷ MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

produtiva que desenvolviam¹⁶⁸. Ao longo das conversas com as associadas, percebemos que elas têm pouco ou nenhum dos seus direitos reconhecidos quando se trata da AHOBERO. Como já mencionamos, a reparação é impossível em sua plenitude. Essa compreensão corrobora o fato de que nada seria suficiente para indenizar os outros moradores de Bento. Para a jornalista Consuelo Dieguez da matéria “A Onda” (Revista Piauí), que trata do fato em questão, Eliane dos Santos, diretora da Escola Municipal de Bento Rodrigues, em 2015, esclarece sobre suas expectativas:

Ela não pareceu animada: a casa que a Samarco lhe entregará não vai ter a mesma história da anterior, que construiu com o marido. “Não terá a janela, o piso que escolhemos com tanto cuidado.” E completou: “Eu gostaria que a minha vida estivesse do jeito que era até 5 de novembro. Não há indenização que pague a mudança de rumo da minha história”¹⁶⁹.

Na fala a seguir, D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, apresenta a vulnerabilidade vivida pelos associados quanto à reestruturação da Associação:

Ainda não fomos reconhecidos como atingidos. Isso pode prejudicar a associação. Foi muito sacrifício pra poder[...] dá tristeza. Hoje o trabalho é pouco, hoje, sabe[...] é muito difícil. Precisa comprar[...]. Eles só pagam nosso aluguel. Não recebemos indenização como atingido. Não nos reconhece (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Keila, produtora da AHOBERO, relata a dificuldade que a Associação enfrenta como consequência do desastre. Ela apresenta a modificação sofrida para a realização das atividades laborais, em que as perdas materiais afetam diretamente a cadeia produtiva e até mesmo a qualidade da matéria prima para a produção da geleia, e mostra-se preocupada com o futuro da Associação em consequência de não ser reconhecida como atingida.

Hoje já ficou mais difícil [...]. Nós plantávamos e nós tínhamos um estoque. Nós não recebemos indenizações. E hoje a gente tem que comprar a pimenta de fora, de outra cidade [...] Isso nos entristece, porque nós tínhamos um estoque, um estoque grande! E [...] hoje não, hoje precisa comprar né! E [...] a pimenta vem diferente da que a gente colhia. Muito diferente [...] Algumas boas, algumas ruins (Keila Vardeli, presidente, produtora e associada da AHOBERO, 38 anos).

O Movimento dos Atingidos por Barragem, o MAB¹⁷⁰ foi formado com o objetivo de organizar os atingidos a fim de “conseguir uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos por

¹⁶⁸ MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

¹⁶⁹ Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

¹⁷⁰ O Movimento dos Atingidos por Barragens tem história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as

Barragens (PNAB) que garanta o ressarcimento das populações atingidas e obrigue o estado brasileiro a proteger os direitos deste segmento da população que carrega uma dívida histórica”¹⁷¹. O MAB defende a terminologia *atingidas* e *atingidos* por prever que, ao assumi-la, cria-se a circunstância da legitimação dos direitos. Para o MAB, as lutas e conflitos históricos são elementos que caracterizam a historicidade dos povos atingidos e as denominações *atingida* e *atingido* precisam ser utilizadas em todos os processos de reparação dos danos.

No pós-rompimento de Fundão, o termo atingido se tornou a expressão de um sentimento que vem sendo construído durante estes anos, desde 2015, nos fragmentos dos que foram afetados pela lama de rejeito. Percebe-se uma depreciação da identidade individual e coletiva de um grupo, sentida e lamentada pelos atingidos. Para eles, ser atingido é o reconhecimento de reparação dos direitos, mas que ao mesmo tempo sugere sensações de descrédito pela sociedade na cidade de Mariana.

As narrativas das mulheres da AHOBERO, como as atingidas de Fundão, são manifestações que retratam o sentimento que elas carregam ao vivenciarem a experiência de serem atingidas. Keila Santos considera ter uma vida vazia. Para ela o sentimento de ser atingida é o de não ter nada, ser expulsa da própria casa, viver de aluguel e não ter um teto para morar.

É difícil tudo que aconteceu. Perdemos tudo. A vida ficou vazia de uma hora para outra. A casa que a gente mora não é a nossa casa, nem sabemos quando teremos a nossa casa de novo (Keila, produtora, associada e presidente da AHOBERO, 38 anos).

Keila pontua as incertezas que vivem e os julgamentos que recebem das pessoas nas ruas. A população de Mariana considera, em sua maioria, os *Atingidos* como “aproveitadores” da situação, enquanto tudo que eles queriam era ter a vida deles de volta.

Assim como as mulheres da AHOBERO, todas as pessoas atingidas vivem o *ser atingido* como algo muito além deste termo. Mônica Santos, de Bento Rodrigues, fala sobre a precariedade percebida e sentida em ser considerada como atingida. Para Mônica, o estigma de ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo¹⁷². Compartilhando o sentimento de Mônica, Luiza Queiroz, atingida de Paracatu, confirma que

estruturas injustas desta sociedade. O MAB é definido como um movimento de caráter nacional, autônomo, de massa, de luta, com rostos regionais, sem distinção de cor da pele, gênero, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. É uma organização com participação e protagonismo coletivo em todos os níveis. Nosso objetivo é organizar os atingidos por barragens. **MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens**. São Paulo, 2006. Disponível em : <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

¹⁷¹ Disponível em: <<https://mab.org.br/2013/09/11/luta-por-direitos-dos-atingidos-por-barragens>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

¹⁷² A SIRENE. Ser Atingido. **Jornal A Sirene**. Edição dezembro, 2018.

ser atingido é paralisar a vida e os sonhos. É acabar com tudo que se relaciona às pessoas, matérias e até mesmo com a natureza. As pessoas decidem que vão fazer o que der e não o máximo para reparar os danos¹⁷³.

1.5. De atingidos a estigmatizados

Nós aqui num pode ficar sentado na rua, ficar sentado na praça! Num tem nada a ver, mas ... causa uma impressão ruim... Ah, os desocupados! Ah, os.... Então, é melhor ficar em casa! Fico aqui, quando eu resolvo sair eu vou andando na bicicleta do meu irmão, ou então vou no galpão do meu irmão (Sidney, vice-presidente da AHOBERO).

As pessoas que tiveram suas vidas entrecortadas pelo desastre sociotécnico de Fundão são caracterizadas como atingidos. A AHOBERO, até o momento, não foi reconhecida como atingida. Em nossa última entrevista, no dia 27 de abril de 2023, mais uma vez questionamos as produtoras e D. Geralda confirmou:

Até hoje não oficializaram a associação como atingida. Você acredita nisso? Eles só pagam nosso aluguel e já deixaram o lugar de construção da associação no novo Bento, mas no papel até hoje não recebemos nada de reconhecimento oficial (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Corroborando este fato e vivendo esta mesma experiência, Marlene, produtora e associada da AHOBERO, também esclarece que também luta por este reconhecimento,

Eu não gosto de ir nas reuniões sozinhas. Meu filho, pai da Nayure sempre vai comigo. Eles falam de uma forma com a gente que parece humilhação. Só porque eu tinha casa em Mariana, aqui no bairro Cabanas, desde que fiquei viúva, eles não querem me reconhecer como atingida. Só mãe foi reconhecida. Mas eu não morava com ela e eles não me reconhecem até hoje (Marlene, produtora e associada da AHOBERO, 60 anos).

As categorias de *impactado* e de *afetado*, entretanto, devem ser tratadas de forma diferente na linguagem dos movimentos sociais envolvidos. É incabível que as pessoas atingidas sejam vistas como *afetadas* e *impactadas* já que estes termos são insuficientes para diagnosticar tudo o que estas pessoas vivem, desde o crime de Fundão. O MAB se manifesta a favor dos atingidos e afirma que as vítimas foram colocadas na posição de subordinadas às relações hierárquicas e por isso precisarem do reconhecimento e de se inserirem na classificação de atingidos¹⁷⁴. Confirmando estes argumentos, o economista e sociólogo Carlos Bernardo Vainer, em *Conceito de 'Atingido': uma revisão do debate* (2008), explica que a caracterização

¹⁷³ A SIRENE. Ser Atingido. **Jornal A Sirene**. Edição 13 novembro, 2017.

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://mab.org.br/2023/05/11/acao-judicial-cobra-descomissionamento-de-barragens-a-montante-em-mg/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

“atingindo” abrange a condição de legitimidade das pessoas impactadas e detentoras de direitos sejam pecuniários ou não.

Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo e, em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de disputa¹⁷⁵.

Um ano após o rompimento de Fundão, o jornal Estado de Minas, em 11 de março de 2016, traz a seguinte matéria: *Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego* (2016). Nesta edição, o jornal comunica que a cidade sede de Mariana foi poupada do barro e da lama, entretanto sofre com os reflexos econômicos e não conseguiria se reerguer desde o desastre que em 5 de novembro de 2015 havia matado 19 pessoas e sufocado a bacia do rio Doce¹⁷⁶.

Embora a sede da cidade histórica tenha sido poupada do barro, 12 meses depois seus indicadores mostram que ela também entrou no atoleiro, e dele ainda não conseguiu se reerguer desde o desastre que em 5 de novembro do ano passado matou 19 pessoas e sufocou a Bacia do Rio Doce até o Atlântico. Com queda brusca na arrecadação diante da paralisação das atividades da companhia responsável pela catástrofe, a arrecadação da prefeitura despencou, o desemprego disparou, o turismo minguou, a economia segue ladeira abaixo em efeito cascata e as relações sociais daqueles que perderam suas casas e tiveram de se mudar para a cidade continuam abaladas¹⁷⁷.

Nesta oportunidade, a edição afirma uma queda brusca na arrecadação municipal diante do impedimento da operacionalização da mineradora Samarco e destaca a imagem:

¹⁷⁵ VAINER, C. B. Conceito de ‘Atingido’: uma revisão do debate. **Vidas Alagadas-conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, v. 1, p. 39-63, 2008, p. 40.

¹⁷⁶ PARANAÍBA, G. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹⁷⁷ PARANAÍBA, G. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Figura 8 – Manifestações da população marianense para o retorno das atividades mineradoras



Fonte: Jair Amaral/EM/D.A PRESS (17/11/2016).

Na Figura 8, percebemos a população de Mariana, em sua maioria famílias e empregados da Samarco e comerciantes locais, em ações de manifestação para o retorno das atividades da mineradora e de suas colaboradoras. Houve concentração de pessoas atuando em favor da retomada da mineradora.

Queremos que volte com mais segurança, mais força e mais oportunidades. A própria natureza tem seu prazo de recuperação e os atingidos estão sendo assistidos neste momento (Poliane Aparecida de Freitas, presidente do grupo da manifestação acima)¹⁷⁸.

Ainda nesta edição o jornal salienta a declaração do então gestor da cidade,

É um número muito alto de desempregados. Com a economia totalmente fragilizada, as coisas vêm se tornando uma bola de neve. Quanto mais tempo para aquecer a economia, mais tempo vai passando para as pessoas acharem uma oportunidade (prefeito reeleito Duarte Júnior (PPS))¹⁷⁹.

Os efeitos do crime ambiental sentidos pelas vítimas denunciam as novas formas “de ser” que os “transformam” em atingidos. Segundo Zhouri, a identificação surge a partir da possibilidade de ser percebido como sujeito de direito por ser afetado. Ana Beatriz Pereira, em *Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo* (2018), define o cotidiano do ser atingido

¹⁷⁸ PARANAÍBA, G. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

¹⁷⁹ PARANAÍBA, G. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

como uma sequência de afazeres: pensar em direitos, reuniões, acordos e reassentamento¹⁸⁰. Estes elementos se tornam necessários à medida que o indivíduo se reconhece como vítima e possuidora de direito dos reparos aos danos causados em sua vida¹⁸¹. No caso da barragem de Fundão, a experiência de tornar-se atingido homogeniza e unifica as pessoas afetadas por compartilharem deste novo modo de vida e, ao mesmo tempo, fragmenta cada grupo afetado por receberem a reparação de direitos de maneira diferente. Nesse sentido, eles passam pelo mesmo conflito, mas cada grupo afetado experimenta uma forma distinta de ser vítima do crime ambiental.

Para Stuart Hall, faz parte do processo de construção da identidade os sistemas de representação cultural e de significação. Segundo o autor de *A identidade cultural na pós-modernidade* (2021), o indivíduo se localiza de diferentes formas na sociedade e este processo está permeado por diferenças que constituem os indivíduos como únicos. Cabe ao sistema aderir a regras de integração, respeito e tolerância pelas diferenças.

[...] é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. Em parte damos significados aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. Em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas cotidianas¹⁸².

e

O que denominamos “nossas identidades” poderia provavelmente ser melhor conceituado como as sedimentações através do tempo daquelas diferentes identificações ou posições que adotamos e procuramos “viver”, como se viessem de dentro, mas que, sem dúvida, são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. A partir do momento que as diversidades são intoleradas manifestam-se discriminações e estigmas com os indivíduos que compõem os grupos vulneráveis¹⁸³.

A exclusão social é incontestavelmente um dos efeitos mais fortes geradores de conflitos e tensão para o indivíduo quando ele sente sua representação de forma estigmatizada. Zélia de Melo, em *Os estigmas: a deterioração da identidade social* (2005), afirma que a sociedade

¹⁸⁰ PEREIRA, A. B. N. “Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo”: Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

¹⁸¹ PEREIRA, A. B. N. “Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo”: Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

¹⁸² HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12. edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, p. 13.

¹⁸³ HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p 111-112.

define as categorias que os indivíduos devem pertencer com a pretensão de catalogar pessoas¹⁸⁴. Estas categorias e os atributos considerados comuns são definidos para o indivíduo pela sociedade e estabelecem formas e rotinas previstas em relações e ambientes sociais.

Nesta conjuntura, incluem-se as formas estruturais construídas pela sociedade como expectativas que são apresentadas como concepções do que o indivíduo deveria ser e, desta forma, o categoriza e é assim que são criados estereótipos depreciativos para o indivíduo. Para Erving Goffman:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação”¹⁸⁵.

As falas a seguir apresentam alguns aspectos percebidos de forma diferente pelos afetados. Rosângela, atingida de Bento, se sente diferente do seu marido, Sidney, vice-presidente da AHOBERO, que tem a preferência por estar em Bento, sempre. Ele mudaria com toda sua família de novo para Bento se o subdistrito tivesse infraestrutura e não estivesse desativado.

Assim, eu vou te dizer que eu tô bem. Eu tô bem. Feliz eu... eu tô feliz também. Sabe por quê? Porque eu tô bem, tô com saúde, minha família tá bem, eles não precisam de muito pra viver. Tá todo mundo bem, então a gente tá feliz. Né? Apesar das coisas que vivemos em Mariana ser outra vida diferente da que tínhamos em Bento, não quero ficar reclamando não (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

Em outro momento,

Olha, meu marido não. Ele não, ele é teimoso demais! Ele chora, ele murmura, ele fala que não gosta de Mariana. Inclusive onde a gente fazia a geleia, lá em Bento Rodrigues, ele fez lá, arrumou lá, dois quartos, fez uma cozinha e colocou telha, arrumou um banheiro, colocou os utensílios e toda sexta-feira ele vai pra lá! Plantou fruta, pé de laranja, mexerica, plantou couve (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

Se minha família... Se minha casa estivesse na parte alta, ela num tava na situação que as casa que tá lá, na parte alta, se encontra hoje. Por mais que num teria ninguém lá, num teria energia, eu tava na minha casa!” (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

¹⁸⁴ MELO, Z. M. Os estigmas: a deterioração da identidade social. *Unicap*, v. 1, p. 1-4, 2005.

¹⁸⁵ GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981, p. 5.

Erving Goffman esclarece que as características do estigmatizado não são necessariamente perceptíveis em um primeiro momento¹⁸⁶. Ele afirma que dentre as fragilidades mais importantes que um indivíduo possa encontrar ao ser estigmatizado está a possibilidade do distanciamento ou apagamento dos seus outros atributos e, por isso, ser afastado das relações cotidianas sociais. “Quando passamos de uma consideração sobre pessoas desacreditadas encontramos muitas provas adicionais de que aquele indivíduo como os estranhos serão afastados por seu estigma”¹⁸⁷. Sônia, associada da AHOBERO, deixa claro em uma de suas falas como o recuo do convívio social e a limitação em espaço físico transformam as pessoas atingidas de Bento. Ao passar a residir em um local de despreço e afastamento do convívio social, ela expõe:

Eu, assim, eu nem gostava muito de vim em Mariana, pra falar a verdade. Porque, assim, eu não gosto muito de sair não, sabe... E quando eu morava lá era assim, muitas coisas fazia aqui né[...] até a compra do mês eu vinha aqui fazer. Então, eu deixava pra conta de luz, a conta de luz, conta de internet, conta de loja, essas coisas... eu deixava sempre pra fazer, no dia que eu tivesse que fazer compra. Pra não ter que voltar[...] não tô indo na casa de ninguém. Eu fui na casa do meu tio agora, levar umas coisinha pra ele, nem entrei! No portão entreguei ele, né... as coisinha que eu gosto de levar pra ele lá[...] então, assim, é[...] as pessoas tratam a gente diferente aqui (Sônia, produtora e associada do AHOBERO 43 anos).

“Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais”¹⁸⁸, afirma Goffman, considerando essas pessoas ainda como os estigmatizadores¹⁸⁹. Estes, muitas vezes de forma inconsciente, constroem concepções discriminatórias que inferiorizam o estigmatizado racionalizando o risco oferecido a partir de preconceitos. Para Goffman “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo”¹⁹⁰. Os indivíduos atingidos de Bento se sentem pouco confortáveis no convívio social depois do desastre ambiental. Para eles, o contato se tornou restrito aos familiares e conhecidos.

Chega aqui é outro mundo, outro mundo! Porque aqui [em Mariana], aqui é tá perto de tudo! Tem recursos pra tudo! Mas ocê num tem a **liberdade** que ocê tinha lá! [em Bento] (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

¹⁸⁶ GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

¹⁸⁷ GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988, p. 48.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 8.

¹⁸⁹ GOFFMAN, *loc. cit.*

¹⁹⁰ GOFFMAN, *loc. cit.*

Meu marido, o Sidney, vai no galpão do irmão dele, (em Mariana) fica com ele lá e depois retorna. Mas, é assim, ele fico doído que o final de semana chega pra ir embora... Se ele pudesse ficava só lá mesmo! (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

O indivíduo que sofre discriminação não consegue conviver com o que foi efetivamente exigido dele e se conserva indiferente. Diversos motivos levam as pessoas a carregarem fardos gerados pela discriminação e estigmatização, entretanto, para este estudo nos atentaremos para a característica assumida pela comunidade do Bento, que passou pela tragédia do rompimento da barragem de minério de ferro e desde então são reconhecidos pela sociedade marianense e da região como “*Os Atingidos*”.

Ao conhecer uma pessoa e observar o seu comportamento, inicia-se um processo de categorização dos atributos comuns ou incomuns que consentem a revisão da sua identidade social. Nesta contemplação pode-se manifestar evidências entre as diferenças e então se passar a tratar esta pessoa de forma reduzida, ajuizando-a inferior. De acordo com Goffman, “Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original”¹⁹¹. Desta forma, os comportamentos e reações dos indivíduos com estigmas, ora seguem direção para reparação da base, ora tendem ao isolamento¹⁹². Neste estudo, ora o desejo de sair da cidade e voltar para o novo Bento pode ser visto como reparação, ora o recolhimento dentro dos domicílios pode ser considerado como reação defensiva, em movimentos de desconfianças e prostração. Como Goffman afirma, se a relação anunciar descrédito para o sujeito, o efeito causado pelo processo relacional gera a marginalização do agente estigmatizado¹⁹³.

Pra ocê ver que... tudo o que ocê vê que todo o trabalho que a gente teve aqui na sede, pra chegar ao ponto que tá[...] tudo isso aí é[...] eu vou ficar, eu fico aqui... não tem mais ninguém aqui, mas eu fico! Eu sinto feliz e satisfeito, por mais que não tenha ninguém, eu gosto! Eu gosto! É bom sentir! Olha, perfeito num tá! Nem pra mim (Sidney, vice-presidente da AHOBERO).

Conforme já exposto, para compreender a relação entre o objeto e os sujeitos definidos nesta pesquisa, é impensável separar a perspectiva social da abordagem ambiental. A construção histórica de um lugar, bem como a análise espacial e modo de integrar as ocorrências dos conflitos ambientais são relacionados às atividades minerárias e estão, também, diretamente relacionados com a localização dessas indústrias, as quais são denominadas *zonas de sacrifício*.

¹⁹¹ GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 124p. 1981. p. 8.

¹⁹² GOFFMAN, *loc. cit.*

¹⁹³ GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 124p. 1981.

O conceito de zonas de sacrifício, segundo Bárbara Conceição Marques e Monika Richter, é relevante para o entendimento da relação sujeito e lugar. Para as autoras,

É consenso que o surgimento de conflitos ambientais emerge do nosso modelo econômico capitalista, predatório e excludente. Por esse motivo, não há como tratar dessas questões sem o entendimento dos sujeitos sociais e da construção histórica de um determinado lugar. Também faz-se necessária a análise espacial de modo a integrar os registros de ocorrência dos conflitos ambientais relacionados às atividades industriais com a localização dessas indústrias, possibilitando apontar possíveis zonas de sacrifício¹⁹⁴.

Andréa Zhouri e Klemens Laschefski em *Conflitos Ambientais* (2010) trazem os impactos que as lacunas existentes nas zonas de sacrifício proporcionam para os atingidos. Segundo os autores, a saída do local de origem confirma a desterritorialização e reterritorialização e causa fragmentação dos aspectos identitários, consequentemente sociais.

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação¹⁹⁵.

As indústrias, sobretudo as minerárias, se mantêm no poder, em condições necessárias à sua produção para manter o seu funcionamento por meio de um discurso oportunista, com base na contratação de moradores locais em favor da geração de emprego e renda. Em *A Jornada*, boletim produzido bimestralmente com a finalidade de prestar informações a comunidade de Mariana e locais impactados, a Fundação Renova organiza mensagens no intuito de fundamentar ou reparar os danos causados à população pela mineradora Samarco S/A. Ela afirma que “por meio do programa de Estímulo à Contratação Local, tem realizado, desde 2016, capacitações, treinamentos, palestras e seminários”¹⁹⁶.

Muitos municípios propagam o discurso desenvolvimentista quando justificam para a sociedade a presença de indústrias como solução para equacionar os problemas econômicos locais. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma população não é esclarecida quanto aos prejuízos

¹⁹⁴ BARBARA, M. C.; RICHTER, M. Desenvolvimento para quem? As Contradições socioambientais na Baixada Fluminense e a Geração de Conflitos. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, v. 6, n. 11, p. 141-158, 2016, p. 13.

¹⁹⁵ ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. *Conflitos Ambientais*. Nova Iguaçu: Agbook, pp. 1-13, 2010, p. 10.

¹⁹⁶ FUNDAÇÃO RENOVA. *Boletim Jornada*. Primeira edição. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/boletim-jornada-mariana_julho2018>. Acesso em: 7 set. 2021.

ambientais que são gerados por esses empreendimentos. Zhouri e Laschefski (2010), propuseram reflexões sobre a relação de dependência dos municípios com a atividade minerária:

No atual regime de acumulação flexível, a territorialidade empresarial está cada vez mais caracterizada por temporalidades, ou seja, por desterritorializações e reterritorializações. A chantagem da deslocalização, ou melhor, a ameaça do rompimento dos seus contratos e compromissos sociais (como empregadores, assim como contribuintes para o orçamento público, com todos os setores produtivos e serviços ligados a elas), tornou-se uma arma poderosa para que os Estados cedam às demandas territoriais das corporações¹⁹⁷.

Abordagens que envolvem pensar o papel do Estado e do mercado como instituições reguladoras da sociedade moderna podem se traduzir, em última instância, em estratégias clássicas de transformação da sociedade capitalista. Este processo é reflexo da estrutura econômica instituída pela ordem tributária composta pelos tributos compulsórios aos municípios e pela empregabilidade das indústrias mineradoras. Assim como os municípios que discursam e agem em favor do progresso socioeconômico, o município de Mariana se posiciona com interesse pela permanência das indústrias e consente o aval a estas para a execução das atividades minerárias. Para Zhouri e Laschefski, “Esta atitude é quase sempre justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego”¹⁹⁸.

Os atingidos, como sujeitos estigmatizados, convivem com uma nova apresentação de si, o que significa, como afirma Goffman em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1981) não apenas entender-se como condutor do estigma, mas instruir-se para a apresentação de sua condição em um modo público¹⁹⁹. Ou seja, além de se reconhecerem nesta nova condição, os antigos moradores de Bento precisam aprender a lidar com esta posição que lhes foi dada pela população de Mariana. Neste sentido, é percebido pelo processo de estigmatização dos desterritorializados, a partir das reações de comerciantes e moradores da cidade de Mariana, outras concepções de identificação. Estes atingidos e agora reterritorializados em Mariana percebem novas leituras e mudanças identitárias territoriais. Conforme Marcelo Cervo Chelotti em *Reterritorialização e identidade territorial* (2010)

No entanto, não existe um consenso de que os processos de desterritorialização são precedidos de processos de reterritorialização. O processo de desterritorialização

¹⁹⁷ ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos Ambientais**. Nova Iguaçu: Agbook, pp. 1-13, 2010, p. 8.

¹⁹⁸ ZHOURI; LASCHEFSKI, *loc. cit.*

¹⁹⁹ GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 124p. 1981, p. 8.

ocorre com múltiplas implicações, sejam nas esferas sociais, econômicas, políticas ou culturais²⁰⁰.

Chelotti ainda considera que,

existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros²⁰¹.

A desterritorialização/reterritorialização dos atingidos de Bento, que deteriora o local desses sujeitos, em especial, seu acesso às redes que antes lhes garantiam relacionamentos, bens e oportunidades, alcança a dimensão psicológica, mas, sobretudo, social. E é neste sentido que Arthur Kleinman e Rachel Clifford em *Stigma: a social, cultural and moral process* (2009), afirmam um processo de carreira moral²⁰². Trata-se, conforme exposto por Goffman, de um processo denominado por ele de carreira moral o “processo de socialização é aquele no qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade”²⁰³.

Erving Goffman no já citado *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1981) apresenta a carreira moral em quatro modelos. Não nos estenderemos aqui a aprofundar nesses conceitos, mas destacamos a afirmação do autor sobre a importância destes modelos que formam bases para os estigmas “estabelecendo as bases para um desenvolvimento posterior e fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados”²⁰⁴. As mulheres da AHOBERO, bem como todos os atingidos de Bento Rodrigues, ao se reconhecerem como “não normais”, conforme perspectivas de Goffman, se tornam integrantes do quarto modelo explanado pelo teórico por não possuírem mais a localidade de Bento para morarem e se socializarem:

Um quarto modelo é ilustrado por aqueles que, inicialmente, são socializados numa comunidade diferente, dentro ou fora das fronteiras geográficas da sociedade normal,

²⁰⁰ CHELOTTI, M. Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010, p. 168.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 171.

²⁰² KLEINMAN, A.; HALL-CLIFFORD, R. “Stigma: a social, cultural and moral process”. *Journal of Epidemiology and Community Health*. v. 63. 2009.

²⁰³ GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 124p. 1981. p. 30.

²⁰⁴ GOFFMAN, *loc. cit.*

e que devem, portanto, aprender uma segunda maneira de ser, ou melhor, aquela que as pessoas à sua volta consideram real e válida²⁰⁵.

A possibilidade de interrupção das atividades da mineradora Samarco desencadeou o olhar estigmatizado para os atingidos. Os moradores da cidade de Mariana, após o crime ambiental, se preocuparam com o aumento do desemprego e demissões, afetando diferentes setores da economia local. Permanecem nos atingidos as marcas da lama permeadas pelo sofrimento social causado em virtude do desastre. Eles vivem o processo de estigmatização em Mariana, quando, veladamente ou não, são culpabilizados pela paralisação das atividades da Samarco²⁰⁶.

Para os atingidos, a lama é uma presença contundente, que traz consigo muitas ausências, muitas faltas, muitas perdas. Mas é por si uma presença, violenta, algo que chegou inesperadamente, sem pedir licença, sem convite, e se instaurou de forma definitiva em suas vidas cotidianas, trazendo consigo uma infinidade de novos atores e significados, que se desdobram em processos no espaço e no tempo²⁰⁷.

São importantes as percepções sociais que articulam a compreensão das limitações que uma comunidade que vivenciou o desastre sociotécnico quando suas relações foram rompidas e, inevitavelmente, passaram pela categorização social.

Além dos argumentos expostos até aqui, gostaríamos de ressaltar outro contexto em que as perspectivas de estereótipos se relacionam a esta pesquisa. É importante revisar como os estereótipos são construídos como se fossem normais e que este fato pode trazer prejuízos significativos principalmente à figura feminina à medida que as mulheres adentram o mercado de trabalho ocupando cada vez mais as lacunas profissionais, que até então eram espaços preenchidos exclusivamente por homens. Os psicólogos Emily Pronin, Claude M. Steele e Lee Ross, em *Identity bifurcation in response to stereotype threat: Women and mathematics* (2004), identificam que a resposta à ameaça ao estereótipo poderá surgir de forma sutil e não promover um desengajamento seletivo, isto é, o membro estereotipado pode sofrer discriminação e continuar a se identificar com o grupo que aprecia²⁰⁸.

²⁰⁵ GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 124p. 1981, p. 33.

²⁰⁶ SMITH, A. "Theorizing Disasters: nature, power and culture". Hoffman, S.; Smith, A. **Catastrophe and Culture**: the anthropology of disaster. Santa Fe: School of American Research Press, 2002.

²⁰⁷ PEREIRA, A. B. N. "**Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo**": Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018, p. 58.

²⁰⁸ PRONIN, E.; STEELE, C. M.; ROSS, L. Identity bifurcation in response to stereotype threat: Women and mathematics. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 40, n. 2, p. 152-168, 2004.

Numa sociedade em que a desigualdade é historicamente construída, é importante avaliar estas categorias criadas, pois os indivíduos poderão, sem se dar conta, interiorizar concepções preconceituosas pensando estarem certos das suas próprias definições. É a estrutura social que estabelece atributos vigentes que passam a ser considerados padrões. A partir disso, mesmo nem sempre sendo próximo à realidade do sujeito, cria-se um modelo social para o indivíduo, que, em circunstâncias de vulnerabilidade, pode ser percebido como aquele que tem limitações para sua inclusão em um grupo específico. Nesse sentido, esse sujeito sofre discriminação e concede o interrompimento do desenvolvimento de suas potencialidades. Sr. Raimundo afirma que à medida que as pessoas de Mariana descobrem sua origem, ele vive certos constrangimentos. Ele diz que já ouviu “não” em algumas situações, apenas por ser da comunidade de Bento.

Da comunidade! Então, acaba a gente fica sempre com um pé atrás, não pode... não pode... (Raimundo, associado fundador da AHOBERO).

2 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES: DA CATEGORIA HISTORIOGRÁFICA ÀS MULHERES DA AHOBERO

Todo indivíduo age por referências identitárias. Ele fixa estereótipos, constrói estigmas, define papéis sociais e analisa momentaneamente comportamentos que fogem ao padrão de determinadas situações. Essa prática se deve a um sistema coletivo de representação de ideias e imagens socialmente estabelecidas, o que entendemos por cultura. É através dela que se administram os conceitos e (pré) conceitos legitimadores das projeções sociais de tais indivíduos. É pela cultura que se construiu, e vem construindo, sistemas de permanência na sociedade, um processo histórico pelo qual se desencadeiam as hierarquias e as relações de poder²⁰⁹.

A partir do desastre sociotécnico de Fundão as mulheres da AHOBERO são atingidas e passam desde então pelo sofrimento social de forma reiterada. Por esta razão definimos para a pesquisa trazer conceitos e reflexões sobre a História das Mulheres e o mundo do trabalho, sem a intenção de exaurir o tema, mas de forma que nos permitiram elaborar fundamentos sobre o trabalho da mulher e as formas encontradas pelas produtoras da geleia de pimenta biquinho para a reestruturação dos seus trabalhos.

Louise Tilly, em artigo clássico publicado em 1990, onde há um extenso debate para a historiografia: como o gênero, a história das mulheres e a história social, que, em certa medida, foi provocado pela seguinte manifestação de um colega:

Um historiador da Revolução, velho e rude, levanta-se no momento das questões e pergunta, com sua entonação fanhosa do leste dos Estado Unidos: “Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isso faz?”²¹⁰.

O que faltava, então, para a História das Mulheres, para se constituir como um campo de pesquisas autônomo? Essa é a questão-chave para que seja possível pensar as mulheres a partir do significado que produzem e não apenas como uma espécie de acréscimo sem agência. De acordo com Tilly, a definição de história sugerida por Marc Bloch na primeira metade dos noventa, bastante sintética, “a ciência dos homens no tempo”²¹¹ pode, tranquilamente, ser transposta para: história das mulheres no tempo. Para a autora é importante começar pelo debate da categoria *mulher*. Essa que, por tempo demais, foi reduzida aos limites da biologia. Quando a transposição da formulação de Bloch acontece, “mulheres no tempo”, Tilly propõe que se enxerguem aí:

²⁰⁹ JACOMEL, M. C. W. **Na contramão da ordem vigente**: a mulher no contexto da ditadura militar em tropical sol da liberdade, de Ana Maria Machado. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

²¹⁰ TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994, p. 29.

²¹¹ *Ibidem*, p. 30.

[...] pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder²¹².

Para a autora, os debates que o feminismo trouxe ajudaram a organizar a História das Mulheres, para além da emergência de um objeto ou da existência de sujeitos, mas de uma forma de pensar os processos históricos e sua dinâmica passado/presente.

Já na década de 1980, Joan Scott indica que programas universitários apresentavam limites em abordagens descritivas. Entretanto, Tilly, por sua vez, considera este pensamento de forma generalizada e pontua o aumento de livros, artigos e até mesmo a institucionalização da carreira docente para mulheres naquela época, em grandes universidades estadunidenses como uma guinada positiva. Outra questão, levantada por Joan Scott é sobre em que medida a História das mulheres afetou a historiografia. Tilly afirma que “A história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos”²¹³. Neste sentido, o processo de conhecimento desta história específica contribuiria de forma importante para especialidades mais antigas, tais como “[...] para estudar os dados do estado civil, as ocupações e as migrações; a história econômica para as transformações econômicas; a história social para os processos de transformação estrutural em grande escala, como a profissionalização”²¹⁴.

Tilly propõe como objetivo de sua pesquisa reorientar o interesse da história social em direção às trajetórias e evidenciar a experiência das mulheres, verificando até que ponto elas aceitaram as limitações sociais e políticas. Segundo a autora, o eixo condutor é a “ideologia das esferas”²¹⁵, com o setor público aberto somente para os homens e o privado enquanto espaço reservado para as mulheres. E é neste sentido que a escrita desta História permite perceber como foram instituídos os campos de autonomia e de influência para as mulheres, e em quais aspectos diferem dos homens em relação a suas atitudes e seus comportamentos. No primeiro encontro com as mulheres da AHOBERO, em dia de trabalho, de forma sutil, percebemos nelas alguns comportamentos que são de acordo com construções sociais ditas que exemplificam como o papel da mulher atribuído ao de afazeres domésticos é entendido como tácito.

²¹² TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994, p. 31.

²¹³ *Ibidem*, p. 33.

²¹⁴ TILLY, *loc. cit.*

²¹⁵ *Ibidem*, p. 35.

Eu cheguei um pouco atrasada aqui hoje. Tinha as coisas da casa pra mexer antes vir, né? Mulher não sobra tempo para nada (Rosângela, associada e produtora da AHOBERO, 51 anos).

Por outro lado, é explícito o valor dado ao trabalho na associação em suas vidas.

Há sim! Nosso trabalho na AHOBERO é a parte importante que faz diferença pra nós, na nossa vida. A Associação é muito importante para nossas vidas (Keila, presidente e produtora da AHOBERO, 39 anos).

A partir da perspectiva trazida por Tilly, tornam-se relevantes para esta pesquisa os processos de transformação estrutural como a profissionalização e sua trajetória sob a perspectiva do trabalho, seus desafios, limitações e suas lutas, já que foram o trabalho das Mulheres da AHOBERO e suas Histórias de Vida elementos que formam o centro desta pesquisa.

É por meio da História das Mulheres que são perceptíveis padronizações existentes na sociedade que são construções concebidas, de forma geral, como imutáveis sob um dinamismo resultante de um sistema de significados que pode ser reconhecido, por exemplo, como cultura ocidental, e que tem consequências relativas ao gênero, de forma visível. Os comportamentos percebidos para estas concepções são, por exemplo, distintos papéis atribuídos para mulheres e homens, em que a condição feminina se encontra sob a alçada da reprodução humana, dos cuidados com o lar, enquanto a masculinidade se volta para a responsabilidade do sustento da família.

Para Tilly a “[...] história das mulheres certamente contribuiu para identificar e expandir nossa compreensão sobre novos fatos do passado, para incrementar nossos conhecimentos históricos”. Neste sentido, ela acrescenta que a história proporciona “[...] uma consciência própria dos seus interesses comuns e uma solidariedade que formaram a base da ação coletiva e de resistência”²¹⁶.

Um adendo: as mulheres da AHOBERO por razões consoantes a essas construções e padronizações sociais, em algumas situações se colocam em posições subalternas de forma que muitos entendem como intrínseca e natural, de maneira que até por elas despercebida. Quando solicitadas a falar sobre a história da AHOBERO, imediatamente dão o seu direito de voz a outrem e não a uma mulher

Então você pode marcar uma entrevista com Sidney. Ele é o vice-presidente da associação e é ele quem tem estas informações. O Raimundo, marido da Nenzica (D. Geralda) também sabe falar muito sobre a associação. (Esta foi a narrativa de

²¹⁶ TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 28-62, 1994, p. 45.

Marinalva, na primeira entrevista, quando a pesquisadora a abordou para descrever a história da AHOBERO) (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Você vai conhecer a Rosângela, o marido dela é o Sidney que é o vice-presidente da AHOBERO. Ele sabe falar pra você estas questões que você precisa. (Esta foi a narrativa de Sônia, na primeira entrevista, quando a pesquisadora a abordou para descrever a história da AHOBERO) (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Diante das ponderações das produtoras e consideradas pelo olhar da pesquisadora, justificam-se as conversas com Sidney e Raimundo em trechos da tese, especialmente sobre os aspectos estruturais sobre a AHOBERO.

2.1 A história da História das mulheres

Neste trabalho é importante apresentar, sem a intenção de aprofundar e esgotar conceitos sobre o tema Histórias das *Mulheres*, algumas perspectivas que iluminam a análise dos testemunhos e ajudaram a construir o objeto da pesquisa. Para isso, destacamos trabalhos de Louise Tilly, Michelle Perrot, Joan Scott e Silvia Federici que são contribuições mais que expressivas. Michelle Perrot trouxe a História das Mulheres quando compôs um movimento de pesquisas sobre mulheres nos anos de 1970. A historiadora faz importantes reflexões na medida em que discutiu a ausência das mulheres na narrativa historiográfica, dada sua condição feminina. Em 1973, Perrot ministrou um curso chamado *As mulheres têm História?* Em seu livro *As mulheres ou os silêncios da história*, lançado no Brasil em 2005, é apresentado um amplo cenário de temáticas, fontes e abordagens que retomam a voz das mulheres quando estas sobrevivem aos espaços públicos, narram suas histórias e lutas e, principalmente, quando silenciam e deixam de enunciar.

A historiadora aponta a necessidade de desconstruir a posição de subordinação que deixa a mulher sem voz e sem escuta e pontua, ainda, que “[...] o silêncio é comum das mulheres [...] ele convém àqueles que tencionam por sua posição secundária e subordinada”²¹⁷. Nesta tese, o pensamento de Perrot é de importante contribuição devido ao interesse da historiadora em desvendar esta estrutura que se prolonga no tempo, que submete e mantém as mulheres em silêncio e ainda, pela relevância dada ao movimento de saída destas mulheres da vida privada para as esferas públicas, conquistando assim, maior atuação na sociedade. Diante disso, a concepção de Perrot é substancial ao evidenciar e apresentar o momento em que a mulher se insere no espaço público e que marca a visibilidade das mulheres para a sua própria História.

²¹⁷ PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2005, p. 9.

Michelle Perrot em *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência* (2005) reitera: “escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente revelador de uma profunda transformação”²¹⁸. A historiadora afirma também que este pensamento “está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução”²¹⁹. O debate que Perrot traz importa para os eixos que fundamentam esta tese e se configuram como reflexões sobre a emergência de desconstrução do discurso universal de dominação masculina na esfera pública independentemente da temporalidade da escrita desta História.

A deficiência dos traços relativos às mulheres e que dificulta tanto a sua apreensão no tempo, ainda que esta deficiência seja diferente dependendo da época. Porque elas aparecem menos no espaço público, objeto maior da observação e da narrativa, fala-se pouco delas e ainda menos caso quem faça o relato seja um homem que se acomoda com uma costumeira ausência, serve-se de um masculino universal, de estereótipos globalizante, ou da suposta unicidade de um gênero: A MULHER²²⁰.

Acerca das fontes para a História das Mulheres, Perrot constata a existência de poucos registros públicos que mencionam a participação das mulheres na construção social até o século XIX²²¹. Esses documentos se concentravam, primordialmente, em arquivos familiares e diários íntimos que eram muitas vezes destruídos e tinham, assim, seus traços apagados da história²²². No que diz respeito à temática do trabalho, a historiadora analisa a contribuição dos estudos de gênero para compreender problemáticas voltadas à família e às disputas de poder em diferentes espaços²²³.

A percepção sobre a segregação social dos espaços é outra importante contribuição de Perrot. Em *As mulheres ou os silêncios da história* (2005), capítulo 13, *A palavra pública das mulheres*, ao trabalhar a questão do gênero, a partir da Paris, no século XIX, ela descreve os papéis e funções desempenhados pelas mulheres, em um período que tendeu a especificar os locais das mulheres, situando os homens no lugar de comerciantes e as mulheres em locais precisos e fechados, mais fáceis de limitar e controlar²²⁴. Esses são sinais de dominação

²¹⁸ PERROT, M. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 9-28, 1995, p. 9.

²¹⁹ PERROT, *loc. cit.*

²²⁰ *Ibidem*, p. 11.

²²¹ *Ibidem*, p. 17.

²²² *Ibidem*, p. 34.

²²³ *Ibidem*, p. 49.

²²⁴ *Ibidem*, p. 354.

vivenciados pelas mulheres no século XIX, período em que elas foram se apropriando progressivamente de campos de trabalho, dos espaços da fábrica, dos escritórios e de locais considerados masculinos, condutas que desenvolveram o que entendemos como a consciência de gênero.

As contribuições de Perrot demarcam o espaço social como hierarquizante, pois circunscrevem o espaço público como masculino e o privado como feminino. Neste sentido, seus trabalhos *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*, (1988) *Mulheres públicas* (1998), *Mulheres ou os silêncios da História* (2005) e *Minha história das mulheres* (2007), refletem questões sobre o trabalho feminino, cidadania, espaços público e privado, sexualidade entre outros, que compuseram um rico universo de referências para compreender nuances e personagens anônimas que fizeram a história de seu tempo.

A memória feminina é colocada como argumento em *As mulheres ou os silêncios da história*, quando Perrot busca a exposição das práticas da memória feminina. No primeiro capítulo da obra, como descreve Ingrid Galster, em *Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot*, (2003) a autora pontua o reflexo do silêncio experienciado pela mulher ao considerar que os registros das mulheres “acontecem com seu modo de rememoração”²²⁵, já que “a narrativa histórica tradicional lhes dá pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública”²²⁶. Nesse sentido, Perrot conclui que “entre a fugacidade dos traços e o oceano do esquecimento, os caminhos da memória das mulheres são estreitos”²²⁷.

Para Joan Scott, uma linha contínua impede o olhar antagônico da experiência feminina e impossibilita entender suas contradições internas. A centralidade do gênero, para Scott, consiste em esta categoria ser constitutiva das diferenças entre o sexo, em que as representações simbólicas invocam modos diferentes entre as relações e dão significado às relações de poder. O gênero, para Scott, é elemento de análise e ela também coloca em questão as formas de dominação e hierarquização. A autora apresenta as implicações que a terminologia gramatical enfrenta em sua forma descritiva, observando a necessidade de inserir este termo como categoria analítica. Para Scott, “A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena

²²⁵ GALSTER, I. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 513-521, 2003. p. 515.

²²⁶ PERROT, *op. cit.*, p. 33.

²²⁷ PERROT, *loc. cit.*

de possibilidades não-examinadas”²²⁸. As teóricas começaram a utilizar “gênero” em sentido mais literal, de forma séria e mais explícita. O uso deste conceito passa a ter importância categórica e leva a compreensão de que o gênero precisa ser entendido sem ser por meio de uma descrição objetiva de traços inerentes, e sim como um sistema consensual de distinções.

Trouxemos o gênero por ser capaz de definir elementos da História das Mulheres e as construções de suas histórias vivenciadas por elas e que são defrontadas por suas lutas e conquistas nos espaços públicos.

As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres. [...] No seu uso descritivo, o gênero é, então, um conceito associado ao estudo de coisas relativas às mulheres. “Gênero” é um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica²²⁹.

A narrativa de Marinalva, produtora da AHOBERO evidencia esta vivência que as associadas enfrentam e reitera a importância da História das Mulheres da pimenta biquinho.

Nós precisamos mostrar o tempo todo que somos fortes e que damos conta de manter a Associação de pé. Somos praticamente só mulheres hoje nos trabalhos da Associação. A gente dá conta de continuar nossos trabalhos (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Na edição do jornal *A Sirene*, *Chega de sofrer calada. Queremos falar de Assédio*, publicação de 21 de maio de 2019, da repórter Larissa Pinto. A matéria por ela produzida possui uma importância social relevante para a compreensão do crime de Fundão e, principalmente, para o entendimento dos sentidos produzidos sobre a realização da atividade minerária e suas consequências para as mulheres que sofrem os efeitos da mineração²³⁰. Larissa Pinto enfatiza o quanto é relevante falar sobre as relações de dominação por que passa a mulher e da importância de ter esta temática como pauta. Ela lembra das resistências existentes quando produz reportagem sobre as mulheres atingidas. A jornalista ressalta o quanto é humilhante ser subordinada às hierarquias impostas por estruturas historicamente construídas, e afirma que as mulheres atingidas vivem condições sociais subordinadas e precárias, diante da estrutura minerária, sejam elas pertencentes à comunidade atingida ou não. Pinto, em sua narrativa, tenciona a seguinte reflexão: “nós mulheres não somos obrigadas a aceitar os assédios que

²²⁸ SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, no 2, jul./dez., 1990, p. 2.

²²⁹ *Ibidem*, p. 7.

²³⁰ A SIRENE. *Chega de sofrer calada. Queremos falar de assédio*. **Jornal A Sirene**. 21 maio. 2019. Acesso em: 29 maio 2021.

acontecem diariamente, isso não é normal, porque chega de sofrer calada”²³¹. A partir da consciência das diferenças entre os sexos, os desdobramentos destas construções epistemológicas comportam a hierarquização dessas disparidades.

Sobre as questões de dominação, mesmo que às vezes realizadas implicitamente, Scott ressalta que

O problema é um deslizamento que frequentemente ocorre na atribuição da causalidade: a argumentação começa por uma afirmação do tipo “a experiência das mulheres leva-as a fazer escolhas morais que dependem de contextos e de relações” para se transformar em “as mulheres pensam e escolhem este caminho porque elas são mulheres”. Está implícita nessa linha de raciocínio uma ideia a-histórica, senão essencialista, de mulher²³².

Em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), Scott compreende que o emprego deste termo pode transformar fundamentalmente os paradigmas nos estudos sobre as mulheres. A História das Mulheres, para ela, ultrapassa o conflito entre práticas de exclusão e alcança as questões da diferença sexual, fato este que, para a autora, não deve ser considerado como natural, mas sim ter um tratamento diferenciado no campo político e social.

O movimento feminista é importante, e, por que não, o grande motivador para o alcance de direitos igualitários que, hoje, são garantias e pontos condutores na vida das mulheres. Não obstante, é relevante assinalar que o movimento feminista é posto nesta tese não com a intenção de identificar nas produtoras da AHOBERO uma prática ou luta feministas conscientes, mas para confirmar sobretudo que o trabalho desenvolvido por elas, a ocupação no espaço laboral da associação e a participação em espaços públicos são possíveis pelos resultados históricos alcançados pelo feminismo. O reconhecimento pelo trabalho das mulheres da AHOBERO se deve também a este movimento que contribuiu para o reconhecimento de seus lugares no espaço público.

Graças a Deus hoje a gente vive diferente né? A gente pode trabalhar na associação e ter nosso tempo e trabalho reconhecido como trabalhadora. Na época dos nossos pais e avós tinham esta oportunidade, não né? (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Nesta perspectiva, Scott afirma ser importante refletir sobre as questões entre feminismo e marxismo, pois existem questões na relação entre estes dois movimentos que não são satisfatórias, em seu ponto de vista. A autora esclarece que mesmo que tenham sido denunciados por Marx, as relações patriarcais e o racismo, não foram analisadas em sua obra

²³¹ A SIRENE. Chega de sofrer calada. Queremos falar de assédio. *Jornal A Sirene*. 21 maio.2019. Acesso em: 29 maio. 2021.

²³² SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990, p. 14.

os diferentes regimes laborais e as hierarquias criadas pelo desenvolvimento capitalista, a partir das relações raciais e de gênero ao longo da sua história²³³.

Sílvia Federici em *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (2021), onde articula a composição da classe trabalhadora e a luta de classes na Europa e nos Estados Unidos²³⁴. Federici reflete sobre a função estratégica que o trabalho e a força de trabalho desempenham e discute a reprodução da mão de obra. Para a autora, no século XX, apesar das revoluções tecnológicas, o capitalismo contou com a regulação do corpo das mulheres e também com os movimentos migratórios para satisfazer sua necessidade de força de trabalho, na quantidade e com a qualidade exigidas para desenvolver as forças produtivas e desmantelar a resistência da classe trabalhadora à exploração²³⁵.

Com a intenção de integrar reflexões dos seus textos escritos nos anos 1970 e os mais recentes, Federici torna-se referência para a História das Mulheres de forma a averiguar estes dois projetos emancipatórios, o feminismo e o marxismo. Para Federici, a velocidade do capital industrial fez com que houvesse a necessidade de recrutar mais pessoas a serem buscadas, na maioria das vezes, nas zonas rurais e na contratação de mulheres e crianças. Em sua crítica, ela ressalta elementos que não fazem parte da discussão de Marx, o que acontece com o trabalho doméstico e o trabalho envolvido nas atividades reprodutivas da nova geração de trabalhadores e trabalhadoras: “Para a totalidade da nossa jornada de trabalho, vemos que embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso para o mercado trabalhista: a força de trabalho”²³⁶. E classificando o trabalho doméstico, a autora afirma que este “ Na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais”²³⁷. Segundo Federici, Marx “subestimava a importância das atividades reprodutivas e dos efeitos destrutivos do machismo”²³⁸.

A narrativa de Marinalva, produtora da AHOBERO, evidencia o que traz Federici quando a autora faz apontamentos sobre as atividades domésticas, como elas são desenvolvidas

²³³ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 2017, p. 77. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

²³⁴ FEDERICI, 2021, p. 6 *et seq.*

²³⁵ FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**, v. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021. p. 7.

²³⁶ *Ibidem*, p. 6.

²³⁷ FEDERICI, p. 6 *et seq.*

²³⁸ FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**, v. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

por mulheres e não são reconhecidas monetariamente. O sentimento de Marinalva é exposto em sua fala, onde com certa irritação pelo fato das mulheres, ainda nos dias de hoje, se manterem nesta posição, ela fala de sua rotina:

Eu não aguento o serviço de casa. A gente não ganha nada por ele e todo dia vai ter ele pra fazer (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Rachel Soihet em *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano* (2001) faz uma crítica à historiografia tradicional, que acredita ter oscilado entre variados sistemas de exclusão, de tolerância, de banalização, negação e esquecimento no que tange à História das Mulheres. A autora ao falar sobre a História das Mulheres no Brasil propõe uma crítica à produção da História das Mulheres a partir da produção de uma epistemologia feminista, nos anos 1970 e 1980²³⁹. A mulher sofre com questões relacionadas à compreensão que os outros têm sobre o seu gênero e para entender seu lugar na sociedade, há de se percorrer a sua história de forma a perceber a formação de sua identidade, dos grupos sociais aos quais pertence e seu posicionamento no contexto familiar e do trabalho.

Na associação, Geralda relatou que seus trabalhos feitos lá são, agora, bem vistos pela sociedade e até mesmo pela família. As pessoas já consideram relevante sua atuação na Associação, mas nem sempre foi assim:

As pessoas veem a gente na AHOBERO agora com respeito, mas antes parecia que a gente tinha que ficar só em casa fazendo as coisas da casa. A associação mesmo começou com homens, né? Acaba que **cozinhar a geleia eles acham coisa de mulher** e deixou esta parte por conta da gente. Até a associação criando forma (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Margareth Rago, por sua vez, se voltou para estudos que estabelecem uma metodologia definida e por ela defendida como Ciência Feminista²⁴⁰, desde o final do século XX. Rago, em *A mulher brasileira nos espaços público e privado* (2004), *Feminismo e anarquismo no Brasil: audácia de sonhar* (2007) e em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), aprofunda as reflexões sobre as diferenças hierarquizantes experienciadas pela mulher. Sua contribuição se dá, também, para as interpretações teóricas

²³⁹ SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla; Bassanezi, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400.

²⁴⁰ Ao tratar como ciência feminista, Margareth Rago considera que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, nos apresenta o pensamento de que o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma epistemologia feminista, ou de um projeto feminista de ciência (Rago, 1998, p. 27).

como no artigo *Epistemologia Feminista, Gênero e História e Adeus ao Feminismo* (1974) que traz abordagens sobre o trabalho feminino e a relação com a sexualidade.

Rago evidencia a emergência “especialmente no que se refere à aceitação da mulher no mercado de trabalho e ao seu reconhecimento como profissional capaz dos mesmos trabalhos que os homens”²⁴¹. É neste sentido que suas considerações estabelecem uma metodologia específica por ela defendida como *Ciência Feminista*²⁴² e observam a instituição do trabalho da mulher operária desde os estabelecimentos fabris no século XIX, até a ocupação laboral alcançada por elas nas últimas décadas. Estes estudos abriram caminhos para vários desdobramentos e, assim, permitem uma ampliação do conhecimento sobre a história e o cotidiano feminino o que nos leva às mulheres da AHOBERO e o interesse em conhecer suas histórias de vida e seus trabalhos na AHOBERO.

A gente aprende desde cedo a trabalhar em casa. Nossa família era assim, mas a gente agora tem a possibilidade de trabalhar nas ruas, fora de casa igual a gente trabalha na Associação né? (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Carla Bassanezi, em *História das mulheres no Brasil* (1997), enfatiza a diversidade e a complexidade vivenciadas pelas mulheres e as formas de violências sutis que proporcionaram atos de resistência na História das Mulheres brasileiras²⁴³. Já Constância Lima Duarte defende que a partir do século XIX já há um movimento de luta por espaços públicos, por parte das mulheres²⁴⁴.

[...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente²⁴⁵.

A intenção de Duarte era expor como o pensamento que pautava o percurso das mulheres na literatura brasileira era passível de ter identificados pontos comuns com o movimento feminista e serem representativos de um possível diálogo entre eles.

²⁴¹ RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 3, n. 4, p. 11-43, 1995. p. 41.

²⁴² RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998. p. 3.

²⁴³ DEL PRIORE, M. (Org.) & BASSANEZI, C. B. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

²⁴⁴ DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, p. 151-172, 2003, p. 152.

²⁴⁵ DUARTE, *loc. cit.*

Como afirma Duarte, “basta lembrarmos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da violência que continua sendo patriarcal com a covardia e abuso de força física”²⁴⁶. Complementando essa reflexão, recordamos também de alguns pontos, como o direito do voto feminino e ser reconhecido apenas em 1932 e incorporado à Constituição de 1934, que o analfabetismo no Brasil é uma realidade e, sobretudo, para as mulheres que ainda convivem com a pobreza menstrual como obstáculo para sua presença em sala de aula. Mulheres que convivem com a face mais brutal do patriarcado e do machismo, quando alguns homens se entendem como proprietários dos corpos e mentes das mulheres e tornam o feminicídio como algo frequente e que infelizmente, como apontou o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em junho de 2022, mesmo com queda de 1,7% saindo de 1.354 em 2020 para 1.341 feminicídios no Brasil em 2021, somando 2.695 mulheres mortas, apenas por serem mulheres²⁴⁷ se mantém alto, com pelo menos 3 mulheres assassinadas por dia²⁴⁸.

As lutas por emancipação e igualdade são características quando se fala em identidade feminina. Para Margareth Rago, há uma epistemologia feminista que elabora as características dessa identidade social. Em *Epistemologia feminista, gênero e história* (1998), Rago afirma que as relações de gênero e da mulher, em específico, nascem a partir das lutas pela emancipação deste sujeito, antes definido como sexo frágil.

Geralda, associada da AHOBERO ao manifestar questões financeiras e salariais sobre os trabalhos da Associação afirma que não existem diferenças remuneratórias entre as associadas, pois todas possuem retiradas financeiras de forma igualitária. Entretanto, ela afirma a discriminação vivida pela mulher nos dias de hoje, em que se ressalta o preconceito e a discriminação de gênero.

Aqui na Associação a gente faz retirada igual né? Mas a gente sabe que muita gente que trabalha fora, a mulher ganha pouco e muitas vezes só arruma emprego em casa de família, né? Graças a Deus aqui não tem isso não (Geralda, produtora e associada, 61 anos).

Para Rago, a luta das mulheres é a causa da linguagem feminista. “É na luta pela visibilidade da questão feminina, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo

²⁴⁶ DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, p. 151-172, 2003, p. 168.

²⁴⁷ Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

²⁴⁸ <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2022-06/tres-mulheres-morrem-por-dia-no-brasil-por-femicidio>>. Acesso em: 21 ago. 2022.

fortalecimento da identidade da mulher, que se constitui um campo feminista do conhecimento”²⁴⁹. E assim, sob uma forma específica de produção do conhecimento feminista, libertária e emancipadora rompe com os modelos hierárquicos tradicionalmente reconhecidos como pressupostos da pesquisa científica²⁵⁰.

O movimento feminista permitiu um deslocamento teórico provocado pela fundamentação feminina para a construção da sua vida em sociedade. Rago afirma que a visibilidade e a emancipação foram aspectos emergentes para as práticas sociais inicialmente “para trabalhadoras e militantes, para incluir-se, em seguida, as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras”²⁵¹.

As perspectivas abertas por essas autoras vêm complexificando o campo de estudos da História das Mulheres, nas últimas três décadas, indicando outros objetos de estudo da historiografia em que as mulheres estão presentes: os espaços do trabalho, as casas, as fábricas, o campo, as escolas, a academia, as biografias e outros, como a própria história da historiografia. Margareth Rago afirma que “as barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo do trabalho existem independentemente da classe social a que pertencem”²⁵². As limitações vão desde a variação salarial à discriminação física e à desqualificação intelectual. Segundo Rago, as restrições do trabalho feminino começavam pelos conflitos com que esses trabalhos “fora do lar” eram tratados no interior da família²⁵³. Ela acrescenta que desde o início de suas atividades públicas, às mulheres são designadas as tarefas menos especializadas e mal remuneradas e os cargos de direção cabem aos homens.

Há uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina, que está evidenciada no momento em que as mulheres entram em massa no mercado, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam. As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente²⁵⁴.

As estruturas formadas para a mulher no trabalho no Brasil precisam ser entendidas em sua amplitude. Essa necessidade de compreensão se dá pela marginalidade em que se encontra

²⁴⁹ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998, p. 5.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 6.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 9.

²⁵² RAGO, *loc. cit.*

²⁵³ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 21-41, 1998.

²⁵⁴ RAGO, *op. cit.*, p. 11.

a mulher no universo do trabalho diante do homem. No Brasil, a partir das dinâmicas do sistema econômico que são estabelecidas por um processo hierarquizante, são percebidos mecanismos de seleção para vagas nesses espaços de trabalho. O país ainda apresenta ausência de políticas afirmativas que posicionem a mulher em locais e papéis iguais ou superiores aos dos homens.

Os conceitos trazidos aqui nos permitiram entender as histórias de vida das mulheres da AHOBERO de forma mais extensa. Consideramos importante associar o progresso vivido pela mulher em sua vida pública, alcançado por meio de conquistas e de movimentos de lutas à Histórias de vida das mulheres da AHOBERO. Essa compreensão se deu pela maneira que as mulheres produtoras da geleia de pimenta biquinho de Bento Rodrigues se posicionaram diante dos trabalhos da Associação desde 2006, passando pelo rompimento de Fundão em 2015 e se reestruturando para suas atividades laborais. Em nossos encontros em dia de trabalho na AHOBERO percebemos que por mais que tenham experienciado diversas tribulações e ainda um desastre sociotécnico que rompeu com o tempo e lugar que para elas eram definidos, elas se obstinaram a manter viva a Associação e persistem neste propósito.

Nós já passamos por muitas coisas que podiam ter deixado a gente desistir. Muitas mesmo. Era falta de dinheiro e outras coisas. Quando veio a barragem e levou tudo ficamos desesperadas, mas desistir não pensávamos não. Esta opção não tinha (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Retomando documentação definida para esta tese, encontramos o pensamento da defensora pública do estado do Espírito Santo, Mariana Sobral, que trouxe dados importantes de crescimento de violência contra mulher desde o rompimento da barragem de Fundão, 2015, no estado²⁵⁵. Mariana Sobral afirma que a questão patriarcal é estrutural, mas que este fato não justifica seu fomento. Para ela, os estudos apontam que o processo de reparação dos danos deixa os grupos dos afetados em condições de maior fragilidade. A discriminação de gênero apresentou-se, inclusive, nos primeiros cadastramentos realizados no estado.

Dentre as narrativas das atingidas está a da pescadora Eliane Balke, moradora de Campo Grande, em São Mateus, ES. Eliane apresenta os formulários para cadastramento de reconhecimento como atingidos e nestes documentos, segundo consta, as pescadoras eram identificadas como *lavadeiras*. Conforme *Policy Paper*²⁵⁶ produzido pela Conectas e pela

²⁵⁵ A SIRENE. Reconhecer o dano, reparar o futuro. Capítulo 2. **Jornal A Sirene**. edição 21 novembro. 2018. Disponível em: < <https://jornalasurene.com.br/espírito-santo/2018/11/18/capitulo-2-reconhecer-o-dano-reparar-o-futuro>>. Acesso em: 21 maio 2021..

²⁵⁶ *Policy paper* são artigos produzidos frutos de disciplinas lecionadas no curso de graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais que apresentam contribuições do Instituto de Referência em Internet e Sociedade – IRIS, em parceria com o Grupo de Estudos Internacionais em *Internet*, Inovação e Propriedade

Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), *Uma proposta de reforma de governança para remediação do desastre do Rio Doce*, publicada no ano de 2018, mulheres proprietárias de embarcações foram classificadas como *tripulantes*, o que de acordo com a matriz de danos da Fundação Renova, acarretava uma redução significativa dos valores indenizatórios. Há, ainda, uma luta pelo reconhecimento de mulheres que, no âmbito doméstico, trabalhavam na economia pesqueira (limpando, cortando, congelando e vendendo o pescado). O modelo de mitigação e indenização proposto para os atingidos do rio Doce não segue diretrizes de amparo à mulher, como acontece, por exemplo, nos programas Bolsa Família (no qual as mulheres são titulares preferenciais do benefício) e Minha Casa, Minha Vida (em que, no caso de divórcio, separação ou dissolução de união estável, as mulheres recebem o título de propriedade do imóvel adquirido, salvaguardadas condições específicas)²⁵⁷.

Sendo a raça condição central para se compreender a produção de desigualdades sociais, esta não poderia estar distante do nosso aporte analítico ao se trabalhar com mulheres visivelmente pardas e que vivem em uma região em que a maioria da população se declara parda e ou negra. Essa conclusão é possível ao analisar os dados levantados em relatório preliminar apresentado por Luiz Jardim Wanderley²⁵⁸, já em 2015, ao analisar dados do Censo do IBGE de 2010 sobre as regiões afetadas pelo desastre sociotécnico de Fundão:

Intelectual – GNet – da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação do Prof. Dr. Fabrício Bertini Pasquot Polido.

²⁵⁷ De acordo com índices do Observatório da Mulher Contra Violência, o Espírito Santo lidera o *ranking* de feminicídio do Brasil. Em 2015, a taxa de homicídio no estado era de 9,2 para cada 100 mil mulheres, sendo a média brasileira de 5,2 no mesmo ano. Segundo a Fundação Renova, em informe de junho de 2018, o percentual de cadastramento entre homens e mulheres atingidos é semelhante. Contudo, os homens são responsáveis pelo dobro de núcleos familiares cadastrados (66,3% do total). 68,51% dos cartões de auxílio-emergencial vão pra homens; 31,49% para mulheres. Apenas 36% dos acordos firmados até a data do informe foram com mulheres.

²⁵⁸ Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>>.

Quadro 1 – Relatório sociotécnico das regiões atingidas pelo desastre de Fundão

Localidade	Situação do Domicílio	Pop. Total	Raça / Cor					Proporção Pardos/ Pretos
			Branca	Amarela	Preta	Parda	Indígena	
Povoado de Bento Rodrigues*	Rural	492	76	2	80	335	-	84,3
Distrito de Santa Rita Durão	Total	1956	323	72	196	1365	-	79,8
	Urbano	1.456	246	70	115	1.025	-	78,3
	Rural	500	77	2	81	340	-	84,2
Povoado de Paracatu de Baixo*	Rural	300	59	-	29	211	1	80,0
Distrito de Monsenhor Horta	Total	1.740	317	17	327	1.072	7	80,4
	Urbano	1.319	234	17	286	776	6	80,5
	Rural	421	83	-	41	296	1	80,0
Município de Mariana-MG	Total	54.219	16.340	1.279	9.874	26.593	133	67,3
	Urbano	47.642	14.997	1.188	8.384	22.949	124	65,8
	Rural	6.577	1.343	91	1.490	3.644	9	78,1
Povoado de Gesteira	Rural	115	32	2	23	58	-	70,4
Cidade de Barra Longa	Urbano	2253	865	30	371	988	-	60,3
Município de Barra Longa-MG	Total	6.143	1.930	98	1.035	3.080	-	67,0
	Urbano	2.313	871	31	382	1.029	-	61,0
	Rural	3.830	1.059	67	653	2.051	-	70,6

Fonte: IBGE, Censo 2010.

* Cálculo da população por raça ou cor estimado a partir de projeção

Fonte: WANDERLEI, L. J. (2015).

Para além dos dados apresentados, em conversa com as associadas Nayure e Geralda, estas afirmam serem pardas. Em entrevista, Nayure: “Eu sou parda. Em casa, todos são pardos. Tenho meus cabelos lisos, mas não (sou) branca” e complementa “Eu me considero parda porque vejo que na minha família existem pessoas negras e brancas e me vejo no meio termo”. Geralda, por sua vez, afirma ser parda e rememora sua ancestralidade próxima:

Eu me considero parda. Meu pai era **bem moreno** e minha mãe era clara e tinha até os olhos claros (Geralda, produtora e associada, 61 anos).

Esse movimento enunciativo, “bem moreno”, um eufemismo ainda muito utilizado para descrever pessoas negras de pele retinta, marca um passado onde o embranquecimento da população era assunto de Estado e que o autorreconhecimento como pessoa negra é discreto. Neste sentido, coube aqui trazer a análise de Graziela Silva e Luciana Leão em *O paradoxo da mistura: Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos*, artigo publicado em 2012, em que esclarecem que no Brasil as diferenças raciais transcendem as questões de cor. Para elas, as “relações de sociabilidade fluidas, com grande quantidade de casamentos inter-raciais e pouca segregação residencial entre brancos e negros, sinalizam que

no Brasil a mistura racial permite perpassar as questões de cor”²⁵⁹. Silva e Leão traz em detalhes as descrições do pardo na literatura e faz o percurso cronológico das perguntas e respostas feitas pelo senso e utilizam como referência a classificação de cor como pardo.

É de tudo importante considerar que há indivíduos que reconhecem o termo pardo por não se considerarem pessoas brancas ou pretas e desta forma defendem a identificação como moreno.

Sônia se reconhece da seguinte forma:

Eu sou morena, né? nem preta e nem branca (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Nesta conjuntura, observando que o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) usa preto como classificação de cor ou raça nas pesquisas de censo demográfico desde 1872, conforme Nota Técnica sobre o Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE²⁶⁰. O Instituto considera que

pardo é entendido como a pessoa que possui ascendência étnica de mais de um grupo, ou seja, mestiça, e que essa miscigenação engloba: Descendentes de negros e brancos; Descendentes de negros com indígenas e Descendentes de índios com brancos²⁶¹.

Para serem melhor compreendidas estas indagações, é interessante trazer o pensamento da ativista e filósofa estadunidense, Angela Davis, apresentado no Dia Internacional da Mulher, em 2019, por Vilma Reis, socióloga e ouvidora da Defensoria Pública da Bahia, em *Mulher Negra É A BASE DA PIRÂMIDE – Especial Dia internacional da Mulher*. Davis ressalta as dificuldades da mulher negra na sociedade e afirma que “quando uma mulher negra se movimenta, toda a sociedade também se movimenta”²⁶². Isso porque são elas que formam a base da pirâmide social²⁶³. Nesta perspectiva, Davis e Reis reivindicam atenção para a urgência da implementação de políticas públicas no país, dando evidência para as pautas das mulheres negras e, sobretudo, à necessidade de se estancar as narrativas históricas de desumanidade que se abatem sobre elas.

²⁵⁹ SILVA, G. M.; LEÃO, L. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, p. 117-133, 2012, p. 2.

²⁶⁰ <https://vestibular.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/03/ibge-usa-classificacao-de-cor-preta-grupo-negro-reune-pretos-e-pardos.htm?cmpid=copiaecola>

²⁶¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/entenda-as-diferencas-entre-preto-pardo-e-negro/>> Acesso em: 9 set. 2022.

²⁶² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZB9T3YapE4>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

²⁶³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wZB9T3YapE4>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

2.2 As mulheres da AHOBERO: a história oral para entender o seu tempo presente

É um desafio contemporâneo construir pesquisas e oferecer interpretações por meio da história oral. Ainda hoje, a história oral é percebida como uma visão questionadora, provocadora, em sua essência. Rachel Soihet e Sueli Gomes²⁶⁴ discorrem sobre reflexões da multidisciplinaridade da História das Mulheres em *Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero* (2008) e afirmam que produzir sobre a vida de mulheres é combinar elementos renovadores, pois as mulheres têm vidas próprias e são agentes históricos. As autoras fundamentam a importância social e política sobre as experiências vividas por mulheres quando elas fizerem a exposição de seus sentimentos por meio de lutas e reafirmação das suas identidades. Soihet e Gomes apresentam o seguinte pensamento: “A interdisciplinaridade se faz também na aproximação de mulheres e seus conhecimentos através de redes, uma das formas de propagação de sentimentos, presentes nas lutas que moldam identidades políticas e novas experiências”²⁶⁵.

A história oral, aqui trabalhada sob perspectiva da história de vida, possui relação estreita com os estudos do tempo presente. A história oral, como afirma Lígia Pereira em *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias* (1998) “tem desempenhado importante papel, ao dar palavra e tornar pública a voz”²⁶⁶. A partir da escolha por produzir a *História das Mulheres* da AHOBERO, nos dispomos a acessar os fatos e eventos que as atingiram e compreender as dimensões que esta escolha carrega. É assim que foram criados laços entre a linguagem, a vida e todas as implicações que a experiência da fala cria com a escuta e a escrita. A História de vida para Pereira é “o relato da trajetória de vida obtida na relação de entrevista”²⁶⁷. Em *O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração* (2017), os autores acrescentam que podemos “entender a narrativa da própria vida como uma objetivação da experiência – estando nela inserida – da qual participa um do outro, uma coletividade, um tempo, um lugar”²⁶⁸.

²⁶⁴ SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **GraGoatá**, v. 13, n. 25, p. 29-49, 2008. p. 9.

²⁶⁵ SOIHET; COSTA, *loc. cit.*

²⁶⁶ PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2000, p. 125.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 124.

²⁶⁸ NOGUEIRA, M. L. M. *et al.* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017, p. 469.

Como campo de estudo, a história oral, de acordo com Marieta de Moraes Ferreira em *Usos & abusos da história oral* (1996) é um discurso dialógico, interpretada não só pelo que os entrevistados dizem, mas pela forma com que é apresentado o material colhido e pela presença dos historiadores em campo²⁶⁹. Em *História oral e contemporaneidade, 2009*, artigo de Paul Thompson, traduzido por Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira, fica claro a amplitude como se deve perceber a história oral e conduzi-la sob uma abordagem utilizada por elementos estruturais, mesmo que sensíveis. Thompson assim apresenta o método: “entendo por história oral a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”²⁷⁰. Caracterizando esta metodologia, Thompson entende que se pode avançar muito tentando definir história oral²⁷¹.

Thompson afirma que existem variadas técnicas especiais de interpretação, entretanto, a utilização destas precisam ser desenvolvidas levando em consideração o elemento sensibilidade.

Muitos historiadores orais ficam tão absorvidos em ler o que coletam acima de tudo como narrativas, enfocando como eles dizem o que eles dizem, que não têm tempo para refletir sobre o que os entrevistados realmente dizem. Então, sim, há que se tornar sensível à narrativa, sem, contudo, ir longe demais! Pois, se assim o fizer, perderá todas aquelas potencialidades e propósitos originais da história oral²⁷².

Sendo esta pesquisa voltada para a história das mulheres da AHOBERO, é importante trazer o pensamento de Thompson quando o autor apresenta as diferenças percebidas por ele em suas experiências com a História oral.

Num sentido mais geral, existem também contrastes marcantes entre a forma como homens e mulheres narram suas histórias de vida: os homens apoderando-se do ativo “eu”, colocando-se no centro do palco, enquanto as mulheres muito mais frequentemente enfatizam o grupo, usando o pronome “nós” ou os pronomes neutros²⁷³.

Nós entendemos que a história oral é um meio de expressão, ela evoca narrativas do passado e requer dedicação às suas dimensões narrativa e linguística. Já o tempo está caracterizado por Lucília de Almeida Neves Delgado em *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades* (2003) como um “movimento de múltiplas faces, ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas,

²⁶⁹ FERREIRA, M. M. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²⁷⁰ THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. *História oral*, v. 5, p. 9-28, 2009. p. 10.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 11.

²⁷² *Ibidem*, p. 16.

²⁷³ Thompson, *loc. cit.*

simultaneidades, descontinuidades e sensações”²⁷⁴. Delgado acrescenta: “tempo, espaço e história caminham juntos”²⁷⁵. Esta relação integrada acontece pela reconstrução e apropriação do tempo vivido por meio das lembranças e da memória em que há o encontro das singularidades temporais.

Sendo a História de Vida, como nos trouxe Pereira em *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografia e autobiografia: história oral* (2000) um “relato de um indivíduo sobre a sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador”²⁷⁶, ela é também um processo de confiança construído e formado por meio do relato da história de alguém, leva ao pesquisador considerá-la como matéria-prima primordial de um trabalho produzido por reflexões sobre um tempo passado que se faz presente. A História de vida ao ser narrada permite a elaboração do vivido e a oportunidade de reencontrar o tempo passado como ferramenta de historicidade possibilitando ao sujeito trabalhar a própria vida. Neste contexto, Delgado considera que as histórias de vida são ferramentas promissoras do ponto de vista histórico e social e que podem estar “centradas no eu e no contexto do evento” quando o indivíduo narra sua visão sobre os acontecimentos”²⁷⁷.

O nascimento dos estudos de mulheres e da história das mulheres, lembra M. Perrot (2005, p. 15), referindo-se aos anos 1970, “inscreve-se no campo mais vasto das ciências humanas, desigualmente visitadas pelo sexo. Ela não é própria da França, mas do conjunto do mundo ocidental”. E indica: “Os Estados Unidos foram pioneiros, utilizando, às vezes, elementos elaborados pela velha Europa e por ela desprezados. A vida intelectual é feita dessas idas e vindas, dessas incessantes bricolagens”²⁷⁸.

A escritora moçambicana Paulina Chiziane, ganhadora do prêmio Camões em 2021²⁷⁹, que teve ao longo da sua vida atuação política e feminista dentro de seu país, publicou na década passada *Eu, mulher: por uma nova visão do mundo* (2013) em que fez a seguinte pontuação:

[...] o homem que surgiu primeiro, ganhando, deste modo, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher.

²⁷⁴ DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003, p. 11.

²⁷⁵ DELGADO, *loc. cit.*

²⁷⁶ PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2000, p.117.

²⁷⁷ DELGADO, *op. cit.*, p. 11.

²⁷⁸ SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **GraGoatá**, v. 13, n. 25, 2008, p. 5.

²⁷⁹ Escritora moçambicana e membro da AEMO – Associação do Escritores Moçambicanos.

Isto significa a difícil situação que a mulher foi criada por Deus e aceite pelos homens no princípio do mundo²⁸⁰.

A mulher que Chiziane apresenta é uma mulher que se mostra provável na sua realidade de submissão. A escolha da frase que deu o título à sua obra não esconde as provocações que a autora pretende. O princípio em *Eu, mulher* presume a universalidade de significados que estão ocultos ali. Várias questões emergem ao ler este pequeno trecho sob qual seria a forma de completá-lo. Eu, mulher, defino-me, ou “eu mulher interpreto-me ou construo-me?”

Nós, mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade. [...] Olhei para mim e para as outras mulheres. Percorri a trajetória do nosso ser, procurando o erro da nossa existência. Não encontrei nenhum²⁸¹.

Na intenção de retratar as experiências das mulheres pelas abordagens sociopolíticas a partir de uma análise autobiográfica, Chiziane traça uma perspectiva para embasar eixos que, como dispostos por ela, fundamentam a subalternidade da mulher de tempos remotos. Chiziane aponta que as condições de submissão são recorrentes no tempo e no espaço e independem das culturas, das ordens políticas e diferenças das crenças. “Os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo²⁸²”, posto que foi naquele instante que “a difícil situação da mulher foi criada por Deus e aceita pelos homens”²⁸³. Ela apresenta, ainda, os privilégios que têm o homem pelo fato de ser homem: “Ter reprodutoras de mão-de-obra, para as pastagens e gado, para os campos de cereais, para tudo, sem o menor esforço, pelo simples facto de ter nascido homem”²⁸⁴.

Quando desejamos trazer como é a ruptura temporal para as produtoras da AHOBERO, Keila, compartilha em sua narrativa, os momentos que a fazem parar as sensações do tempo presente e sentir as impressões deixadas pelo passado por meio das lembranças e enfim, desfrutar da identidade construída em Bento.

A gente volta no tempo toda hora. Volta lá atrás e lembra como a gente era, como era a associação e a casa da gente. E deixa a gente feliz como se estivesse lá no passado. Até hoje a gente sente muita falta, porque por mais que a gente esteja numa casa,

²⁸⁰ CHIZIANE, P. Eu, mulher por uma nova visão do mundo. **Revista Abril** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, n.º 10; pp. 199-205, 2013, p. 201.

²⁸¹ CHIZIANE, *loc. cit.*

²⁸² CHIZIANE, P. Eu, mulher por uma nova visão do mundo. **Revista Abril** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, n.º 10; pp. 199-205, 2013.

²⁸³ CHIZIANE, P. Eu, mulher por uma nova visão do mundo. **Revista Abril** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, n.º 10; pp. 199-205, 2013.

²⁸⁴ CHIZIANE, P. **Niketche** – **Uma História de Poligamia**. Lisboa, Portugal: Leya, 2021. p. 94.

esteja todo mundo junto... mas, não é o lar que a gente lutou pra construir, não é o lugar que a gente nasceu, cresceu... não é o lugar onde que a gente tinha a história de vida da gente (Keila, presidente, produtora e associada, 38 anos).

O tempo e o espaço são elementos singulares que, quando alinhados à memória, tornam-se produtores de conhecimento histórico e mesmo diante de sua amplitude, é possível narrar e interpretar as histórias de vida. Delgado complementa: “Substrato muitas vezes reafirmado pela memória e em outras por ela sublimado”²⁸⁵.

Ao realizar esta tese, nos deparamos com o desafio de distanciar-se do objeto para melhorar a forma de elaborar as etapas necessárias para sua construção. Essas etapas são dispostas conforme o pensamento de Roberto Cardoso de Oliveira em *O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever* (1996) quando o autor traz os momentos estratégicos para a realização de uma pesquisa que pondera os elementos de olhar e ouvir como parte da primeira etapa da realização da pesquisa e a escrita como a parte final e que acontece em uma dimensão crítica por meio de exemplos concretos fornecidos pelo trabalho similar ao vivido pela etnografia, procurando mostrar como cada um desses momentos pode aumentar a sua eficácia no trabalho realizado pela reflexão epistemológica.

Mas se o Olhar e o Ouvir podem ser considerados como os atos cognitivos mais preliminares no trabalho de campo (trabalho que os antropólogos se acostumaram a se valer da expressão inglesa *fieldwork* para denominá-lo), é seguramente no ato de Escrever, portanto na configuração final do produto desse trabalho, que a questão do conhecimento se torna tanto ou mais crítica²⁸⁶.

Nesta conjuntura, fundamentamos a nossa escolha por ouvir as mulheres da AHOBERO e escrever esta tese sob a perspectiva da História no tempo presente, que conforme Marieta de Moraes Ferreira em *Usos & abusos da história oral*. (1996) enfatiza a importância da memória para o desenvolvimento da história oral e ressalta a contribuição dos estudos do tempo presente, quando estes se estruturam pela oralidade. Neste mesmo sentido, a autora esclarece que os estudos do tempo presente estimulam o conhecimento das comunidades, das famílias e dos indivíduos, além de conceder visibilidade aos grupos desfavorecidos, quando amparados pelas fontes orais²⁸⁷. E por essas razões, pela possibilidade de acessarmos à memória das mulheres

²⁸⁵ DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003, p. 13.

²⁸⁶ OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, p. 13-37, 1996, p. 22.

²⁸⁷ FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

da AHOBERO que se definiu a história oral como método de produção desta pesquisa sob a perspectiva da História de vida.

2.3 As mulheres e a Associação de Hortigranjeiro de Bento Rodrigues

A história de vida das mulheres da AHOBERO é a de pessoas que desenvolveram seus trabalhos em território rural, já que grande parte do período de existência da Associação se deu em Bento Rodrigues e que a maior parte de suas vidas (para todas elas) foi vivida, também, em Bento Rodrigues. Quando conversamos com Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, em sua casa, no primeiro encontro para entrevista, perguntamos a ela sobre as dificuldades e facilidades por ela encontradas para trabalhar. E, quando indagada sobre quais atividades desenvolve e onde, afirmou que:

Só na Associação e em casa mesmo.

Continuando a conversa, na tentativa de descobrir as adversidades encontradas por ela nos trabalhos da AHOBERO em Bento, prosseguiu:

A gente prantava as verdura, que era outro tipo de coisa. Aí, nisso, entrou animal lá e comeu a prantação toda, o dono tomou o terreno, aquela coisa toda. Aí a gente foi e tava meio querendo... todo mundo ficou desanimado com o que aconteceu. Pra gente que é mulher, as coisas ficam mais difícil (Rosângela, associada e produtora da AHOBERO, 51 anos).

De acordo com as fontes de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem desigualdades sociais em grandes regiões e municípios. As informações do Sistema de Contas Nacionais (SCN), do IBGE, apontam “as desigualdades de gênero, cor ou raça”²⁸⁸ como as principais informações que “permitem a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais”²⁸⁹. Neste sentido, reconhecemos ser imprescindível ressaltar os resultados apresentados por este indicativo com relação às desigualdades das mulheres nas relações de trabalho. Os indicadores apresentam o resultado que “mantém no desemprego e/ou na informalidade grupos populacionais considerados mais vulneráveis como pretos ou pardos e mulheres”²⁹⁰.

²⁸⁸ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

²⁸⁹ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

²⁹⁰ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Nesta adversidade, encontramos como eixo o pensamento de Maria Beatriz Nascimento que, na década de 1980, buscou apresentar a condição da mulher negra no mercado do trabalho, inspirando o pensamento contra a opressão da mulher negra e de Sueli Carneiro, que é uma das mais importantes contribuições na discussão da interseccionalidade impulsionando estudos na área. A trajetória de Nascimento torna-se importante para que se compreenda como a pirâmide do trabalho se formou e onde se encontram as mulheres nela, sobretudo, as mulheres negras. Estes fundamentos estão sendo colocados aqui, pois sendo esta pesquisa desenvolvida para apresentar, também, os desafios experienciados e postos pelas Histórias das Mulheres, consideramos essencial trazer as problematizações que encontramos.

A mulher negra, dentro da esfera do trabalho, é apresentada por Beatriz Nascimento, considerando a singularidade de suas histórias e a partir dos lugares específicos onde foram colocadas. Ela acrescenta, nesse sentido, quanto o sistema econômico impõe a ocupação dos espaços de forma que a discriminação sofrida pelas mulheres permaneça. Em *A mulher negra no mercado de trabalho*, trabalho publicado originalmente no jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1976, Nascimento explica a condição da mulher negra em posições inferiores e as liga às heranças escravistas e à insuficiência no acesso à educação para qualificação de alguns cargos²⁹¹.

Seguindo este pensamento, Nascimento afirma que a hierarquia social, estabelecida pelo poder político e econômico concentrado nas mãos dos senhores de terras, tinha como subordinados os que realizavam a força de trabalho e eram definidos por homens e, principalmente, mulheres que viviam em condições precárias, “a sociedade colonial se reveste de um caráter patriarcal que permeia toda sua estrutura, refletindo-se de maneira extrema sobre a mulher”²⁹². Devido à permanência do patriarcalismo, ela ressalta a exploração sexual como elemento que se perpetua, pois, a condição de mulher no sistema escravista, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, deu-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, o que trouxe a noção da mulher negra como uma fornecedora de mão-de-obra em potencial. Este fato faz o homem exercer dominação de forma livre e cria estereótipos de atrações eróticas para o biótipo das negras²⁹³.

²⁹¹ NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: De Oliveira Costa, A. *et al.* **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais Ltda., p. 259-263, 2019.

²⁹² NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: De Oliveira Costa, A. *et al.* **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais Ltda., p. 259-263, 2019.

²⁹³ Sobre esta reflexão a escritora e poeta brasileira Jarid Arraes afirma que o sistema de organização social subjuga todas as mulheres, mas que este quadro é especificamente complexo para a mulher negra e faz a seguinte

E é neste sentido de entender a mulher a partir da posição de servir e o homem deixado em uma posição hierárquica de dominador, que o pensamento de Nascimento se aproxima ao de Federici. Isso pelo fato das autoras avaliarem criticamente as relações de exploração do trabalho feminino e da mulher se encontrarem nos limites trabalho reprodutivo e ser este um pilar do modo de reprodução. Federici em *Notas sobre gênero em O Capital de Marx* (2017) sustenta que também a dicotomia produtivo-reprodutivo é determinada historicamente pelo modo de produção capitalista, sem a qual a acumulação capitalista não poderia existir. Estas críticas trazidas por elas são referências importantes para a História e emancipação das mulheres²⁹⁴.

Nascimento afirma que é na mulher negra que se “cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e mulher, ocupando espaços que lhe foram atribuídos”²⁹⁵. Ela pontua a importância de se perceber a mulher negra em lugar de subalternidade na sociedade, com sua força de trabalho atravessada por condições laborais precárias e diferenças para os homens e para as mulheres. A historiadora defende que as “sobrevivências patriarcais são resíduos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante”²⁹⁶.

Neuza, produtora da geleia de pimenta biquinho, deixa claro o receio que tem de passar por discriminação caso seu trabalho fosse desenvolvido fora da Associação,

Eu acho que se eu trabalhasse fora da Associação eu teria problemas de discriminação porque sou mulher e porque as mulheres brancas é normal terem mais facilidade de arrumar emprego, né? eu acho que seria mais difícil se não fosse a Associação (Neuza Santos, produtora e associada da AHOBERO, 46 anos).

consideração: Todas as mulheres são objetificadas culturalmente e usurpadas de qualquer autonomia. Para elas, há um processo compulsório a ser vivido para que a soberania sobre a própria sexualidade seja retomada das mãos do patriarcado. É necessário um esforço extremamente desgastante para conseguir sair da posição de objeto, sem direito a voz, e obter competência sobre a própria vida sexual. E como espaço que ainda transita, o sistema Arraes acrescenta que “sociedade expressa algum desejo por mulheres negras, é quase sempre pela ideia de que a mulher negra é um sabor diferente e mais apimentado de mulher”. Neste sentido o corpo feminino negro é hipersexualizado e considerado exótico e pecaminoso. Para a educadora, o patriarcado permanece com a imposição do racismo às mulheres negras: “a dicotomia do gostoso, exótico e diferente, mas que ao mesmo tempo é proibido, impensável, pecaminoso e não serve para o matrimônio ou monogamia”. Em: ARRAES, Jarid. **Portal Geledés: A sexualidade da mulher negra**. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-sexualidade-da-mulher-negra/>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

²⁹⁴ NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: De Oliveira Costa, A. *et al.* **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais Ltda., p. 259-263, 2019.

²⁹⁵ NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo, Instituto Kuanza, p. 102-106, 2006. p.104.

²⁹⁶ *Ibidem*, p.106.

Sueli Carneiro, por sua vez, percebe quão escassa é a presença feminina negra em espaços de destaque e destaca a luta contra a opressão de raça e gênero. Seus trabalhos *Mulher negra: Política governamental e a mulher* (1985) e *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil* (2011) são importantes para a análise das construções e culturas da eleição e subordinação raciais que mostram a desconstrução histórica que permeia a vida da mulher negra ao longo do tempo, sobretudo após trezentos anos de escravidão no Brasil. A perspectiva de Sueli Carneiro em *Escritos de uma vida* (2019) evidencia a intensificação na precarização das relações sociais da mulher, em especial com relação à mulher negra e suas ocupações no trabalho. Carneiro afirma que,

[...] na hierarquia social, as mulheres negras ocupam a base, seguidas dos homens negros, das mulheres brancas e, finalmente, dos homens brancos. O quadro hierárquico indica, portanto, que o combate ao racismo deve ser prioritário, ao mesmo tempo que o combate ao sexismo, afinal a distância entre homens e mulheres negras expressa o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social²⁹⁷.

Sob a perspectiva das diferenças hierarquizantes no Brasil, o racismo e gênero são elementos formadores das estruturas de relações desiguais. Assim, são componentes de interseção em que a mulher se torna elemento central, em especial, a mulher negra. Reserva-se às mulheres negras um lugar de subalternidade no mercado de trabalho, em que a ocupação no trabalho doméstico e, muitas vezes a cozinha, são seus espaços centrais. Como desdobramentos da interseccionalidade, evidenciam-se retrocessos históricos para a classe trabalhadora, negra e feminina que estão nos espaços mais desprivilegiados ou sem prestígio.

Angela Davis e historiadoras essenciais para o pensamento das mulheres negras, como Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro mostram que os rumos percorridos pela sociedade são excludentes e permeiam as formas de vivências e resistências. São transformações percebidas pela desumanização²⁹⁸ da mulher marcadas por racismo e abandono.

Estas afirmações esclarecem a precarização da mulher negra na pirâmide social permitindo sua manutenção na base, quando evidenciam fatos de que as mulheres negras são as últimas a serem admitidas, entretanto, quando os fatores econômicos estão em desequilíbrio e desencadeiam crises, essas mulheres são as primeiras a serem dispensadas.

Consideramos aqui a desumanização da mulher negra, porque a ausência desta mulher no mercado de trabalho se refere a uma licença para manutenção do discurso histórico

²⁹⁷ CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra, 2019, p. 57.

²⁹⁸ Termo utilizado por Angela Davis em entrevista disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/10/22/o-pensamento-feminista-negro-de-sueli-carneiro-para-alem-dos-reducionismos-de-classe-e-genero/>>. Acesso em: 5 fev. 2022.

excludente. Para as mulheres negras, o acesso aos cursos, como as engenharias, ciências médicas e Direito se tornam limitados e no mundo do trabalho, elas não alcançam espaços para ocupar cargos de maior prestígio, como os de direção, gestão e até mesmo gerência.

Pensar o feminismo a partir de sua variante, o feminismo negro, é essencial para entender como as associadas da AHOBERO tem sua agência no mundo do trabalho. As perspectivas trazidas por essa concepção contribuem para o entendimento de um processo vivido por elas e por outras mulheres em mesma posição social que assumem a gestão de qualquer organização, instituição, associação, etc. É válido esclarecer que as associadas da AHOBERO não são ativistas e militantes do feminismo. Essa questão vive nelas como vive em grande parte das mulheres, como um pano de fundo, uma aura, que não mostra o caminho seguido ou aquele a seguir, mas deixa direitos conquistados ao longo da luta como presentes em suas vidas. Elas, as mulheres da AHOBERO, são mulheres que sofrem e são herdeiras historicamente de um patriarcado misógino e racista.

Neuza, em março de 2021, relata as dificuldades percebidas por ela para a inserção da mulher no mercado de trabalho quando vivem em áreas rurais e muitas vezes consideradas desqualificadas pela cor da pele ou grau de instrução:

Nunca foi fácil encontrar emprego a gente que vive na área rural, se pudesse trabalhar antes, mas nunca é fácil pra gente. A associação é uma oportunidade (Neuza Santos, produtora e associada da AHOBERO, 46 anos).

Em 7 de setembro de 2022, as mulheres da AHOBERO decidiram aproveitar o feriado para trabalharem. Era um dia mais tranquilo para todas e elas viram nesta data a oportunidade de se reunirem na associação para realizarem a produção da geleia. Nesta oportunidade, Rosângela afirma:

Nós só ficava em casa mesmo cuidando de casa e dos filhos. (falando sobre antes de trabalhar na associação). Eu tenho duas meninas. Vir trabalhar na cidade nunca foi nunca foi fácil encontrar emprego. Não tinha tempo. Vejo muita gente conseguindo emprego porque nasce na cidade e acham que trabalhador que vem do distrito só serve pra lidar na roça ou ser empregado em casa de família. percebo que as pessoas branca tem mais oportunidades (Rosângela, associada e produtora da AHOBERO, 51 anos).

Heleieth Saffioti e Rita Farias também contribuem para a construção dessa percepção, ao lançarem luz em questões sobre as relações sociais, familiares, religiosas, o mundo do trabalho, a construção de lugares de fala e conquista de direitos, ampliando, assim, o escopo da História das Mulheres, como horizonte de abordagem da historiografia. Elas buscam entender o lugar das mulheres na sociedade a partir do entendimento da formação de sua identidade, de seus grupos sociais e no universo do trabalho.

Durante as entrevistas com as associadas da AHOBERO foi possível ver de forma ativa algumas atitudes que remontam ao pensamento hierarquizante, onde homens têm poder e voz e as mulheres se silenciam. Essa situação acabou por resultar na presença de dois homens como principais fontes para se apreender a atividade da associação em seu início. Raimundo Gonçalves e Sidney Sobreira recebem ou impõem, jamais teremos total certeza, o poder enunciativo sobre esse momento. Este fato confirma a ausência de um autorreconhecimento das associadas como detentoras de um papel fundamental que Elas e não eles desempenham na associação, quer seja, no trabalho desenvolvido, ao falar sobre a história da AHOBERO ou até mesmo nas conquistas alcançadas pela associação, como a identificação e visibilidade da geleia de pimenta biquinho.

Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, em uma primeira conversa, confirma o pensamento de Rosângela e diz que até os dias atuais, a Associação não foi reconhecida como atingida oficialmente e entende que esta fragilidade pode estar ligada à condição da AHOBERO ser composta, principalmente, por mulheres.

Somos mulheres. E tamo lutando até hoje. A gente não conseguiu nada! A gente só gastou! Só tava gastando e ainda tá gastando ainda e a gente não tava sendo reconhecido. Ai eles vieram lá e todos sabiam que era Associação nossa e tudo, mas, pra gente o descaso foi grande (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Saffioti e Freitas em *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (2021), fazem importantes reflexões sobre as desigualdades presentes na sociedade de classes. Elas que propõem como perspectiva analítica a imbricação de gênero, raça e classe e a articulação com hierarquias sociais. As autoras apresentam o foco sobretudo na questão de gênero e salienta a relação entre homens e mulheres na sociedade capitalista, fundamentando a importância da análise das hierarquias sociais, destacando a questão de gênero como um dos pilares de manutenção de privilégios, hierarquias e *status* social²⁹⁹. A contribuição feita em *A mulher na sociedade de classe* refere-se às reflexões de interseccionalidade, que atenta para a não hierarquização das relações de exploração/dominação.

Saffioti e Freitas fazem considerações sobre o caráter e o olhar feminista das análises sobre a família patriarcal no Brasil, vindo, portanto, de uma leitura sobre a formação social brasileira bem visível sob um viés explicitamente feminista, a partir da ideia da dominação masculina. Neste sentido, a socióloga aponta que a forma de organização social mantinha as

²⁹⁹ FREITAS, A. B. A.; SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. *Revista de História da UEG*, v. 10, n. 01, 528p., 2021.

mulheres em uma situação social de subordinação, em que o papel do chefe de família era do pai, visando à manutenção das relações de poder³⁰⁰.

Um pensamento de extrema relevância trazido por Saffioti e que se alinha com os conceitos de Nascimento e Carneiro, está estabelecido pela posição de desvantagem que o passado escravagista deixou a mulher negra, pois estas tinham dois papéis, a partir da escravidão como importantes: no sistema produtivo e reprodutivo que seriam os serviços sexuais que eram obrigadas a prestar, porque eram responsáveis pela satisfação sexual do senhor.

Rita Farias, na obra *Uniforme, trabalho no vale do aço: Discurso, práticas e significado simbólicos*, fruto de sua tese, defendida em 2010, afirma que as empresas, ainda no século XXI, principalmente as indústrias minerárias, promovem condições favoráveis aos trabalhos do homem e utilizam discursos para afastar as mulheres do mundo produtivo, e, assim, permanecerem com o trabalho dentro dos seus lares³⁰¹. A análise de Farias se dá a partir de um recorte de seus estudos que propõem compreensões de uma perspectiva relacional de gênero, ao analisar a siderúrgica Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A), empresa estudada e localizada na cidade de Ipatinga, MG, que “foi concebida como *lócus* de homens”³⁰². Farias afirma, também, que apesar de conquistas progressivas no mundo trabalho, os espaços ocupados pelas mulheres, dentro das indústrias, em sua maioria, são em tarefas tradicionalmente consideradas femininas, como aquelas de secretárias, telefonistas etc. Assim, Farias trouxe a noção de que “apesar de forças contrárias, progressivamente as mulheres foram conquistando espaços, através das tradicionais atividades femininas como cozeira, faxineira, telefonista ou secretária”³⁰³.

Exemplificando os estereótipos vivenciados pelas mulheres nos espaços de trabalho da Usiminas, Farias afirma que

Como a siderúrgica era considerada reduto masculino, o trabalho das mulheres na Usiminas foi absorvido principalmente na Fundação São Francisco Xavier (especialmente no Colégio São Francisco e no Hospital Márcio Cunha), em atividades vistas como femininas, como secretárias, enfermeiras e professoras³⁰⁴.

³⁰⁰ FREITAS, A. B. A.; SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. *Revista de História da UEG*, v. 10, n. 01, 528p., 2021.

³⁰¹ FARIAS, R. C. P. *Uniforme e trabalho no Vale do Aço: discursos, práticas e significados simbólicos*. Editora UFV, 2012. p. 127.

³⁰² *Ibidem*, p. 129.

³⁰³ FARIAS, *loc. cit.*

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 126.

Como se não fosse suficiente as formas de dominação existentes nos espaços de trabalho da empresa, Farias apresenta a fragilidade das famílias e principalmente, das esposas de homens que trabalham de turno na empresa. As famílias reestruturam a vida familiar em torno das escalas de trabalho dos maridos. “Como o horário de trabalho é noturno e variável, a programação familiar se dá em torno do trabalho operário que dificulta à família planejar suas atividades”³⁰⁵. Este comportamento é reconhecido como uma contribuição da esposa ao fornecer esta estrutura ao marido trabalhador. Exemplificando as semelhanças trazidas por Farias com os conceitos trazidos aqui e as experiências vivenciadas pelas produtoras da AHOBERO, apresentamos a narrativa de Sônia ao relatar o papel assumido por seu marido.

Sônia, em sua narrativa, expressa o seu pensamento, de forma contida, da condição em que se encontra em relação a seu marido; subordinada a ele.

É o chefe da família, né... ele que ficou de chefe da família. Ele, porque ele é que tá de frente né... na linha de frente (o tom da voz fica meio retraído nessa hora, parece que há uma certa timidez aqui nesse ponto da fala, meio que uma coisa de submissão mesmo) (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Em outro momento, Sônia afirma o quanto é importante a *ajuda* que disponibiliza para seu marido em favor da família. Ela sempre se porta como auxiliar as atividades dele.

[...] lá, meu marido é pedreiro, então, ele construiu a casa, eu ajudei ele a construir desde quando a gente namorava, que ele começou a construir a casa. Eu ajudava ele, carregava massa pra ele, carregava tijolo... e até o final (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

O universo do trabalho é um dos lugares em que a historiografia voltada ao estudo das mulheres vem desenvolvendo pesquisas importantes. Marta Gouveia de Oliveira Rovai, traz contribuições para este estudo em sua tese, *Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino*, defendida no ano de 2012, na qual realiza um estudo sobre história, memória e o domínio do trabalho feminino e que se tornou um dos referenciais para a compreensão das diferenças entre gênero no trabalho e das concepções da memória feminina.

Rovai afirma que o protagonismo histórico e a valorização da mulher se vinculam aos problemas sociais e a opção pela história oral das vidas femininas não pode ser reconhecida apenas para integrar a vida masculina. Para Rovai, as memórias femininas são porta-vozes de suas experiências e lhes oferecem lugares de resistência. Rovai em *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84)*, artigo produzido

³⁰⁵ FARIAS, R. C. P. **Uniforme e trabalho no Vale do Aço**: discursos, práticas e significados simbólicos. Editora UFV, 2012. p. 128.

para a Revista Tempo & Argumento, em 2013, trouxe a proposta de retratar o direito à memória, realizado pela história oral das mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-1984). Para a autora, a “memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa”³⁰⁶. Rovai enfatiza que o crescimento de pesquisas baseadas na história da vida de pessoas que passaram por traumas, implica em processos que se complementam à medida que traz o direito de lembrar, organizar registros e permitir a interpretação histórica deste trauma³⁰⁷.

Trazer as reflexões de Rovai para essa pesquisa é relevante, pois elas exploram perspectivas da história oral a partir da história da vida. Isso se dá pelo fato de as memórias femininas serem porta-vozes de suas experiências e lhes oferecerem lugares de resistência. Para a História e aqui, nesta tese, a memória é elemento central que se apresenta como rico material. É pela oralidade presente nas narrativas das produtoras da Associação por meio da perspectiva das suas histórias de vida que compreendemos, de forma mais próxima e sem tantos limites, suas expressões, suas formas de viver, trabalhar e como os eventos, neste caso o rompimento de Fundão, as atingiram em variados níveis.

A produtora da AHOBERO, Marinalva, traz em sua narrativa implicações vivenciadas pelo impacto da lama de Fundão, para além das perdas. Ela descreve como se sente no dia a dia e como, por meio das lembranças, por alguns momentos, Marinalva volta no tempo, coabita no passado e caracteriza como choque, a angústia experimentada pelo trauma.

Tem hora que eu tô sentada assistindo televisão na minha casa. Por um momento, eu sinto que eu tô na minha casa lá. Aí, com pouco vem aquele choque assim, eu vejo que aquilo ali já passou de um fluxo, que eu num tô na minha casa mais (Marinalva, produtora e associada, 49 anos).

A História das Mulheres é, também, uma construção formadora de críticas às estruturas sociais consolidadas de submissão, que desconsideram a mulher como agente, especialmente como agentes do trabalho nos espaços públicos e coletivos. A apresentação da mulher no mundo do trabalho está entrelaçada por relações de poder e sua visibilidade como protagonista da sua própria história permite conhecer a gestão das suas atividades no tempo e espaço

³⁰⁶ FARIAS, R. C. P. **Uniforme e trabalho no Vale do Aço**: discursos, práticas e significados simbólicos. Editora UFV, 2012, p. 3.

³⁰⁷ ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013, p. 110.

2.4 Sujeitas trabalhadoras ou trabalhadoras invisíveis?

Como a centralidade desta tese está nas Mulheres da AHOBERO e perpassa pelo universo do trabalho desenvolvido por elas na Associação, tornou-se essencial trazer os fundamentos da hierarquização vivenciada pela mulher em sua história no tocante ao exercício laborativo.

A organização do trabalho e suas relações são determinadas socialmente também pelo gênero. Como já discutido nesta pesquisa e como salienta Rosaldo, apesar do trabalho da mulher ser historicamente composto por discriminações que depreciam suas histórias com a dominância das atividades em termos de poder e prestígio, associadas ao masculino³⁰⁸, há que se considerar variações referentes ao sexo e à mão-de-obra que levam a avanços e retrocessos da participação feminina no mercado de trabalho. A socióloga da Fundação Carlos Chagas, Maria Cristina Aranha Bruschini, nos esclarece que “de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho têm ocorrido desde a metade dos anos 1970”³⁰⁹, mas que “as principais tendências da inserção laboral das brasileiras, é marcada por progressos e atrasos”³¹⁰.

Michelle Rosaldo acrescenta que “somos herdeiros de uma tradição sociológica que trata a mulher como essencialmente desinteressante e irrelevante, aceitando como natural e profundamente problemático o fato de que, na cultura humana, a mulher de alguma forma é subordinada ao homem”³¹¹.

Para exemplificar as discriminações sofridas pela mulher trabalhadora, coloca-se em destaque o relato de Andressa Lemes, mulher ribeirinha do estado do Espírito Santo, afetada pelo desastre de Fundão, com evidências dos preconceitos que vivem as mulheres hoje, principalmente quando assumem postos de trabalho de maior responsabilidade.

Existe preconceito neste século XXI, nós somos mulheres, lutamos e queremos nosso direito [...] sou atingida, faço parte da comissão municipal dos atingidos e presidente da Associação de Pescadores de Colatina. As pessoas têm preconceito, porque sou mulher né? É uma área que toda vida um homem predominou ali e agora é uma mulher que tá. Tem um ano que estou na presidência, então assim é mais complicado, mas

³⁰⁸ ROSALDO, M. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. e LAMPHERE, L. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp.33-64. p. 3.

³⁰⁹ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007. p. 538.

³¹⁰ BRUSCHINI, *loc. cit.*

³¹¹ ROSALDO, M. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle e LAMPHERE, Loise (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp.33-64. p.1.

estou conseguindo lidar com pescadores (Andressa Lemes, atingida de Maria Ortiz, Colatina, ES)³¹².

Autonomia, influência e notoriedade são características presentes na sociedade, construções que dependem da circulação de capital. A socióloga Elaine Gonçalves, realizou estudos relevantes na Escola de Saúde Pública de Harvard (*Harvard Center for Population and Development Studies*, 1998-1999), e em *Remar o próprio barco: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”* (2016), confirma que as

Relações de trabalho representam um aspecto das relações sociais marcadas por gênero, sendo um locus importante daquilo que é definido como masculino e feminino e é no mundo do trabalho que homens e mulheres se enfrentam como indivíduos aparentemente livres e iguais. [...] inspiração feminista apresentam a divisão sexual do trabalho como universal, ressaltando a dominância das atividades em termos de poder e prestígio associadas ao masculino. [...] A busca por individualização e a independência financeira dependem cada vez mais do emprego assalariado razão pela qual, nessas sociedades, a reivindicação feminista por equivalência em termos de emprego e salário continua ainda tão atual³¹³.

Neste sentido, nas sociedades contemporâneas, a procura por independência monetária é uma característica. Por isso, a reivindicação feminista de igualdade laboral é importante e torna-se elemento de discussões desestabilizadoras. Gonçalves esclarece que “nas sociedades industrializadas e capitalistas contemporâneas, nas quais autonomia e prestígio dependem da circulação de capital, a independência financeira é extremamente relevante”³¹⁴. Ela ainda acrescenta que

A rápida mudança nas relações sociais, sobretudo o padrão “homem provedor/mulher cuidadora” que modelava a “família nuclear”, é apontada como o elemento central que explicaria como o trabalho se tornou fundamental na vida de uma parte considerável das mulheres nas “sociedades ocidentais” na contemporaneidade³¹⁵.

As pesquisadoras Cristina Bruschini e Cássia Carloto se dedicam à pesquisa sobre produção e reprodução no mercado de trabalho diante das relações de gênero. Em *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos* (2007), Bruschini afirma que a divisão sexual do trabalho se fundamentou nas construções sociais tradicionais em que é designado prioritariamente aos

³¹² A SIRENE. Em nome do mar, do rio e do Espírito Santo. **Jornal A Sirene**. Mariana, 21 de novembro 2018. Disponível em: <<https://jornalasirene.com.br/espírito-santo/2018/11/21/em-nome-do-mar-do-rio-e-do-espírito-santo>>. Acesso em: 25 set. 2021.

³¹³ GONÇALVES, E. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 34, p. 235–268, 2016, p. 237. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644958>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

³¹⁴ GONÇALVES, *loc. cit.*

³¹⁵ GONÇALVES, *op. cit.*, p. 240.

homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva³¹⁶. Entretanto, a contribuição laboral da mulher para a sociedade alcança duas esferas, as produtivas e as reprodutivas. Neste sentido, é possível compreender a valorização social de formas diferentes para homens e mulheres. Ela nos esclarece que

[...] o debate teórico e as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família, ou espaço reprodutivo. Pois, para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural³¹⁷.

A pesquisadora e também líder do grupo de pesquisa Gênero, Políticas Públicas e Família da Universidade Estadual de Londrina, Cássia Maria Carloto, apresenta os aspectos relevantes da hierarquização e subordinação percebida pelas mulheres não só na esfera laboral, mas em outros contextos das suas histórias. Carloto também propõe o pensamento de que é pela divisão sexual do trabalho:

[...] a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução³¹⁸.

A posição da mulher na sociedade tem o trabalho como fator de integração social. É o que indica Heleieth Saffioti, referência brasileira nos estudos sobre a problematização das questões da mulher, em conjunto com questões econômicas e referentes à classe social, ao indicar tópicos centrais para a teoria feminista contemporânea.

A determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria constitui o melhor índice de sua integração nas sociedades de classes. Eis por que será tomada aqui a atividade trabalho como fio condutor da análise do problema da mulher tal como ele se apresenta nas sociedades competitivas³¹⁹.

Cecília Severo (UFRS) desenvolve pesquisas em sociologia do trabalho e em seu artigo *Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici* (2020), trouxe as principais perspectivas de Saffioti e Federici. Nele, Severo aponta que o trabalho faz com que

³¹⁶ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 542.

³¹⁸ CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em revista**, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002. p. 10.

³¹⁹ SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 31.

a realidade das relações sociais seja compreendida por meio da relação de classe e os modos de produção³²⁰. Para a pesquisadora, torna-se essencial “teorizar em termos de classes sociais, de olhar para a realidade social como atravessada e até fundamentada em relações econômicas hierarquizadas, as chamadas relações sociais de produção”³²¹. Nesse sentido, ela acrescenta que as divisões sociais de trabalho são:

[...] relações que dividem o corpo social em conjuntos sociológicos determinados pela sua inserção diferencial e hierárquica na estrutura econômica, formando, no limite, a classe social que vive do trabalho e a classe social que vive da exploração desse trabalho: proletários e burgueses, trabalhadores e capitalistas³²².

Em entrevista realizada com as produtoras da AHOBERO, no mês de abril de 2021, em alguns momentos, se confirmou a presença de estereótipos e preconceitos formados em função do gênero. Neste contexto, compreendemos o significado da divisão de papéis entre os homens e mulheres das atividades laborativas na AHOBERO quando consideramos, como já mencionamos, que é o Raimundo Gonçalves, por exemplo, que apresenta a história da criação da Associação e de seus primeiros anos. Esse poder enunciativo, que as associadas entendem que é mesmo dele, não apenas bloqueia parte da capacidade discursiva das mulheres como as subordina à sua narrativa. Há evidências do perfil conservador que desconsideram a importância da atividade feminina se comparada à atividade laboral masculina, ao ouvirmos o Raimundo:

Veja, porque... Se precisasse de mim, sabe, eu ajudava elas também, sabe, mas a minha tarefa, meu trabalho eu achava melhor. Mais importante. (risos) (Raimundo, associado fundador da AHOBERO).

Entretanto, Sônia, produtora da AHOBERO, em sua narrativa, confirma que as mulheres sempre trabalharam na Associação de forma equivalente aos homens.

[...] a gente ajudava também né! ajudava não, a gente fazia parte do plantio também. Quando tinha um tempinho a gente ajudava. A gente capinava... a gente ia lá e tinha o processo também de jogar água e a gente jogava... (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

Para que haja reconhecimento de mudanças em padrões historicamente construídos é preciso ter a consciência desta construção histórica. Zuleica Castilhos e Núria Castro (CETEM) afirmam em *Mulheres na mineração* (2006) que

³²⁰ SEVERO, C. Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici. **Profanações**, v. 7, p. 221-246, 2020.

³²¹ *Ibidem*, p. 222.

³²² *Ibidem*, p. 223.

A hierarquização do masculino sobre o feminino, naturalizada através dos tempos, que opera ainda hoje em escala global, regional e local, deve ser combatida com o nível de consciência das sociedades, com a educação e formação dos cidadãos, dos governos, nas estruturas de suas instituições sociais, políticas e governamentais, nas instituições e organizações não governamentais, na organização da família e do trabalho³²³.

As pesquisadoras salientam que a igualdade entre os gêneros e a emancipação da mulher indicam “objetivos de desenvolvimento do milênio”³²⁴, mas que é preciso dar visibilidade ao papel da mulher e à contribuição do seu trabalho para a sociedade. Para elas, a contribuição na História das Mulheres redesenhada pela globalização em relação à divisão sexual do trabalho, está na desconstrução do pensamento em naturalizar as atividades direcionadas à mulher das tarefas do lar e na autonomia que elas alcançam ao deixar as tarefas do âmbito privado, ou do espaço familiar³²⁵.

A narrativa de Sônia, produtora, exemplifica o quanto as mulheres da AHOBERO estão realizadas por terem seus trabalhos na Associação (produção da geleia de pimenta biquinho) e não deixarem os afazeres de casa como exclusividade.

Quando eu entrei, já... já existia né, a Associação já existia. Então, quando eu entrei, já tava a Keila, já tava o Sidney, a Rosângela... E... aí pra mim foi muito bom, porque, cê sabe, serviço de casa é assim, a gente faz serviço de casa... acaba ali, né... sempre tem, mas, é aquela coisa cê trabaia fora, cê mexer com a horta, mexer com... né... com o produto ali é bem melhor (Sônia, produtora e associada, 43 anos).

Como aponta Cassia Carloto, em seu texto já supracitado: “O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino”³²⁶. Assim, historicamente, as análises do universo feminino nas sociedades capitalistas confirmam que o acesso a uma remuneração monetária é um avanço, pois permite o acesso à liberdade em relação à instituição familiar, geralmente dominada por homens, desconstruindo, ao mesmo tempo, o caráter natural, portanto gratuito, das atividades que lhes eram delegadas.

³²³ CASTILHOS, Z. C.; CASTRO, N. F. Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamen. In: CASTILHOS, Z. C. *et al.* (Orgs). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006, p. 41-64. p. 42.

³²⁴ CASTILHOS; CASTRO, *loc. cit.*

³²⁵ CASTILHOS; CASTRO, *loc. cit.*

³²⁶ CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002. p. 10.

Na AHOBERO, Geralda diz que as atividades hoje são desenvolvidas exclusivamente por elas, e que mesmo na época em que plantavam hortaliças em Bento Rodrigues, os homens não faziam parte da produção da geleia. Elas contavam com ajuda do Raimundo e Sidney para a plantação da pimenta, mas eles não participavam da produção.

A gente dá conta da casa e da associação. Porque lá, ele (o marido, sr. Raimundo) ajudava a gente assim, quando a gente tava prantando, pra prantar, pra capinar, essas coisa. Mas só ajudava. Na fabricação da geleia em si, mesmo, ele num ajudava não. É só se precisasse mesmo (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

A História das Mulheres não menospreza a sua relação com o desenvolvimento industrial. Entretanto, conforme as afirmações de Rita de Cássia Pereira Farias (UFV), coordenadora do grupo de pesquisas do CNPq “Gênero, Trabalho e Consumo” em sua obra *Uniforme e trabalho no Vale do Aço: discursos, práticas e significados simbólicos* (2012), os discursos simbólicos fazem parte das reflexões sobre a importância do trabalho da mulher. Farias considera ser extremamente útil para o sistema de produção capitalista, a manutenção da mulher no interior dos lares, com vistas a subsidiar o trabalho do homem nas fábricas, possibilitando a elas a total disponibilidade para a realização de suas atividades laborais³²⁷.

Na estrutura patriarcal da sociedade de classes, previamente ao avanço das indústrias, as funções laborais da mulher foram reconhecidas pela tarefa social do trabalho reprodutivo, segundo Cecília Severo,

[...] enquanto à mulher é dificultado ou impossibilitado o acesso ao mercado de trabalho, ao trabalho livre assalariado (e explorado), de outro lado há a necessidade de que se cumpram as funções domésticas e maternas que a tradição do patriarcado lega ao feminino³²⁸.

E para Saffioti,

[...] a vida feminina se apresenta contraditória. Há, para as mulheres, uma necessidade subjetiva, e, muitas vezes, também objetiva, embora nem sempre a primeira se torne consciente, de integração na estrutura de classes, e de outra parte, uma necessidade subjetiva e objetiva de se dar à família³²⁹.

Os desafios da mulher, para Saffioti, em relação à sua posição como agente e proletária, passam duplamente por dominação e subordinação. Ela afirma que “a classe proletária se

³²⁷ FARIAS, R. C. P. *Uniforme e trabalho no Vale do Aço: discursos, práticas e significados simbólicos*. Editora UFV, 2012. p. 139.

³²⁸ SEVERO, C. Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici. *Profanações*, v. 7, p. 221-246, 2020. p. 232.

³²⁹ SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 58.

constitui de maneira cindida, visto que perpassada por divisões de sexo, nas quais a mulher é subordinada, tanto ao homem quanto ao chefe, pelo casamento ou pelo emprego”³³⁰.

O pensamento pós-colonialista em referência à História das Mulheres, associado à esfera laboral, aponta conceitos sobre autonomia acerca do trabalho reprodutivo e do trabalho comum para a mulher. Complementando as concepções trazidas até aqui, por Elaine Gonçalves sobre o interesse da mulher na autonomia financeira e de Cassia Carloto sobre a intenção da autonomia para o acesso ao trabalho no ambiente público, surgem os conceitos de Silvia Federici em relação aos temas que envolvem feminismos, movimentos autonomistas e trabalho da mulher no âmbito privado e na esfera pública. As perspectivas de Federici se apoiam no reconhecimento do trabalho privado (doméstico) exercido pelas mulheres, também identificado por ela como reprodutivo, como trabalho produtor de capital.

Esse processo de reconhecimento do trabalho da mulher, aqui compreendidos como a reprodução sexual que garante mais força de trabalho e a preservação da força de trabalho (assistir ao marido com alimentação, entretenimento etc. para sua manutenção no emprego), deve ser considerado essencial e por isso deve ser remunerado, pois contribui significativamente para a manutenção de capital. Cecília Severo, ao desenvolver as reflexões feitas de Federici afirma que

[...] o não reconhecimento desse trabalho enquanto tal e a não remuneração, o “patriarcado dos salários”, coloca as mulheres em escravidão do lar: seria a apropriação, em primeira instância pelo marido, e, em última, por parte do capital e do Estado, do trabalho das mulheres. De acordo com a tese da autora, o trabalho não remunerado das mulheres seria o comum expropriado para a produção de valor no processo de trabalho capitalista³³¹.

A forma das mulheres assumirem novas atribuições sem deixar de perceber como sendo suas as responsabilidades das tarefas domésticas, apresenta impedimento ao avanço profissional diante da implacabilidade da sobrecarga de tarefas. O trabalho realizado pela mulher em casa ainda não recebe valor econômico, desta forma, não é remunerado. Carloto, sobre a identidade da mulher trabalhadora, afirma que:

A identidade da mulher como trabalhadora, portanto, vai estar sempre associada a seu papel e reprodutora. Essa imagem básica, originária da mulher família, mãe, dona-de-casa vai estar sempre na frente. O trabalho, por exemplo, é tratado no masculino e o trabalho produtivo é feito pelos trabalhadores. É ao homem que se associa a imagem

³³⁰ SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 58.

³³¹ SEVERO, C. Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici. **Profanações**, v. 7, p. 221-246, 2020. p. 232.

de trabalhador, de provedor da família. Essa imagem da mulher vai trazer limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho³³².

Federici complementa o pensamento da força de trabalho pelos corpos femininos. A autora relaciona a acumulação primitiva de capital e o colonialismo e conclui que

[...] o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho³³³.

São percebidos assim, os desafios que as mulheres enfrentam para alcançar sua ascensão profissional e a garantia de igualdade entre elas e homens. Desta forma, a epistemologia feminista discursa sobre os avanços e as conquistas da mulher no mercado de trabalho.

Keila, presidente da AHOBERO, manifesta o privilégio das associadas realizarem todos os trabalhos com qualidade e exalta com satisfação a ajuda mútua que uma dá à outra no desempenho das atividades. Ela considera que estes elementos foram e são essenciais para a ascensão delas como profissional e o progresso da Associação.

A produção da geleia é feita só por nós mulheres. Ó! Cada um assim, é, se destaca pra fazer uma coisa melhor que a outra né... só que todo mundo consegue fazer tudo. [...] assim... tem, assim, a hierarquia lá, presidente, secretário. Mas na prática, um ajuda o outro (Keila, presidente da AHOBERO, 38 anos).

E continua,

Somos unidas, nós ajudamos umas às outras e por isso a associação só cresceu! (Keila, presidente da AHOBERO, 38 anos).

Marinalva, outra associada, corrobora a afirmação de Keila e confirma que a produção da geleia é feita de forma exclusiva por elas,

Os homens, eles na horta, no plantio, com a gente fixo, direto, trabalhando. Aí na produção é só mulheres (Marinalva, produtora e associada, 49 anos).

Luciana Ballestrin, como coordenadora do grupo “Subalternidades globais” é autora de importantes textos, tais como *Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano* (2020) e *América Latina giro decolonial* (2013), que apresentam reflexões relevantes sobre a História das Mulheres e discutem sobre a Modernidade e a colonialidade;

³³² CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. *Serviço Social em revista*, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002.

³³³ FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 23.

feminismo e democracia, respectivamente, a partir da perspectiva decolonial. Ballestrin discute também o subalterno e o pós-colonial diante do processo de globalização e do neoliberalismo que fazem críticas ao movimento feminista são interpretadas e reconhecidas como colonização na trajetória dos feminismos latino-americanos. Na concepção de Ballestrin,

[...] em termos de classe, as representações hegemônicas abarcam as mulheres das classes médias e altas, sendo as mulheres pobres sua representação subalterna e antagonista. [...] em decorrência, os postos de trabalho variam bastante, ainda que as posições marcadas pela situação de precariedade, vulnerabilidade e exploração mais acentuadas sejam ocupadas pelas mulheres representadas nos feminismos subalternos³³⁴.

Conforme Cecília Severo, o ingresso da mulher no mercado de trabalho deve ser refletido para além das questões econômicas e financeiras. A pluralidade que permeia a mulher na esfera do trabalho requer leitura sob a ótica interseccional. Severo, ao apresentar suas reflexões sobre Saffioti em *Múltiplas faces do feminismo marxista* (2020), afirma que “a intenção de tratar raça, gênero e classe como fenômenos codependentes e simétricos são explicitadas no desenrolar de seu pensamento”³³⁵. Revisitando a obra de Saffioti, *A mulher na sociedade de classes* (1979), descobrimos a relevância para a autora das abordagens da interseccionalidade para a História das Mulheres como proposta teórica inovadora. A interseccionalidade, conceito fruto dos estudos sobre a História das Mulheres, refuta grandes eixos de diferenciação social, como as categorias de gênero, classe e raça.

A ativista estadunidense Betty Naomi Goldstein, conhecida como Betty Friedan, em 1963, já fazia crítica à separação das esferas de trabalho, públicas e privadas, e afirmava que o trabalho remunerado formal juntamente com as profissionalizações associadas aos treinamentos, dariam às mulheres condições de igualdade ao mundo social e cultural. Estes prismas são características de um pensamento liberal e, segundo Elaine Gonçalves,

Nas formulações – mais programáticas que teóricas – do feminismo liberal, o mundo público (masculino, criativo, objetivo) não é submetido à crítica e é pensado em oposição ao mundo privado (feminino, subjetivo, enfadonho). A crítica à separação das esferas é pautada por uma noção que enfatiza as transformações do mundo privado

³³⁴ BALLESTRIN, L. Feminismo de (s) colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020. p. 4.

³³⁵ SEVERO, C. Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici. **Profanações**, v. 7, p. 221-246, 2020. p. 225.

como forma de oferecer à mulher oportunidades iguais no mundo público, superando o “mal que não tem nome”, característico do confinamento doméstico³³⁶.

Colaborando com as perspectivas liberais da História da Mulheres, Gonçalves apresenta em seu texto *Remar o próprio barco* (2016), o pensamento de Linda Nicholson³³⁷, que traz uma abordagem liberal e abrange o direito e a profissionalização do seu trabalho na esfera pública. Assim, Gonçalves afirma que “considerando que a vertente liberal ao condicionar a superação da subordinação da mulher à obtenção de direitos no plano formal, particularmente a conquista de oportunidades de treinamento e profissionalização”³³⁸. Nesta conjuntura, Gonçalves esclarece a importância do trabalho como ocupação, emprego (salário e sua qualificação) como carreira e profissão.

Dentro do contexto apresentado até aqui, atualmente diferentes perspectivas relacionais são percebidas e o trabalho torna-se central na vida das mulheres ocidentais. Segundo Gonçalves, os estilos de vida contemporâneos são construídos de forma expressiva nos domínios do trabalho.

A rápida mudança nas relações sociais, sobretudo o padrão “homem provedor/mulher cuidadora” que modelava a “família nuclear”, é apontada como o elemento central que explicaria como o trabalho se tornou fundamental na vida de uma parte considerável das mulheres nas “sociedades ocidentais” na contemporaneidade³³⁹.

Mas, é preciso considerar que apesar da alteração no perfil organizacional não estão eliminadas práticas patriarcais e machistas. Como consequência destas práticas, Carla Carloto afirma que

[...] As habilidades manuais das mulheres reduziram-se a atividades desvalorizadas e geralmente relacionadas a certos saberes femininos considerados naturais, como, por exemplo, a destreza manual, a atenção a detalhes, a paciência para realizar tarefas monótonas e repetitivas. Essa visão é aproveitada pelos patrões que colocam as mulheres em funções como, por exemplo montagem de peças miúdas e embalagens na indústria eletroeletrônica, costura nos ramos têxteis, digitação nos bancos³⁴⁰.

³³⁶ GONÇALVES, E. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 34, p. 235–268, 2016, p. 240. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644958>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

³³⁷ NICHOLSON, L. The contemporary women’s movement. In: **Gender and History**. Columbia University Press, 1986, pp.17-42.

³³⁸ GONÇALVES, E. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 34, p. 235–268, 2016, p. 240. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644958>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

³³⁹ GONÇALVES, *loc. cit.*

³⁴⁰ CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002. p. 11.

Há um novo sentido nas análises feitas a respeito dos ideais das mulheres quando se percebe o desejo de igualdade de gênero, como as lutas contra as desigualdades salariais. Conforme Maria Cristina Brushini, “os rendimentos das trabalhadoras brasileiras são sistematicamente inferiores aos dos homens, seja segundo o setor de atividade, seja quanto à posição na ocupação ou quanto à escolaridade”³⁴¹. Complementando o pensamento de Brushini, Prisca Kergoat, em *Oficio, profesión, trabajo* (2002), considera que “a relação entre mulher e trabalho tem sido analisada de modo a privilegiar a dupla jornada, os baixos salários, a disparidade salarial e a questão da díade produção/reprodução no sistema capitalista”³⁴². Seguindo este contexto, para as mulheres do ocidente, as pesquisadoras Zuleica Castilhos e Núria Fernandez Castro afirmam que “as mulheres representam o segmento social mais desfavorecido economicamente, especialmente nos países em desenvolvimento”³⁴³.

Pode-se dizer que há uma incorporação seletiva das reivindicações das mulheres nas empresas. Muitas vezes, as mulheres são recrutadas a serviço de um projeto neoliberal que está profundamente em conflito com a visão de uma sociedade justa e igualitária para todas as mulheres. Sendo assim, no processo envolve redistribuição, reconhecimento e representatividade, isto quer dizer que, em razão da pressão das mulheres nas instituições, públicas ou privadas, há a manipulação dos seus ideais sem uma verdadeira mudança de mentalidade patriarcal nas relações de trabalho, no mundo corporativo.

Dessa forma fica claro uma dissonância entre o discurso de inserção de mulheres em empresas e a efetivação da diversidade no ambiente de trabalho. Nesse sentido, o discurso acaba sendo utilizado como um rótulo para a progressão capitalista em uma espécie de representatividade decorativa. E mesmo quando há a inserção de mulheres nas organizações, o seu trabalho fica restrito a questões periféricas concebidas como “femininas”, reforçando papéis de gênero. Brushini, sobre a natureza feminina e a conjuntura do trabalho feminino apresenta o seguinte conceito: “a natureza feminina do emprego doméstico não é de surpreender. [...] a

³⁴¹ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

³⁴² KERGOAT, P. Oficio, profesión, trabajo. In: HIRATA, H. *et alii*. (Orgs.). **Diccionario crítico del feminismo**. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.169-172. pp. 171.

³⁴³ CASTILHOS, Z. C.; CASTRO, N. F. Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamen. In: CASTILHOS, Z. C.; LIMA, M. H. M. R.; CASTRO, N. F. (Orgs.). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006, p. 41-64. p. 41.

urbanização e a industrialização levam à ampliação do número de diaristas/faxineiras demarcando processo de profissionalização da categoria”³⁴⁴.

Como questionamento relevante ao ingresso feminino no mundo do trabalho, está a relação de classe. Relação esta que apresenta a complexidade atingida para a mulher na esfera organizacional, uma vez que há disparidade relevante na distribuição de tarefas entre as mulheres com maiores privilégios financeiros e aquelas com pouco acesso às instruções, especializações e com menores rendas. Enquanto a minoria das mulheres conquista melhores cargos e formas de garantir empregos de alta visibilidade institucional, como nos acrescenta Bruschini, à maioria, em grande parte, cabe realizar as tarefas de faxineiras, zeladoras, cozinheiras, babás, cuidadoras de idosos dentre outras atividades³⁴⁵. Desta forma, partindo para as contemplações da pluralidade de sujeitas femininas trabalhadoras e dos pensamentos sobre a divisão sexual do trabalho, o acesso progressista da mulher ao mercado de trabalho assume características de autonomia e liberdade.

Ao voltarmos nosso olhar para as mulheres da AHOBERO, identificamos que a narrativa de Geralda, produtora, revela princípios que foram construídos historicamente pela sociedade, mas que foram se rompendo também por elas, à medida que experienciaram a liberdade que o trabalho na Associação lhe trazia,

Não tinha intenção de *trabaiar* na Associação. Eu fui para ajudar. Aí eles gostaram, me convidaram pra ficar com eles. Eu não queria, no início eu não queria. “Ah, não gente, eu venho ajudar no dia que precisar, mas ficar com cês eu num vou não”. Aí depois eu fui acostumando, gostava de ir pra lá, me sentia bem e disponível para trabalhar junto com as *menina* e resolvi ficar aqui com elas (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Há, indiscutivelmente, uma conquista histórica importante percebida na esfera do trabalho feminino. A entrada da mulher no ambiente organizacional com acesso à remuneração monetária nos guia até as reflexões relevantes feitas pela ativista francesa, Jules Falquet. A, também, cientista política esclarece que as transformações neoliberais possuem aspectos ambíguos, já que parte do trabalho atribuído às mulheres sai do contexto conjugal domiciliar para ser executada sobre forma de proventos no mercado de trabalho e, por isso, concebem

³⁴⁴ BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, p. 67-104, 2000. p. 73.

³⁴⁵ BRUSCHINI; LOMBARDI, *loc. cit.*

carga excessiva do trabalho doméstico provocada pelo acúmulo de duplas ou triplas jornadas de trabalho³⁴⁶.

Diante do propósito desta pesquisa, o de compreender a reestruturação dos trabalhos das mulheres da AHOBERO, consideramos ser relevante trazer elementos para exemplificar a ambiguidade percebida no acesso da mulher ao trabalho assalariado. Por isso, reiteramos a importância das ações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³⁴⁷, que desenvolve políticas de emprego feminino para atender às organizações ou a pessoas particulares.

A empregabilidade é feita pela importação de mão de obra feminina que satisfaça a demanda domiciliar de famílias que, diante de melhores posses financeiras, necessitam aliviar as tarefas das mulheres que partiram para a profissionalização e reconhecimento das suas carreiras profissionais. A OCDE considera que “A desigualdade de gênero continua sendo uma questão urgente na região da América Latina”³⁴⁸. Entre outras linhas de análise, a OCDE é líder global na produção de dados comparativos internacionalmente sobre desigualdades de gênero. Dentre os indicadores apresentados pela Organização estão as seguintes considerações: o tempo integral; homens têm mais folga do que as mulheres; as mulheres trabalham consistentemente mais horas no trabalho não remunerado que os homens e os rendimentos das mulheres como porcentagem de ganhos dos homens por área de estudo.

Em relação às políticas de trabalho assumidas, a OCDE contribui para a permanência da mulher em empregos (nos espaços públicos). Para articular formas de ganhar visibilidade, reconhecimento e igualdade de direitos no trabalho, a mulher contrata outra mulher para substituir suas funções “naturalmente” exercidas por domésticas, reforçando o sistema desigual para a divisão sexual do trabalho. No artigo *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo* (2000), Maria Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi apontam para as condições precárias e pouco favoráveis a que mulheres são inseridas no mercado de trabalho. Como resquícios da permanência de padrões tradicionais de tarefas femininas estão as atividades da categoria dos trabalhadores domésticos que são feitas, em sua grande maioria, pela força de trabalho feminina e caracterizadas pela baixa remuneração. Desta forma, o serviço

³⁴⁶ FALQUET, J. **De gré ou de force**. Les femmes dans la mondialisation. Lectures, Publications reçues, 2008. p. 21.

³⁴⁷ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou Econômico é uma organização econômica intergovernamental com 38 países membros, fundada em 1961 para estimular o progresso econômico e o comércio mundial.

³⁴⁸ Disponível em: <<https://www.oecd.org/latin-america/data/gender/>>. Acesso em: 9 jan. 2021.

ou emprego doméstico tem importância na atividade econômica das mulheres. Bruschini e Lombardi discorrem brevemente a trajetória da mulher e afirma que “desde o século XIX e revelam que das mulheres livres e escravas com profissões registradas pelo Censo do ano de 1872, 22,4% estavam no serviço doméstico” [...] a maioria delas (83%) eram brasileiras livres e não escravas”³⁴⁹.

Desta estatística, as autoras afirmam que elas trabalhavam sobretudo na lavoura. Em relação ao local do trabalho em que é desempenhada a atividade doméstica, a grande maioria das mulheres realiza o trabalho no domicílio do empregador. Bruschini e Lombardi acrescentam que existem também jovens, solteiras, que não formaram suas famílias, se sujeitam a longas jornadas de trabalho e se restringem da liberdade de circulação, muitas vezes dormindo ou até mesmo residindo no próprio emprego. Nestes locais de trabalho, geralmente existem homens trabalhando, mas predominam em outra ocupação, normalmente são motoristas e jardineiros³⁵⁰.

Em termos de normas internacionais de direitos humanos, temos as que visam à erradicação da desigualdade de gênero nas relações de trabalho, como a ONU com a finalidade de “fortalecer e ampliar esforços mundiais em defesa dos direitos das mulheres”³⁵¹. A Organização também desenvolveu os Princípios de Empoderamento das Mulheres como forma de promoção da igualdade de gênero em empresas públicas e privadas e “segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres”³⁵².

As atuações da ONU Mulher são realizadas, especialmente, pelo apoio a articulações e movimentos de mulheres e feministas, entre elas, mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. São seis áreas prioritárias de atuação: Liderança e participação política das mulheres; Empoderamento econômico; Fim da violência contra mulheres e meninas; Paz e segurança e emergências humanitárias; Governança e planejamento; Normas globais e regionais³⁵³.

Estes princípios servem para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, em especial o objetivo de alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres.

³⁴⁹ BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, p. 67-104, 2000. p. 73.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 74.

³⁵¹ Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

³⁵² Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

³⁵³ Disponível em: <<https://tozzinifreire.com.br/noticias/somos-signatarios-dos-7-principios-de-empoderamento-das-mulheres>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

O cenário atual alcança proporções de mudanças e segundo a pesquisadora em saúde no trabalho da FIOCRUZ, Jussara Brito, apesar dos avanços, as mulheres sofrem críticas relacionadas às tradicionais divisões de trabalho no sistema organizacional, limitando suas funções a determinados cargos em que são concedidos aos homens oportunidades de comandar postos mais elevados³⁵⁴. Bruschini afirma que a articulação do papel designado à mulher é evidentemente conflituosa e promovida por tensão. Ela incumbe meramente a mulher como agência nesta conciliação de responsabilidades profissionais e de afazeres domésticos³⁵⁵.

Na AHOBERO, Keila, demonstra em sua narrativa que não teve a pretensão de alcançar o cargo mais alto da Associação, mas afirma que este desafio se tornou estímulo para que ela se realizasse profissionalmente.

Em 2006 [...]eles me propuseram de ser a presidente. Falei assim “eu não tenho experiência, nunca trabalhei assim, mas se ocês me ajudarem, eu posso tentar”. Aí, desde então, aceitei o desafio e desde então eu tô à frente da Associação.

Entretanto, de forma geral, o avanço da empregabilidade das mulheres para cargos mais elevados e exigentes à níveis superiores deram origem à delegação de trabalho a outras mulheres, acentuando a cadeia de responsabilidades familiares e profissionais. Pontua-se a atribuição do trabalho doméstico e que, surpreendentemente, apesar de conscientes das desigualdades promovidas para a construção social, as mulheres, algumas ainda que defensoras das perspectivas feministas, confiam as tarefas dos seus domicílios a outras mulheres dando continuidade, e por que não dizer incentivo, à delegação do trabalho que é competência daquelas que a delegam. Aqui, neste estudo, não se tem a pretensão de aprofundar os conceitos das dimensões de interdisciplinaridade para compreensão da fragmentação do trabalho diante da categoria gênero, mas considerar estes aspectos de complexidade é significativo.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁵⁶, fundada em 1919, tem como objetivo promover oportunidades para que mulheres e homens tenham acesso a um trabalho

³⁵⁴ BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, p. 195-204, 2000.

³⁵⁵ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez., 2007.

³⁵⁶ A Organização Internacional do Trabalho é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas, especializada nas questões do trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento das normas internacionais. A OIT ou *International Labour Organization* (ILO), é um organismo internacional fundado em 1919 em atendimento ao Tratado de Versalhes. A princípio, a organização atuou como uma agência ligada à Liga das Nações, entretanto, após o final da Segunda Guerra Mundial, com a dissolução da Liga das Nações, a partir de 1945 a OIT passou a integrar o Sistema ONU. Diferente de outros organismos, onde as decisões são tomadas por representantes dos Estados-Membros, na OIT possui estrutura tripartite onde representantes do governo, das organizações de empregadores e das organizações de trabalhadores participam em situação de igualdade.

decente que conta com instrumentos fundamentais, como a *Convenção n.º 100, sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor*, de 1951 e a *Convenção n.º 111, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação*, de 1958, ambas ratificadas pelo Brasil, além da *Declaração I* sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho e seu seguimento da OIT (1998)³⁵⁷. No entanto, há uma problemática de leitura e aplicação destas normas no âmbito de políticas públicas e empresariais em termos de pluralidade de sujeitas femininas trabalhadoras. Há empresas e instituições que demonstram opressões derivadas de uma divisão sexual do trabalho instaurada que ainda persistem nas relações sociais contemporâneas, especialmente, no trabalho, no Estado e no conhecimento.

Atualmente,

A agenda de trabalho decente da OIT ajuda a avançar rumo à conquista de condições econômicas e de trabalho que ofereçam a todos os trabalhadores, empregadores e governos uma participação na paz duradoura, na prosperidade e no progresso duradouros. Os quatro objetivos estratégicos da Agenda de Trabalho Decente da OIT são:

- Definir e promover normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- Criar maiores oportunidades de emprego e renda decentes para mulheres e homens;
- Melhorar a cobertura e a eficácia da proteção social para todos;
- Fortalecer o tripartismo e o diálogo social³⁵⁸.

Sobre os direitos fundamentais, a OIT declara que

todos os membros, ainda que não tenham ratificado as Convenções, têm um compromisso derivado do simples fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa-fé e de conformidade com a Constituição, os princípios relativos aos direitos fundamentais³⁵⁹.

Retomando questões sobre a interseccionalidade, além de ser reconhecida como eixo de dominação, conforme nos apresentou Safiotti, envolve mecanismos de discriminação racial que afetam a distinção de gênero, em especial para as mulheres negras, que são considerados excludentes. Nesta conjuntura, a partir dos textos *Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos* (2007), de Cristina Bruschini, *Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades*

³⁵⁷ HANSENNE, M. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho**. 19 de junho de 1998. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

³⁵⁸ Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2022.

³⁵⁹ Todos os membros, ainda que não tenham ratificado as Convenções, têm um compromisso derivado do simples fato de pertencer à Organização de respeitar, promover e tornar realidade, de boa-fé e de conformidade com a Constituição, os princípios relativos aos direitos fundamentais. Mediante tal declaração, a OIT individualizou quatro princípios correlatos a quatro direitos fundamentais, entre os quais estão a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo. Do direito de negociação coletiva são a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

de gênero e raça no Brasil (2002), de Nadya Guimarães e *Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais* (2014), de Helena Hirata, o trabalho produtivo apresenta eixos de opressão que merecem ser avaliados. Dentre estes eixos, deve ser observada a divisão sexual do trabalho quando se coloca em evidência as funções subalternas, já que há falta de mulheres em posições de poder. Necessita-se de critérios esclarecidos para as promoções dentro das empresas a fim de excluir a subalternidade laboral feminina³⁶⁰.

Existe diferença salarial entre mulheres brancas e negras, e mulheres brancas em relação à homens brancos e mulheres negras em relação à homens brancos e homens negros. Conforme os apontamentos da socióloga Nadya Araújo Guimarães, que tem como principais perspectivas a sociologia do trabalho, as principais diferenças interseccionais estão assim dispostas: “sexo e raça, os homens brancos possuem salários mais altos; em seguida, os homens negros e as mulheres brancas; e por último, as mulheres negras têm salários mais significativamente inferiores”³⁶¹.

Helena Hirata, especialista em trabalho e gênero, corrobora com as questões trazidas por Bruschini e Guimarães e acrescenta que a interseccionalidade é “unidade indissociável, sexo, raça e classe.” A filósofa afirma que há necessidade de a epistemologia feminista aprofundar as análises a partir dos conceitos de interseccionalidade. Já Guimarães afirma que na França, mulheres negras e brancas ocupam lugares de destaque na inatividade laboral, mas que as negras são em maior número em relação às brancas e vivem condições precárias. No Brasil, segundo Guimarães, as mulheres brancas e negras têm trajetórias “duradouras nas ocupações de menor prestígio e das más condições de trabalho, como o emprego doméstico, atividade em que as mulheres negras são mais numerosas”³⁶².

Ainda, em termos de interseccionalidade, observamos um falso paradigma de conciliação entre tarefas de cuidado e doméstico entre homens e mulheres, quando há na verdade uma subdelegação deste trabalho para mulheres negras periféricas, o que reflete a colonialidade de gênero como processo formativo na história feminina do servir.

Sob a ótica da colonialidade de gênero em *Gênero em termos reais* (2017), obra da cientista política reconhecida por seus trabalhos em história e gênero, Raewyn Connell, temos

³⁶⁰ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

³⁶¹ GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, p. 237-266, 2002. p. 250.

³⁶² GUIMARÃES, *loc. cit.*

a afirmação de que “o imperialismo global não deixou nenhuma cultura intacta”³⁶³. Neste processo, o encontro colonial, comunidades contemporâneas e poder globalizado é de procedência das práticas sociais e envolve o sistema de gênero moderno intimamente ligado ao que Aníbal Quijano chamou de “colonialidade de poder”³⁶⁴. Elas acrescentam, ainda, que “é necessária uma reformulação nas maneiras de pensar as formas e fontes de análise de gênero”³⁶⁵. Este prisma epistemológico está fundamentado pela concepção de Connell, quando a cientista política confirma que “o mundo colonizado forneceu matéria-prima para os debates feministas [...], sobre a origem da família, o patriarcado, a divisão do trabalho segundo o gênero [...], a violência masculina, o casamento e o parentesco, o simbolismo de gênero”³⁶⁶.

A diversidade de gênero deve ser considerada como elemento de aumento de produtividade e de inovação. Políticas de diversidade precisam ser traçadas mediante uma ótica decolonial. Como indica Luciana Ballestrin, devem-se “construir políticas feministas crítica, radical e autônoma. [...] com propostas e debates de diferentes [...] a partir da identificação e interiorização de outros marcadores centrais (classe, raça, identidade de gênero)”³⁶⁷. Sobre a colonialidade global que abrange as perspectivas de divisão do trabalho e raça, Ballestrin argumenta que esta “se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, a do saber e a do ser”³⁶⁸.

Essa matriz foi inaugurada com a invenção da América e da americanidade, com a introdução de quatro novidades: colonialidade, etnicidade, racismo e a noção de novidade em si [...]. A “América” passa a ser o ponto zero para a criação do sistema-mundo moderno/colonial. Esse projeto com vocação mundial de poder e dominação, é cúmplice com o aprofundamento do capitalismo, racismo e eurocentrismo; inaugura a divisão do trabalho global e a classificação dos povos baseadas na cor da pele e atravessa e perpassa o próprio fenômeno do colonialismo [...]. Daí que o projeto de descolonização não foi completo³⁶⁹.

É importante criar redes de resistência entre consumidores e usuários das organizações para que as empresas implementem de fato a diversidade em âmbito organizacional. Portanto, a ideia central é romper com narrativas unívocas que continuam silenciando as mulheres em

³⁶³ CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016, p. 1.

³⁶⁴ QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em livro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma.

³⁶⁵ CONNELL, *op. cit.*, p. 25.

³⁶⁶ *Ibidem*, p. 27.

³⁶⁷ BALLESTRIN, L. M. A. Modernidad/Colonialidad sin “Imperialidad”? El Eslabón Perdido del Giro Decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017. p. 506.

³⁶⁸ *Ibidem*, p. 518.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 519.

suas existências plurais no mundo do trabalho. É fazer com que todas as subjetividades femininas sejam consideradas vivas e visíveis.

Diante do exposto, constata-se que o tema da discriminação da mulher percebe diversas especulações nas ciências humanas e sociais. As causas podem ser definidas se os homens e as mulheres, agentes que as fomentam, forem compreendidos pela complexidade de suas extensões, já as consequências podem ser diversas. Para Rita de Cássia Farias em *Conjugalidade e profissão de modelo: projetos conflitantes ou complementares* (2009), a desconstrução de gênero precisa acontecer porque as mulheres ainda “são representadas [...] como dóceis, frágeis, submissas e dedicadas ao lar, ao marido e aos filhos”³⁷⁰. Entretanto, a ocupação da mulher nos espaços públicos profissionais permitiu avanços tanto no mercado de trabalho, quanto nas relações sociais³⁷¹. Não obstante, frequentemente se questiona quais são as transformações efetivas e notáveis nos domínios culturais e, sobretudo, institucionais compreendidas pelos elementos de análise feminista. Neste sentido, as formas de exploração do trabalho feminino se alteram, mas a desigualdade de gênero permanece.

Embora exista um grande número de estudos propondo a verificação com periodicidade das transformações das relações sociais dentro das organizações, ressalta-se resistência às mudanças dos estereótipos sociais de gênero. Para Helena Hirata, quando flexível, a fragmentação sexual do trabalho reforça as formas estereotipadas do trabalho³⁷². A historiadora e socióloga, também fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEMGE), Miriam Moreira Leite, ao realizar um estudo sobre a trajetória de Maria Lacerda de Moura, considerada uma das primeiras que se inseriu nas lutas pelos direitos das mulheres brasileiras, destacou que a industrialização provocou preocupações das condições de trabalho atribuídas ao sexo feminino. Neste sentido, Miriam afirma que,

A industrialização dos entreguerras foi basicamente de têxteis e produtos alimentícios, com mão-de-obra predominante de mulheres e crianças. Trabalhava-se por salários baixos e em condições precárias, sem regulamentação de horas de trabalho, ou prevenção de acidentes. Às duplas jornadas de trabalho da mulher, acrescente-se a exploração sexual a que ficava sujeita por parte de patrões e contramestres. Apesar da existência de algumas leis de proteção ao trabalho, o Estado ainda não se preocupava em criar formas de implantação e de fiscalização da aplicação dessas leis³⁷³.

³⁷⁰ FARIAS, R. C. P. *Conjugalidade e profissão de modelo: projetos conflitantes ou complementares*. **Cadernos Pagu**, p. 167-197, 2009. p. 169.

³⁷¹ FARIAS, *loc. cit.*

³⁷² HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

³⁷³ LEITE, M. M. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. Editora Ática, 1984. p. 15.

Para Miriam Leite, as condições de trabalho e salário eram ruins e levaram a reivindicações das mulheres. Ela aponta que,

A jornada de trabalho era, porém, mal remunerada, o que as impulsionou protestar por melhores salários e pelo acesso à previdência social. Já no caso das sindicalistas, as mulheres com uma maior orientação política, tentavam revisar seus papéis sociais como mães, esposas, donas-de-casa, mesmo que a reflexão sobre o mercado de trabalho ainda não se fizesse presente³⁷⁴.

A estrutura organizacional da AHOBERO, no entanto, se ateve às diferenças entre as características de homens e mulheres. Mesmo elas não considerando diferenças entre elas e os homens quando perguntadas sobre as reflexões de gênero, as produtoras, talvez sem muita consciência do seu comportamento naquele momento, direcionaram o direito de fala sobre a Associação para um dos dois homens associados. Ora era para Raimundo ora para Sidney. Mas, quando pensamos nos primeiros associados que AHOBERO teve, percebemos uma quebra da posição de poder dos homens da associação naquele momento, em 2006. Os associados assumiram o perfil de considerar as tendências do trabalho feminino aptos às lideranças e altos cargos, independentes dos estilos de gênero, muito embora, historicamente, as lideranças masculinas esbarram na insuficiência numérica de mulheres em cargos de referência. Na Associação, no âmbito de hierarquização de cargos, a liderança é disposta por uma mulher que possui o cargo de presidente da Associação desde 2006 e alcança reconhecimento diante do crescimento e avanço da Associação.

E em 2006, eles queriam trocar de presidência, reformular a Associação. Aí, foi quando eu resolvi entrar, porque eu gostava do trabalho deles e por eu ter menino pequeno, ele já tinha, era... tinha mais de dois anos, né... Pablo era pequeno. Pra trabalhar fora não dava, porque o Bento era pequeno e pra trabalhar, tinha que ser fora. Aí eles me propuseram de ser a presidente. Falei assim “eu não tenho experiência, nunca trabalhei assim, mas se ocês me ajudarem, eu posso tentar”. Aí, desde então, aceitei o desafio e desde então eu tô à frente da Associação (Keila Vardeli Santos, 38 anos, produtora, associada e presidente AHOBERO.)

Quanto à caracterização de cada gênero (feminino/masculino) com o trabalho, os estilos gerenciais considerados tradicionais se diferenciam atribuindo ao masculino traços voltados para o desempenho de tarefas do sistema de produção. Nadya Guimarães afirma que um dos desafios para a equidade de gênero está nos discursos essencialistas e, ao apresentar tal conceito, explica que o essencialismo,

[...] por vezes, ganha encarnação na forma como se representa a natureza dos processos de trabalho. Assim, ao conduzirmos a pesquisa de campo em ambientes

³⁷⁴ LEITE, M. M. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. Editora Ática, 1984. p. 15.

industriais, com frequência, nos deparamos com a referência (seja pelas gerências, seja por trabalhadores, seja por militantes sindicais) de que tais empresas são “feitas para machos”. E por que? Por requererem coragem, destemor frente a riscos e inteira disponibilidade para o trabalho em regime de turnos, componentes considerados como “naturais” da constelação do “masculino”. Por isto mesmo, parece “naturalmente compreensível” a ausência de mulheres em ambientes como esses, tidos como “essencialmente masculinos”³⁷⁵.

As diferenças entre homens e mulheres estão envolvidas pelo poder. Para os homens, o poder é consentido como fragmento, elemento de dominação, manipulação e controle. Já para as mulheres, é concebido em termos relacionais não individualizados. A preferência das pautas das relações sociais para o cenário do trabalho se dá pela priorização do emprego feminino. Helena Hirata e Danièle Kergoat, socióloga francesa, conceituam a divisão sexual de trabalho da seguinte forma:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sócio gráfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos³⁷⁶.

Hirata e Kergoat desenvolveram estudo sobre a nova configuração da divisão sexual do trabalho e caracterizaram dois princípios organizadores: o de separação e o hierárquico. Estes princípios, segundo as autoras, são válidos para as sociedades no tempo e no espaço. Elas denominam o princípio de separação como aquele que divide os trabalhos e tarefas para homens e mulheres. Ao definirem o princípio hierárquico, as autoras compreendem que “um trabalho de homem tem mais valor que um trabalho desenvolvido por uma mulher”³⁷⁷. Hirata e Kergoat conferem aumento considerável de capitais sociais e econômicos junto à crescente demanda de funcionários e profissões executivas exercidas por mulheres e analisam que “cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras”³⁷⁸. Contribuindo com este argumento, Bruschini afirma que entre a última década do século XX e os primeiros anos do século XXI, houve “conquista de bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas”³⁷⁹.

³⁷⁵ GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, p. 237-266, 2002. p. 241.

³⁷⁶ HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. p. 600.

³⁷⁷ HIRATA; KERGOAT, *loc. cit.*

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 602.

³⁷⁹ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007. p. 535.

É nesse contexto que as mulheres da Associação tomam para si papéis importantes dentro da sua própria estrutura, como os de liderança com Keila assumindo a presidência a partir de 2006. Mesmo que não tenham alto grau de escolaridade, surge sem demérito, a conquista de papéis que as valorizam e dão acesso e controle às tarefas de execução e decisão. As décadas anteriores à década de 1980 foram marcadas por crises econômicas, desemprego e inflação. Os pilares que formaram a expansão da economia, a crescente urbanização e industrialização são fatores transformadores de ordem econômica, social e refletiram de forma considerável na composição da força de trabalho, sobretudo feminino. Cristina Bruschini diz que estas transformações estão relacionadas ao papel social da mulher que foi amplamente intensificado pelo movimento feminista. Dentre os impactos percebidos estão a queda do número de filhos e o acesso à escolaridade, principalmente às universidades. Para Bruschini,

A queda da fecundidade reduz o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país, liberando-a para o trabalho. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para este processo de transformação. A consolidação de tantas mudanças nos padrões de comportamento é um dos fatores que explicariam a persistência da atividade feminina na década de 80, que, ao contrário da anterior, teve como marca registrada a crise econômica, a inflação e o desemprego³⁸⁰.

Desde as últimas duas décadas do século XX, as mulheres posicionam-se de forma diferente e criam desinteresse por serviços mal remunerados e de baixo reconhecimento social. Entretanto, elas ainda sobressaem e permanecem à frente nos valores de desempregados e dos mais baixos salários. Para Hirata e Kergoat

[...] desde o início dos anos 1980, o número de mulheres contabilizadas como “funcionários e profissões executivas de nível superior” mais do que dobrou. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam da população ativa, maioria dos desempregados e dos baixos salários), observa-se, portanto, o aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção não desprezível de mulheres ativas³⁸¹.

Contudo, as reflexões da história da mulher, sobretudo da divisão sexual do trabalho, vão além do reconhecimento de desigualdades. É relevante sistematizar essas desigualdades a fim de compor um sistema que quebre o desempenho de atividades de forma hierarquizada. Mas Elizabeth Badinter, filósofa e historiadora francesa, afirma que os pensamentos impulsionados pelo feminismo até os anos de 1990 “reforçavam a situação das mulheres como

³⁸⁰ BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007. p. 536

³⁸¹ HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. p. 600-601.

seres indefesos e os homens como eternos agressores”³⁸². Nesse sentido, Badinter considera que “a maioria dos homens continua dominadora, no entanto, as mulheres passaram por um processo de conscientização e transgressão em seu comportamento antes limitado pela cultura patriarcal”³⁸³. Ela, entretanto, expõe uma crítica relevante que merece ser analisada com cautela pelas abordagens atuais: “tanto se afirmou que a mulher é considerada o sexo frágil e o homem o eterno opressor que, hoje, uma das maiores dificuldades dos estudiosos feministas é desconstruir esse pensamento totalizador”³⁸⁴.

Muitas vezes, as mulheres tendo suas vozes abafadas e coagidas por opressão, permanecem em busca de direitos de igualdade e não desistem das lutas, que pouco a pouco asseguram suas garantias. Céli Regina Jardim Pinto, em seu texto *Feminismo, história e poder* (2010), afirma que “Quando uma mulher fala, sua fala tem marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e feminista. [...] em oposição à fala masculina/universal”³⁸⁵. Relevante pensar que as conquistas das garantias alcançadas pela mulher são significativas, mas não são suficientes para superar as disparidades. Não há razões plenas para comemorações.

De forma geral, os alcances da sujeita trabalhadora remetem a uma abordagem de desigualdades. Uma abordagem que demonstra fatos, mas não organiza coerentemente dados conceituais. É ainda questionável, as disparidades salariais, a interpelação de duplas jornadas e conciliações de duplas tarefas. Neste sentido, é importante romper com as narrativas que impactam negativamente as mulheres trabalhadoras e fazer com que todas as subjetividades femininas sejam visíveis no âmbito organizacional e que sejam de fato implementadas redes de resistências a fim de promover dentro das organizações novas normas de conduta.

³⁸² BADINTER, E. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 13.

³⁸³ *Ibidem*, p. 14.

³⁸⁴ BADINTER, *loc. cit.*

³⁸⁵ PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. p. 21.

3 A AHOBERO, SUAS ASSOCIADAS E BENTO: AS RUPTURAS DO TEMPO

Neste terceiro capítulo procuramos elaborar os efeitos do desastre sociotécnico de Fundão que perduram na vida dos atingidos e apresentamos questões sobre o território que formam a base para se pensar o impacto do rompimento da barragem na vida das Mulheres da AHOBERO e como elas se veem como parte involuntária do fenômeno da desterritorialização.

3.1 A AHOBERO em Bento

A sede da AHOBERO também era de grande relevância para a comunidade de Bento Rodrigues. Os residentes viviam da produção da agricultura familiar. Os domicílios em Bento, em sua maioria, “possuíam horta e pomar no quintal³⁸⁶. Dentro do subdistrito estavam dispostas vendas para atendimento à comunidade que usufruía de luz elétrica, água e *Internet*”. Segundo o documento *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*, não havia agência bancária e, “devido ao fato de se sentirem seguras, muitas pessoas guardavam dinheiro em casa. O ambiente familiar permitia que todos se considerassem uma família³⁸⁷.”

Keila é minha cunhada, Marinalva é minha irmã. A Sônia é minha prima. Rosângela era minha vizinha lá no Bento, mas é como se fosse da minha família. [...] Porque antes ela era perto né... e a gente morava todo mundo perto um do outro e agora lá em Mariana, tava cada um num bairro e agora eu mais Keila, a gente veio pra cá, pra Ribeirão. Ficou mais longe ainda e não sei como que vai ser isso... (riso tímido). Quando eu voltar né... mas, lá no Bento era... era muito perto (Neuza, produtora da AHOBERO, 46 anos).

As pessoas que ali residiam estabeleceram suas relações de convívio desde a infância. Elas se encontravam na praça, na escola, nos ambientes naturais e demais espaços de convivência. Todos os detalhes referidos até aqui desapareceram sob a lama de rejeitos no dia 5 de novembro de 2015. Diante de tal desarranjo, os moradores de Bento Rodrigues não tiveram e não mais terão a possibilidade de continuar morando no local. Atualmente, o que lhes resta são as lembranças e o apego às histórias e aos momentos em que, oportunamente, viveram no subdistrito. Para os ex-residentes, a construção de um *Novo Bento* parece ainda ser um sonho, para muitos só uma promessa. Acompanhar a edificação do Novo Bento é permitir a

³⁸⁶ PATRIMÔNIO CULTURAL MPMG. *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*. Belo Horizonte. Maio de 2019. Disponível em: <<https://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

³⁸⁷ PATRIMÔNIO CULTURAL MPMG. *Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues*. Belo Horizonte. Maio de 2019. Disponível em: <<https://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021.

compreensão do desenvolvimento do novo território que a população ocupará. A experiência de viver em outro espaço, em outra localidade altera o meio social, modifica o crescimento econômico e cultural.

Contudo, Bento Rodrigues foi o primeiro local a ser atingido pelo RBR (rompimento da barragem de rejeitos) de Fundão. O subdistrito localizava-se a seis quilômetros da Barragem de Fundão e a menos de três do complexo minerário, com isso foi o mais atingido. Partindo dos conhecimentos trazidos aqui sobre a importância de Bento Rodrigues, esta tese proporciona relevância também à dimensão histórica, cultural e das relações sociais.

Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, era considerado por seus ex-moradores um lugar tranquilo e agradável. Conforme informações de Angélica Peixoto, na edição *Aprender a ser atingido*, pesquisa sobre a população de Bento Rodrigues, publicado em 2016, no jornal A Sirene, em edições produzidas pelas pessoas atingidas desde o rompimento da barragem³⁸⁸. A população vivia do cultivo de alimentos para o autoconsumo e criação de animais³⁸⁹.

O evento trágico, como já exposto até aqui, provocou traumas de ordem social e material. Da mesma forma a AHOBERO foi afetada. Hoje, em 2023, ela está composta por dez associados, ex-moradores de Bento, dos quais oito são mulheres e executam suas tarefas tendo como prioridade da associação a produção da geleia de pimenta, desde 2006.

A AHOBERO ganhou maior visibilidade a partir de 2006, quando a presidência foi assumida por uma mulher, Keila Vardeli, e ganhou rumos promissores diante das plantações e colheitas da pimenta biquinho para a produção da geleia³⁹⁰. A geleia de pimenta biquinho é um marco na história da Associação e foi devido a ela que a AHOBERO obteve ganhos financeiros para sua manutenção e o reconhecimento em território nacional, almejado por seus associados. Keila aponta os arranjos que as produtoras da AHOBERO viveram no processo desencadeado pela ruptura dos seus trabalhos.

³⁸⁸ A SIRENE. Jornal A Sirene: a voz das pessoas atingidas pela barragem de Fundão. **Jornal A Sirene**. Mariana, 12 janeiro de 2018. Disponível em: <<https://jornalasurene.com.br/sobre>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

³⁸⁹ PEIXOTO, A. Aprender a ser atingido. **Jornal A Sirene**. Mariana, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasurene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu>. Acesso em: 10 out. 2021.

³⁹⁰ A Pimenta Biquinho recebe esse nome por causa do seu formato, semelhante a uma gota. Quando madura, ela tem coloração bem vermelha. Ela faz parte do grupo das pimentas-de-cheiro, assim como a pimenta godê, a aroeira-vermelha e a cambuci. Ela só começou a ser comercializada em grande escala depois de 2004, quando a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG) passou a produzir a pimenta na cidade de Campo Florido. As pimentas são frutos de uma planta que ganhou popularidade no mundo graças à ardência que provocam na boca. PIMENTA biquinho é bom pra que? Benefícios e malefícios. O Dr. Saúde. São Paulo, Disponível em: <<https://www.saudedr.com.br/pimenta-biquinho>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

[...] a gente não tá no espaço que a gente tinha, que a gente construiu. Nós não temos a nossa plantação mais. Hoje a gente tem que comprar. Produzir a gente produz bastante, só que, é... não tem, né, os outros trabalhos que a gente fazia. Aí acaba focando mesmo só na produção da geleia (Keila, presidente, produtora e associada, 39 anos).

Dentre as consequências deste desastre, está a interrupção que levou a desordem da normalidade das vidas dos moradores de Bento Rodrigues de forma traumática. Há neste fato, rupturas de ordem social, econômica e emocional em que as associadas buscaram então, hoje, na AHOBERO, retomar não só a produção da geleia de pimenta biquinho, mas também recriar suas memórias, reconfigurar todas as suas relações que foram desorganizadas ao extremo com a barragem de Fundão.

O artigo de Marta Gouveia de Oliveira Rovai *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)*, apresenta o testemunho das mulheres sobre a luta contra a ditadura e foi desenvolvido a partir das histórias de vidas de mulheres que viveram a resistência à opressão. Neste trabalho, a historiadora Marta Rovai reitera a importância que a memória testemunhal possui, ao abrir possibilidades para as mulheres que sofreram grandes impactos, “[...] o direito e o dever de lembrar os traumas psicológicos e físicos e de sobre eles falar”³⁹¹.

Rovai foi em busca das vozes de mulheres que atuaram na resistência durante o período ditatorial para entender os impactos de suas ações contra a opressão, mas também pela capacidade de seus testemunhos darem vazão a um lado da história ainda silenciado. É dessa maneira que o pensamento de Rovai guia essa pesquisa que foca no relato das mulheres associadas da AHOBERO para ampliar a compreensão das transformações ocorridas após o rompimento da barragem de Fundão e do encerramento do antigo Bento sob a lama. A história oral aqui, com uma perspectiva guiada pela história de vida, revela que a vida dessas mulheres está em um *continuum* aberto onde o presente sobrevive ao mesmo tempo que o passado e o futuro assim como estes vivem em aberto em uma finitude inalcançável. Na medida em que a memória vai sendo compartilhada pela narrativa das associadas, ela amplia nossa capacidade de apreender as relações público-privadas que foram e ainda são afetadas pelo desastre sociotécnico em questão.

As mulheres de Bento, não todas, mas algumas delas, representadas pela AHOBERO, surgiram aqui como personagens ativos de suas histórias e em uma história maior, como sugere a história de vida. É na oralidade que elas elaboram parte importante de suas memórias para

³⁹¹ ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, v. 5, n.10, p. 108-132., jul./dez., 2013. p. 111.

entendermos o crime que acometeu o território de Bento, de forma física e material, ao soterrar sob a lama de rejeitos suas construções como as casas, escolas, comércios, hortas e a própria AHOBERO em seu aspecto físico. E de forma abstrata, imaterial, ao retirar dos moradores parte daquilo que os fazia se identificar e também aos seus iguais, isso, a partir da ausência do espaço que antes os mantinha unidos em suas relações afetivas e cotidianas.

As identidades sociais precisam ser pensadas como resultantes de um processo de identificação no interior das subjetividades. Em *Quem precisa de identidade?*, Stuart Hall afirma que

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”³⁹².

Desta forma, assumindo a fragmentação identitária das associadas diante do desastre de Fundão, a reestruturação a partir da Associação é a forma que elas encontram para recriar seus significados, identidades e memória e assim, intensificar as suas relações e rede de apoio que as identificava com a importância de cada uma delas como mulheres, como cozinheiras, como associadas, como produtoras, como as mulheres da geleia de pimenta biquinho.

Em “*Por uma escrita pós-colonial da História: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall*” (2011), Carlos Henrique Armani, ao trazer o pensamento de Hall, aponta o posicionamento deste teórico sobre a necessidade de inteirar-se sobre a relação do conhecimento das histórias e da identidade dos indivíduos quando diz que o “conhecimento histórico tem como objetivo fazer ‘resgates’ do passado e ‘recuperar’ memórias, em um processo de subjetivação”³⁹³. E por isso, buscamos, também, entender de forma mais profunda o desastre sócio ambiental por meio das narrativas das mulheres da AHOBERO, na escuta de suas histórias e na compreensão da relação delas com o fato.

A partir destas narrativas, essas mulheres criam novas possibilidades para entender o fato histórico que foi o rompimento de Fundão e o trauma da retirada delas de Bento Rodrigues. As mulheres da AHOBERO ao expor o que viveram, não tecem suas histórias apenas historicamente em relação ao desastre, mas formulam o acontecimento em relação aos próprios sentimentos e às formas como foram impactadas. Trauma esse, que pode ser elaborado na

³⁹² HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 111-112.

³⁹³ ARMANI, C. H. Por uma escrita pós-colonial da História: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. **Historiæ**, v. 2, n. 1, p. 25-36, 2011. p. 31.

medida em que é exposto por meio de palavras, pois, ao “[...] falar dos traumas sofridos, o testemunho dos que resistiram à opressão vai abrindo espaço contra as indiferenças”³⁹⁴, como esclarece Rovai em *Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença* (2013). É na oralidade que elas vão conseguir externar os efeitos e impactos do desastre para nós, os não atingidos, de forma mais ampla sobre o que é o acontecimento de Bento e a retomada de suas vidas. Retomar a vida da mesma forma é impossível. O que elas conseguem mais facilmente reorganizar, hoje, são as relações de afeição, do contato, do coletivo. Para essas mulheres, o tempo do futuro é a possibilidade do resgate das relações que elas tinham no antigo Bento Rodrigues, mesmo diante da certeza de que não alcançarão os elementos de suas vidas que foram rompidos e perdidos.

Marcos Zucarelli, em *A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco* (2018), discute a gestão de conflitos de projetos de mineração existentes em Minas Gerais. Em seu estudo, Zucarelli aprofunda discussões sobre os projetos da Anglo American, conhecido como Minas-Rio e o da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, responsável pela ruptura das vidas da comunidade de Bento Rodrigues, desastre que atingiu as mulheres da AHOBERO. Zucarelli sobre os conflitos de governança ambiental em desastres esclarece que as mudanças, quando são compulsórias às pessoas atingidas por consequências de desastres ambientais, marcam a história destes indivíduos à medida que eles necessitam se adaptar a um novo lugar, com novos padrões e estilos de vida³⁹⁵. Como já compreendemos, logo após o evento de Fundão, as famílias passaram pelo processo de desterritorialização, na medida em que foram deslocadas compulsoriamente da área rural para o centro urbano de Mariana. A Territorialização é um processo que possibilita reconhecer a identidade do indivíduo, por que nela existe a criação de vínculos e ligações entre pessoas e com o próprio espaço. Já a reterritorialização,³⁹⁶ compreendemos que é a alteração deste processo e, no caso dos ex-residentes de Bento Rodrigues, esta modificação foi promovida quando Fundão entrou em colapso e destruiu o território da comunidade.

³⁹⁴ ROVAL, M. G. O. *Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença*. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013. p. 134.

³⁹⁵ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

³⁹⁶ A reterritorialização é caracterizada pela adaptação dos indivíduos aos novos territórios, tornando-se ativos a este novo território. A reterritorialização é desta forma, um processo complexo porque parte dos processos de desterritorialização que, normalmente, ocorrem em países de desenvolvimento baixo (Vaz, 2010).

Em entrevista feita com Marlene Serra, associada e produtora da AHOBERO, percebemos o sentimento de descaso vivenciado por ela, após o desastre de Fundão.

A gente é colocado ali, coloca igual coloca no hotel né... aí você entra, tem tudo, tem guarda-roupa, tem roupa de cama... mas, o que você comprou? Quer dizer, saí, de repente eu não tenho nada! Então, pra eu ter alguma coisa, eu tenho que EU comprar! (Marlene, produtora e associada da AHOBERO, 60 anos).

Este relato de Marlene nos conta apenas do início, dos seus primeiros momentos como desterritorializada. Por meio dele, podemos ter uma ideia do que se passou com os atingidos de Bento já que a ida compulsória para hotéis ocorreu a todos moradores de Bento. Ele clarifica o início de um caminho posto para os atingidos e permite a possibilidade de compreensão da ruptura espacial e da quebra da temporalidade vivida pelo grupo, marcada pela sucessão de situações diversas resultantes do se tornar atingido a partir de 2015.

3.2 Os trabalhos da AHOBERO

Tem a Associação, é bom que eu faço parte da Associação. Então, acaba fazendo parte da minha história. Mas... é assim... eu gosto muito é de tá lá! Me sinto bem. Me sinto em casa (Sônia Souza, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

A fala acima é de Sônia Souza, produtora e associada da Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues, e demonstra a importância da Associação para as produtoras, não só em relação ao trabalho, como lugar de conquista do trabalho, mas também de identificação. É possível perceber o desejo e o esforço de manter, mesmo que inativa, as estruturas físicas que restaram da Associação no subdistrito de Bento Rodrigues depois do desastre. Quando Fundão entrou em colapso e atingiu o subdistrito de Bento, alcançou as estruturas físicas da Associação, deixando apenas paredes como alicerces visíveis e de acesso.

Há diferenças sociais e culturais de forma relacional nos conceitos estabelecidos. As pesquisadoras Nadya Araújo Guimarães (USP/IEF) e Isabel Hildegard Georges (IRD-*Institut de Recherche pour le Développement/ USP*), desenvolveram juntas o trabalho *A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais* (2009), onde traçaram análise sobre estas diferenças nas trajetórias laborais. Neste estudo, elas determinam como foram feitas as escolhas cotidianas diante da reestruturação do processo de trabalho e emprego. Para as pesquisadoras é essencial focalizar nos “percursos sócio

ocupacionais do ponto de vista dos indivíduos que os vivem e, em particular, da maneira como eles representam a experiência da obtenção e da perda de posições do mando”³⁹⁷.

Padrões masculinos e femininos em carreiras socioprofissionais são expectativas analíticas correntes. Entretanto, se compararmos relatos de diferentes mulheres, regularmente ocupadas, inseridas em carreiras que lhes abrem horizontes de mobilidade de hierarquia ocupacional, veremos que variam os significados que cada uma delas confere às condições em que competem, tanto quanto variam as apreciações que formulam sobre as decisões tomadas no curso de seus trajetos³⁹⁸.

Sabe-se que a fundação da associação aconteceu no ano de 2002, e que muitos associados que participaram do projeto de origem não estão mais ativos a serviço da mesma. A composição inicial da AHOBERO contava com doze associados, tendo como primeiro presidente Fernando Pinto, hoje já falecido, que tinha como atividade principal o plantio e cultivo de hortaliças. É somente em 2006 que surge a ideia do plantio da pimenta biquinho para extensão das vendas e, logo em seguida, a produção da geleia, conforme relato de Keila Vardeli Santos:

2002 foi quando a Associação foi fundada. Nessa época era plantada pimenta biquinho não, eram hortaliças. Só hortaliças. Em 2006 que a gente começou a plantar pimenta biquinho. Mas, na época não era pra produzir geleia, era pra vender in natura. Só que como a plantação era grande e tinha muita pimenta, aí a gente resolveu fazer um produto com a pimenta, pra não vender só in natura. Aí veio a ideia da pimenta, da geleia (Keila Santos, 38 anos, produtora, associada e presidente AHOBERO).

A formação atual foi organizada a partir do ano de 2006, ano que a Associação assumiu como atividade fim a produção da geleia de pimenta biquinho. Desde então, a organização da Associação vinha contando com apoio importante de empreendimentos como o da Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (INCOP) programa de extensão desenvolvido pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)³⁹⁹. Este apoio foi fundamental para o desenvolvimento da Associação, visto ter apresentado atividades de melhorias e alternativas para regular e consolidar suas ações junto ao mercado.

³⁹⁷ GUIMARÃES, N. A.; GEORGES, I. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cadernos Pagu*, v. 32, p. 84-134, jan./jun., 2009. p. 87.

³⁹⁸ GUIMARÃES; GEORGES, *loc. cit.*

³⁹⁹ INCOP, projeto de extensão *multicampi* que atua nos municípios mineiros de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, foi instituída em 2011, a partir dos anseios de alguns professores do Departamento de Engenharia de Produção da UFOP, que identificaram potencialidades em ampliar a interação entre os campi para ações extensionistas de geração de ocupação e renda. Em 2012, foram iniciadas as atividades na cidade de Ouro Preto e, em João Monlevade, foi iniciado o mapeamento das potencialidades locais, identificando possíveis grupos para serem incubados. A INCOP se firmou como um importante canal de interlocução entre grupos sociais em situação de vulnerabilidade econômica e social e suas famílias; grupos sociais ainda pouco articulados ao mercado interno; instituições políticas (em especial, prefeituras); comunidade acadêmica (professores e alunos da UFOP); produtores e agentes/empresas financiadores e comunidade local, no cenário dos três campi.

Mais precisamente em 2012, iniciou-se a parceria da assessoria técnica desde o processo embrionário à superação das dificuldades encontradas na produção e no mercado, realizada entre a INCOP e AHOBERO. Esta parceria rendeu frutos relevantes para a Associação, com a submissão de projetos de sustentabilidade para o Prêmio Santander de Universidade Solidária⁴⁰⁰. Este projeto tinha como objetivos principais a correção do preço da geleia e, em maior destaque, a rotulação da geleia de pimenta biquinho com códigos de barras e datação por meio da informatização. Diante de tais procedimentos, a Associação conjecturou possibilidades de parcerias internacionais para exportação da geleia. Os autores Wagner R. Curi Filho *et al.* realizaram estudos sobre a INCOP e apresentaram as perspectivas existentes na relação entre a Incubadora e a AHOBERO.

A INCOP incubou a AHOBERO em 2013, tendo como plano de atuação a assessoria técnica por meio de formações relacionadas à gestão administrativa. Os principais problemas encontrados foram: falta de adequação às normas da ANVISA; restrição em termos de acesso a Bento Rodrigues, o que eleva os custos de transporte e dificulta a manutenção e/ou ganho de novos mercados; falta de controle sobre custos e vendas; dificuldade em precificar o produto; baixo grau de escolaridade dos associados (o que dificulta o entendimento de conceitos básicos de gestão); restrito acesso à internet; dificuldade de atribuir valor qualitativo ao trabalho desenvolvido pelos associados. A busca por soluções aos problemas apresentados se deu por meio de parcerias com o setor público e privado; com formações periódicas sobre gestão administrativa e gestão de negócios, financeira, de marketing e de pessoas. Além das formações relacionadas ao empreendimento propriamente dito, a INCOP buscou uma maior integração dos associados com a universidade, promovendo um curso de inclusão digital ocorrido na UFOP⁴⁰¹.

Em 2015, alguns fatores impediram a continuidade da assessoria e os serviços foram interrompidos; um burocrático e outro de característica definidora. O primeiro deles foi a falta de recursos humanos e financeiros em Ouro Preto e Mariana e, desta forma, a assessoria cumpria-se à distância pelo campus da UFOP, em João Monlevade. O fator de maior interdição de continuidade das atividades da AHOBERO está diretamente relacionado ao dia 5 de novembro de 2015, com o rompimento da Barragem de Fundão e o extrapolamento dos rejeitos. Adriane Cristina de Melo Hunzicker, em sua dissertação de mestrado, *O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigue* (2019), confirma que, tragicamente, o rompimento da barragem de Fundão irrompeu na vida cotidiana e nos lares dos residentes de Bento e levaram ao processo de

⁴⁰⁰ CURI FILHO, W. R. *et al.* Desenvolvimento local e economia solidária: a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFOP (INCOP). **Experiência Revista Científica de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 37-53, 2015. p. 46.

⁴⁰¹ CURI FILHO, W. R. *et al.* Desenvolvimento local e economia solidária: a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFOP (INCOP). **Experiência Revista Científica de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 37-53, 2015. p. 46.

desterritorialização até acontecer o reassentamento dos mesmos. “Mais de 80% de suas edificações comprometidas. Os laudos da Defesa Civil apontam que a área original do distrito está completamente comprometida, de modo que não há possibilidade de reconstrução no mesmo local”⁴⁰². Da mesma maneira os sonhos projetados pela população de Bento e pela AHOBERO, a partir do momento que o rejeito depositado na barragem destruiu toda a plantação de pimenta que estava composta por aproximadamente 1.500 pés.

No encontro com Rosângela em sua casa, produtora da AHOBERO, em março de 2021, em nossa primeira conversa sob a forma de entrevista sobre a Associação, percebe-se que a realização do trabalho depois das perdas sofridas pelo desastre é difícil. Em sua fala, observa-se que as estruturas da Associação não estão prontas para as novas condutas. A distância física em que elas foram reterritorializadas, provisoriamente, impedem de se adequarem ao trabalho diário como era realizado antes.

Eu moro aqui, Keila agora mudou pra Ribeirão, tem Neuza também que tá com neném novo, então, assim, pra gente não dá, porque *cê* tinha que sair e ficar o dia inteiro fora. Entendeu? Eu tinha o netinho que eu tinha que cuidar, pra minha filha que tinha que trabalhar quando a gente veio pra cá (Rosângela Silva, 51 anos, produtora e associada da AHOBERO).

Contudo, seis meses após o desastre, as associadas se reinventando após as perdas, retomam o sonho e voltam às atividades de produção da geleia de pimenta. Desta vez, sem a oportunidade do plantio da matéria prima como parte essencial da cadeia produtiva, a pimenta é comprada pelas associadas. Além da perda da possibilidade de plantio das hortaliças para própria subsistência, o crime ambiental⁴⁰³ impediu que as atividades laborais da Associação fossem desenvolvidas da mesma forma que era em Bento.

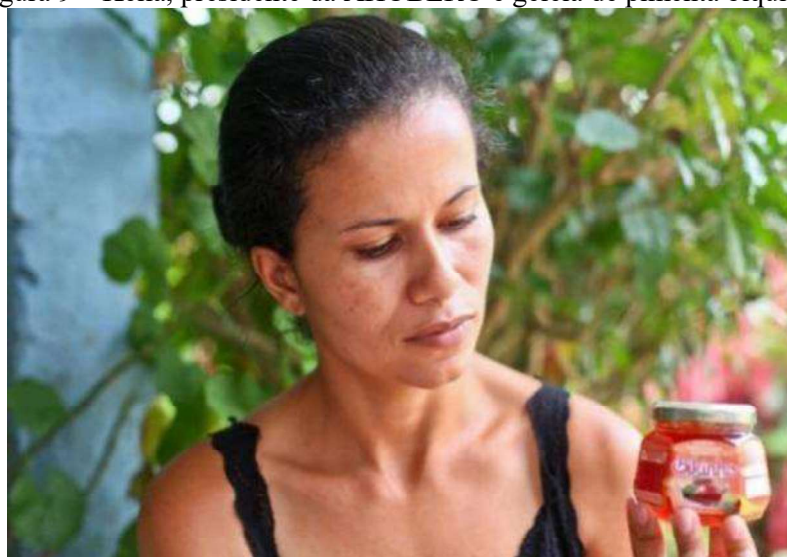
A gente tinha horta também, assim, além da pimenta, a gente plantava horta pra gente né. Tinha um espaço grande, plantava as verduras, plantava tudo! Hoje, tudo *ocê* tem que comprar. E tudo é muito caro! Era muito importante pra gente! A gente plantava a cenoura, a beterraba. Tudo de horta também era assim, uma despesa a menos. E aqui não, tudo a gente tem que comprar (Rosângela Silva, 51 anos, produtora e associada da AHOBERO).

⁴⁰² HUNZICKER, A. C. M. **O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues**. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado. Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019. p. 69.

⁴⁰³ Segundo Milanez e Losekann “As investigações realizadas pela Polícia Civil de Minas Gerais e pela Polícia Federal levantaram evidências para caracterização deste evento enquanto crime ambiental”. MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

Keila Santos (FIG. 9) é, desde 2006 até os dias de hoje, a presidente da Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues. Desde a origem, a principal finalidade da AHOBERO é a venda dos produtos para gerar renda. Em 2006, com o apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), passaram a produzir e comercializar a geleia de pimenta biquinho, estendendo a venda para todo o Brasil. A presidente relata que após várias tentativas chegaram à geleia e esta passou a ser o produto comercial da Associação.

Figura 9 – Keila, presidente da AHOBERO e geleia de pimenta biquinho



Fonte: Jornal Estado de Minas⁴⁰⁴.

Como as marcas da lama de Fundão em Bento permanecem presentes, elas vivem a necessidade de luta pela reparação das suas perdas desde a ruptura, dia após dia, em grandes contextos pela devastação dos rejeitos de minério. Em 2016, no dia 8 de março, data que celebra as conquistas e lutas das mulheres, a AHOBERO retomou suas atividades. Neste dia, as trabalhadoras do subdistrito destruído pela lama de rejeitos aceleraram a produção para a inauguração oficial da nova cozinha⁴⁰⁵. O evento foi marcado por publicidade local e no jornal Estado de Minas Gerais.

⁴⁰⁴ CAMARGOS, D. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08, março, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2021.

⁴⁰⁵ CAMARGOS, D. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08, março, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2021.

Contudo, as incertezas sobre o futuro da AHOBERO são angustiantes para as mulheres. Conforme a fala de Neuza, associada e em afastamento por questões pessoais desde 2016, a Associação passou por desafios que trazem inseguranças sobre o destino promissor que apresentava quando o domicílio era em Bento Rodrigues.

Ó! Às vezes eu acho que um dia pode acabar[...] é muito burocrático. Tem muita burocracia. Durante esses cinco anos que a gente tá, tá tendo muita pendência. Agora mesmo, há pouco tempo, tava tendo uma pendência com aluguel, mas eu acho que já foi resolvido. Teve uma pendência com[...] negócio de refazer documento, porque mudou de endereço, não tava dando nota fiscal pra gente, porque[...]eles falaram que Bento não existia mais e teve que fazer no endereço de Mariana. Gastando um dinheiro que não podia e quando chegar no Novo Bento, vai ter que fazer tudo de novo (Neuza Santos, produtora e associada da AHOBERO, 46 anos).

O trabalho desenvolvido na AHOBERO permanece sob a liderança dessas mulheres que alteraram suas trajetórias individuais e se viram fragilizadas pela fragmentação ocasionada após o desastre de Fundão em função de não ter mais o trabalho. Para Guimarães e Georges em o contexto da perda do emprego está permeado pela experiência da extinção de papéis e posições. O trabalho é determinado por complexo entrelaçamento das relações de poder, econômicas, sociais e políticas⁴⁰⁶. Desta forma, os sentidos do trabalho na contemporaneidade são experienciados de formas distintas por homens e mulheres. O lugar da AHOBERO no processo de reconstrução das representações sociais das associadas é relevante. Margareth Rago, em sua pesquisa sobre gênero e história, *Epistemologia feminista, gênero e história* (2019) traz abordagens sobre a pluralidade do tema e esclarece que estas reflexões devem ser transformadas em todos os espaços de sociabilidade. Para Rago, há de se considerar categorias novas de interpretação para a História da Mulheres e considerar o conhecimento da sua história para fazer emergir questionamentos do passado⁴⁰⁷.

Feministas assumidas ou não, as mulheres forcem a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ GUIMARÃES, N. A.; GEORGES, I. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. *Cadernos Pagu*, v. 32, p. 84-134, jan./jun., 2009.

⁴⁰⁷ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 8.

A condição feminina, o trabalho da mulher fora do lar e a família necessitam ser pensados e praticados de uma maneira renovada. A socióloga Elisabeth Souza Lobo estudiosa da Sociologia do Trabalho, com ênfase nas relações de gênero e movimentos sociais urbanos, afirma que

[...] o aporte mais importante que as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho trouxe para as ciências sociais terá sido talvez o de apontar para a necessidade de uma metodologia que articule relações de trabalho e relações sociais, práticas de trabalho e práticas sociais. [...] As várias questões que a problemática da divisão sexual do trabalho suscita, envolvendo a dinâmica da força do trabalho feminina, os guetos ocupacionais, o mercado de trabalho, se de um lado nos levam à tentativa de pensar todas as relações no feminino, de outro enfrentam obstáculos que retardam a construção da própria problemática⁴⁰⁹.

Nesse sentido, Lobo apresenta a configuração complexa construída socialmente pelas práticas sociais a partir das relações de gênero. Este estudo compreende a atuação feminina na esfera pública, composto pelo contexto de trabalho das mulheres da AHOBERO e, também, os impactos sentidos por elas no domínio social, após o crime ambiental de Fundão.

E, sobre as condições e sentidos do trabalho feminino, Zuleica Castilho e Núria Castro em *Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamem* (2006) discutem as abordagens do trabalho da mulher na mineração no estado de Minas Gerais e apontam: “Encontramos prestadoras de serviços de todo tipo, também invisíveis: enfermeiras, costureiras, cozinheiras, lavadeiras, prostitutas etc. e não poucas hoje em serviços administrativos”⁴¹⁰. As produtoras da AHOBERO sentem a importância do trabalho desenvolvido, mas ao mesmo tempo, após o rompimento de Fundão, quando suas trajetórias foram modificadas e seus modos de vida interrompidos, tiveram que utilizar novas estratégias para a sobrevivência de seus trabalhos e da Associação.

3.2.1 2002 a 2006 – O início

Sobre a origem da AHOBERO, serão discorridos a seguir os arranjos estruturais desde o início das atividades, a partir da narrativa de Raimundo Alves, associado e fundador da Associação. Ressaltamos que a lama de rejeitos de Fundão destruiu os documentos físicos comprobatórios que importariam como fontes de identidade da Associação para composição deste trabalho e a partir dos encontros que tivemos com as produtoras e associadas, fomos

⁴⁰⁹ LOBO, E. S. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 161

⁴¹⁰ CASTILHOS, Z. C.; CASTRO, N. F. *Mulheres na mineração: restitutio quae sera tamem*. In: CASTILHOS, Z. C. et al. (Orgs). *Gênero e trabalho infantil na pequena mineração*. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006, p. 41-64.

direcionadas para Raimundo Alves, por ser ele um dos sócios fundadores juntamente com o Fernando Pinto, já falecido, para sabermos sobre o início da Associação.

Nos encontros com as mulheres da AHOBERO, quando o assunto era a origem da Associação, de forma unânime, elas afirmavam que Raimundo *é a pessoa que sabe em detalhes sobre a origem da Associação*. Como já indicado em momento anterior, não pudemos apreender sobre esse início a partir de uma mulher, de uma das associadas. A razão para o desconhecimento e/ou o silêncio intencional, resultado de reflexos da estrutura onde o homem é entendido como superior e a ele é dado o poder enunciativo, não é apontado, podemos apenas cogitar. Isto dado intercalamos as falas das associadas com as de Raimundo.

De acordo com relato de Raimundo Santana, a princípio as atividades se desenvolveram em terreno arrendado que serviu para o cultivo de hortaliças para venda no mercado local e região. Os associados almejavam a expansão da estrutura física da Associação e entre os anos de 2002 e 2004, a Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues fornecia parte de sua produção para a o setor de alimentação dos trabalhadores e terceirizados envolvidos pela atividade de extração e exploração do minério da indústria Samarco, conforme relato do mesmo:

Aí, a Samarco arrumou aí uma terra, sabe... então, aí nós arrumamo um terreno lá mesmo, sabe... que era de uma fazenda. Muito bem! Aí, nós cercamo, era base de 2 hectares. Cercamo a terra e nós tinha um trator lá, o Paulo César tinha um trator e nós é... aramo lá, jogamo o calcário, sabe... e aí, como quem diz, fizemo a prantação. Prantamo tudo quanto é verdura, nós prantamo. Mas, quando chegou na colheita, na hora da gente colher (risos), a Samarco pegou e colheu. É por causa que o restaurante era dela... aí depois ela passou pra empreiteira, sabe (Sr. Raimundo Alves, associado fundador da AHOBERO).

De acordo com Raimundo, ainda em 2004, aconteceu a terceirização do restaurante da Samarco. Uma empresa contratada passa a fornecer os produtos e insumos para a alimentação dos trabalhadores da mineradora. Foi então que os participantes da AHOBERO se viram vulneráveis diante da pouca rentabilidade para manutenção das atividades e produção.

É, terceirizou. Aí ela não quis comprar da nossa mão, aí passamo a vender assim, aqui em Mariana, mas, era muito pouquinho, sabe... Era pouco... Aí no final, foi indo, foi indo, foi indo, aí prantava milho, prantava de tudo lá, sabe... De tudo prantava... Que o terreno era grande, então, prantava as coisas... Aí, no final, foi desanimando, que ninguém não tinha dinheiro, o pessoal precisava de dinheiro, eram muitos pais de família... Eu também já era aposentado, eu já tinha aqui meu salário, mas a maioria não, né... Aí foi saindo e aquele negócio, coitado... Aí surgiu... Aí, muito bem. Aí nós fomos fazer a casa né, pra poder processar as verdura, pra poder... Tudo foi feito como nós queria (Sr. Raimundo Alves, associado fundador da AHOBERO).

Foi, é! Então, a pranta, era uma pranta que quem fez foi aqui em Viçosa. Foi lá em Viçosa, a... como é que fala? Universidade de Viçosa. Então, até porque nós tinha bastante ajuda. Tinha bastante ajuda deles, sabe? mas, como quem diz, tudo, tudo, tudo... Tudo foi nós mesmo! Então, o cascalho veio da Samarco, sabe, que catava lá

as coisas lá numa represa e mandava pra nós e tal, mandava pra nós uma carreta, aquele negócio, coisa e tal. Cimento, nós... era política (risos)... Tudo foi nosso! Foi entre nós, as meninas, todo mundo pegava igual... Todo dia! (Sr. Raimundo, associado fundador da AHOBERO).

Houve a necessidade de ampliação dos produtos para o cultivo e o surgimento da pimenta biquinho:

Mas o trabalho não deu certo, no final... Foi saindo, saindo e isso aí que ficou... Quando foi... em 2006, aí já tava mesmo pra poder acabar! E eu, eu, pelo menos já tinha saído, sabe... Já tinha saído, coisa e tal e depois eu pensei: “Gente! Mas num pode!”. Aí veio, veio um outro aqui pra Emater e pegou inventou, sabe, a mulher dele inventou esse negócio de pimenta, de fazer geleia de pimenta, aí voltamo, aí já voltou com outra turma. Que aí ficou só eu, Sidney, o Fernando que era o presidente, ele tava saindo também” (Sr. Raimundo, associado fundador da AHOBERO).

Com a perda do fornecimento dos produtos para a Samarco, a rentabilidade da Associação caiu e parte dos associados renunciaram aos trabalhos da AHOBERO. A partir daí, Raimundo decidiu permanecer ao considerar a importância da Associação para a comunidade de Bento. Com a desistência de alguns participantes foi necessária uma reestruturação administrativa, redistribuindo as atribuições, inclusive de cargos de liderança. Deu-se a oportunidade de a presidência ser assumida por Keila Santos, em 2006, a qual direcionou novos caminhos para a pimenta biquinho cultivada por eles.

Aí eu peguei e pensei: “Gente, mas num pode! Num pode acabar!”. Porque, pra poder fundar a Associação foi uma dificuldade! A gente gastou tanto, tanto! Como quem diz, ajuda dos outros[...] Mas, aí, depois as *menina*[...] pegou outra turminha sabe, é outra coisa! “Ah, mas eu não sei nada!”. Mas, não, aí o Fernando “Não!” Falou com a Keila, que é presidente até hoje. Falou assim “Não! Eu fico aqui pra te explicar *ocê*, eu te explico tudo direitinho e coisa e tal. Mas, pra mim ficar mesmo direto eu não quero mais não!” (Sr. Raimundo, associado fundador da AHOBERO).

As mulheres da AHOBERO, as produtoras da geleia de pimenta biquinho e associadas de hoje, começaram a ir na AHOBERO com a pretensão de ajudar os homens no plantio, pois também servia para o consumo de suas famílias. Na sequência da origem da associação, elas iam para plantar e colher as hortaliças. Nas narrativas trazidas pelas produtoras, percebe-se que aos poucos, mesmo sem identificar de forma consciente, elas foram se apropriando das tarefas principais e essenciais da AHOBERO. Em 2006, muda-se a estrutura organizacional da Associação e elas se posicionam e se reconhecem com todas as responsabilidades da AHOBERO.

A gente só ia para ajudar mesmo. Quando vi, a gente já ia todo dia e já tomava as decisões com eles. Até que passou tudo pra gente em 2006. Keila assumiu e ficamos junto dela. nossa geleia deu certo e é sucesso (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

3.2.2 2006-2015 – A nova gestão

Keila, juntamente com outras seis mulheres – Geralda, Neuza, Sônia, Marlene, Marinalva e Rosângela e dois homens, Raimundo e Sidney, o atual vice-presidente da Associação – persistiram e prosseguiram com as tarefas e o desenvolvimento das atividades na AHOBERO.

O preconceito e as desigualdades de gênero atribuem papéis diferenciados para os pares. A inserção da mulher em espaço público, conforme em Elisabeth Souza em *A classe operária tem dois sexos* (1991)⁴¹¹ é perpassada pelos conflitos que articulam o trabalho doméstico e assalariado. A centralidade do trabalho na vida das mulheres, de forma geral, percorre um caminho de discriminações limitantes do feminino no mercado de trabalho. A regulação temporal da vida cotidiana da mulher compreende as tarefas domésticas que se caracterizam pela ausência de remuneração e são tidas como invisíveis. Para Elisabeth Lobo este cenário amplia e tende a mudanças a partir da década de 1990,

Enfim, assiste-se a partir dos anos de 1990 a expansão dos ofícios relacionados à mulher ao care (cuidados), isto é, à mercantilização e à externalização de um trabalho tradicionalmente alocado às mulheres na esfera dita “privada”, no seio da família, trabalho tradicionalmente gratuito e realizado “por amor”: o cuidado de casa, das crianças, dos idosos, dos doentes⁴¹².

As atividades na AHOBERO realizadas por suas produtoras não dão retorno financeiro imediato. Sempre foi assim. O fator econômico não é o elemento de maior importância, como se percebe nas falas a seguir de Rosângela e Marinalva. A produção da geleia é realizada, os produtos colocados à venda e, só depois de certo tempo, o valor é recebido e o excedente para manutenção da Associação é repartido entre os associados.

A gente quando tá lá, fabricando a geleia, é uma distração, é um momento de... ah! Da gente ficar alegre, conversando, colocando o papo em dia... Nem parece um trabalho (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 nos).

Sempre quando eu ia lá, lá passear, porque eu morei fora um tempo, sempre eu ia, trabalhava com as *menina* lá, aí, eu fiquei viúva. Aí quando meu marido morreu, eles começaram a me levar pro serviço, pra mim ficar assim, mais calma, pra mim... né... pra me ajudar a superar tudo o que aconteceu. Eu com meus menino tudo pequeno, tinha uma de maior, o resto tudo era de menor. [...] Aí me levaram, foi me levando, me levando e... eu comecei a trabalhar com eles. Mas, pra me ajudar a aliviar minha mente (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

⁴¹¹ LOBO, E. S. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 14.

⁴¹² LOBO, *loc. cit.*

As produtoras percebem o trabalho desenvolvido na AHOBERO como forma de se realizarem enquanto sujeitas trabalhadoras ativas, que empreendem tarefas relevantes e permitem à Associação permanecer operante. Geralda, associada, relata ter receio de que após o rompimento de Fundão, a Associação possa um dia acabar:

Tenho... tenho... eu tenho sim, (medo de que ela acabe) porque é um sonho que a gente luta muito pra gente ver a nossa geleia sendo vendida longe, né. Um sonho que a gente... eu tenho medo sim de acabar (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Conforme Ângela Araújo, Eliane Amorim e Verônica Ferreira, “o movimento da reestruturação do trabalho não é um movimento restrito do capital”⁴¹³, a ele estão ligados os sentidos mais amplos, até mesmo da saúde das trabalhadoras.

Ao discutirmos os impactos da reestruturação produtiva sobre as trabalhadoras levamos em consideração as especificidades dos diferentes setores industriais em que as mulheres estão inseridas, já que em cada um deles as mudanças nos sistemas de trabalho e de produção se diferenciam, acarretando implicações e efeitos distintos sobre as condições de trabalho e de saúde das trabalhadoras⁴¹⁴.

Quanto aos sentidos do trabalho da mulher na reestruturação produtiva, Helena Hirata em *Globalização e divisão sexual do trabalho* (2002), afirma que a reestruturação do trabalho é naturalmente perversa com as mulheres no contexto da segregação ocupacional⁴¹⁵.

Retomar as atividades da AHOBERO contou com o sentimento de incerteza, mas a luta e a superação dos desafios são cotidianamente presentes para estas mulheres. Como já manifestado, em 8 de março de 2016, mesmo com a ausência da documentação de registros oficiais, a Associação retoma suas atividades de forma reestruturada, com os prejuízos de não realizar a etapa do plantio da pimenta biquinho na produção da geleia (FIG. 10). A localização para o funcionamento da Associação foi definida pela Fundação Renova⁴¹⁶, responsável pelo reassentamento e a reparação dos danos às pessoas atingidas, por meio do aluguel de uma casa no centro urbano da cidade de Mariana, sem nenhum terreno para plantação.

⁴¹³ ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. VIII. Coimbra, *Anais...* Coimbra, Portugal. 2004. p. 29.

⁴¹⁴ ARAÚJO; AMORIM; FERREIRA, *loc. cit.*

⁴¹⁵ HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, p. 139-156, 2002.

⁴¹⁶ A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC).

Quando a gente veio pra cá, era assim, perguntou se a gente queria continuar plantando, mas ia ser num lugar muito longe (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

Figura 10 – Geleia de pimenta biquinho produzida pela AHOBERO



Fonte: Acervo pessoal.

Dentre os conceitos que o tema da divisão sexual do trabalho sugere apresentam-se elementos para a reflexão acerca da reestruturação produtiva, em especial, a divisão produzida pela organização laboral para pensar as estruturas de análises histórico-sociais a partir dos conflitos e das cumplicidades que permeiam a dinâmica social e, que produzem arranjos e desarranjos de relações. A tragédia, o trauma experienciado em 5 de novembro de 2015 pelas mulheres de Bento, compreende a sensibilidade que estas mulheres enfrentam em suas novas reorganizações de vida e de trabalho.

Para Margareth Rago, o importante quando se busca visualizar o passado da mulher trabalhadora não é o discurso de vitimização, tão recorrente que, em geral, quer “formar” o

trabalhador, mas o que se torna pertinente é a associação frequente entre a mulher no trabalho e a ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho em discursos de diversos setores sociais⁴¹⁷.

Gisele Ambrósio, em *História, mulher e gênero* (2010), pontua as formas da visão da mulher pela sociedade e o direcionamento dado a ela à esfera da vida privada e traz afirmações consoantes à provocação das narrativas do contexto feminino ao tratar das condições das mulheres e esclarece que o “universo feminino é “enquadrado à natureza “reveladora” de sua suposta propensão ao emocional, ao subjetivo e ao privado”⁴¹⁸. As mulheres se revelam à medida que lutam e desconstroem as suas visibilidades relacionadas à incapacidade intelectual e, conseqüentemente, laboral. Nas narrativas a seguir, as mulheres da AHOBERO elaboram as formas de reestruturação propondo suas habilidades de reorganização para um desempenho eficaz das suas atividades laborais na Associação.

Eu não sei se ela já veio estragada ou se estragou aqui. Fato é que nós perdemos a metade da pimenta que eu comprei. Então, eu fiquei apavorada! Procurando pimenta pra todo lugar pra comprar e não tava encontrando. Aí quando eu encontrei um, apareceu vários! Aí, então[...] mas eu optei por comprar na mão desse moço aí de Ponte Nova, porque a pimenta dele tá novinha, ele tá colhendo agora. Ele colhe num dia e traz pra mim no outro dia, então, tá sendo bom (D. Geralda, produtora, associada da AHOBERO, 61 anos).

Essa semana mesmo, semana passada mesmo[...] a gente foi, porque a gente comprou a pimenta, foi guardar a pimenta, fez geleia. [...] a gente voltou né, depois que a gente procurou nossos clientes e voltamos a vender pra eles [...] Ouro Preto [...] Mariana, Belo Horizonte, essa região (Keila, produtora, associada e presidente da AHOBERO, 38 anos).

Contudo, a reestruturação laboral significa a reorientação de um novo processo de acumulação que transforma não apenas a organização da produção, mas também da relação existente entre as estruturas do trabalho e a classe trabalhadora. As produtoras da AHOBERO, no primeiro momento após a tragédia, não possuíam condições de direcionar suas vidas de forma independente, pois o desastre ambiental impactou em sua ordem cotidiana, em seus domicílios e impediu a continuidade laborativa. A determinação de fazer seguir ativa a Associação é uma característica comum a todos da AHOBERO e este sentimento introduziu novas formas para a gestão do trabalho e o realinhamento de incorporação das atividades de forma qualificada.

⁴¹⁷ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

⁴¹⁸ GOMES, G. A. História, mulher e gênero. **Revista Virtú**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2010. p. 2.

O rompimento de Fundão trouxe redução da cadeia produtiva da geleia de pimenta biquinho e também do plantio de hortaliças que era destinado para o consumo das famílias e venda como auxílio financeiro, que eram essenciais para as associadas. Apresentamos a seguir as narrativas das produtoras Keila, Marinalva e Geralda a fim de acentuar esta perda irreparável.

Aqui em Mariana a gente só tá produzindo a geleia. Plantando a gente não tá, porque não tem espaço físico pra gente poder estar plantando. Aí a gente tá comprando a matéria-prima pra poder produzir a geleia (Keila, produtora, associada e presidente da AHOBERO, 38 anos).

É... A gente produzia a pimenta, além da pimenta a gente tinha uma horta que a gente vendia... já era uma outra renda... [...] Aqui não tem como plantar nem a pimenta e nem a horta da gente, nem dentro de casa, porque a gente não tem espaço algum pra fazer nada né (Marinalva, produtora e associada, 49 anos).

Lá a gente tinha o nosso prantio, a gente colhia muita pimenta né! Pra nós e pra vender ainda né! Não só pimenta, a gente prantava hortaliças também né! Então, assim, hoje é difícil... (D. Geralda, produtora e associada, 61 anos).

O relato de Sônia confirma a alteração relevante sofrida na execução da geleia. As mulheres da Associação recebem a pimenta *in natura*, realizam o seu tratamento para em seguida realizar a produção da geleia:

Então a gente tá decidindo, assim, compra ela, né, in natura, a moça colhe e traz... inclusive, traz com o cabinho e tudo né, porque, é mais difícil de perder, porque ela é muito sensível. Aí a moça traz pra gente, a gente vai... limpa ela toda né, tem que tirar os cabinho todo, tem que higienizar. Aí a gente vai e coloca tudo no PET e a gente mesmo faz a salmoura, pra estocar (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

Contudo sua reestruturação se deu de forma incompleta, transformando a AHOBERO em uma ausência ainda presente, afetando as mulheres que se uniam ali. Elas perderam uma parte importante de suas vidas, de suas relações. Esse fato é apenas parte evidente de um processo que, de forma ampla, evidencia a perda de um espaço físico, o terreno que ocupavam, mas também um espaço afetivo, de reconhecimento e conexão. Ter que comprar a matéria prima que antes plantavam, reduzir a produção, deixar de viverem próximas e não poderem mais retornar para suas casas, agora soterradas na lama, são fatos que mostram como o território, a partir do que se entende como territorialidade, seus processos de saída e entrada de comunidades humanas, com a desterritorialização e a reterritorialização, devem ser discutidos aqui para um melhor entendimento da história dessas mulheres.

3.2.3 A pandemia de Covid-19

A pandemia da Covid-19 foi causada pelo coronavírus e impactou de maneira inédita o cenário mundial e tornou-se um dos grandes desafios do século XXI (FIG. 11). A aproximação do desastre sociotécnico de Fundão e da Covid-19 está no fato destes eventos terem acometido as vidas das pessoas e causado danos aos seus modos e projetos de vida, inestimáveis, que agridem direta e indiretamente a saúde (física e mental) bem como a economia de populações por meio de ruptura no espaço e tempo.

Figura 11 – Painel Coronavírus. Atualizado em: 07/08/2023⁴¹⁹



Fonte: Ministério da Saúde.

Assim como no desastre sociotécnico de Fundão, a pandemia Covid-19 deixou populações à mercê de decisões cabíveis aos gestores públicos. Neste sentido, estas decisões se encontravam nas mãos deles para erradicar e amenizar os efeitos. E por mais que as medidas serviram para prevenir a não repetição do dano, os resultados adequados não chegaram à totalidade de reparação, pois as consequências são infinitas. A pandemia veio sobrecarregar o contexto vivido pela AHOBERO de reestruturação e descobertas de novas formas de trabalho, pois no primeiro ano houve grande período de distanciamento e limitação do comércio. Aproximadamente por quatro vezes, em períodos diferentes durante o ano de 2020, a elevação abrupta do número de casos levou a pandemia a limitar os espaços comerciais.

Nas primeiras entrevistas durante os meses de março a abril de 2021, as produtoras da associação nos contaram que se encontraram apenas duas vezes durante o ano de 2020, assim produziram menos.

Estamos quietas. não temos ido muito na associação. Isso deixa a gente mais pra baixo. A pandemia afastou a gente e fomos na associação só duas vezes ano passado (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

⁴¹⁹ Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

O comércio está impedido de ficar aberto né? apesar dos produtos alimentícios muitos poderem ficar abertos nós preferimos fazer pouco e não deixar estoque pra não correr risco de estragar né? (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

3.3 A memória do desastre sócio técnico: o passado que ainda é

O modelo de instalação de uma empresa minerária precisa ser compreendido pelo processo como um todo, isto é, o antes, o durante e o depois. Entretanto, compreendemos que na composição deste processo estão entrelaçadas as formas como as empresas adentram os territórios. Isso se dá de maneira totalizante ao território e ao ambiente. Clarissa Godinho Prates, em sua dissertação de mestrado *Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG* (2017) lista os elementos necessários para o planejamento e execução da atividade minerária, “devido à necessidade de estruturas adjacentes instaladas para a sua operação: mina, pilhas de estéril, adutora de água, barragem de rejeitos, dique, mineroduto, linha de transmissão e outras estruturas complementares”⁴²⁰.

As autoras do artigo *E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG* (2020), da revista de Ciência do Estado, Lima *et al.* afirmam que o modelo do extrativismo atinge um contexto para além do território. Para ?, “esse modelo de extrativismo tem repercussões que vão além do local de exploração, atingindo o meio ambiente, o território, a economia, dentre outros”, os quais ele denomina por “*efectos derrame*”⁴²¹. Argumentos presentes nas reflexões de Gudynas, quando este afirma que os efeitos estão para além das localidades espaciais dos empreendimentos e das áreas afetadas e acrescenta que por mais que o extrativismo ocorra em âmbito local, os efeitos dessa atividade se “derramam” por todo o território, afetando a compreensão e os sentidos das diversas políticas públicas, como as ambientais, as sociais, as econômicas e também os sentidos de entendimento do que sejam desenvolvimento, política, justiça, democracia e natureza⁴²².

Tudo que a gente tinha lá em Bento a gente perdeu. Não foi só a casa não né? a gente tinha muita coisa e foi perdido. a gente plantava e comia, a gente ia comprar na mercearia não tinha só os alimentos. tinha gente lá que a gente gostava e que atendia

⁴²⁰ PRATES, C. G. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG**. 2017. 128f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Montes Claros, 2017.

⁴²¹ LIMA, J. M. F. *et al.* E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2020. p. 1.

⁴²² GUDYNAS, E. Extractivismos en la America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: A. ZHOURI, P. BOLADOS e E. CASTRO (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 235-44, 2016. p. 35.

a gente. Aqui ninguém conhece a gente, a gente não conhece ninguém (Sonia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

As causas da desregulação ambiental são, em sua maioria, consequências das falhas técnicas (e humanas). Salles e Milanez afirmam que esta desregulação está diretamente relacionada a decisões que transitam entre os empreendimentos, as gestões econômicas e a legislação ambiental, que originam consequências graves aos grupos atingidos, que não são considerados para a tomada de decisões, são vulnerabilizados e expostos ao evento trágico do desastre⁴²³. Os autores acrescentam que “os desastres são tratados como *eventos* datados, que não se esgotam, da mesma forma em que não se restringe, também, a dimensão espacial da área atingida”⁴²⁴.

O que resta pra gente agora é lembrar de lá (em Bento). de como a gente era lá. como a gente viveu lá (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

O poder dos gestores das empresas minerárias passa pelo bem-estar e confiabilidade, o que muitas vezes decorre de manobras autônomas. Aqui lidamos com a noção de licença social, aquela conferida quando setores produtivos com potencial de impacto não só econômico, mas também socioambiental se inserem numa relação entre empresa, governo e sociedade, a fim de alcançar maior controle e legitimidade social. A licença social é aquela conferida pela confiança para operar e não como a licença ambiental que é realizada por meio de assinaturas em papel e confere o direito de extrair e explorar o meio ambiente. Assim, Lorena Regattieri e Marcelo Castaneda em *Na beira do Rio Doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe* (2015) trazem trechos da narrativa do então gerente de meio ambiente da Samarco, Thales Crivelli,

A parte central do modelo é esta aqui: construir confiança. Certo, e por isso eu preciso construir confiança? Porque a sociedade vai participar de um processo decisório da minha companhia é preciso garantir licença social para operar⁴²⁵.

A mineração em Minas Gerais é uma atividade desenvolvida desde o século XVII, como afirmado pelas autoras Lima *et al.*, no artigo *E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG, (2020)*, a partir da descoberta do ouro na região. A história da atividade minerária se complementa com a origem de várias

⁴²³ SALLES, R.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio doce. In: **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Andréa Zhouri (Org.); 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p. 111-154, 2018. p. 21.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 22.

⁴²⁵ REGATTIERI, L.; CASTANEDA, M. Na beira do Rio Doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe. **Revista ClimaCom**, v. 3, 2015.

idades do estado⁴²⁶. Como já sabemos, o extrativismo mineral deixa marcas no cotidiano, na cultura e na vida social das pessoas afetadas pela atuação das mineradoras e o avanço cada vez maior dos investimentos e empreendimentos. Para José Miguel Wisnik, em *Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração* (2018), vários seguimentos da sociedade civil tratam com relevância a busca de conhecimento sobre a gravidade dos episódios de tragédias ambientais e as consequências geradas (FIG. 12), causando danos que extrapolam as localidades em espaços e tempo ampliados⁴²⁷. Estes danos são infinitos, pois deixam feridas irreparáveis em sua completude. E é neste contexto que a justificativa para a exploração mineral como alternativa de avanço econômica se caracteriza pelo aumento de arrecadação de impostos e ofertas de trabalho, o que leva a consequências como a flexibilização das legislações ambientais.

Figura 12 – Danos causados pelo rompimento de Fundão



Fonte: Carta Capital (2022).

Sobre a conduta política exercida no desastre sociotécnico de Fundão em Mariana, a edição da revista Carta Capital de 16 de maio de 2022 traz a reportagem, *Samarco é autorizada a ampliar a atividade na região de Mariana*, e nela de forma transparente é feita uma crítica ao desastre e informa que o governo de Minas Gerais autorizou a mineradora Samarco a ampliar suas atividades no Complexo Minerário Germano, em 2019:

⁴²⁶ LIMA, J. M. F. *et al.* E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG. *Revista de Ciências do Estado*, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2020. p. 2.

⁴²⁷ WISNIK, J. M. *Maquinação do Mundo: Drummond e a mineração*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.

O Conselho Estadual de Política Ambiental validou o pedido da empresa para mineração em 35 hectares de mata atlântica nativa, sendo 11 em Área de Preservação Permanente. Segundo o órgão, a liberação é necessária para manter a continuidade da exploração mineral e potencializar o aproveitamento de minério nas minas localizadas na bacia do Rio Doce⁴²⁸.

Desde a ocorrência do desastre de Fundão, a Fundação Renova, responsável por gerir os recursos privados destinados para a reparação dos atingidos, produz o jornal *A Jornada* que tem a finalidade de prestar informações para a população de Mariana. Para a Fundação, ele ocupa um papel importante, tendo em vista ter se tornado um veículo de comunicação esclarecedor da “jornada” realizada que intermedia ações entre os responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão e as comunidades impactadas. Como se bastasse noticiar as ações da Fundação, como se fosse uma prestação de contas, o jornal é publicado em edições bimestrais, com total de dez páginas por edição.

Desde sua primeira edição, *A Jornada* mostrou-se um jornal com interesses baseados em conteúdos que satisfaçam as precedências das mineradoras envolvidas no 5 de novembro de 2015. Sendo um canal de informação produzido pela Fundação Renova, os boletins preocuparam-se em informar à população de Mariana e interessados, a preferência por trabalhadores dos municípios que foram atingidos para a contratação dos serviços a serem realizados no processo de reassentamento, prestando contas do que vinha sendo realizado em Mariana. Ao fazer esta observação compreendemos que as mineradoras ao prestar contas à sociedade pelo crime de Fundão, buscam formas de amenizar as graves consequências de seus atos, como por exemplo a de que é preferência trabalhadores de Mariana e região nas obras de reparação nas edições do jornal como se este fato fosse alguma forma de reparação.

Trazemos aqui para ilustrar alguns informativos feitos pela Fundação Renova, a partir de suas publicações. A Renova esclarece em dados próprios, como na edição *De Mariana a Brumadinho*, de fevereiro de 2019, a meta era chegar a 70% de mão de obra local contratada em seus processos seletivos até o ano de 2020⁴²⁹. A Fundação acrescentou, ainda, que os candidatos foram condicionados a uma avaliação psicológica e aos critérios técnicos apropriados para os processos de seleção. Até a publicação desta primeira edição do Jornal *A Jornada*, em julho de 2018, 63% dos colaboradores contratados atendiam ao critério de prioridade observado pela Fundação, ou seja, eles apresentaram comprovantes de endereço de

⁴²⁸ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/samarco-e-autorizada-a-ampliar-atividade-na-regiao-de-mariana/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

⁴²⁹ A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene**: Mariana, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

residência local na cidade de Mariana. Entre 2015-2018, do total de 1.500 colaboradores, 1.007 residiam no município. Esses dados revelam a atuação da Vale diante das políticas que tratam do desastre, mas não cessam os efeitos causados pelo desastre nos atingidos⁴³⁰.

O que a gente passou na lama ou por causa da lama jamais será esquecido e sentido (Marlene, produtora e associada da AHOBERO, 60 anos).

Em entrevista para o jornal *A Sirene*, edição de 20 de fevereiro de 2019, atingida pela barragem de Fundão, S. F. que preferiu não se identificar, residente da cidade Barra Longa, fala sobre a visão que os atingidos possuem em relação à mineração, à economia, ao poder e ao Capitalismo. “A Vale é uma empresa poderosa que visa o lucro e este lucro está acima de tudo e de todos. À medida que o tempo passa, as pessoas vão esquecendo e a empresa utiliza o poder econômico para excluir os direitos das pessoas”⁴³¹. Para a mineradora, segundo a atingida S. F., o ser humano equivale ao rejeito, objeto responsável pelos crimes em Mariana e Brumadinho⁴³². Dentro do contexto de prevalência do capitalismo e do lucro exacerbado, a Vale considera os números de mortos em Mariana apenas mais uma estatística. No crime de Brumadinho, fica mais claro o interesse pelo poder do capital. Os escritórios e refeitórios estavam localizados em locais que não foram pensados em relação aos riscos de rompimento da barragem e sim de forma estratégica. Eles foram feitos para execução das tarefas e estavam na rota da lama⁴³³. Sérgio considera importante salientar que a empresa chegou depois nas cidades que foram atingidas. “Era ela, a empresa, que deveria verificar todos os riscos e possibilidades de acidentes”⁴³⁴. Nestes casos, crime e não acidentes.

O Jornal Estado de Minas, jornal de referência e tradicional para os mineiros, até então não compreendia Bento Rodrigues como elemento de noticiabilidade do jornal até o crime de Fundão acontecer em 2015. Na edição *tragédia de Mariana completa um ano e EM refaz*

⁴³⁰ A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene**: Mariana, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁴³¹ A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene**: Mariana, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁴³² Na tarde de 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento de mais uma barragem de rejeitos de minério da mineradora Vale S.A., em Minas Gerais: a Barragem da Mina do Córrego do Feijão. O acidente aconteceu em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mar de lama atingiu a área administrativa da companhia, o seu refeitório e também, destruiu uma pousada, casas, estradas, pontes e vegetações da região do Córrego do Feijão. Com o rompimento, cerca de 11,7 milhões de m3 de rejeitos foram liberados, atingindo, assim, uma vasta área de vegetação e chegando ao Rio Paraopeba.

⁴³³ A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene**: Mariana, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁴³⁴ A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene**: Mariana, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

caminho do desastre, em 2016, após um ano do desastre, revelou histórias dos atingidos e confirmou que as reparações são incapazes de ser realizadas em sua totalidade. Nesta edição encontramos as informações de que:

Gente continua garimpando na lama fragmentos de sua história familiar, como a comerciante Sandra Dometirdes Quintão, de Bento Rodrigues, o caseiro Roberto Carlos de Paula ou a lavradora Nívea Aparecida da Silva, de Paracatu de Baixo. Seguindo o curso da tragédia, revolta e impotência tiram o sono de Antônio Luiz Gonçalves, dono da única casa não reformada na praça principal de Barra Longa. Rio abaixo, José Gonçalves, que pesca em Naque, lamenta a drástica redução dos peixes, enquanto Éber da Silva, em Baguari, distrito de Governador Valadares, gasta da própria aposentadoria para manter tanques com 40 mil espécimes resgatados da maré mortal, sem apoio oficial nem previsão de soltura⁴³⁵.

O contexto da gestão de risco de desastres no Brasil tem se restringido à sustentação de conhecimentos tecnicistas e ações governamentais militarizadas, ou seja, desconsideram a inclusão de pessoas vulneráveis nas discussões e planejamento das políticas e gestões territoriais. Os arranjos do neoextrativismo que contribuíram para o desencadeamento do desastre produzem elementos que se tornam frutos das já citadas “violências das afetações” onde se encontram o meio ambiente e as formas de viver e sentir das pessoas que ali estavam⁴³⁶. Em 2019, Andréa Zhouri e Israel de Jesus Rocha organizaram o livro *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil* com reflexões trazidas por vários autores, dentre os quais Bruno Milanez, Cristiana Losekann e Marcos Zucareli. Nesta obra, Rocha e Zhouri na apresentação da obra conceituam as “violências das afetações” como aquelas que

implicam em expropriação, na destruição de biomas e *ecossistemas*, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados. As afetações ao meio ambiente e às comunidades são remetidas ainda nas violações das normas – construídas e pactuadas em níveis nacional e internacional – e na distorção dos mecanismos de participação política consolidados nos períodos pós-ditatoriais em diferentes países do continente latinoamericano⁴³⁷.

Para Zhouri e Rocha “As experiências revelam que os múltiplos processos das ‘violências das afetações’ promovidas pela mineração fazem emergir contextos de lutas e de

⁴³⁵ PARANAÍBA, G. Tragédia de Mariana completa um ano e EM refaz caminho do desastre. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2, 2. nov. 2016. Disponível em: <<https://www.em.com.br/especiais/desastre-mariana/a-vida-depois-da-lama/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

⁴³⁶ ROCHA, I. J.; ZHOURI, A. (Org.). 2018. *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA: Editorial iGuana; **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019. p. 2.

⁴³⁷ ROCHA; ZHOURI, *loc. cit.*

resistência que entrecruzam distintas trajetórias de ativistas, grupos atingidos”⁴³⁸. Os autores acrescentam ainda que

Os desastres se multiplicam na mesma medida em que os espaços da política são transformados em instâncias de judicialização e criminalização de atingidos e lideranças que lutam em defesa dos seus territórios e modos de vida a eles associados. A violência dessas formas de apropriação do lugar do outro e sua submissão aos diferentes tipos de ameaças obtiveram diferenças, diversidades, identidades e escolhas coletivas⁴³⁹.

A narrativa de Rosângela demonstra o contexto que os atingidos estão inseridos e o quanto a alteração dos modos de vida que eles tiveram pela lama de Fundão prejudica suas vidas em diversos sentidos e que as lembranças se fazem presentes em todo momento.

Eu lembro que a gente era feliz porque tinha uma vida tranquila. Hoje nem sei mais falar como tá a vida. sei que feliz não tô. Eu gostava mesmo de ir na casa das meninas, conversar e rir. aqui tá todo mundo distante e a gente sabe que todo mundo tá sofrendo do mesmo jeito. Agora a gente tem que ficar prestando atenção em reuniões, audiência e correr atrás dos direitos, né? isso é ruim (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

Compreender os efeitos do desastre abrange, ainda, compreender as repercussões para além das apresentadas no local das extrações dos recursos naturais, desta forma contempla entender o que extrapola o desmatamento e vai além da contaminação e das assimetrias nas formas de realização de trabalho. É permeada também pela interpretação da vida dos atingidos por meio da ruptura, suspensão e desequilíbrio, mas também da violência, do sofrimento e da resistência, como nos apresenta a narrativa de Sônia, produtora da geleia de pimenta biquinho.

Eu sei que de agora a gente é atingido né? assim será sempre. Nada é a mesma coisa. A gente sofre e vamos sofrer sempre mesmo. Eu fico só lembrando. Lembrar da vida que eu tinha é triste, mas também deixa a gente mais calma de lembrar como a gente era feliz (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

O desastre é um marcador permanente de vidas. Iklin Barbosa da Silva e Maryellen de Lima em *O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil (2017)* confirmam que os desastres revelam um campo de disputa, que “é possível assumi-lo como um espaço”⁴⁴⁰ e que “há a predominância de uma abordagem técnica, relacionada aos princípios das ciências da

⁴³⁸ ROCHA, I. J.; ZHOURI, A. (Org.). 2018. Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019. p. 3.

⁴³⁹ ROCHA; ZHOURI, *loc. cit.*

⁴⁴⁰ SILVA, I. B; DE LIMA, M. M. O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p. 56-65, 2017. p. 17.

natureza, que assumem noções limitantes de tempo e espaço”⁴⁴¹. Os atingidos foram animais, a vegetação, rios, pessoas, e territórios irrecuperáveis. Os danos ocasionam desde a restrição do uso das águas em cidades da Bacia do rio Doce até a suspensão dos processos de vida das vítimas, que perderam seus territórios onde produziam suas atividades econômicas, sociais e culturais.

Eu gostava de Bento como acho que nunca mais gostarei de lugar algum. O dia do crime não sai da minha mente. É muito triste, mas também fica na memória o quanto era feliz lá (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

Estas alterações nas estruturas de vidas, são transformações inflexíveis e radicais, pois a partir de então, os moradores, principalmente das localidades destruídas pela lama de rejeitos, foram submetidos a uma dinâmica de vida orientada pelas instituições encarregadas por gerenciar os danos causados pelo desastre. Com isso, os atingidos se tornaram, repentinamente, sujeitos submetidos a se adaptarem a um contexto aflitivo permeado pela luta e pela reconstrução das suas vidas, sob o sentimento de sofrimento e de violações diárias de direitos.

A nossa vida nunca mais será a mesma. Agora é a gente é atingido e vamos ser sempre (Marlene, produtora e associada da AHOBERO, 60 anos).

As produtoras da AHOBERO, mulheres atingidas, neste estudo, nos relataram suas experiências passadas em Bento e como vivem o cotidiano, o agora, enfim suas histórias. D. Geralda, Marinalva, Neuza e as outras produtoras, em nossa primeira entrevista em suas casas, iniciam suas narrativas me dizendo sobre suas histórias de vidas e do dia a dia.

Eu nasci numa roça fora de Bento Rodrigues. Fui depois de casada. Foi constituir família lá. Raimundo é de lá (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

O meu pai veio muito novo pra cá, mais a minha mãe, né. Eu nasci em Bento (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Eu nasci no Bento. Não deu tempo de vim pra Mariana não. Porque lá a maioria nascia em Mariana né, vinha pra nascer em Mariana, mas eu nasci em casa, no Bento mesmo (Neuza, associada e produtora da AHOBERO, 46 anos).

Em outro momento, Neuza acrescenta,

A minha mãe e o meu pai, eles vieram de Valadares, do interior lá de Valadares, só que já tinha... tinha pouco... quando eu nasci, acho que tinha uns seis anos, mais ou menos que moravam lá no Bento.

⁴⁴¹ SILVA, I. B; DE LIMA, M. M. O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p. 56-65, 2017. p. 18.

No decorrer das conversas, as produtoras narram suas experiências atuais, a forma como estão suas vidas.

Graças a Deus está dando certo, na associação. A gente trabalha bastante, faz o que a gente gosta. Graças a Deus. A Associação dá certo (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Eu tenho seis filhos. Eles são casados. Só minha mais nova mora comigo e meu netinho. Ela está procurando emprego e meu netinho fica aqui comigo (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Atualmente, aqui não tem nenhuma trabalhando assim... é... com salário fixo. Aqui em casa. Não tem ninguém.. [...] E eu tô afastada já tem bastante tempo, desde o início do tratamento que eu me afastei (Neuza, associada e produtora da AHOBERO, 46 anos).

E é nessa perspectiva que compreendemos a reestruturação dos papéis assumidos por elas, por meio das suas narrativas, em que é permitido tornar vivo aquilo que foi perdido e, sobretudo, reconstruir as suas histórias de vida sob este novo modo de viver diante do tempo e do lugar rompidos.

3.4 Território e memórias: efeitos e reflexos identitários

Nas lutas empreendidas pelas mulheres da AHOBERO estão descritas as formas de sentir os danos causados. O rompimento repentino do fluxo de vida e dos afazeres cotidianos delas transformaram, de forma abrupta, as suas características de identidade. Neste contexto se apresentam elementos importantes como memória e identidade social, conforme apresentado no pensamento de Michel Pollak em *Memória e identidade social* (1992). Para Pollak, existe “ligação entre memória e identidade social, mais especificamente no âmbito das histórias de vida, ou daquilo que hoje, como nova área de pesquisa, se chama de história oral”⁴⁴². O autor acrescenta que representar o passado é uma forma dar continuidade à identidade de uma pessoa ou à identificação de um grupo.

O reconhecimento de si como indivíduo, relacionando isso à sua identidade, é instituído também por relações ligadas ao sentimento de pertencimento. Quando identidades são suprimidas, como é o caso dos moradores de Bento Rodrigues, torna-se necessário estabelecer conexões entre as experiências passadas por meio da memória e experiências presentes, a fim de trazer sentido à existência individual e coletiva. Pollack afirma que representar o passado através da memória é trazer sentimentos de “continuidade e de coerência de uma pessoa ou um

⁴⁴² POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

grupo em sua reconstrução de si”⁴⁴³. Em mesmo sentido, Jacques Le Goff em *História e Memória* (1990), argumenta que: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”⁴⁴⁴

A população de Bento, frente ao evento trágico de ser atingida pela lama de Fundão, vive a experiência coletiva da perda do seu território, das suas vivências, dos seus significados e dos lugares de memória. A pesquisadora Ana Beatriz Nogueira (UFMG) trabalhou com um grupo de pessoas atingidas pelo desastre de Fundão, da comunidade de Paracatu e afirma a necessidade de se narrar o passado através da memória para não assumir o risco de perda dos elementos, como os que fizeram parte da vida das pessoas naquele território perdido e que são pilares da sua identidade.

Essa ameaça logo de início se mostra na possibilidade do esquecimento de tudo aquilo que aquele território significava enquanto *locus* da experiência, relações, modos de vida, das tradições, costumes. Diante da ameaça de esquecimento, de apagamento da memória do lugar, ou seja, de algo sob o qual estão ancorados sentimentos de identidade e pertencimento e que portanto dão sentido às trajetórias individuais, pode-se dizer que emergiu uma ‘necessidade de memória’, necessidade de narrar o passado, de registrar lembranças, acontecimentos, personagens, lugares que compunham aquele mundo particular da vida desses sujeitos⁴⁴⁵.

Pereira percebeu que, durante as entrevistas, as narrativas, frequentemente salientaram os sentimentos de comunidade, de espaço, de pertencimento ao lugar em um contexto de conflito, fragmentação, ruptura e descontinuidade⁴⁴⁶. Insere-se neste contexto a necessidade de “produzir registros e organizar a memória coletiva, que como vimos, pode ter diversas motivações, além da luta contra a supressão da memória do lugar”⁴⁴⁷.

Para além das propriedades, o espaço destruído, onde encontrava-se instalada a AHOBERO, faz parte dos seus modos de vida, das suas histórias recortadas e dos lugares que eram compartilhados por elas. É nas lacunas destes espaços que permanecem as recordações que são revisitadas nas lembranças, pelo levantamento das perdas e dos danos. Silvana,

⁴⁴³ POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

⁴⁴⁴ LE GOFF, J. *et al.* **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990. p. 366.

⁴⁴⁵ PEREIRA, A. B. N. “Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo”: Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

⁴⁴⁶ PEREIRA, A. B. N. “Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo”: Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 88.

anteriormente moradora da comunidade de Bento, afirma que seus sonhos foram construídos na comunidade desde os seus 17 anos quando começou a formar sua família. Ela fala sobre os seus sonhos, sobre os encontros e o convívio diário com os amigos e a família. “Convivi ali por muito tempo e não tem como voltar”⁴⁴⁸, lamenta. O que resta para Silvana e para todos os atingidos de Bento é a expectativa da construção dos seus lares pela promessa da entrega do *Novo Bento*, para então seguir na tentativa de reconstruírem suas histórias e se aproximarem das estruturas de vida que perderam.

Zucarelli afirma que “os *desastres* estão associados a acontecimentos sociais trágicos ocasionados a partir da combinação de uma determinada situação social com um evento físico que deflagram, de forma abrupta, a disrupção da normalidade da vida social”⁴⁴⁹. Para ele, a seguridade e o controle dos eventos possíveis de serem causados por tragédias ambientais podem ser realizados com monitoramento.

Em conformidade com as reflexões trazidas por Zucarelli estão os fundamentos de Erika Moreira e Rosângela Hespanhol, autoras do artigo *O Lugar como uma construção social* (2007), que afirmam que o lugar está relacionado às relações formadas nos espaços diretamente, bem como “no cotidiano e na articulação entre a cooperação e o conflito.”⁴⁵⁰ Para elas, o lugar se torna apresenta-se como expressão de resistência e adaptação à ordem global. Neste sentido, entendemos que o espaço se difere do lugar quando o espaço deve ser compreendido como lugar quando a ele são designados valor e significados.

Lembrar-se do lugar permite identificar as peculiaridades, as características e os elementos que permanecem no espaço arquitetado pela memória. As mulheres da AHOBERO, quando solicitadas a utilizar-se de suas memórias, se identificam com o grupo de origem definido pela comunidade de Bento Rodrigues.

Eu gostava de encontrar as meninas lá no Bento, demais. Era muito bom, é parte da nossa vida que se perdeu. Fico só lembrando da gente. É bom lembrar que nos foi tirado. Mas quando eu encontro com elas aqui é como se a gente tivesse um pouquinho da nossa vida do passado de novo. Mas bom mesmo era no Bento (Sonia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

⁴⁴⁸ A SIRENE. Memórias Maria. **Jornal a Sirene**. 16 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://jornalasurene.com.br/cultura-memoria/2018/01/16/memoriasmaria_fotodanielafelix-1>. Acesso em: 25 set. 2021.

⁴⁴⁹ ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada**: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. p. 22.

⁴⁵⁰ MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. O lugar como uma construção social. **Formação (Online)**, v. 2, n. 14, 2007.

Complementando estes argumentos, Marcelo de Souza em *Ambientes e territórios: Uma introdução ecológica política* (2019) conceitua o lugar como “espaço dotado de significado”⁴⁵¹ e por isso esta tese adere a concepção de que os atingidos pela barragem de Fundão tiveram suas vidas rompidas e junto à este fato foram interrompidos as dimensões de tempo e lugar de suas experiências de vida e que, ainda conforme Souza, o lugar não é somente o território, mas também “um espaço vivido e percebido”⁴⁵².

Alguns fatos e comportamentos vivenciados pelos atingidos pela Barragem de Fundão retratam o pensamento de Marcelo de Souza no que diz respeito aos significados do território de Bento Rodrigues para eles. É possível perceber a busca por identidade dos atingidos no documentário *Loucos por Bento* (2022) que apresentou o retorno de alguns moradores de Bento Rodrigues ao subdistrito pouco antes do primeiro ano do rompimento, em setembro de 2016 na festa de Nossa Senhora das Mercês. O documentário trouxe o fato de que naquele ano, durante as celebrações religiosas da Semana Santa, o grupo *Loucos por Bento* “queimou o Judas” lá na localidade de Bento. Os participantes do grupo que já retornavam ao local sempre realizaram um ato de manifestação contra a mineradora com a finalidade de ressaltar a responsabilidade da mineradora pelo crime ambiental, como destaca Simaria Quintão:

O boneco representava a empresa e os funcionários. A culpa do rompimento é da Samarco, e não nossa (Simaria Quintão, 43 anos, auxiliar odontológica)⁴⁵³.

Figura 13 – Imagem de Bento após o rompimento de Fundão



Fonte: Acervo pessoal de Jianne Coelho (2018).

⁴⁵¹ SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política**. Editora Bertrand Brasil, 2019.

⁴⁵² SOUZA, M. L. O conceito de território no Brasil: entre urbano e rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 38, v. 2, p. 84-112, ago./dez. 2016.

⁴⁵³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1932790-loucos-por-bento-tentam-dar-vida-a-vila-destruida-por-lama-de-barragem.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Neuza, produtora da AHOBERO, nos informa em sua narrativa como ficaram seus sentimentos desde o desastre sociotécnico de Fundão:

Olha... eu... eu... não vou te dizer que eu tô triste, porque... tô viva. Minha mãe, meu pai, minha família, meus amigos, tudo vivo né. A gente conseguiu sobreviver àquilo lá. Deus deu a chance da gente sobreviver àquilo lá. No início a gente ficou muito abatido, porque não sabia como que ia ser, se a gente ia ter a casa da gente de volta... a associação do jeitinho que era antes de volta. A gente ainda não sabe quando, mas, tem a esperança de ter de volta né, e aos poucos a gente já vai, é... refazendo a vida da gente (Neuza, produtora e associada, 46 anos).

Percebe-se que após o trauma, restaram as incertezas do futuro e as esperanças de um retorno para o novo lar e para o trabalho na Associação. Corroborando o pensamento de Neuza, Geralda em sua fala compartilha o sentimento de esperança de que a Associação não acabe. Perguntada sobre qual sentimento que ela tem hoje em relação a AHOBERO ela, com firmeza responde:

É uma esperança! Eu espero, né, que Deus ajude e a gente consiga né... (D. Geralda, produtora e associada, 61 anos).

Marieta Ferreira e Janaína Amado em *Usos & abusos da história oral* (2015) afirmam que os elementos que compõem a história oral trabalham com o indivíduo, entretanto, não menosprezam parâmetros coletivos⁴⁵⁴. As abordagens escolhidas nesta pesquisa estão de acordo com os apontamentos das autoras e assumem o olhar para as vidas das mulheres da AHOBERO em suas singularidades, mas também nas suas formas de viver em comunidade e, também, na perspectiva de perscrutar a experiência da desterritorialização que essas mulheres viveram e vivem e como são organizadas as experiências de ruptura de tempo pelas quais passaram.

O que a gente tem hoje é o que eles arrumam pra gente. A gente não pode decidir mais a própria vida. A gente fica esperando eles dizerem como vai ser a nossa casa, o nosso trabalho que é na associação e assim que a gente leva nossa vida agora (D. Geralda, produtora e associada, 61 anos).

Marta Rovai em *O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)* (2013), ao apontar o papel fundamental que a história oral possui para dar visibilidade, sobretudo às mulheres, muitas vezes pouco percebidas nos espaços públicos⁴⁵⁵ acrescenta que a memória testemunhal colhida pela história oral alcança conquista importante nas histórias de vida de pessoas que passaram por traumas psicológicos e físicos e

⁴⁵⁴ FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁴⁵⁵ ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

que merecem o direito de registro⁴⁵⁶. Nesta conjuntura reafirmamos que esta tese trouxe a importância de trazer as narrativas colhidas pelas mulheres produtoras da AHOBERO por todos os processos vividos pelo trauma causado pelo rompimento de Fundão.

As memórias das mulheres atingidas da AHOBERO foram ouvidas e lidas sob a luz do que Margareth Rago propõe em *Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri* (2002), em que reitera que a história oral é um caminho de estudos que se debruça sobre questões direcionadas sobre o novo e o subjetivo⁴⁵⁷ e que a história no feminino não apenas começa a evidenciar a dimensão masculina ou falocêntrica da grande narrativa da história⁴⁵⁸.

Ao fazer ouvir o que as produtoras da AHOBERO tinham a dizer, percebemos o quanto suas narrativas são generosas e enriquecedoras. Nelas as suas memórias ativam elementos substanciais para a elaboração da nossa pesquisa e da história desse evento em si. A memória passa então a ser elemento central capaz de produzir histórias válidas no tempo presente.

Marcela Boni em *A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista* (2010), corrobora com nossa pesquisa com o fato de que a história oral é um método sustentável para a epistemologia de gênero, visto que os estudos da contemporaneidade estão dispostos à interpretação de experiências que configuram reflexões sobre sua própria experiência por seus protagonistas⁴⁵⁹.

Rovai entende da multidisciplinaridade da História das Mulheres e acrescenta que a produção sobre suas vidas é constituída pela combinação de elementos renovadores, pois as mulheres têm suas próprias vidas e são agentes históricos das ações cotidianas. A historiadora afirma que

No caso das mulheres, em especial, os relatos orais apresentam-se como caminhos para que elas possam entrar em cena na chamada “grande história”, em que geralmente estiveram invisíveis, dela foram relegadas à vida privada, ou simplesmente situadas nos bastidores de lutas atribuídas aos homens⁴⁶⁰.

A partir do momento que a reconfiguração dos papéis assumidos por estas mulheres ocorreu de forma compulsória, a expressão de suas histórias de vida lhes permite também tornar vivo, por meio de suas lembranças, aquilo que foi perdido e, sobretudo reconstruírem suas

⁴⁵⁶ ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013. p113

⁴⁵⁷ RAGO, M. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri. **História oral**, v. 5, p. 29-44, 2002.

⁴⁵⁸ *Ibidem*, p. 34.

⁴⁵⁹ EVANGELISTA, M. B. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Oralidades**, v. 4, n. 7, p. 169-82, 2010.

⁴⁶⁰ ROVAI, M. G. O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013. p.134.

histórias sobre este novo modo de viver diante do tempo e do espaço rompidos. A historiadora Marieta de Moraes (2002) e Janaína Amado em *Usos e abusos da história oral* (2015) direcionam para textos esclarecedores dos estudos do tempo presente

As autoras esclarecem sobre o lugar de contato e interação entre a história, oralidade e comportamento. Marieta Ferreira afirma que a história oral trabalha com o indivíduo, entretanto, não despreza de forma alguma parâmetros coletivos⁴⁶¹. Nesse sentido, as vidas das mulheres da AHOBERO são interpretadas em suas singularidades, mas também nas suas formas de viver em comunidade.

De acordo com Lucília de Almeida Neves e Marieta de Moraes Ferreira em *História do tempo presente* (2014) “o tempo presente constitui-se como realidade temporal propícia à construção de relatos e registro de lembranças. São vozes múltiplas, que muitas vezes registram formas diferentes e até conflitantes de rememoração de acontecimentos e processos”⁴⁶². Estas perspectivas traçaram as estruturas de rememoração das vivências emocionais, afetivas, de importância singular na vida das mulheres de Bento Rodrigues, a fim de elaborar os sentidos que norteiam suas vidas.

Eu quero voltar para Bento, mas acho que nunca mais lá será habitado. Lembro das coisas que vivi por lá e queria mesmo era voltar (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Tem dias que parece que eu não vivo a minha vida. Era tudo muito bom lá. Só que eu não quero viver de lembranças, mas também não sei como será a vida. O Bento era bom, sabe? A gente ficava sempre perto das pessoas que a gente gostava. Até a comida que faço aqui perdeu o sabor (Rosângela, produtora e associada da AHOBERO, 51 anos).

Nós queremos ter o que a gente tinha lá. A gente saía na rua e já vinha os amigo da gente. a gente conversava e tava tudo bom (Keila, produtora e associada da AHOBERO, 29 anos).

As narrativas das mulheres da Associação são mediações que objetivam a construção histórica e, assim, vinculam o espaço das experiências vividas em Bento, com o horizonte de expectativas que elas assumem para suas vidas. Nesse sentido, o passado destas mulheres é reinvestido no presente a partir de um horizonte capaz de transformar a distância temporal em transmissão e geração de sentido. Pensar em Bento é pensar no ganho de sentido pelos sentimentos, é pensar no lugar dos acontecimentos, das atividades diversas do cotidiano, que

⁴⁶¹ ROVAI, M. G. O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. *História Oral*, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013. p.134.

⁴⁶² DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. *História do tempo presente*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 09.

não são mais capazes de acontecer e nem se refazem por eventos no presente. É pensar nas conexões trazidas por imagens do passado que se fazem presente.

Francisco Santiago Júnior em seu artigo, *Dos lugares de memória ao patrimônio* (2015) sobre a problemática dos lugares relacionados ao patrimônio afirma que “no início do séc. XXI, entre história e memória emerge o patrimônio, que introduziu uma economia diferenciada do passado como história no mundo globalizado”⁴⁶³. Segundo Santiago, “a partir dos anos 1990, deslocou-se a problemática dos lugares de memórias [...] no campo das discussões patrimoniais”⁴⁶⁴.

Para as reflexões dos lugares de memória relacionados à temática patrimônio memorial, é de extrema importância a definição de Pierre Nora, precursor das discussões sobre a compreensão do que são os lugares de memória,

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. [...]O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do *patrimônio memorial* de uma comunidade qualquer⁴⁶⁵.

Santiago Júnior, afirma que “ao transformar o patrimônio numa questão de lugar de memória, tornou-o passível de diagnóstico e objeto de um projeto de investigação historiográfica”⁴⁶⁶ e desta forma, para o debate sobre o patrimônio, classificou a categoria patrimônio memorial e tornou-a mais próxima da memória coletiva. É neste espaço heurístico da história que associamos os lugares de Bento que foram deteriorados pela lama à memória coletiva.

Rodrigo Tavares Godoi, ao trazer reflexões a partir de Aleida Assmann em seu artigo *(In) Confiabilidade da Memória como Introdução à interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann* (2020), define a funcionalidade da memória cultural e a

⁴⁶³ SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, p. 1-35, 2015. p. 2.

⁴⁶⁴ SANTIAGO JÚNIOR, *loc. cit.*

⁴⁶⁵ NORA, P. Temps et Histoire: “Comment écrire l’histoire de France?”. In: HARTOG, F. (Org.). História, Ciências Sociais, **Anales**, v. 50, n. 6, dez./nov. 1995, pp. 11-32. p. 20.

⁴⁶⁶ SANTIAGO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 25.

relaciona os espaços e à memória coletiva quando afirma que “sob a memória cultural, o funcionalismo relaciona-se com os espaços fazendo com que o conceito de memória coletiva evite o armazenamento estático”⁴⁶⁷. Este contexto é contemplado pela memória coletiva que se aproxima dos argumentos do patrimônio imaterial.

Como crítica ao pensamento de Nora e às reflexões de Assmann, Yussef Daibert Salomão de Campos em *Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais* (2009) entende que

Não há necessidade de se consagrar lugares para a memória vinculada ao patrimônio imaterial, já que as celebrações (Círio de Nazaré-PA, por exemplo), os ofícios, como os das Paneleiras de Goiabeiras - ES, as formas de expressão (arte kusiwa, dos índios wajãpi-AP) e lugares, como a cachoeira do Iauaretê-AM, são manifestações da memória⁴⁶⁸.

A argumentação de Campos é que: “O patrimônio imaterial não serve como lugar de memória justamente por ser uma habitação da própria memória”⁴⁶⁹. Assim ele conclui a relevância da relação memória identidade. “Observa-se, portanto, que o patrimônio imaterial, [...], é um portador de referência à identidade e à memória”⁴⁷⁰.

A ressignificação do patrimônio cultural de Bento Rodrigues pode ser analisada por meio do caráter social e cultural em razão dos ritos e festas bem como das celebrações que aconteciam no campo de futebol, na praça, na igreja, enfim, nos lugares e espaços da comunidade que possuem valor histórico e afetivo para a população do subdistrito. Neste estudo, especificamente, focalizamos o valor patrimonial da Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues para as mulheres produtoras. O resgate da história do patrimônio da Associação, nesta tese, é construído pela história oral e esta escolha foi feita a partir da ausência de registros documentais a respeito da origem e permanência da AHOBERO até 5 de novembro de 2015. Para além da destruição física, a lama de rejeitos de minério carregou documentos, fotografias e certidões que se encontravam guardadas na sede da Associação.

A lama atingiu a associação e levou o que a gente tinha de comprovação e documentos. levou tudo nosso da Associação (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

⁴⁶⁷ GODOI, R. T. (In) Confiabilidade da Memória como Introdução à interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann. **Revista Trilhas da História**, v. 9, n. 18, p. 161-188, 2020. p. 7.

⁴⁶⁸ CAMPOS, Y. D. S. Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 31, p. 33-44, 2009. p. 38.

⁴⁶⁹ CAMPOS, *loc. cit.*

⁴⁷⁰ CAMPOS, *op. cit.*, p. 38.

Ouvir as narrativas das produtoras da Associação é a única possibilidade de conhecer de forma mais próxima a AHOBERO. É a partir dos relatos delas que o significado da AHOBERO, para elas e para Bento Rodrigues, fosse compreendido em uma dimensão superior no tempo, antes e depois de novembro de 2015.

As diferenças encontradas no local *arranjado* para a nova localização da Associação foram ressaltadas recorrentemente. Eram também parte do que se ouvia durante os encontros na Associação em dias de trabalho. Dentre as diferenças trazidas pelas narrativas estavam as lembranças da AHOBERO, lá em Bento, até mesmo do espaço utilizado para o trabalho. As únicas partes utilizadas da casa alugada para a Associação, praticamente são a cozinha, uma sala de estoque e a área que possui tanque para lavar as pimentas. As produtoras manifestaram estarem agradecidas por estarem vivas e pelo trabalho, mas não omitiram a insatisfação pelas condições que foram colocadas para realizarem o trabalho diante da desterritorialização.

Olha, estar viva é por Deus! Graças a ele estamos bem e não perdemos ninguém da nossa família naquele dia. Mas, veja como a Associação mudou o jeito de trabalhar. Estamos distantes umas das outras e não podemos mais ter nossa plantação da nossa pimenta (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

Eu gosto de trabalhar na associação da mesma forma, mas acho que eles não pensaram se a gente tava bem e feliz, não colocaram a gente nesta casa e não querem nem saber de nada. Só pagam nosso aluguel. o resto é tudo com a gente (D. Geralda, produtora e associada, 61 anos).

Desta forma e a partir dos argumentos de que a memória se tornou fonte histórica por meio do testemunho oral à medida que deu direito e voz aos excluídos e, assim “os subalternos poderiam adquirir visibilidade social”⁴⁷¹, Santiago corrobora e acrescenta em seu artigo, *Dos lugares de memória ao patrimônio* (2015), afirmações e confirma que a “apropriação dos testemunhos para a história oral foi fundamental para explorar histórias a partir dos sujeitos no presente, alterando de forma importante a história das mulheres e do gênero”⁴⁷². Falar da identidade de uma comunidade requer conduzir essa fala para preservação da interação desta por meio da promoção de eventos ou realização das atividades que compreendem a história cultural desse grupo. Neste estudo, os meios de preservação da história por meio das lembranças inferem alcançar estímulos à identidade.

As cidades, os distritos e as comunidades são lugares compostos por espaços de vivência coletiva, cenário das ações humanas, cuidados com o *habitat* de onde originam nossos bens e

⁴⁷¹ SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, p. 1-35, 2015. p. 2.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 5.

cultura. Esta tese encontrou identidades e memórias que descortinam evidências da extinção trágica do espaço construído em Bento Rodrigues, composto por domicílios, pela escola, igrejas e toda estrutura para se viver. Bento, enfim, emerge do imaginário construído por quem lá viveu e hoje se mantém presente como memória, base elementar da identidade que revela a configuração do patrimônio cultural para a comunidade.

Quando se pensa em identidade, é interessante também pensar no reconhecimento que o indivíduo sente ao identificar lugares pertencentes à memória que preenchem de valor e afeição, como as ruas, praças, escolas entre outros espaços públicos. Esta identificação com o local onde habita e a compreensão dele como seu, consente ao indivíduo sentimento de pertencimento ao espaço. A perda real deste espaço gera também a privação da qualidade de vida que gera consequências dolorosas à comunidade.

A fragmentação das identidades é colocada por Stuart Hall como transformadora a partir do momento em que fronteiras foram rompidas por meio da globalização que ganhou força, praticamente indestrutível, nas últimas décadas e posicionou o indivíduo diante do encolhimento de lugar e espaço⁴⁷³. Em *A identidade Cultural na pós-modernidade* (tradução de 2021), Hall reflete sobre a identidade e a representação:

A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas⁴⁷⁴.

O fortalecimento das entidades locais pode ser avaliado como um comportamento defensivo dos membros dos grupos que se sentem ameaçados por outros, como acontece com a população de Bento Rodrigues que vivencia experiência social diferente da outrora cotidiana.

Algumas vezes isso encontra uma correspondência num recuo, entre as próprias comunidades comunitárias, a identidades mais defensivas, em resposta à experiência de racismo cultural e de exclusão⁴⁷⁵.

O que é importante para nosso argumento sobre a identidade é que o tempo e o espaço são também elementos de representação. Hall apresenta o mundo menor e as distâncias mais curtas por meio do impacto da aceleração dos processos globais e reitera que os sistemas de telecomunicação traduzem dimensões espaciais e temporais diferentes. Neste sentido, o teórico

⁴⁷³ HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021. p. 19.

⁴⁷⁴ *Ibidem*, p. 20.

⁴⁷⁵ *Ibidem*, p. 24.

também declara que “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”⁴⁷⁶.

Este avanço promove formas mais ágeis de relação e interação entre indivíduos estando cada um dentro dos seus próprios espaços. Mas qual a importância deste avanço para a comunidade de Bento Rodrigues? Por vezes, esta tecnologia e este avanço não só fragmentam as identidades, mas ganham prioridade e assumem funcionalidade, não de substituir as tarefas e as atividades dispostas em seus cotidianos, mas de amenizar sentimentos causados pela distância física de entes estimados, do passado vivo que habita em suas lembranças e de suas próprias identidades culturais.

Eu falo muito com minha irmã por telefone. Ela mora agora lá na Colina (bairro da cidade de Mariana) e fica longe pra ir lá todo dia. Antes eu a via toda hora, lá em Bento. Mas, ligo pra ela também né? Todo dia a gente fala por telefone e mensagens pelo celular. Bom que agora tem jeito de falar por mensagem também (Rosângela, produtora e associada, 51 anos).

Quando a fronteira da distância é superada através dos meios de interação, as narrativas compartilhadas entre os indivíduos da mesma comunidade se tornam fortes instrumentos para não permitir que se percam a essência e a origem das identidades, deixando-as fluidas conforme elas se relacionam. No relato de Rosângela, produtora da AHOBERO, percebe-se a lacuna deixada pela ausência física de vizinhos e familiares no convívio diário e as alterações das rotinas cotidianas amenizadas pelo contato telefônico e pelas redes sociais.

Hoje eu fico aqui né, tenho minha família, mas, assim[...] a gente sente falta dessas pessoas né, da convivência, de conversar[...] às vezes *ocê* sente falta de ir na casa do vizinho né... Mas minha irmã é assim, eu ia todo dia na casa dela também. Mas, assim, eu falava mais com meus vizinho né[...] E minha irmã eu fico mais de uns três meses sem ver ela ou mais né. Agora a gente fala todo dia pelo celular e redes sociais (Rosângela, produtora da AHOBERO, 51 anos).

Observa-se uma procura constante por pistas de identidade compreendidas no passado em que esta necessidade está carregada pela memória. Já o que se diz elementar sobre a temporalidade, as mutações da sociedade atual estão relacionadas à aceleração do tempo histórico. Para além de pensar as atribuições e funcionalidades que o avanço tecnológico vindo da globalização alcança, ele assume função importante para as comunidades desmanteladas por desastres e tragédias. Seus sobreviventes utilizam o meio de comunicação como mecanismo para aproximar das memórias e das lembranças, parte da identidade individual e coletiva como

⁴⁷⁶ HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021. p. 20.

grupo social. Entre os indivíduos que formam uma comunidade, e se afastam fisicamente, a “*aceleração*” constrói sentido do passado e permite continuidade do processo de identidade.

Com os seus celulares em mãos, Sônia e D. Geralda dialogam sobre o passado, e manifestam os sentidos das imagens armazenadas e revelam seus sentimentos ao visualizarem fotos armazenadas no celular.

Dona Geralda: Que é isso?

Sônia: Minha mãe, eu, Edinho, Neuza, Vanda, ...

Dona Geralda, (sorrindo): tenho que por óculos para ver. (risos)

Sônia: a vovó Vitala, tia Maria, um dos meus irmãos que morreu e tio João.

Dona Geralda: Como vocês recuperaram estas fotos?

Sônia: É! A! O rapaz que mexe com foto que arrumou, mas aqui ficou embaçado, tá vendo? É a Eva dos Estados Unidos que mandou pra Neuza. E Neuza mandou para mim.

Dona Geralda: Há tá. Que legal.

Sônia: (mostrando as fotos armazenadas no celular): este aqui é o tio meu que morreu, esta é a mãe do meu pai e, esta é a minha mãe”.

Em entrevista, outra produtora da AHOBERO, Marlene, avó de Nayure, também apresenta a relevância de ter os registros em seu celular, de seu marido falecido em março de 2020. O filho de Marlene registrou, por filmagem, momentos da recuperação de seu padrasto, bem e ainda andando, no Bento, antes da tragédia.

A Nayure deve ter ainda alguma filmagem dele andando, no celular dela, porque o meu quebrou. Mas, ele andava... portanto, no mesmo dia o pai de Nayure foi lá no Bento, filmou ele, ele andando. Ele tava recuperando bem, mas com isso ele foi só... (Marlene, produtora da AHOBERO, 60 anos).

Adentrando o contexto relacional entre identidade, tradições e gerações, Hall eleva a tradição como meio de lidar com o tempo e espaço, já que por meio dela há continuidade do passado quando se exerce atividades passadas, as quais são reconhecidas como práticas sociais. O teórico salienta a relevância de se prestar atenção no interior da globalização e do consumismo global no enfraquecimento das práticas da vida social mediadas por histórias e tradições. “Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem “flutuar livremente”⁴⁷⁷.

⁴⁷⁷ HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 21.

Ao reforçar essas práticas e dar continuidade no momento presente, se insere para as novas gerações as vivências e experiências de identificação que viram histórias e tornam o passado vivo.

Eu gosto de ir para AHOBERO, junto delas e fazer a geleia de pimenta sim. Sempre foi de reunião mesmo delas, um momento delas, de estarem ali com a mão na massa, se reunindo, fazendo alguma coisa, distração né. Eu gosto porque aprendo muito com elas (Nayure, produtora da AHOBERO, 20 anos).

Inevitavelmente, encontram-se impasses nas trajetórias vividas pelas mulheres da AHOBERO, que experimentaram traumas. As narrativas das histórias de vida traumáticas acontecem de forma não linear. Segundo Rodolfo Ferreira da Silva, em *Memória, trauma e identidade* (2019)⁴⁷⁸, existem alternâncias e descontinuidades ao mesmo tempo em que acontecem lapsos temporais por motivos que por vezes se referem à negação do próprio evento. Essas são formas de representação não suficientes para serem “reais”.

Elas são muito fortes (as mulheres da AHOBERO). Depois de tudo que elas passaram. Eu sempre morei em Mariana e sofro por elas. sei que este trauma é vivido por cada uma delas (Nayure, produtora da AHOBERO, 20 anos).

Os vestígios do desastre sociotécnico reforçam as experiências de superação promovidas pela força da diversidade e das dificuldades encaradas. Aspectos característicos de traumas, tempos depois do acontecido, promovem percepções de fortalecimento ou de enfraquecimento. Como consequência destes sentimentos, poderá ocorrer um comportamento difuso que leve à não exposição das informações por defesa pessoal e preservação individual de uma história dolorosa. O trauma muitas vezes silencia e traz consigo, até mesmo de forma inesperada para o narrador, a capacidade de reconhecê-lo de imediato.

Em 2002, Márcio Seligmann-Silva em *A História como trauma*, define o trauma como “a ferida da memória”⁴⁷⁹ e com intuito de amenizar estas feridas, o trauma quando narrado em grupo segue ameno, os testemunhos ganham leveza, já que como se costuma ouvir, “dor partilhada é dor diminuída”⁴⁸⁰. O trauma representa, desta forma, um fator reprodutivo de identidade comum. A categoria “*ser de Bento*” reanima a identidade do indivíduo que se percebe como membro de um grupo. O grupo é formado pela “comunidade de Bento”,

⁴⁷⁸ SILVA, R. F. Memória, trauma e identidade: trajetórias na irmandade de Narcóticos Anônimos. **Revista Sem Aspas**, p. 74-87, 2019.

⁴⁷⁹ SELIGMANN, M. S. 2000. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, p. 73-98, 2000.

⁴⁸⁰ SELIGMANN, M. S. 2000. A história como trauma. In: Nestrovski, A.; Seligmann-Silva, M. (Orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, p. 73-98, 2000.

carregada de traços afetivos. A força existente no grupo, a identificação de pertencimento à comunidade funciona como ferramenta terapêutica.

É a melhor parte quando a gente se reuni. Quando a gente tem notícia das pessoas a gente fica com vontade de ver elas, mas quando a gente vai fazer a geleia é como se a gente voltasse a ser a gente lá em Bento (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

Quando as mulheres estão juntas na Associação, a identidade do grupo é sentida e percebida por elas. É momento de interação entre elas, a identificação do grupo acontece e coletivamente elas trazem à memória o passado. Diante da caracterização grupal continuam com os planejamentos para as atividades e a nova rotina da vivência na associação. Nesse sentido, no relato a seguir, Sônia, produtora da AHOBERO apresentou o único momento de alegria que teve durante a entrevista.

É! Porque... emocional porque, quando a gente vai, a gente... Nossa! Eu esqueço de tudo! Eu fico aqui, agora, minha cabeça fica o tempo todo relampejando, sabe... e quando eu vou pra lá, não! Não! Não dói, a gente ri o tempo todo! Sabe... a gente... às vezes é um vídeo que a gente mostra (Sônia, produtora da AHOBERO, 43 anos).

Os elementos imateriais de uma cultura relacionada com a forma de viver e relacionar-se com grupos de pessoas também interligam a história. Sentidos e sentimentos são associados aos hábitos, costumes, à prática dos saberes, que estão diretamente ligados ao resgate do passado, ao entendimento do presente e às aspirações futuras, os quais objetivam-se analisar através dos mapas sociais produzidos nesta pesquisa.

Contudo, a relação da consciência individual e a sua memória interferem na memória coletiva por meio dos traços deixados pelos acontecimentos do passado, das pessoas, das lembranças, das festas, dos ritos, entre outros. Onde se origina a principal questão da associação analógica entre o indivíduo e a sociedade nos permite situar o “lugar” da memória coletiva. Revela-se nesse sentido que as lembranças serão sempre rememoradas ao lembrar-se de um caso, ao rever alguém, ao celebrar as festas, entre outros mecanismos que interferem no resgate da memória e do que foi vivido. Os elementos imateriais de uma cultura relacionada com a forma de viver e relacionar-se com grupos de pessoas, também se interligam à história, aos sentidos e sentimentos, aos hábitos e costumes. A prática dos saberes por meio da memória está diretamente ligada ao resgate do passado e ao entendimento do presente.

NOSSAS REFLEXÕES PARA EFEITO DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É tempo de encerramento de um ciclo e senti uma certa ampliação da consciência ao passo que voltei um olhar mais profundo para dentro. Nesse momento, o de concluir a escrita da tese e o de conceder-me este olhar para dentro, me permito, também, um olhar para o outro, para as Mulheres da geleia de pimenta biquinho.

Ao partir para a composição das considerações finais desta tese, chega o momento de perfazer os argumentos que nos trouxeram à escrita da História das Mulheres, das produtoras da AHOBERO. Ao conhecer e contar sobre suas histórias, mostramos a visibilidade da invisibilidade feminina. Tentamos aqui revisitar a caminhada da mulher até o momento atual e apresentá-la com atributos tradicionalmente a ela destinados, mas também percebê-la como produtora, construtora e reprodutora da sua própria História. O conhecimento desta História, despertou as inquietações para a escrita da História das mulheres de Bento Rodrigues-MG que são produtoras da Associação e assim tornaram-se a nossa questão de pesquisa.

Esta tese apresentou até aqui os movimentos das memórias dessas mulheres que são, também, onde encontramos os argumentos na relação da mulher com o trabalho e a família. A relação da mulher com o mundo do trabalho nos leva a perceber pontos fundamentais nas relações de poder no que toca às diferenças de gênero. Esta relação é permeada por práticas discursivas que repercutem a história construída por estruturas de resistência que atendem a reivindicações contemporâneas.

A mulher passa por experiências estereotipadas e de discriminação pela simples carga de pertencer a uma parte específica da humanidade. E, para finalizar, retomo o pensamento enunciado por Perrot: “Eva eterna, a mulher desafia a ordem de Deus, a ordem do mundo”⁴⁸¹ e assim, entendemos como a mulher faz jus, ao longo da sua história, do direito da escrita desta história. E produzir uma pesquisa sobre a História das Mulheres é escrever sobre uma história constituída por uma trajetória que não tem fim. Contamos aqui, como que historicamente, o gênero tornou-se um conjunto de características e comportamentos esperados dos homens e das mulheres e ao mesmo tempo é percebido pelos sujeitos sociais. Seguindo por estes eixos, confirmamos que a mulher, a partir da pretensão de se tornar reconhecida como sujeito importe para a sociedade, identificamos que é pelo trabalho que suas conquistas se tornam mais acentuadas. Avistamos ainda, que os discursos sobre as conquistas da mulher, como carreira e profissão, só foram possíveis por meio de lutas e resistências.

⁴⁸¹ PERROT, M. **Mulheres públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.

Para escrever minimamente a história da vida das mulheres da AHOBERO foi necessário lançar o olhar sobre o maior desastre ambiental do Brasil. Nessa perspectiva, existem diferentes violências em curso para as mulheres da AHOBERO que guardam em suas memórias os acontecimentos deste crime ambiental em grande escala em que foram atingidas e quando tiveram suas vidas fragmentadas e seu cotidiano alterado. Sendo assim, a partir dos estímulos da memória, pudemos conhecer as formas encontradas por elas para se reestruturarem e darem continuidade à produção da geleia de pimenta biquinho e a permanência da associação como fornecedora da geleia.

Para aprofundar os conhecimentos ao realizar este trabalho foi preciso dedicar estudos dos conflitos socioambientais a partir das gestões dos empreendimentos da atividade minerária. Estas pesquisas se basearam, principalmente, nas perspectivas trazidas por Andréa Zhouri, coordenadora do grupo de estudos GESTA (UFMG), Marcus Zucarelli, Bruno Milanez e Cristiana Losekann. Buscando compreender o caminho encontrado por estas mulheres de reestruturação organizada por elas para desenvolver seus trabalhos, nos deparamos com a realidade que a sociedade vivencia, muitas vezes como desfecho da atividade minerária no país. Entre as principais consequências estão a degradação ambiental, a devastação territorial e as perdas de vidas. No caso de Bento, o mar de lama se alastrou alcançando o rio Doce, causando danos ambientais, culturais e humanos de grande equivalência.

Em Bento Rodrigues, o trajeto feito pela lama pode ser visualizado ao se aproximar do subdistrito. Hoje, mais de sete anos após a tragédia, o acesso está fechado para obras. O local foi privatizado e é a mineradora responsável pela tragédia que possui autoridade para dar autorização de acesso ao local. Ao aproximar-se da localidade, adquire-se entendimento do caminho percorrido pelos rejeitos, dos danos causados e do entendimento de que aquele espaço não é mais povoado, tão pouco um espaço público. As mulheres, produtoras da AHOBERO, em suas narrativas asseguram que dentre os vislumbres de Bento Rodrigues, não podem mais ser levadas em consideração as características físicas. Para elas, as perdas configuram a presença de um buraco deixado em suas vidas para além da perda do espaço territorial. A lacuna deixada pela lama de Fundão formou impressões irreparáveis que poderão ser atenuadas a partir da reparação dos danos causados, a começar pela construção do Novo Bento com a entrega das suas casas e da nova AHOBERO.

Sim! Tenho esperanças que vai ser melhor no Novo Bento sim. Porque eu vou tá mais perto das pessoas né, que eu sempre morei perto... vou tá mais perto da minha família né! (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Em outro momento, Sônia continua

Não vai ser igual, né! Não tô falando que vai ser igual, porque não vai... a gente sabe... eu, eu, assim... eu tenho pra mim isso... não vai ser igual era o outro Bento. Mas, por falar assim: tentar trabalhar e viver pelo menos próximo do que a gente já viveu um dia.

O ferro é, então, possuidor de sentidos ambíguos, pois ele torna-se tesouro como foi o ouro, a maior riqueza dos séculos passados, e alcança a tragédia, como em 5 de novembro de 2015, com a ruína dos territórios, dos rios, chegando ao óbito de dezenove pessoas

O território destruído do subdistrito segue composto pelos vestígios que se relacionam com as histórias das pessoas que viviam ali e é por meio deles que se pode tocar minimamente as histórias das experiências vividas. As ruínas colam pequenos fragmentos das narrativas que geram pistas de um passado para que este seja compreendido. Os aspectos daquelas ruínas expõem o sofrimento e se comparam a um museu a céu aberto que atesta o crime promovido pela mineração em Minas Gerais, como é notório para todos nós e exposto pelo alunos da UFMG ao produzirem o documentário *Barbárie, ganância, violência, catástrofe*⁴⁸²,

O tempo em Bento Rodrigues, num passado recente, era um mundo ativo visto em poucos quarteirões mas que bastava-se em sua totalidade para aproximadamente as seiscentas pessoas que ali moravam e construía suas vidas. Elas vislumbram o subdistrito, hoje, por suas memórias individuais e coletivas transmitidas de geração para geração. Ali estavam seus bens financeiros e os de imensuráveis valores emocionais.

Estas considerações foram trabalhadas no desenvolvimento da tese pois não há possibilidade de desvincular a História das Mulheres da AHOBERO e seus trabalhos da produção da geleia da tríade territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Não só as produtoras, mas também a AHOBERO e a geleia de pimenta biquinho foram desterritorializadas. Marinalva salienta as modificações relevantes ocorridas na Associação a contar do espaço físico que foi destinado ao trabalho das associadas.

Aqui não tem como plantar nem a pimenta e nem a horta da gente, nem dentro de casa, porque a gente não tem espaço algum pra fazer nada né. Sentimos, porque tudo é comprado, não é igual a gente plantava (Marinalva, produtora e associada, 49 anos).

Para a compreensão dessa situação imposta às mulheres da AHOBERO partimos principalmente, das reflexões cedidas por Paul Little. Eles foram o nosso ponto de partida para as concepções do conhecimento da desterritorialização que experienciaram estas mulheres, tendo em vista a perda provocada pela exploração dos recursos naturais, gerados pela Samarco, mineradora que acarretou a destruição do seu território.

⁴⁸² Disponível em: <<https://gestaprod.lcc.ufmg.br/>>. Acesso em: 21 maio 2021.

A reestruturação compreendida pelas mulheres da AHOBERO se dá, até os dias de hoje, por muitas dificuldades, em um local no centro de Mariana, que não possui área para o plantio e situa-se distante da casa de quase todas (exceção para Geralda, que mora a poucos metros), fato que leva as novas formas de trabalho estarem envolvidas por múltiplos desafios diferentes dos de costume em Bento Rodrigues, como nos diz Sônia em sua narrativa,

A gente mora longe. Não tem onde plantar e quando compra não compra muito, até porque não pode estocar muito. Porque lá dá muito mofo, sabe... lá é muito úmido. Então, se a gente fizer muito estoque pra deixar, a gente tem medo de estragar né...(Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Neste sentido, a mineradora, que há séculos se alimenta do minério de ferro das serras das Minas Gerais, provocou para o território de Bento Rodrigues um desastre que suprimiu as vidas ali existentes e deixou apenas restos, traços e vestígios. Ao conhecer as mulheres da AHOBERO foi possível traçar algum ordenamento, se é que seja possível, deste crime ambiental.

Em suas narrativas, elas sempre expuseram fatos relevantes da vulnerabilidade que vivem, sobretudo na AHOBERO, proporcionada pelos responsáveis do crime e as autoridades competentes sobre as decisões em relação aos reparos dos danos sofridos pelos atingidos. Já se passaram quase oito anos do crime de Fundão e não há, oficialmente, o reconhecimento da Associação como atingida e não foi, de fato, indenizada. Outras mortes ocorreram entre a população de Bento desde 5 de novembro de 2015 e a indignação se acentua quando se percebe que a história do crime não finaliza naquele dia, pelo contrário, ela se perpetua pela negligência da mineradora e das negociações prometidas e não realizadas com a comunidade atingida.

Nosso Deus! Igual, quantas pessoas andou sonhando e hoje não vai mais...ter seu lugar de viver de novo. Já morreram muita gente... (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

A AHOBERO já possui planejamento para ser construída no Novo Bento, entretanto não foi reconhecida legalmente até hoje para reparação dos outros danos materiais. A lama levou tudo, carregou todos os documentos. Este fato impossibilitou o reconhecimento legal para indenização quanto aos materiais que foram perdidos. Em 7 de setembro de 2022, em um encontro com elas em dia de produção da geleia, Geralda e Marinalva nos contam que

A Renova não reconheceu formalmente a gente não. não restitui de nada que a gente perdeu lá não (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO,61 anos).

A Renova não restitui nada, não reconhece nada. A única coisa que ele paga é este espaço aqui pra gente vir e fazer a geleia, mais nada (Marinalva, produtora e associada da AHOBERO, 49 anos).

Figura 14 – Imagens da AHOBERO no novo Bento



Fonte: Cedidas pela produtora da AHOBERO, Geralda Gonçalves.

Quanto aos gastos e a gestão da AHOBERO Geralda acrescenta,

A gente paga água, luz, documentos de contabilidade, emissão da Nota fiscal e tudo mais. Todas as despesas a gente que se vira para pagar. Não recebemos nenhum tipo de ajuda (Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Sônia, no sentido de complementar as informações para o estudo nos informa que,

A Fundação acha que ajuda a gente em tudo, mas nunca se preocupou em vir aqui e ver o que a gente faz. Só paga o aluguel mesmo (Sônia, produtora e associada da AHOBERO, 43 anos).

Geralda nos conta que o projeto e o espaço para construção da AHOBERO estão definidos. No entanto, não sabem se a construção começou não, porque eles não procuraram por elas até hoje para falar do assunto.

O lugar que eles vão construir já existe. O projeto tá pronto. isso aí tá. mas nunca mais falar com a gente sobre isso e não sabemos se já começaram as obras (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Geralda nos narra, também, que houve a especulação de um grande pedido de entrega da geleia em julho de 2023, eram um total de 1.200 potes de geleia. Na ocasião, elas sentiram que seria um volume grande. Houve certa apreensão, mas decidiram que seria interessante obter aquela quantia em dinheiro para manutenção da Associação. Neste sentido, começaram a comprar os insumos como açúcar, potes e encomendaram a pimenta. A responsável demandante do pedido, na sequência, informou que aquele pedido era para a Fundação Renova e que esta não havia autorizado a compra. A sorte é que daquele volume total, 50% estava pronto e foi vendido rapidamente. D. Geralda disse que se esforçou muito, mas conseguiu vender tudo.

Quando fui ver ela disse pra mim que a Renova não autorizou. E ficou por isso mesmo. Sorte que Deus ajudou que na mesma semana eu vendi tudo. A sorte que eu vendi. Se eu soubesse que era pra eles não teria nem aceitado produzir. No início como não tínhamos nota fiscal, a Renova levou 400 potes e não pagou porque disse que a gente não tinha nota e até hoje ficou por isso mesmo (D. Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Uma das limitações encontradas no decorrer da pesquisa foi o tempo de coleta dos dados e durante a escrita da pesquisa estar compreendida uma pandemia. Apesar da pandemia ter sido um fator de ruptura temporal e de limitação de espaço, em nosso encontro no dia de trabalho na AHOBERO, 7 de setembro de 2022, Geralda em sua narrativa nos conta que apesar de tudo com relação às vendas, a pandemia não interferiu negativamente. Elas continuaram atendendo os mesmos clientes e o volume de pedidos estava relativamente os mesmo que os de agora em 2023.

Graças a Deus nós não tivemos problemas para produzir a geleia na pandemia não. Os nossos clientes foram fiéis a nós e permaneceram com a gente. Estamos atendendo normalmente. O que muda é que às vezes surge algum turista procurando, mas a gente vem aqui e eu atendo eles também. No início da pandemia não vinha (Geralda, produtora e associada da AHOBERO, 61 anos).

Outra limitação percebida durante a escrita da tese é inerente à percepção própria da pesquisadora. Limitação de se colocar distante do objeto, visto que, em vários momentos precisou se deparar com questões da vida das mulheres da AHOBERO que são difíceis de não serem absorvidas ou sentidas. No papel de pesquisadora é preciso ser e estar indiferente aos

acontecimentos. Desta forma, o exercício de distanciamento e de naturalizar ou manifestar estranhamento foi complexo, mesmo que enriquecedor. Mas, a todo o momento, tentou-se seguir à risca as posições da orientação e assim, tentou-se minimizar os vieses que circunstancialmente poderiam ter acontecido. Para que as limitações fossem reduzidas, buscamos adotar as formas de observação, caderno de anotações e entrevistas da forma mais distante possível das emoções. Tendo linearidade e razão como elementos centrais.

Acreditamos que este trabalho seja estímulo para outros estudos sobre mulheres e sobre o 5 de novembro de 2015. Além disso, recomendamos que seja referência para pesquisas que abordem categorias de gênero, trabalho e se possível se relacionem com os impactos da exploração da atividade minerária, pois terão papel político, social e cultural de grande dimensão. A intenção foi, também, provocar mais pessoas a se dedicarem às pesquisas que assumam reflexões acerca da importância da História das mulheres, sobretudo as modificações em seus hábitos e costumes no espaço público, neste caso com especificidade para o trabalho fora do âmbito doméstico ao longo do tempo. Além desta abordagem trouxemos fundamentos e noções de ruptura na vida de indivíduos em tempo e espaço.

Coube-nos preencher a lacuna de tempo entre o rompimento de Fundão e os dias de hoje e viver uma intensa frustração pelo enfraquecimento das reparações dos danos causados pelas empresas. O que percebemos de fato é a necessidade de se questionar o modelo de desenvolvimento predatório e irresponsável realizado no país com a permissividade governamental. A lama da Samarco, explodida em Bento Rodrigues e que atingiu tantos lugares e pessoas, reflete o contexto da relação de poder desvendando o consenso forjado pelo Estado e empresas. Os responsáveis pelas leis e pelo sistema governamental deveriam proteger os povos, o ambiente e operar de forma estratégica, mas também segura para o crescimento econômico.

As narrativas trazidas para a tese não esgotam a complexidade do tema, uma vez que, as reparações para as mulheres AHOBERO não se deram por completo. Nestes casos em que há destruições físicas, materiais e emocionais não se é possível chegar a um determinado tempo e dizer que se findaram as dívidas do que foi causado àquelas pessoas. A busca pelas reparações é constante. As consequências ganham espaço para um tempo infinito já que múltiplas coisas acontecem na vida dos sujeitos atingidos desde o momento da ruptura. Os resultados alcançados, bem como as narrativas aqui tecidas, serão contribuições a fim de que haja compreensão dos múltiplos arranjos delineados por pessoas atingidas diante de fatos que interrompem suas vidas em tempo e espaço. Por isso, ou por tudo isso que aqui foi exposto, chegamos ao final da escrita e realçamos o seguinte pensamento:

Contudo, entregar o minério nas mãos de quem tudo explora, tudo lucra e nada preserva custa além do que se julga. É tempo de rever a relação que se tem com o minério, com a diversidade, com o povo e com a terra.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 188-197, jul. /dez. 2009.
- ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. VIII. Coimbra, **Anais...** Coimbra, Portugal. 2004.
- ARMANI, C. H. Por uma escrita pós-colonial da História: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. **Historiæ**, v. 2, n. 1, p. 25-36, 2011.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- BALLESTRIN, L. Feminismo de (s) colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, 2020.
- BALLESTRIN, L. M. A. Modernidad/Colonialidad sin “Imperialidad”? El Eslabón Perdido del Giro Decolonial. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.
- BARBARA, M. C.; RICHTER, M. Desenvolvimento para quem? As Contradições socioambientais na Baixada Fluminense e a Geração de Conflitos. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 6, n. 11, p. 141-158, 2016,
- BEBBINGTON, A. Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial en zonas mineras. In: BEBBINGTON, A. (Ed.). **Minería, Movimientos Sociales y Respuestas Campesinas: una ecología política de transformaciones territoriales**. Lima: IEP, CEPES, 2011, pp. 23-46.
- BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 16, p. 195-204, 2000.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, p. 67-104, 2000.
- BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez., 2007.
- CAMPOS, Y. D. S. Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 31, p. 33-44, 2009.
- CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em revista**, v. 4, n. 2, p. 7-12, 2002.
- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- CASTILHOS, Z. C.; CASTRO, N. F. Mulheres na mineração: restituito quae sera tamen. In: CASTILHOS, Z. C. *et al.* (Orgs). **Gênero e trabalho infantil na pequena mineração**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPQ, 2006, p. 41-64.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, 2010.

CHIZIANE, P. Eu, mulher por uma nova visão do mundo. **Revista Abril** – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana: vol. 5, n.º 10; pp. 199-205, 2013.

CHIZIANE, P. **Niketché – Uma História de Poligamia**. Lisboa, Portugal: Leya, 2021.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CURI FILHO, W. R. *et al.* Desenvolvimento local e economia solidária: a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários da UFOP (INCOP). **Experiência Revista Científica de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 37-53, 2015.

DEL PRIORE, M. (Org.) & BASSANEZI, C. B. (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, 678p.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014,

DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-172, 2003.

EVANGELISTA, M. B. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Oralidades**, v. 4, n. 7, p. 169-82, 2010.

FALQUET, J. **De gré ou de force**. Les femmes dans la mondialisation. Lectures, Publications reçues, 2008. .

FARIAS, R. C. P. Conjugalidade e profissão de modelo: projetos conflitantes ou complementares. **Cadernos Pagu**, p. 167-197, 2009.

FARIAS, R. C. P. **Uniforme e trabalho no Vale do Aço**: discursos, práticas e significados simbólicos. Editora UFV, 2012.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo, v. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FERREIRA, M. M. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FREITAS, A. B. A.; SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 01, 528p., 2021.

GALSTER, I. Cinquenta anos depois de O segundo sexo, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot. **Revista Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, p. 513-521, 2003.

GAWRYSZEWSKI, B.; MOTTA, V. A ofensiva conservadora-liberal na educação: elementos para uma análise da conjuntura contemporânea. **Revista Trabalho Necessário**, v. 15, n. 26, p. 6-29, 2017.

GODOI, R. T. (In) Confiabilidade da Memória como Introdução à interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann. **Revista Trilhas da História**, v. 9, n. 18, p. 161-188, 2020.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

GOMES, G. A. História, mulher e gênero. **Revista Virtú**, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2010.

GONÇALVES, E. “Remar o próprio barco”: a centralidade do trabalho no mundo das mulheres “sós”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 34, p. 235–268, 2016, p. 237. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644958>>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GUDYNAS, E. Extractivismo en America Del Sur y sus efectos derrame. **La Revista, Sociedad Suiza Americanistas**. Boletín 76, p. 13-23, 2015.

GUDYNAS, E. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. *In*: **Gobernanza local, pueblos indígenas e industrias extractivas**, v. 13, 2016.

GUDYNAS, E. Extractivismos en la America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In*: A. ZHOURI, P. BOLADOS e E. CASTRO (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 235-44, 2016.

GUIMARÃES, N. A. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, p. 237-266, 2002.

GUIMARÃES, N. A.; GEORGES, I. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. **Cadernos Pagu**, v. 32, p. 84-134, jan./jun., 2009.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 21.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, v. 17/18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HUNZICKER, A. C. M. **O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues**. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado. Profissional em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019.

JACOMEL, M. C. W. **Na contramão da ordem vigente: a mulher no contexto da ditadura militar em tropical sol da liberdade**, de Ana Maria Machado. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

KERGOAT, P. Ofício, profesión, trabajo. In: HIRATA, H. *et alii*. (Orgs.). **Dicionário crítico del feminismo**. Madrid, Editorial Síntesis, 2002, pp.169-172.

KLEINMAN, A.; HALL-CLIFFORD, R. “Stigma: a social, cultural and moral process”. **Journal of Epidemiology and Community Health**. v. 63. 2009.

KRENAK, A. As alianças afetivas. Entrevista a Pedro Cesarino. **Incerteza Viva: Dias de estudo**. São Paulo, p. 169-184, 2016.

LAVALLE, A. G.; CARLOS, E. (Orgs.). **Desastre e desgovernança no Rio Doce: atingidos, instituições e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. 436p.

LE GOFF, J. *et al*. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990.

LEITE, M. M. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. Editora Ática, 1984. p. 15.

LIMA, J. M. F. *et al*. E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos-MG. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 1, p. 1-29, 2020.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOBO, E. S. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, v. 15, n. 3, p. 174-203. 2020.

MARINHO, F. Rompimento da Barragem de Mariana. **Jusbrasil**. Belo Horizonte. jul. 2017. Disponível em: <<https://fabricionascimento2007.jusbrasil.com.br/artigos/816323214/rompimento-da-barragem-de-mariana>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MELO, Z. M. Os estigmas: a deterioração da identidade social. **Unicap**, v. 1, p. 1-4, 2005.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem Editora e Produções Ltda., 2016.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. O lugar como uma construção social. **Formação (Online)**, v. 2, n. 14, 2007.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: De Oliveira Costa, A. *et al.* **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais Ltda., p. 259-263, 2019.

NICHOLSON, L. The contemporary women's movement. In: **Gender and History**. Columbia University Press, 1986, pp.17-42.

NOGUEIRA, M. L. M. *et al.* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

NORA, P. Temps et Histoire: "Comment écrire l'histoire de France?". In: HARTOG, F. (Org.). História, Ciências Sociais, **Annals**, v. 50, n. 6, dez./nov. 1995, pp. 11-32.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, R.; ZHOURI, A. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. **Rio de Janeiro: I Encontro Ciências Sociais e Barragens. IPPUR/UFRJ e Fórum de Ciência e Cultura**, p.1-17. 2005.

PÁDUA, J. A. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate. Brasil Sustentável e Democrático**. n. 06. Rio de Janeiro: FASE, 2000, p. 11-47.

PEDRO, J. M.; RAGO, M.; GROSSI, M. P. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**, p. 21-41, 1998.

PEIXOTO, A. Aprender a ser atingido. **A Sirene**. Mariana, 6 de setembro de 2016. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed6_setembro_issu>. Acesso em: 10 out. 2021.

PEREIRA, A. B. N. **"Sentir o calor da terra, pra sentir que a gente está vivo"**: Memória, identidade e territorialidade na vivência cotidiana. 2018. 188f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

- PEREIRA, A. R. V. V. Ambientalismo e a expansão da Samarco: Bases do crime ambiental de Mariana (2015). **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2019.
- PEREIRA, L. M. L. Reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, v. 3, 2000.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Ed. Universidade do Sagrado Coração. 2005.
- PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995.
- PERROT, M. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 1998.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. v. 5, n. 10, 1992.
- PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.
- PRATES, C. G. **Efeitos derrame da mineração, violências cotidianas e resistências em Conceição do Mato Dentro-MG**. 2017. 128f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território) –Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Montes Claros, 2017.
- PRONIN, E.; STEELE, C. M.; ROSS, L. Identity bifurcation in response to stereotype threat: Women and mathematics. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 40, n. 2, p. 152-168, 2004.
- PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em livro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma.
- RAFFESTIN, C. Ecogénèse territoriale. In: Auriac, E.; Brunet, R. **Espaços, jeux etenjeux**. Paris: Fayard: Diderot, 1986.
- RAGO, M. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, v. 3, n. 4, p. 11-43, 1995.
- RAGO, M. Audácia de sonhar: memória e subjetividade em Luce Fabri. **História oral**, v. 5, p. 29-44, 2002.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

REGATTIERI, L.; CASTANEDA, M. Na beira do Rio Doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe. **Revista ClimaCom**, v. 3, 2015.

ROCHA, I. J.; ZHOURI, A. (Org.). 2018. Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Editorial iGuana; **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019.

ROSALDO, M. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. e LAMPHERE, L. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp.33-64.

ROVAI, M. G. O. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 129-148, 2013.

ROVAI, M. G. O. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALLES, R.; MILANEZ, B. A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do rio doce. In: **Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Andréa Zhouri (Org.); 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p. 111-154, 2018.

SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 52, p. 1-35, 2015.

SANTOS, R. S. P. DOS; MILANEZ, B. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, p.118-148. 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, no 2, jul./dez., 1990.

SEIXAS, J. A. Os tempos da memória: (Des) continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história?. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 24, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10612>>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SELIGMANN, M. S. 2000. A história como trauma. In: NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, p. 73-98, 2000.

SEVERO, C. Múltiplas faces do feminismo marxista: Heleieth Saffioti e Silvia Federici. **Profanações**, v. 7, p. 221-246, 2020.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 117-133, 2012.

SILVA, I. B.; LIMA, M. M. O desastre no rio Doce e a questão mineral no Brasil. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 5, n. 2, p. 56-65, 2017.

SILVA, R. F. Memória, trauma e identidade: trajetórias na irmandade de Narcóticos Anônimos. **Revista Sem Aspas**, p. 74-87, 2019.

SMITH, A. "Theorizing Disasters: nature, power and culture". Hoffman, S.; Smith, A. **Catastrophe and Culture: the anthropology of disaster**. Santa Fe: School of American Research Press, 2002.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In. Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla; Bassanezi, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400.

SOIHET, R.; COSTA, S. G. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. **GraGoatá**, v. 13, n. 25, p. 29-49, 2008.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios: uma introdução à Ecologia Política**. Editora Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná, E. de; Gomes, Paulo Cesar da C.; Corrêa, Roberto L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. O conceito de território no Brasil: entre urbano e rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 38, v. 2, p. 84-112, ago./dez. 2016.

SVAMPA, M. N. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, no. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, p. 9-28, 2009.

TILLY, L. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994.

VAINER, C. B. Conceito de 'Atingido': uma revisão do debate. **Vidas Alagadas-conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, v. 1, p. 39-63, 2008.

VALENCIO, N. A ordem invisível por detrás do caos aparente: arquitetura do poder e desfiliação social no contexto de desastre. In: **Anpocs**, v. 41, 2017, Caxambu. Anais. São Paulo: ANPOCS, 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://goo.gl/vK3saR>>. Acesso em: 8 maio 2023.

WISNIK, J. M. **Maquinação do Mundo**: Drummond e a mineração. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.

XAKRIABÁ, F. Rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. **Projeto Um Outro Céu**. Disponível em: <<https://umoutroceu.ufba.br/o-projeto/>>. Acesso em: 6 ago. 2022.

ZHOURI, A. (Org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 1. Ed., 2018. Resenha de: ROCHA, I. J. **Campos-Revista de Antropologia**, v. 20, n. 2, 2019.

ZHOURI, A. “Introduction: Anthropology and Knowledge production in a ‘minefield’”. **Vibrant** (Florianópolis), v. 14, n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/lastest-issue-v-14-n-2-05-082017/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: A. ZHOURI, P. BOLADOS e E. CASTRO (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Editora Annablume, p 45-65, 2016.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, A. (Org.). **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**. 1.ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, p.1-51, 2018.

ZHOURI, A. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, p. 45-66, 2016.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós Ciências Sociais**, 2019. v. 16, n. 32, p.56, 2019.

ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos Ambientais**. Nova Iguaçu: Agbook, pp. 1-13, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Conflitos ambientais**. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010.

ZUCARELLI, M. C. **A matemática da gestão e a alma lameada: os conflitos da governança no licenciamento do projeto de Mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco**. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

DOCUMENTOS TÉCNICOS E REPORTAGENS DE REFERÊNCIA

A SIRENE. Chega de sofrer calada. Queremos falar de assédio. **Jornal A Sirene**. 21 maio. 2019. Acesso em: 29 maio 2021.

A SIRENE. Como era Bento Rodrigues. **Jornal A Sirene: para não esquecer**. ed. 25. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p8mZjvlnAhE>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

A SIRENE. De Mariana a Brumadinho. **Jornal A Sirene: Mariana**, ed. 20. fevereiro de 2019. Disponível em: <https://m.facebook.com/watch/?v=507158026480859&_rdr>. Acesso em: 25 out. 2021.

A SIRENE. Em nome do mar, do rio e do Espírito Santo. **Jornal A Sirene**. Mariana, 21 de novembro 2018. Disponível em: <<https://jornalasure.com.br/espírito-santo/2018/11/21/em-nome-do-mar-do-rio-e-do-espírito-santo>>. Acesso em: 25 set. 2021.

A SIRENE. Jornal a Sirene: a voz das pessoas atingidas pela barragem de Fundão. **Jornal A Sirene**. Mariana, 12 janeiro de 2018. Disponível em: <<https://jornalasure.com.br/sobre>>. Acesso em: 1 nov. 2021.

A SIRENE. Memórias Maria. **Jornal A Sirene**. 16 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://jornalasure.com.br/cultura-memoria/2018/01/16/memoriasmaria_fotodanielafelix-1>. Acesso em: 25 set. 2021.

A SIRENE. Reconhecer o dano, reparar o futuro. Capítulo 2. **Jornal A Sirene**. edição 21 novembro. 2018. Disponível em: <<https://jornalasure.com.br/espírito-santo/2018/11/18/capitulo-2-reconhecer-o-dano-reparar-o-futuro>>. Acesso em: 21 maio 2021.

A SIRENE. Ser Atingido. **Jornal A Sirene**. Edição 13 novembro, 2017. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Decreto 46.892, de 20 de novembro de 2015**. Instalou a “Força-Tarefa Barragem do Fundão” para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_003/ato2015.htm>. Acesso em: 1 nov. 2021.

CAMARGO, C. Negociação de acordo de Mariana é encerrada oficialmente. **Jornal Estado de Minas**. Edição Barragem de Fundão. Belo Horizonte, 9 de setembro, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/09/interna_gerais,1392455/negociacao-de-acordo-de-mariana-e-encerrada-oficialmente.shtml>. Acesso em: 19 set. 2022.

CAMARGOS, D. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 08, março, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CETEM. Rompimento de barragem da Mineradora Rio Pomba Cataguases afeta qualidade da água em MG e no RJ. **Centro de tecnologia mineral**. Disponível em: <<http://www.cetem.gov.br/verbetes/exibeverbete.verid=107>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DIP, J. **Proteste Já – Mariana**: Conheça os bastidores da tragédia. Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/cqc/2015/video/15679565/proteste-ja---mariana-conheca-os-bastidores-da-tragedia>>. Acesso em: 10 abr. 2020-2021.

FARIA, M. Barragens de rejeito já causaram diversas mortes em Minas Gerais. **Jornal Brasiliense**. 5 de novembro. 2015. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2015/11/05/interna-brasil,505277/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-mg-relembre.shtml>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Boletim Jornada**. Primeira edição. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/boletim-jornada-mariana_julho2018>. Acesso em: 7 set. 2021.

HANSENNE, M. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho**. 19 de junho de 1998. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/english/standards/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 1 out. 2021.

IBAMA. Câmara técnica de reconstrução e recuperação de infraestrutura – CT INFRA. **Recuperação da Bacia do Rio Doce**. IBAMA, 2015. p. 3. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/relatorios/cif-rel-ctinfra-2016-2018.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

IBAMA. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). **“Laudo Técnico Preliminar Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais”**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.

PARANAÍBA, G. Desastre na Barragem de Fundão afunda Mariana no atoleiro do desemprego. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2-3. nov. 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/11/03/interna_gerais,820492/desastre-na-barragem-de-fundao-deixa-mariana-no-atoleiro-do-desemprego.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PARANAÍBA, G. Tragédia de Mariana completa um ano e EM refaz caminho do desastre. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, p. 2, 2. nov. 2016. Disponível em: <<https://www.em.com.br/especiais/desastre-mariana/a-vida-depois-da-lama/>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PATRIMÔNIO CULTURAL MPMG. **Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues**. Belo Horizonte. Maio de 2019. Disponível em: <<https://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

PORTAL G1. Barragem da Samarco se rompeu no dia 5 de novembro. Tragédia causou 19 mortes; um corpo continua desaparecido. **Globo Minas**, 15 de junho de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html>>. Acesso em: 19 set. 2022.

PORTAL G1. Barragem Se rompe e destrói subdistrito de Mariana. **Globo Minas**. 21 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/barragem-de-rejeitos-se-rompe-em-distrito-de-mariana.html>>. Acesso em: 1 abr. 2021.

ANEXOS: AHOBERO e produção da pimenta biquinho em imagens



